



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO AMAZONAS

RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO

ANO BASE
2023

Elaborado por:
Secretaria de Planejamento

TJAM

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Presidente: Desembargadora Nélia Caminha Jorge

Vice-Presidente: Desembargadora Joana dos Santos Meirelles

Corregedor-Geral de Justiça: Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Desembargador João de Jesus Abdala Simões

Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Desembargadora Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira

Desembargador Yedo Simões de Oliveira

Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes

Desembargador Paulo Cesar Caminha e Lima

Desembargador Cláudio César Ramalheira Roessing

Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis

Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins

Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Desembargador Ailton Luís Corrêa Gentil

Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos

Desembargador Ernesto Anselmo Queiroz Chixaro

Desembargador Elci Simões de Oliveira

Desembargador Délcio Luís Santos

Desembargadora Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho

Desembargador Abraham Peixoto Campos Filho

Desembargadora Onilza Abreu Gerth

Desembargador César Luiz Bandiera

Desembargadora Mirza Telma de Oliveira Cunha

Desembargadora Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques

Desembargador Henrique Veiga Lima

Endereço Eletrônico: www.tjam.jus.br



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
A ESTRUTURA ORGÂNICA DO TRIBUNAL.....	3
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	5
A ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2023	6
MAPA ESTRATÉGICO - TJAM	13
SISTEMA DE INTEGRIDADE - GESTÃO DE RISCOS	
DIVISÃO E GESTÃO DE PROJETOS	
CATEGORIA DIAMANTE NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE	98
METAS NACIONAIS.....	99
SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	100
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	112
SECRETARIA DE COMPRAS, CONTRATOS E OPERAÇÕES.....	126
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO AMAZONAS.....	185
ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS	216
NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA.....	238
DADOS ESTATÍSTICOS NO ÂMBITO DA ATIVIDADE JUDICIANTE DO TJAM	240
DADOS PROCESSUAIS DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO DA CAPITAL E DA COMARCA DE IRANDUBA	240
DADOS PROCESSUAIS DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO – INTERIOR E CAPITAL.....	255
DADOS PROCESSUAIS DO SEGUNDO GRAU E DAS TURMAS RECURSAIS	
AS CORREIÇÕES REALIZADAS	285
SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO	288



APRESENTAÇÃO

Como parte componente da Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, apresenta-se o Relatório Anual do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, que tem por objetivo relatar as atividades mais relevantes desenvolvidas ao longo do exercício de 2023.

Trata-se de documento elaborado a partir das informações prestadas por órgãos, secretarias, setores e divisões do Tribunal, dentre eles: a Secretaria de Planejamento; a Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação; a Secretaria de Infraestrutura; a Secretaria de Compras, Contratos e Operações; a Escola Superior da Magistratura do Amazonas; a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas; o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica; e a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ.

No relatório estão registrados os principais resultados do Tribunal no ano de 2023, tanto no âmbito administrativo quanto no âmbito judicial, sendo evidenciado o desempenho da Corte na área finalística.

Inicialmente, o relatório apresenta a estrutura orgânica do Tribunal, com uma síntese da distribuição funcional das unidades que o compõem e das atribuições de alguns de seus setores.

A seguir, o documento faz uma exposição das atividades desenvolvidas na área de planejamento, no qual contempla o Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, formalizado por meio do Plano Estratégico 2021-2026 e expõe os macrodesafios definidos, bem como os indicadores para a análise das metas estabelecidas.

O relatório apresenta a atuação institucional por meio dos projetos e ações estratégicas desenvolvidos, expondo os resultados obtidos no exercício.

Ademais, faz menção ao Prêmio CNJ de Qualidade e à categoria “Diamante” alcançada pelo tribunal no ano de 2023. São ainda exibidos os resultados obtidos no ano de 2023 para as Metas Nacionais do Poder Judiciário.

O documento contempla, sobretudo, as atividades desenvolvidas na área de planejamento, tecnologia de informação e comunicação, infraestrutura, compras, contratos e licitações bem como relata as ações desenvolvidas pelas escolas do tribunal.

Outrossim, são relatadas as correições realizadas pela Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas-CGJ, como também as atividades relativas à XVIII Semana Nacional de Conciliação.

Por derradeiro, o documento exhibe também os números judiciais, tais como a quantidade de processos julgados, arquivados, estoque inicial e final do exercício de 2023.



A ESTRUTURA ORGÂNICA DO TRIBUNAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM tem sede na Capital e jurisdição em todo o território do estado, composto por 26 Desembargadores, 93 juízes da capital, 80 juízes do interior, 41 juízes de primeira entrância, 11 juízes auxiliares de segunda entrância e 16 juízes substitutos, servidores e estagiários.

O TJAM, cuja jurisdição abrange a Comarca de Manaus e mais sessenta comarcas de interior do Estado, tem Unidades distribuídas em cinco Fóruns, possui dois Postos Descentralizados e uma Sede, onde atua o segundo grau da corte de justiça, além de unidades administrativas.

De acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 17/1997, o TJAM tem como órgãos julgadores o Tribunal Pleno; as Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais; as Câmaras Reunidas; e o Conselho da Magistratura.

Há no TJAM três Câmaras Cíveis Isoladas e duas Câmaras Criminais Isoladas, todas ordinalmente numeradas, sendo a 1ª e a 3ª Câmara Cível constituída de 5 Desembargadores, a 2ª Câmara Cível constituída de 6 Desembargadores e as demais Câmaras Criminais constituídas de 4 Desembargadores.

As Câmaras Reunidas são integradas pelos membros das respectivas Câmaras Isoladas. O Conselho da Magistratura é constituído pelo Presidente do Tribunal de Justiça, que o preside, pelo Vice-Presidente, pelo Corregedor-Geral da Justiça e por dois Desembargadores, sendo um das Câmaras Cíveis e um das Câmaras Criminais.

O TJAM é também composto pela Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa do Poder Judiciário, com atuação em todo o território do Estado do Amazonas, sendo exercida por um Desembargador com o título de Corregedor-Geral da Justiça.

Dentro da estrutura orgânica do Poder Judiciário Amazonense, são unidades que estão diretamente vinculadas ao Gabinete da Presidência: Juízes Auxiliares da Presidência; Assessoria Jurídico-Administrativa; Assessoria Judicial; Núcleo de Assessoramento Jurídico Virtual; Assistência Militar; Secretaria de Auditoria Interna; Assessoria de Conformidade e Controle; Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça.

Cabe mencionar que a Presidência do Tribunal conta com a atuação de três Juízes Auxiliares, designados dentre os Juízes de Direito do TJAM na forma da Lei de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Amazonas para prestar assessoramento à Presidência nas atividades relativas a assuntos funcionais dos magistrados, bem como naqueles referentes à preservação dos seus direitos, interesses e prerrogativas. Dentre as principais atribuições dos Juízes Auxiliares destacam-se a atuação em processos de natureza judicial, notadamente quanto à admissibilidade recursal e em processos de natureza administrativa, notadamente quanto à elaboração de despachos e decisões



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

A Secretaria-Geral do Tribunal de Justiça, subordinada diretamente à Presidência e ao Tribunal Pleno do Egrégio Tribunal de Justiça, com sua estrutura, organização e atribuições definidas nos termos da Resolução nº 56/2023, tem por finalidade a gestão e acompanhamento dos serviços administrativos e judiciais do Tribunal, em conformidade com as normas legais, com as deliberações da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas e do Egrégio Tribunal Pleno, bem como as orientações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Compete à Secretaria-Geral desempenhar as atribuições de Chefia de Gabinete da Presidência. A Secretaria-Geral, tem subordinadas a si, diretamente, a Assessoria de Cerimonial; Assessoria de Comunicação Social; Secretaria de Justiça; e Secretaria de Administração. São subordinadas diretamente à Secretaria de Administração: Secretaria de Gestão de Pessoas; a Secretaria de Expediente; a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde; a Secretaria de Orçamento e Finanças; a Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Infraestrutura; e a Secretaria de Compras, Contratos e Operações. São atribuições da Secretaria de Administração, dentre outras, planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e avaliar as atividades e projetos inerentes às unidades administrativas a ela subordinadas, bem como administrar e gerir recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais. Com relação à Secretaria de Auditoria Interna, a própria está prevista na Lei Complementar Estadual nº 213, de 10 de junho de 2021, tendo como função proteger o valor organizacional dos órgãos que compõem o Poder Judiciário do Estado do Amazonas, auxiliando-os a alcançar seus objetivos, mediante a execução de atividades de avaliação e consultoria baseadas no risco, visando à melhoria da eficácia, eficiência, efetividade e economicidade dos processos de governança corporativa, de gestão, de gerenciamento de riscos, de controles internos e, ainda, apoiar o controle externo e o Conselho Nacional de Justiça no exercício de suas missões institucionais.

Funcionam ainda no Tribunal, dentre outros setores: uma Secretaria de Justiça; uma Assessoria de Comunicação Social; uma Assessoria de Cerimonial; uma Secretaria de Precatórios; um Núcleo de Gerenciamento de Precedentes; uma Escola Superior da Magistratura; uma Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Amazonas; e um Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.



SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

A Secretaria de Planejamento, unidade administrativa subordinada à Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Amazonas, tem por finalidade o estudo, planejamento, orientação, coordenação, controle e avaliação dos assuntos relativos à implementação, operacionalização e gestão do planejamento estratégico, incluindo o gerenciamento de iniciativas estratégicas, a otimização dos processos de trabalho, a modernização das atividades, o mapeamento de riscos, a aferição e o acompanhamento de resultados, as políticas de qualidade no serviço público, o aprimoramento da governança, bem como o acompanhamento das Metas Nacionais, de acordo com os dados estatísticos fornecidos pelo Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica da Presidência, em cooperação com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Vale salientar que a Secretaria de Planejamento reúne, no âmbito administrativo, as seguintes funções: planejamento e gestão estratégica; acompanhamento de metas; gestão de processos e de riscos; e aprimoramento da governança. É atribuição da Secretaria de Planejamento atuar nas mais diversas áreas, tais como: estudos, propostas e ações relativas ao Plano Estratégico, projetos estratégicos, organização de fluxos administrativos, acompanhamento das atividades administrativas, análise da produtividade jurisdicional, desenvolvimento de políticas para atendimento dos requisitos referentes aos eixos de governança, transparência, produtividade e dados de tecnologia, entre outras.

A Secretaria de Planejamento detém a seguinte estrutura organizacional: Gabinete da Secretaria de Planejamento, na qual compreende a Seção de Monitoramento do Plano Estratégico e Metas Nacionais; a Seção de Elaboração e Gerenciamento de Ações Estratégicas; a Seção de Apoio à Governança; e a Seção de Gestão de Processos de Trabalho; bem como a Divisão de Gestão e Projetos na qual compreende a Seção de Gestão; e a Seção de Projetos

Principais atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2023:

- Monitoramento e acompanhamento dos indicadores do Plano Estratégico 2021-2026;
- Pareceres de investimentos e despesas correntes;
- Levantamentos estatísticos e coleta de dados referentes aos quantitativos de processos relacionados a cada Meta Nacional, visando avaliar, identificar e fiscalizar o monitoramento evolutivo dos resultados;
- Desenvolvimento de ações para o alcance do cumprimento dos resultados das Metas Nacionais do CNJ, tais como: a) encaminhamento de comunicações oficiais, em vista da necessidade de correções de movimentações processuais, b) divulgação do link do Painel de Metas do TJAM, c) realização de mutirões de saneamento de processos d) utilização de Painéis Business Intelligence; e) reuniões com magistrados e servidores visando intensificar as atividades, entre outras.
- Reuniões de Análise Estratégica;
- Realização de processos de gestão participativa visando contribuir para a elaboração das Metas Nacionais do CNJ, através da realização de consultas públicas;



- Coordenação das atividades para alcance dos requisitos do Prêmio CNJ de Qualidade;
- Implementação da Gestão de Riscos (Sistema de Integridade do TJAM);
- Gestão do Ranking da Transparência do Ministério Público de Contas do Amazonas e do Conselho Nacional de Justiça;
- Atualização fluxogramas referentes às áreas administrativas do TJAM;
- Atualização do Organograma Institucional, conforme publicação de Lei Complementar e Resoluções;
- Acompanhamento e apoio operacional aos projetos do Laboratório de Inovação e Inteligência do TJAM de modo a incentivar as melhores práticas e inovações organizacionais;
- Projeto Semana da Baixa Processual, realizado com o intuito de aperfeiçoar os resultados avaliados pelo CNJ, no qual unidades de 1º grau do interior e da capital priorizam a análise e a baixa de processos passíveis de arquivamento;
- Coordenação do Comitê Gestor de Políticas Estratégicas e acompanhamento dos seus respectivos subcomitês;
- Implementação de ações voltadas para o alcance de resultados dos indicadores de produtividade e governança do Poder Judiciário;
- Implementação, elaboração e acompanhamento de projetos administrativos e judiciais;

A ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL – PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2023

Em 2021, por meio da Resolução Nº 06/2021, o TJAM instituiu seu Plano Estratégico para o período de 2021-2026. O processo de elaboração do Planejamento Estratégico 2021-2026 teve início a partir da proposição da Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o Sexênio, seguindo as recomendações pautadas nas diretrizes estabelecidas na Resolução nº 325 de junho de 2020 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

O plano foi constituído pelos princípios estratégicos, a saber:

Missão: Realizar Justiça.

Visão: Poder Judiciário efetivo e ágil na garantia dos direitos e que contribua para a pacificação social e o desenvolvimento do país.

Atributos de Valor: Acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, ética, imparcialidade, inovação, integridade, segurança jurídica, sustentabilidade, transparência e responsabilização.

O Planejamento Estratégico foi estruturado a partir de três perspectivas: sociedade, processos internos, e aprendizado e crescimento, além de doze macrodesafios, desdobrados em iniciativas e projetos que são monitorados através de indicadores de desempenho, representados por ações, metas, objetivos e diretrizes, voltados a cumprir a missão institucional de realizar justiça.

O primeiro macrodesafio é a “Garantia dos Direitos Fundamentais”. Situa-se sob a perspectiva da sociedade. Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os Direitos e Garantias



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Fundamentais (CF, art. 5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

Este primeiro macrodesafio tem como indicador o “Índice de Acesso à Justiça”, pensado a partir de três tipos de capitais (Cidadania, População e Judiciário), desmembrados em dimensões (Direitos e deveres, Vulnerabilidade e acesso a serviços públicos; Perfil e dinâmica demográfica; e Padrão de resolução de conflitos, Distribuição e acesso a serviços públicos e Inovação tecnológica), cuja meta é aumentar em 0,02 ao ano o Índice de Acesso à Justiça, levando-se em consideração a linha de base de 0,496. No ano de 2021, através das informações obtidas do Painel disponibilizado pelo CNJ, o Índice Cidadania foi de 31,08%, o Índice População foi de 14,48% e o Índice Judiciário foi de 41,34%, no entanto, quando se diz respeito aos dados referentes aos anos de 2022 e 2023, temos a informar que o Conselho Nacional de Justiça – CNJ está realizando o levantamento dos indicadores, visto que, os dados são produzidos por diversas fontes e por variados métodos estatísticos utilizados para cálculo.

O segundo macrodesafio é o "Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade". Este indicador também situa-se sob a perspectiva da sociedade. Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora dos direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

Este segundo macrodesafio tem como indicador a “Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário”, pesquisa de campo com abrangência nacional e com participação de todos os segmentos da justiça. O CNJ, por meio do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com apoio do Laboratório de Inovação de ODS (LIODS/CNJ) e cooperação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), realizou pesquisa com base na percepção do público quanto aos serviços prestados pelo Poder Judiciário e seu funcionamento. O estudo visa obter informações sobre o acesso ao sistema de justiça, o acompanhamento processual e a efetividade dos serviços jurisdicionais prestados, possibilitando o planejamento e o desenvolvimento de melhorias para o Poder Judiciário. Os formulários de pesquisa foram destinados a quatro públicos diferentes: cidadãos(ãs) que já tenham sido parte em algum processo judicial nos últimos cinco anos, advogados(as), defensores(as) públicos(as) e membros do Ministério Público. A coleta das respostas ocorreu no período de 18 de abril a 18 de maio de 2022, por meio de questionários eletrônicos. Atualmente o Índice de Percepção à Justiça dos Cidadãos apresenta-se da seguinte forma: muito Insatisfeito com o Poder Judiciário 41,7%, insatisfeito com o Poder Judiciário 41,7%, satisfeito com o Poder Judiciário 12,5%, muito satisfeito com o Poder Judiciário 4,17%. A meta deste indicador para o tribunal é atingir ao final da estratégia, 70% de satisfação.

Ademais, em relação ao macrodesafio "Fortalecimento da Relação Institucional do Poder Judiciário com a Sociedade", o tribunal, anualmente, realiza o acompanhamento do indicador Índice de Transparência, cuja meta é manter acima de 90% a pontuação alcançada no Ranking Transparência do Poder Judiciário. No ano de 2023, o TJAM obteve a marca de 98,54%, através da média ponderada dos itens avaliados, conforme requisitos e pesos em vigor detalhados na normativa mais recente do CNJ.

O terceiro, quarto, quinto, sexto, sétimo, oitavo e nono macrodesafios situam-se sob a perspectiva dos Processos Internos.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

O terceiro macrodesafio visa a “Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional”. Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário, qual seja a execução fiscal. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

Este terceiro macrodesafio tem como indicadores: [i] “Taxa de congestionamento das execuções fiscais”, cuja meta é reduzir em 5% (cinco por cento) ao ano a taxa de congestionamento das execuções fiscais; [ii] “Taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais”, cuja meta é reduzir em 2,5% (dois vírgula cinco por cento) ao ano a taxa de congestionamento líquida; [iii] “Índice de atendimento à demanda”, cuja meta é manter em, no mínimo, 100% o índice de processos baixados em relação aos casos novos; e [iv] “Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos, cuja meta é reduzir o tempo de duração dos casos pendentes até 2026.

A despeito de ter sido estabelecida para o primeiro indicador - Taxa de congestionamento das execuções fiscais, uma meta de $\leq 83,69\%$ para o ano de 2023, o TJAM obteve um resultado de 94,80%. Quanto ao segundo indicador - Taxa de congestionamento líquida, cuja meta era alcançar resultados $\leq 58,95\%$, o tribunal obteve um resultado de 48,82% no ano de 2023. Em relação ao terceiro indicador - Índice de atendimento à demanda, o tribunal obteve uma taxa de cumprimento de 90,06%, cuja meta estabelecida era manter, no mínimo, em 100% o índice de processos baixados em relação ao total de casos novos. Para os 3 (três) indicadores supracitados, foram analisados os dados constantes no Painel de Estatísticas do Poder Judiciário do CNJ, levando-se em consideração a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DATAJUD, alinhados às fórmulas e glossários da Res. CNJ n. 76/2009, bem como à parametrização do Justiça em Números. No que diz respeito ao indicador - Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos o TJAM alcançou a média de 757,13 dias no ano de 2023.

O quarto macrodesafio é o “Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa”. Tem como descrição Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

O quarto macrodesafio tem como indicadores: [i] “Índice de prescrição”, cuja meta é reduzir em 1% ao ano o número de julgamentos por prescrição em relação ao total de julgamentos relativos à improbidade administrativa e à corrupção; [ii] “Tempo médio dos processos pendentes de improbidade e corrupção”, cuja meta é reduzir em 8% (oito por cento) ao ano, o tempo médio dos processos pendentes de improbidade e corrupção; e [iii] “Índice de Processos Administrativos Disciplinares Baixados”, cuja meta é aumentar em 10% (dez por cento), em relação ao ano anterior, o percentual de processos administrativos disciplinares baixados.

No que diz respeito ao primeiro indicador do quarto macrodesafio, “Índice de prescrição”, a linha de base apurada pelo CNJ, no ano de 2020, foi de 15,95%, o tribunal, por sua vez, em 2021 e 2022, obteve o resultado de 15,22% e 17,06%, nessa ordem. Quanto ao segundo indicador “Tempo médio dos processos pendentes de improbidade e corrupção”, o CNJ divulgou em seu Painel de Estatística os resultados dos anos de 2021 e 2022, respectivamente 1196 dias e 1395 dias, levando-



se em consideração a Base Nacional de Dados do Poder Judiciário – DATAJUD, contudo a linha de base apurada em 2020 foi de 1330 dias. No que se refere ao terceiro indicador “Tempo de tramitação dos processos administrativos disciplinares”, o TJAM alcançou uma média de 15,08% de processos baixados de PADs, todavia, a meta estabelecida para o TJAM era de $\geq 59,55$ para o ano de 2023.

O quinto macrodesafio visa a “Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos”. Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para prevenção e para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a resolver seus conflitos sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem. Abrange também parcerias entre os Poderes a fim de evitar potenciais causas judiciais e destravar controvérsias existentes.

Este macrodesafio tem como indicadores [i] “Índice de conciliação”, cuja meta é aumentar em 2% (dois por cento) ao ano o percentual de conciliações; [ii] “Índice de realização de audiências nos CEJUSCs”, cuja meta é aumentar em 2% (dois por cento) ao ano o percentual de conciliações nos CEJUSCs; e [iii] “Índice de realização de audiências do artigo 334 do CPC”, cuja meta é aumentar em 2% (dois por cento), ao ano o total de audiências realizadas nos termos do art. 334 do CPC.

No tocante ao indicador Índice de conciliação, cuja meta para 2023 era alcançar índices iguais ou superiores a 14,39%, o TJAM atingiu o percentual de 8,89% entre o total de sentenças homologatórias de acordo em relação ao total de sentenças. Quanto ao índice de realização de audiências nos CEJUSCs, cuja meta era alcançar índices iguais ou maiores que 16,95%, o tribunal alcançou 468,45% entre o total de audiências de conciliação e mediação nos CEJUSCs e o total de processos remetidos e ingressados nos CEJUSCs, conforme dados extraídos do Painel de Estatística do CNJ e parametrização para o Prêmio Conciliar é Legal. Portanto, no que diz respeito ao indicador Índice de realização de audiências do art. 334 do CPC, o TJAM e o CNJ não apresentaram informações para apuração deste item, de acordo com o Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.

O sexto macrodesafio é a “Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios”. Tem por finalidade a promoção do sistema de precedentes estabelecido pelo novo Código de Processo Civil - CPC, buscando fortalecer as decisões judiciais, racionalizar o julgamento de casos análogos, garantir a segurança jurídica, bem como, a coerência e a integridade dos provimentos judiciais. Abarca também a redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, visando reverter a cultura da excessiva judicialização.

O sexto macrodesafio tem como indicadores: o [i] “Tempo médio entre o trânsito em julgado/ ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese”, cuja meta é reduzir em, no mínimo, 5% ao ano o tempo médio entre o trânsito em julgado/ sentença de mérito do precedente e o julgamento dos respectivos processos suspensos, cuja linha de base deste indicador foi estipulada em 465,83 dias, portanto, com base nas informações extraídas por meio do Painel de Estatística do CNJ, nos anos de 2021 e 2022, os resultados atingidos pelo TJAM foram de 438 dias e 474,5 dias, respectivamente; ii] o “Tempo médio entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs)”, cuja meta é reduzir em, no mínimo, 5% ao ano o tempo decorrido entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, a linha de base deste indicador foi estabelecida em 496 dias, sendo assim, com base nas informações extraídas pelo Painel de Estatística do CNJ, o TJAM obteve como resultado 474,5 dias; e [iii] “Tempo médio entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de



Competência (IACs)”, cuja meta é reduzir o tempo decorrido entre a afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IACs). Para o ano de 2023 o tempo decorrido dos processos com essas características está sendo mensurado, pois depende de análise prévia do Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios (BNPR)

O sétimo macrodesafio é a “Promoção da sustentabilidade”. Tem por finalidade o aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa a adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

O sétimo macrodesafio tem como indicador o “Índice de Desempenho de Sustentabilidade”, cuja meta é aumentar em 1% ao ano. Em 2023, o indicador atingiu a taxa de cumprimento de 82,10%, ultrapassando a meta de 59,40% estipulada para o ano. O cômputo é resultante de vários indicadores distintos calculados com base nos dados da Resolução CNJ nº 201/2015.

O oitavo macrodesafio é o “Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal”. Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário e estabelecimento de mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social. Pretende reduzir o número de processos, reduzir as taxas de encarceramento e fomentar ações de atenção ao interno e ao egresso, principalmente visando à redução de reincidência; e construir uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social. Atuar conjuntamente com os demais Poderes para solucionar irregularidades no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas, assim como para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias.

Este macrodesafio possui quatro indicadores, quais sejam: [i] a “Taxa de encarceramento”, cuja meta é manter, no máximo, o total de 200 presos provisórios e presos condenados por 100 mil habitantes; o [ii] “Tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento”, cuja meta é reduzir em 5% ao ano o tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento; o [iii] “Tempo médio das decisões em execução penal”, cuja meta é reduzir em 25% ao ano o tempo médio das decisões em execução penal; e o [iv] “Tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios”, cuja meta é reduzir o tempo médio entre o dia da prisão dos presos provisórios e julgamento em primeira instância. No que concerne ao primeiro indicador - Taxa de encarceramento, o TJAM apurou o resultado de 147,10 presos provisórios e condenados por cem mil habitantes, através de relatórios extraídos no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0). Quanto ao segundo indicador - Tempo médio dos processos criminais pendentes na fase de conhecimento, até o final do ano de 2023, foi de 1323 dias. No que diz respeito ao terceiro indicador - Tempo médio das decisões em execução penal, o tribunal contabilizou, até o final de 2023, 432 dias. Quanto ao quarto indicador - Tempo médio de julgamento em primeira instância dos presos provisórios, a fonte dos dados está em construção pelo CNJ, a partir da conjugação de dados disponíveis nos Sistemas do CNJ.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

O nono macrodesafio é o “Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária”. Refere-se à formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias de cada segmento de justiça do Poder Judiciário, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

O nono macrodesafio possui como indicador o “Índice de desempenho dos órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos Governança e Qualidade da Informação”, cuja meta é manter acima dos 80% ao ano a pontuação alcançada nos eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”. No ano de 2023 o percentual da pontuação alcançada foi de 94,44%, conforme regulamento em vigor do Prêmio CNJ de Qualidade.

O décimo, décimo primeiro e décimo segundo macrodesafios situam-se sob a perspectiva de Aprendizado e Crescimento.

O décimo macrodesafio é o “Aperfeiçoamento da gestão de pessoas”. Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação; e à adequada distribuição da força de trabalho.

O décimo macrodesafio possui quatro indicadores, quais sejam: [i] o “Índice de absenteísmo”, cuja meta é manter abaixo de 1,60% ao ano o índice de absenteísmo; [ii] o “Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho - PRQV”, cuja meta é manter acima de 70% ao ano a força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho; [iii] o “Índice de capacitação de magistrados”, cuja meta é aumentar em 2%, em relação ao ano anterior, o índice de magistrados capacitados; e [iv] o “Índice de capacitação de servidores”, cuja meta é aumentar em 2% ao ano o índice de servidores capacitados em relação ao total de servidores.

No ano de 2023, o índice de absenteísmo se manteve em 0,51%, cálculo estimado pelo percentual de ausências de magistrados e servidores ao trabalho por motivo de doença própria e de familiar, de acordo com as informações obtidas no Sistema de Questionários do CNJ (Módulo Saúde), alcançando resultados satisfatórios com base na meta estipulada para o ano, de se manter abaixo de 1,60%. No que diz respeito ao indicador PRQV, o TJAM contabilizou no ano de 2023, o índice de 7,54%, conforme dados extraídos do PLS-Jud (Res. nº 201/2015). Até o final de 2023, o índice de capacitação dos magistrados foi de 42,29%. No que se refere ao percentual de servidores capacitados, o TJAM contabilizou o montante de 65,59% em relação ao total de servidores do tribunal, excluindo estagiários.

O décimo primeiro macrodesafio é o “Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira”. Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de



custeio, investimento e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

Este macrodesafio possui três indicadores o [i] o “Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias - IDOB”, cuja meta é manter em até 90% ao ano o índice de dotações para despesas obrigatórias; [ii] o “Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias - IEDD”, cuja meta é aumentar em 3% ao ano o índice de execução das dotações para despesas discricionárias; e [iii] o “Índice de Execução das Dotações para Projetos - IEP”, cuja meta é aumentar em 3% ao ano o índice de execução das dotações para projetos. No que diz respeito ao “Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias”, o TJAM manteve seu IDOB em 86,20%. Quanto ao IEDD nos anos de 2021 e 2022 o TJAM atingiu índices de 63,71% e 79,21% respectivamente. No que diz respeito ao IEP, o percentual de cumprimento apurado nos anos de 2021 e 2022 pelo CNJ foi de 9,14% e 44,72%, nessa ordem.

O décimo segundo macrodesafio é o “Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados”. Refere-se a programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Este derradeiro macrodesafio possui dois indicadores, quais sejam: [i] o “Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário-IGOV TIC-JUD”, cuja meta é manter acima de 0,95 ao ano, a pontuação alcançada na apuração do IGOV TIC-JUD, conforme Resolução CNJ nº 370/2021; e [ii] o “Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total”, cuja meta é manter em 100% o total de casos eletrônicos em relação ao acervo total.

Até o final de 2023, o Índice do IGOV TIC-JUD atingiu a pontuação de 99,66%, alcançando o nível excelência, já quanto ao Índice que mede o percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total, o tribunal se manteve em 100%.

Para o melhor entendimento e visualização dos macrodesafios, foi elaborado o Mapa Estratégico definido no Plano Estratégico 2021-2026 do TJAM.



MAPA ESTRATÉGICO - TJAM





SISTEMA DE INTEGRIDADE – GESTÃO DE RISCOS

A implementação da Gestão de Riscos no Tribunal de Justiça do Amazonas tem como escopo inicial as unidades administrativas subordinadas à Secretaria de Administração.

Para efetivação desta implementação a Secretaria de Planejamento realizou primeiramente o mapeamento de processos das unidades administrativas com o objetivo de elencar as atividades/serviços executadas e os riscos inerentes a essas atividades.

Na segunda fase, colocou-se em prática a análise desses Riscos de forma a obter informações suficientes para traçar estratégias de mitigação e/ou eliminação destes Riscos.

Desta forma, segue abaixo a tabela descrevendo o andamento das atividades de mapeamento de processos e análise dos riscos junto às unidades administrativas subordinadas à Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Amazonas:

Atividades - Gestão de Riscos				
Unidades administrativas	Mapeamento de processos	Matriz de Riscos	Gestor de Riscos	Processo Administrativo
I - Secretaria de Gestão de Pessoas	Concluído	Concluído	Wíulla Inácia Garcia Alves	2023/00002998 7-00
II - Divisão de Provimento e movimentação de pessoal	Concluído	Concluído	Jussara Ferreira Barroncas	2023/00002998 7-00
III - Divisão de Informações Funcionais	Concluído	Concluído	Cíntya Kazuko Dias Takano	2023/00002998 7-00
IV - Divisão de Folha de pagamento	Concluído	Concluído	Jianny Pinheiro da Silva	2023/00002998 7-00
V - Divisão de Gestão do Teletrabalho	Concluído	Concluído	Juliano Ralo	2023/00002998 7-00
I - Secretaria de Tecnologia da Informação e comunicação	Concluído	Concluído	Breno Corado	2023/00003136 6-00
I a - Assessoria de Gabinete	Concluído	Concluído	José Carlos da Silva Batista	2023/00003136 6-01
I b - Assessoria de Governança de TIC	Concluído	Concluído	Rodrigo Choji de Freitas	2023/00003136 6-02
I c - Assessoria de Estratégia e Serviços de TIC	Concluído	Concluído	Marcus de Lima Braga	2023/00003136 6-03

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

I d - Assessoria de aquisição e contratos	Concluído	Concluído	Mauro Sérgio Sales da Silva	2023/00003136 6-04
I e - Assessoria de Segurança da Informação e proteção de dados	Concluído	Concluído	Washington Alves da Cunha Neto	2023/00003136 6-05
II - Divisão de Infraestrutura de TIC	Concluído	Concluído	Diogo Mendonça	2023/00003136 6-06
III - Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais da Capital	Concluído	Concluído	Sebastião Fonseca Monteiro Júnior	2023/00003136 6-07
IV - Divisão de Suporte aos Sistemas Judiciais do Interior	Concluído	Concluído	Rodrigo dos Santos Marinho	2023/00003136 6-07
V - Divisão de Desenvolvimento de Sistemas e Inovações Tecnológicas	Concluído	Concluído	José Maria Drumond de Vasconcelos Dias Filho	2023/00003136 6-07
VI - Divisão de Suporte e Gestão de Ativos de TIC	Concluído	Concluído	Paulo César Feijão Silveira	2023/00003136 6-07
I - Secretaria de Compras, Contratos e Operações	Concluído	Concluído	Vanessa Mendonça de Souza Vieiralves Frota	2023/00003161 3-00
II - Divisão de Compras e Operações	Concluído	Concluído	Thiago Lima dos Santos	2023/00003161 3-00
III - Divisão de Contratos e Convênios	Concluído	Concluído	Márlucia Araújo dos Santos	2023/00003161 3-00
IV - Coordenadoria de Licitação	Concluído	Concluído	José Rogério de Souza Mendes Júnior	2023/00003161 3-00
V - Divisão de Patrimônio e Material	Concluído	Concluído	Nélia Freitas Nogueira Vieira	2023/00003161 3-00
I - Secretaria de Expediente	Concluído	Concluído	Rodrigo Martins	2023/00004555 9-00
II - Assessoria de Publicações	Concluído	Concluído	Betiane Lima	2023/00004555 9-00

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

I - Secretaria de Infraestrutura	Concluído	em andamento	Rommel Akel	2023/00004891 7-00
Assessoria de Análise Estrutural das Obras	Concluído	em andamento	Yasmin Moraes	2023/00004891 7-00
Assessoria Técnico-Jurídica	Concluído	em andamento	José James	2023/00004891 7-00
II - Divisão de Obras e Projetos	Concluído	em andamento	Evelyn Guerra	2023/00004891 7-00
III - Divisão de Manutenção	Concluído	em andamento	Ricardo Correa	2023/00004891 7-00
I - Secretaria de Orçamento e Finanças	em andamento	em andamento	Eduardo Martins de Souza	-
II - Assessoria Técnico-administrativa de orçamento e finanças	Concluído	em andamento	Danter José da Silveira Sarubbi	-
III - Assessoria de contabilidade	Concluído	em andamento	Gilmar de Souza Torres	-
IV - Assessoria de Gabinete	Concluído	em andamento	Diego Melo Dias	-
V - Seção de Execução Orçamentária	Concluído	em andamento	Danter José da Silveira Sarubbi	-
VI - Seção de Execução Financeira	Concluído	em andamento	Aline Rodrigues da Silva de Lima	-
VII - Seção de Adiantamentos, Diárias e Relatórios	Concluído	em andamento	Daniel dos Santos Moreira	-
I - Secretaria de Serviços Integrados de Saúde	em andamento	em andamento	Ana Cyra Saunders Fernandes	2023/00004899 1-00
I - Secretaria de Planejamento	em andamento	em andamento	Márcia Rizatto	-
II - Divisão de Gestão e Projetos	em andamento	em andamento	Bruno Oliveira	



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

DIVISÃO DE GESTÃO E PROJETOS

Considerando a criação e a integração da Divisão de Gestão e Projetos à estrutura organizacional da Secretaria de Planejamento, nos termos da Resolução nº 56, de 07 de novembro de 2023, e visando a necessidade de se desenvolver, com efetividade, os projetos desta corte, foram desenvolvidas atribuições para esta Divisão com a finalidade de: assessorar a administração do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas no desenvolvimento de projetos institucionais e estratégicos; sistematizar e articular a melhoria contínua na metodologia de gestão, visando promover a efetividade dos resultados institucionais; gerenciar projetos e promover a melhoria dos processos organizacionais do Tribunal; assegurar o alinhamento de Projetos com o Planejamento Estratégico do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, considerando as perspectivas, macrodesafios, iniciativas, programas e ações previstas; elaborar, implementar, e monitorar o cumprimento da metodologia de gerenciamento de projetos; revisar anualmente o Portfólio de Projetos, observando a evolução da prática de gerenciamento dos projetos e os fatores internos externos pertinentes ao contexto organizacional do Tribunal; assessorar a Alta Direção nas decisões acerca dos projetos das instituições; dentre outras atividades.

Projeto é um empreendimento temporário, ou seja, possui começo, meio e fim programados, que tem por objetivo criar um produto ou serviço novo e segue parâmetros predefinidos de tempo, custo e qualidade.

Um projeto bem-sucedido exige um bom planejamento, com clara definição dos objetivos, do escopo e das etapas necessárias para a sua conclusão. As atividades devem ser detalhadas de modo que seja possível definir tempo e recursos necessários.

Um projeto estratégico está alinhado a um ou mais objetivos estratégicos (macrodesafios) e contribui diretamente para o alcance das metas institucionais estabelecidas.

Apresentamos a seguir o portfólio dos projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - Ano de 2023.

Portfólio de Projetos TJAM 2023

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.
Nome e Nº Projeto: 1 - Implantação de legendas e audiodescrição.
Responsável: Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - DVIAS



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Objetivo Geral: Desenvolvimento de conjunto de sistemas computacionais, aplicativos e sistemas web, ou sistemas de edição que serão agregados no site do tribunal, possibilitando uma tecnologia assistiva.
Resultados Esperados: Adequação conforme o Art.10º, inciso XXI da resolução 230/2016 do CNJ, que orienta a respeito da utilização de “legenda, audiodescrição e comunicação em linguagem acessível em todas as manifestações públicas, entre elas propagandas e pronunciamentos, vídeos educativos e reuniões”.
Resultados Obtidos: Aplicação de audiodescrição nos seguintes eventos realizados neste Tribunal em 2023: ● Congresso Internacional Novas Tendências do Direito Processual Civil no Teatro Amazonas; ● Dia da Consciência Negra; ● Retomada das atividades do TJAM no novo Biênio 2023-2025; ● TJAM em Pauta - Justiça Itinerante; ● TJAM em Pauta - Reunião com Juízes e Diretores; ● TJAM em Pauta - Visita Técnica na Central de Custódia e no Depósito Público; ● TJAM em Pauta - Visita do Presidente do TCE; ● Reinauguração do Fórum em Careiro Castanho; ● Semana de Conscientização sobre o Autismo; ● Projeto Árvore Encantada; ● Noticiário “InterNews/TJAM” - Tema: Uso de crachá passa a ser obrigatório nas dependências do TJAM; ● Vídeo Documentário “TJAM Mulher” - Tema: Acessibilidade no Judiciário Estadual; ● Vídeo Documentário - Tema: TJAM conquista Selo Diamante no Prêmio de Qualidade CNJ 2023; ● Noticiário “TJAM EM PAUTA” - Tema: Mutirão para o Registro Cível (Registre-se); ● Vídeo Informativo - Tema: TJAM lança site da Central de Precatórios; ● Noticiário “TJAM EM PAUTA” - Tema: TJAM promove Mutirão do Júri; ● Noticiário “TJAM EM PAUTA” - Tema: Dia Nacional da Adoção; ● Noticiário “TJAM EM PAUTA” - Tema: Lançamento, no Amazonas, da primeira Constituição Federal em Língua Indígena; ● Noticiário “InterNews/TJAM” - Tema: TJAM passa a disponibilizar o serviço de tradução em Libras; ● Noticiário “TJAM EM PAUTA” - Tema: Lançamento da Câmara Extrajudicial de litígios na área de Saúde; ● Noticiário “InterNews/TJAM” - Tema: TJAM promove ciclo de formação “Café com Gestores”; ● Noticiário “TJAM EM PAUTA” - Tema: TJAM disponibiliza serviço de Atermação online
Orçamento: . Legenda e Audiodescrição: Sem ônus na nova configuração do projeto, vide processos administrativos 2023/000032947-00 e 2023/000031765-00.
Monitoramento: [Atualização em 09/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Além disso, o DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 20%

Status: Em Andamento.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.

Nome e Nº Projeto: 2 - Contratação de intérprete de libras.

Responsável: Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - DVIAS

Objetivo Geral: Reduzir as barreiras de comunicação dentro da Instituição, propiciando um ambiente com atendimento acessível, assegurando o atendimento por tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras, guias intérpretes e outros profissionais capacitados para o atendimento de pessoas com deficiência.

Resultados Esperados: Adequação conforme resolução do CNJ 230/2016, Art. 10º, § 1º, onde orienta que poder judiciário deverá dispor de, pelo menos, 5% de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para o uso e interpretação de libras.

Resultados Obtidos: "Contratado 3 (três) Intérprete de Libras para atendimento por meio de solicitação formalizada via sistema SEI à esta Divisão. Os referidos profissionais atuam em audiências das unidades judiciais de todos os fóruns da capital, bem como em eventos presenciais e transmitidos por esta Corte. Após o período de criação do fluxograma e formulário de solicitação do serviço dos Intérpretes de Libras, bem como divulgação da disponibilização destes profissionais, foram atendidas uma estimativa de 37 demandas, tais como audiência de instrução e julgamento, audiência de conciliação, gravação de vídeos institucionais, eventos como: Mutirão da dignidades sexual; Cerimônia de outorgas de prêmios; Seminário de procedimentos e processos criminais; Lançamento de ação de identificação civil, entre outros.

De janeiro a junho do corrente ano foram atendidos:

- Setor: Cerimonial: 23 eventos,
- Varas e Setores diversos: 44 atendimentos,
- Pleno: Iniciou a partir de maio, e foram 09 atendimentos.

"

Orçamento: A contratação de 03 três técnicos.

SALÁRIO DE 4.000,00 POR INTÉRPRETE

Total: R\$ 12.000,00.

Monitoramento: [Atualização em 31/08/2023, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI, nº 2023/000031765-00, processo do Núcleo de Gerenciamento de Projetos



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos.]

Projeto Concluído.

Índice de Cumprimento do Projeto: 100%

Status: Projeto concluído.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.

Nome e Nº Projeto: 3 - Inclusão de Mapa Tátil – Recepção Fóruns.

Responsável: Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - DVIAS/ Divisão de Engenharia

Objetivo Geral: Reduzir barreiras Comunicacionais em relação as pessoas cegas ou com baixa visão, sejam elas servidores ou público externo, conforme resolução do CNJ 230/2016.

Resultados Esperados: Implementar mapa tátil, com objetivo de torna o ambiente acessível para pessoas cegas ou com baixa visão.

Resultados Obtidos:

Status de 2023: Informado que houve a contratação da empresa ORBITY COM. DE MAT. PUBLIC, para fixação de mapa tátil em todos os prédios da capital.

Todos os prédios já possuem Mapa tátil, e os balcões estão sendo adaptados conforme reforma ou inauguração das novas unidades;

CONCLUÍDO, ressaltando a necessidade de alteração do mapa quando ocorre mudança de Setor (localidade).

Continua com ATAS abertas para futuras adequações.

Orçamento:

Não houve ônus em 2023

Monitoramento: Autuação de processo administrativo via SEI para contratação de soluções tecnológicas, Legenda:2021/000004179-00; Legenda: Conforme PA 2021/000004179-00, o processo encontra-se em tramitação na Divisão de Contratos e Convênios.

Audiodescrição: Conforme PA 2021/000004183-00. Contrato Administrativo 038/2022-FUNJEAM, firmado entre este Poder e a empresa RYBENA TECNOLOGIAS ASSISTIVAS LTDA, cujo objeto constitui a contratação de empresa especializada no fornecimento, instalação, atualização e suporte técnico, por um período de 12 (doze) meses, de solução tecnológica de acessibilidade em ambiente da internet (portal web do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM - www.tjam.jus.br), adotando-se sistema de audiodescrição em manifestações públicas da instituição, tais como: propagandas, redes sociais, vídeos, fotos, dentre outras comunicações institucionais, para atender o Tribunal de Justiça do Amazonas.

Projeto em andamento, com nova aferição pelo Núcleo de Gerenciamento de Projetos em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

15/03/2023.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Projeto Concluído.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.
Nome e Nº Projeto: 4 - Implementação/Adequação de balcões adaptados.
Responsável: Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - DVIAS/ Divisão de Engenharia
Objetivo Geral: Redução de barreiras arquitetônicas, que impedem a livre autonomia da pessoa com deficiência.
Resultados Esperados: Adequação conforme resolução 230/2016 do CNJ , Art. 4º §2º, onde orienta que “as edificações públicas devem garantir acessibilidade á pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços..”
Resultados Obtidos: Projeto executado pela Equipe da Divisão de Engenharia e Patrimônio nas recepções de cada Fórum. Os resultados obtidos até o presente momento foi da redução de barreiras arquitetônicas da instituição, possibilitando a livre autonomia da pessoa com deficiência e um ambiente de trabalho mais acessível e inclusivo.
Orçamento: Não houve ônus em 2023.
Monitoramento: [Atualização em 31/08/2023, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI, nº 2023/000031765-00, processo do Núcleo de Gerenciamento de Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos.] Projeto Concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Projeto Concluído.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.
Nome e Nº Projeto: 5 - Melhorias Arquitetônica com Adaptações Acessíveis.
Responsável: Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - DVIAS/ Divisão de Engenharia
Objetivo Geral: Promover adaptação do espaço físico internos e externos, conforme a orientação da NBR-9050, no que tange a necessidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Resultados Esperados: Propiciar um ambiente mais inclusivo, eliminando as barreiras arquitetônicas existentes nos edifícios públicos que impeçam a plena autonomia, e liberdade da pessoa com deficiência.

Resultados Obtidos: "Projeto 01 - Ampliação do estacionamento para PCD's Fórum Arnaldo Peres:

- Instalação de 09 (nove) vagas para idosos, 02 (duas) vagas para cadeirantes com rampa, 03 (três) vagas para grávida e 01 (uma) vaga para pessoas com transtorno do aspecto autista.

Projeto 02 - Rampa de acessibilidade ao edifício do Fórum Arnaldo Peres, com cobertura e corrimão duplo:

- Entrada principal do edifício do Arnaldo Peres adaptada para servidores com mobilidade reduzida e cadeirantes.

Projeto 03 - Pintura e ampliação das vagas de estacionamento para PCD's e pessoas com mobilidade reduzida no Fórum Arnaldo Péres e Azarias Menescal:

- Instalação de 05 (três) vagas para idosos, 02 (duas) vagas para PCD's, 02 (duas) vagas para grávida e 01 (uma) vaga para pessoas com transtorno do aspecto autista no Fórum Azarias Menescal.
- Instalação de 20 (vinte) vagas para idosos, 05 (cinco) vagas para PCD's, 04 (quatro) vagas para grávida e 02 (duas) vagas para pessoas com transtorno do aspecto autista no Fórum Arnaldo Péres.

Projeto 04 - Pintura e remanejamento das vagas de estacionamento para PCD's e pessoas com mobilidade reduzida no Juizado Infracional:

- Remanejamento de 01 (uma) vaga para grávida, 01 (uma) vaga para PCD, 01 (uma) vaga para cadeirante, 01 (uma) vaga para idoso no Juizado Infracional."

Orçamento:

Projeto 01 – Ampliação do estacionamento para PCD's Fórum Arnaldo Peres:

Orçamento Total: R\$165.791,43

Orçamento Utilizado: R\$165.791,43

Projeto 02 – Rampa de acessibilidade ao edifício do Fórum Arnaldo Peres, com cobertura e corrimão duplo:

Orçamento Total: R\$ 70.671,71

Orçamento Utilizado: R\$ 70.671,71

Projeto 03 – Pintura e ampliação das vagas de estacionamento para PCD's e pessoas com mobilidade reduzida no Fórum Arnaldo Péres e Azarias Menescal:

Orçamento Total: R\$5.550,00

Orçamento Utilizado: R\$5.550,00

Projeto 04 - Pintura e remanejamento das vagas de estacionamento para PCD's e pessoas



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

com mobilidade reduzida no Juizado Infracional:

Orçamento Total: R\$2.800,00

Orçamento Utilizado: R\$2.800,00

Total: R\$ 244.813,14

Monitoramento: [Atualização em 09/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Além disso, o DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. A próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 67%

Status: Em Andamento.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.

Nome e Nº Projeto: 6 - Circuito de Acessibilidade.

Responsável: Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - DVIAS

Objetivo Geral: Abordar a temática Acessibilidade, especificamente no que tange as barreiras atitudinais através de programas e práticas de sensibilização.

Resultados Esperados: Propiciar um ambiente mais inclusivo, com respeito as diferenças e diversidade, combatendo estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência no âmbito Institucional.

Resultados Obtidos: "Resultados Esperados: Propiciar um ambiente mais inclusivo, com respeito as diferenças e diversidade, combatendo estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência no âmbito Institucional."

- Projeto 01 - Ampliação do estacionamento para PCD's Fórum Arnaldo Peres: Concluído.

- Projeto 02 - Rampa de acessibilidade ao edifício do Fórum Arnaldo Peres, com cobertura e corrimão duplo: Em andamento.

- Projeto 03 - Pintura e ampliação das vagas de estacionamento para PCD's e pessoas com mobilidade reduzida no Fórum Arnaldo Péres e Azarias Menescal: Concluído.

- Elaboração do Projeto;

- Articulação junto aos palestrantes para compor programação;

- Solicitação de Buffet;

- Solicitação de brindes (bloco de anotações e estojo);

- Solicitação de apoio aos setores competentes: ESMAM/ EJUD/ CERIMON / ASC;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Articulação com a SEC para atração Musical.

Projeto alterado para "ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE INCLUSÃO DO TJ/AM" o Evento ocorreu dia 23/09/2023, contou com a presença das seguintes palestrantes: Fernanda Mendonça, procuradora-geral do Ministério Público de Contas junto ao TCE/AM; Nancy Segadilha, advogada e vice-presidente da Comissão Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Conselho Federal da OAB/AM e; Sandra Desideri, psicóloga e integrante da Comissão de Assédio e Discriminação do TJAM.

O Encontro de Acessibilidade e Inclusão do Tribunal de Justiça do Amazonas" acontecerá de maneira anual, sempre próximo ao Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, que é celebrado em 21 de setembro. A meta é conscientizar e incentivar a adoção de práticas de inclusão e não discriminação no ambiente de trabalho.

Orçamento:

"Por volta de 4.350 em brindes para participantes; Por volta de R\$ 8.697,00 em Buffet.

Total: R\$ 13.047,00"

Monitoramento: [06/02/2024]

Projeto Anual Concluído para o ano de 2023.

Índice de Cumprimento do Projeto: 100%

Status: Projeto Concluído.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.

Nome e Nº Projeto: 126 - Intérpretes humanos no site do TJAM.

Responsável: Divisão de Inclusão, Acessibilidade e Sustentabilidade - DVIAS

Objetivo Geral: Inserir vídeos gravados com intérpretes humanos, em abas específicas no site do Tribunal, promovendo acessibilidade aos usuários.

Resultados Esperados: Site do Tribunal mais acessível, diminuindo as barreiras tecnológicas. adequação conforme Art. 2º Insiso 2º da resolução N° 401, de 16 de Junho de 2001 do CNJ, que orienta a efetivação da acessibilidade nos portais e sítios eletrônicos dos órgãos do Poder Judiciário às pessoas com deficiência. Ainda no Art. 3º Insiso IV reitera que as barreiras são: qualquer entrave a comunicação, ao acesso a informação e a compreensão. Minimizando as dificuldades que impedem a pessoa com deficiência no acesso às informações contidas no site do Tribunal. Propiciar um ambiente mais inclusivo, com respeito às diferenças e diversidade, combatendo estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência no âmbito Institucional.

Resultados Obtidos: "1 – Coleta de informações do site
2 – Pesquisas terminológicas



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

3 – Tradução de termos 4 – Validação por meio de revisão 5 – Gravação (comunicação – ainda não realizado) 6 – Edição (comunicação – ainda não realizado) 7 – Postagem do material (Informática – ainda não realizado) - Validação por meio de revisão não alcançada, pois será necessário uma segunda revisão. Público-alvo: jurisdicionados e público externo. "
Orçamento: Apenas uso de recursos humanos deste tribunal.
Monitoramento: [Atualização em 09/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Além disso, o DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 57%
Status: Em Andamento.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.
Nome e Nº Projeto: 144 - Liga dos Estagiários da Justiça.
Responsável: Escola Judicial do Amazonas - EJUD
Objetivo Geral: Fomentar o aprofundamento das/os estagiárias/os nas temáticas interdisciplinares concernentes à prestação dos serviços jurisdicionais e em qualquer nível em que os assistidos estejam inseridos, tendo em vista as demandas das pessoas em situações peculiares de desenvolvimento humano e também do Sistema de Justiça, através do desenvolvimento de competências e habilidades técnicas, bem como raciocínio ético, crítico e reflexivo.
Resultados Esperados: Espera-se que o projeto LEJ/TJAM traga diversos resultados em benefício ao tribunal de justiça. Dentre eles: O aumento do conhecimento e aprofundamento nas áreas de serviços oferecidos pelo Tribunal, o Desenvolvimento de competências e técnicas profissionais e a Melhoria da qualidade de serviços jurídicos.
Resultados Obtidos: 01 Encontro de Estagiários (agosto); 04 encontros teóricos (setembro/outubro/novembro/dezembro). Número de participantes: 515 Certificações: 435



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Orçamento: Orçamento utilizado R\$ 1.090,00
Monitoramento: [Atualização em 09/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Além disso, o DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 50%
Status: Em Andamento.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Promover acessibilidade e desenvolver ações corretivas e preventivas na instituição.
Nome e Nº Projeto: 7 - Encontrar Alguém. (Juizado da Infância e Juventude Cível e COIJ).
Responsável: Coordenadoria Infância e Juventude - COIJ
Objetivo Geral: Divulgar, de forma responsável e padronizada, imagens (fotográficas ou por vídeo) e informações (textos) sobre crianças/adolescentes inseridas no CNA, sem perspectiva de pretendentes, e que são consideradas de difícil colocação em família substituta.
Resultados Esperados: Viabilizar a inserção de crianças e adolescentes em família substituta, por meio da busca ativa, a qual destina-se a alcançar pessoas interessadas em adoção - habilitados ou a sociedade em geral, de acordo com os procedimentos avaliativos previstos em lei.
Resultados Obtidos: 1. Divulgação de 5 vídeos nas plataformas sociais de internet do Tribunal de Justiça do Amazonas (Youtube e Instagram); 2 . Realização de 16 filmagens nas instituições acolhedoras; 3 . Do total de 31 adotados em 5 anos, 2 foram em 2023, com inserção de 15 em estágio de convivência.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Projeto Concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Projeto Concluído.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos; Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.
Nome e Nº Projeto: 8 - Legal Tô Documentado.
Responsável: Coordenadoria Infância e Juventude - COIJ
Objetivo Geral: Viabilizar a emissão de documentação básica para crianças e adolescentes. Emitir documentação (CTPS, RG, e CPF) para crianças e adolescentes em acolhimento institucional e adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto.
Resultados Esperados: Atender o maior Nº de crianças e adolescentes acolhidos em abrigos e os adolescentes que estão em medidas socioeducativas, assim como aqueles acompanhados pelos CREAS.
Resultados Obtidos: Quantitativo de Carteira de Identidade: -Protegendo Filhos, Transformando Vidas:6 - Acolhimento Institucional: 10 - Socioeducativo: 3 Total: 19 Quantitativo CPF: - Protegendo Filhos: 5
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Projeto Concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Projeto Concluído.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos; Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.
Nome e Nº Projeto: 9 - Protegendo Filhos, Transformando Vidas.
Responsável: Coordenadoria Infância e Juventude - COIJ



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Objetivo Geral: Garantir o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes, filhos/as de mulheres em situação de privação de liberdade, tendo em vista o pleno desenvolvimento infanto-juvenil para a construção de um projeto de vida proativo e saudável, com vistas à transformação das condições materiais e sociais no âmbito familiar e comunitário.
Resultados Esperados: Atender o maior Nº de crianças e adolescentes acolhidos em abrigos e os adolescentes que estão em medidas socioeducativas, assim como aqueles acompanhados pelos CREAS.
Resultados Obtidos: Público: crianças e adolescentes filhos de mulheres em situação de privação de liberdade. - Total de crianças e adolescentes: 229 - Total de genitoras: 97 1. Entrevistas realizadas pela SEAP: 6 2. Visitas realizadas Sejusc: 26 3. Encaminhamentos individuais diversos: 4. Ofícios: 22 5. Memorandos: 3 6. Encaminhamento para acompanhamento psicológico (SEMSA): 34 7. Encaminhamento para acompanhamento socioassistencial: (SEMASC): 60 8. Encaminhamento para acompanhamento sociopsicopedagógico (SEDUC): 119 9. Encaminhamento para acompanhamento sociopsicopedagógico (SEMED): 34 10. Encaminhamento para convivência familiar (SEAP): 46 11. Encaminhamento para levantamento da demanda mediante visita domiciliar (SEJUSC): 26 12. Encaminhamento para regularização de guarda, pensão alimentícia (SEJUC): 22 13. Encaminhamento para emissão de CPF (Receita Federal): 36 14. Encaminhamento para emissão da Carteira de Identidade Nacional: 07
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Projeto Concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Projeto Concluído.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos; Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.
Nome e Nº Projeto: 10 - Árvore Encantada: Encante-se com essa Ideia.
Responsável: Coordenadoria Infância e Juventude - COIJ
Objetivo Geral: Presentear crianças e adolescentes em situação de acolhimentos na Capital e no interior do Amazonas por ocasião do festejo natalino.
Resultados Esperados: Proporcionar a todas as crianças abrigadas de Manaus e de municípios do Amazonas um momento de alegria, no qual receberão presentes de todos que aderirem ao projeto adotando uma cartinha.
Resultados Obtidos: - Oportunidade aos servidores do Poder Judiciário, o conhecimento da realidade vivenciada pelas crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional; - Integração entre crianças e adolescentes acolhidos com pessoas fora do seu convívio social e institucional; - Incentivo e promoção a interação social dos acolhidos com os Magistrados e servidores do TJAM, Defensores, Promotores e outros. Quantitativo de crianças que receberam os presentes por Instituição em 2023: Monte Salém - 21 acolhidos Moacyr Alves - 61 acolhidos Casa Mamãe Margarida - 22 acolhidos Lar Batista Janell Doyle - 31 acolhidos O Coração de Pai (Manaus) - 25 acolhidos O Coração de Pai (Iranduba) - 27 acolhidos Abrigo Nascer - 20 acolhidos Saica - 37 acolhidos Abrigo O Pequeno Nazareno - 10 acolhidos Casa São Felipe Neri - 10 acolhidos Dona Bia (Manacapuru) 34 acolhidos Casa Esperança (Manacapuru) - 28 acolhidos Total: 326
Orçamento: Orçamento total previsto: R\$ 8.000,00 Orçamento utilizado: 1. R\$ 1.1551,10 - (Um mil cento e cinquenta e um reais e dez centavos) para custear despesas de materiais de consumo; 2. R\$ 970,00 - Para custear serviços realizados por pessoa jurídica; Total: R\$ 2.121,10.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Projeto Concluído.

Índice de Cumprimento do Projeto: 100%

Status: Projeto Concluído.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente;

Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos;

Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.

Nome e Nº Projeto: 11 - Depoimento Especial (Regulamentação, implantação de salas de DE e capacitação continuada).

Responsável: Coordenadoria Infância e Juventude - COIJ

Objetivo Geral: Fazer cumprir a Resolução 299, de 05/11/19, que Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4/04/17, que normatiza e organiza o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e cria mecanismos para prevenir e coibir a violência.

Resultados Esperados: Regular o DE no TJAM e mobilizar a rede de proteção para fazer uso da metodologia nos ditames da Lei 13.431/2017; Até 2026, implantar salas de depoimento especial em 98% das comarcas do Amazonas. Promover duas capacitações anuais em Depoimento Especial e Escuta Especializada.

Resultados Obtidos: De acordo com os informes no Processo Administrativo SEI Nº 2024/000002770-00, a COIJ informa que a coordenadoria participou de uma capacitação a pedido da Coordenadoria Psicosocial, apenas como apoio.

Status 2023:

A equipe da Coordenadoria da Infância e Juventude, Jane Nagaoka e Valda Calderaro, por meio do projeto SGD em Movimento, têm visitado comarcas para auxiliar e orientar na implementação da Lei 13.431/17.

O entrevistador da 2VECCDSCA, Rafael Ulhoa tem acompanhado a equipe ministrando o curso “Noções Introdutórias ao Depoimento Especial” a profissionais indicados pelos Magistrados das respectivas comarcas. O entrevistador da 2VECCDSCA, Rafael Ulhoa tem acompanhado a equipe ministrando o curso “Noções Introdutórias ao Depoimento Especial” a profissionais indicados pelos Magistrados das respectivas comarcas.

Orçamento:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Sem ônus.
Monitoramento: " [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Além disso, o DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024."
Índice de Cumprimento do Projeto: 5%
Status: Em Andamento.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos; Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.
Nome e Nº Projeto: 12 - Jornada de Justiça e Cidadania.
Responsável: Coordenadoria Infância e Juventude - COIJ
Objetivo Geral: Fortalecer a função social do Judiciário Amazonense na sociedade, em especial ao público acadêmico das escolas estaduais e municipais.
Resultados Esperados: O projeto pretende atender mais de quinhentas (500) pessoas por ano. Assim, acredita-se que deva ser gerado um conhecimento capaz de contribuir para a defesa dos direitos e interesses sociais e individuais por parte dos cidadãos participantes do projeto e, por consequência, dos familiares e comunitários que, inevitavelmente, serão impactados pelo saber disponível.
Resultados Obtidos: Projeto paralisado. Ano de 2023: Não houveram ações para o ano. De acordo com os informes no Processo Administrativo SEI Nº 2024/000002770-00 não houve movimentação ou andamento do projeto no período no ano de 2023.
Orçamento: Sem ônus.
Monitoramento: " [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Além disso, o DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024."
Índice de Cumprimento do Projeto: 0%
Status: Execução não iniciada.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos; Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.
Nome e Nº Projeto: 13 - Acolhendo Vidas.
Responsável: Coordenadoria Infância e Juventude - COIJ
Objetivo Geral: Promover atendimento e acompanhamento de mulheres grávidas que intentam a entrega de seus filhos em adoção.
Resultados Esperados: O Projeto Acolhendo Vidas de Acompanhamento às Gestantes promoverá atendimento de 100% da demanda espontânea e encaminhada ao Juizado da Infância e Juventude Cível.
Resultados Obtidos: Foram 03 maternidades atendidas com a realização de Oficinas sobre Adoção Legal, contando com a participação de profissionais de saúde, como enfermeiros, assistentes sociais, psicólogos e médicos, dentre outros, totalizando 57 profissionais de saúde, servidores das unidades de saúde correspondentes. Acrescenta-se como resultado, a confecção dos materiais gráficos, denominado, Entrega Voluntária, em cumprimento à Resolução nº 485, de 18 de janeiro de 2023, que dispõe sobre o adequado atendimento de gestante ou parturiente que manifeste desejo de entregar o filho para adoção e a proteção integral da criança, de modo a subsidiar todas as comarcas do Amazonas.
Orçamento: Sem ônus.
Monitoramento: " [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Além disso, o DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024."
Índice de Cumprimento do Projeto: 80%
Status: Projeto em Andamento.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos; Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.
Nome e Nº Projeto: 123 - GT da Proteção.
Responsável: Coordenadoria Infância e Juventude - COIJ



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Objetivo Geral: Implementar, em caráter excepcional, centrando no período de março a novembro de 2023, a análise e movimentação processual, em força tarefa, e ainda com a realização de audiências em pautas específicas, sentenças de processos e diversos procedimentos nas demandas em trâmite no Juizado da Infância e Juventude Cível, em especial ADOÇÃO, DESTITUIÇÃO E HABILITAÇÃO e ainda MEDIDAS PROTETIVAS e de GUARDA.
Resultados Esperados: Movimentar mais de 500 processos das classes ADOÇÃO, DESTITUIÇÃO, HABILITAÇÃO, MEDIDAS DE PROTEÇÃO e GUARDA que estão em trâmite no Juizado da Infância e da Juventude Cível. Para cumprir o determinado pela CGJ, prêmio Qualidade e Metas nacionais 11.
Resultados Obtidos: No total a equipe do GT trabalhou em 389 processos.
Orçamento: Despesa semestral referente gratificação da força-tarefa de 10% PJ-DAS R\$ 1.949,00 x 7 (componentes do GT): R\$ 81.858,00
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]
Projeto Concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Concluído.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente; Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos; Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.
Nome e Nº Projeto: 124 - Restitua Amor.
Responsável: Coordenadoria Infância e Juventude - COIJ
Objetivo Geral: Projeto que visa orientar o contribuinte a destinar parte do devido em Imposto de Renda para o Fundo da Infância e Adolescência - FIA.
Resultados Esperados: Que os servidores do TJ participem destinando valor ao FIA não só na época do imposto, mas durante todo o ano. A Coij também deverá estimular as prefeituras que regularizem do FIA em seus municípios.
Resultados Obtidos: "Conscientização da população sobre a destinação de um pequeno percentual do Imposto de renda ao FIA - Fundo da Infância e Adolescência, contribuindo de maneira segura, legal e transparente a projetos sociais voltados à crianças e adolescentes.
DIVULGAÇÃO DO PROJETO em pontos estratégicos TJAM, Fórum Euza Maria Vasconcelos e Henoch Reis



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Recebimento de dados do Projeto Observatório:

1. Articulação com Receita Federal e Sindicato dos Contabilistas do Estado do Amazonas - SIDCONTAB/AM;
2. Reuniões para a execução do projeto;
3. Elaboração de cartilha e material de divulgação (card, folders, banner);
4. Visita técnica com abrigos;
5. Reuniões e captação de novos parceiros; e
6. Inscrição de adolescentes nos cursos oferecidos pelos parceiros.

Orçamento: Sem ônus.

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Projeto Concluído.

Índice de Cumprimento do Projeto: 100%

Status: Projeto Concluído.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente;

Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos;

Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.

Nome e Nº Projeto: 125 - Sou Família, não abro mão, também sou proteção!

Responsável: Coordenadoria Infância e Juventude - COIJ

Objetivo Geral: Sensibilizar a família, a comunidade e o sistema de garantia de direitos para ações de prevenção à situações de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, no sentido de disseminar o conhecimento sobre o cuidado, autocuidado, mudança de comportamento social e responsabilização quanto a omissão e autoria da violência.

Resultados Esperados: Adesão de todas as Comarcas na Campanha que acontece em maio.

Resultados Obtidos: Sensibilização da família, da comunidade e o sistema de garantia de direitos para ações de prevenção à situações de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, no sentido de disseminar o conhecimento sobre o cuidado, autocuidado, mudança de comportamento social e responsabilização quanto a omissão e autoria da violência.

Orçamento: Sem ônus.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Projeto Concluído.

Índice de Cumprimento do Projeto: 100%

Status: Projeto Concluído.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente;

Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos;

Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.

Nome e Nº Projeto: 159 - Sala de Depoimento Especial nas Comarcas do Interior (Sala do Anjo).

Responsável: Presidência do TJAM

Objetivo Geral: Garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e criar mecanismos para prevenir e coibir a violência. Evitar a violência institucional e a revitimização das crianças vítimas de crimes contra sua dignidade.

Resultados Esperados: Fazer cumprir a Resolução 299, de 05/11/19, que Dispõe sobre o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, de que trata a Lei nº 13.431, de 4/04/17. Destinada à oitava de crianças e adolescentes que tenham sido vítimas de violação dos seus direitos.

Resultados Obtidos: Projeto em fase de captação de recursos financeiros, quiçá por meio de emendas parlamentares.

Nota: Valor do Investimento do Projeto – R\$ 58.300,00. Para implementação em 1 (uma) comarca. O Projeto prevê a implantação de salas de anjo em pelo menos 20 (vinte) comarcas do interior no custo total de R\$ 1.166.000,00 (um milhão, cento e sessenta e seis mil reais).

Orçamento: R\$ 1.166.000,00

Monitoramento: [06/02/2024]

Índice de Cumprimento do Projeto: 5%

Status: Em Andamento.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos; Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.
Nome e Nº Projeto: 163 - Implantação e implementação do Cão de Assistência Judiciária no Amazonas
Responsável: Presidência do TJAM
Objetivo Geral: Incorporar o “cão de Assistência Judiciária” ou “cão de tribunal” na rede de proteção às vítimas de violência: psicológica, física, abuso sexual ou abandono de crianças e adolescentes, para serem assistidas e terem um melhor acolhimento nos tribunais. Auxiliar os profissionais da justiça criminal e dos sistemas de bemestar infantil nos processos de atendimento das vítimas de violência desde o processo inicial, no decorrer do processo e sua finalização. Implantação de um projeto piloto de acordo com a necessidade da rede de apoio à criança e adolescente vítimas de abuso sexual com base em sua região e Estado.
Resultados Esperados: Ajudar na construção de relacionamento com o adulto profissional e promove o envolvimento com a criança que pode estar nervosa ou retraída; Atuar como conforto ou apoio para a criança e reduz a ansiedade e o estresse; Fornecer aceitação sem julgamento e atenção da criança; Servir como modelo, motivador, catalisador e facilitador para cumprir as propostas nas terapias nos casos em que o animal se torna uma figura de apego à criança; Oferecer segurança, simpatia e sensação de normalidade ao ambiente terapêutico, o que estimula a comunicação espontânea e natural. Se a criança vê que o animal está seguro, então, ela se sentirá segura; Permitir que a criança dramatize, projete, transfira e reencene experiências com o animal mantendo uma distância emocional segura de outras pessoas; Ajudar a reverter a atuação (fisicamente) da criança por meio de interações seguras com animais; Melhorar a autoestima da criança; Permitir que a criança pratique novas habilidades sociais e comunicativas com o animal; eles tendem a ser mais tolerantes permitindo que a criança pratique habilidades sem rejeição; Fornecer um toque de cura para uma criança e remove sentimentos de alienação social; Ensinar a criança sobre toques apropriados versus inapropriados; e Os animais desviam a atenção do assistido aos estímulos que provocam ansiedade.
Resultados Obtidos: Não iniciado. Aguardando decisão do TJAM para implantação do projeto.
Orçamento: R\$ 1.166.000,00
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024]
Índice de Cumprimento do Projeto: 0%
Status: Execução não Iniciada.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular as políticas institucionais voltadas à criança e ao adolescente;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos; Promover audiências concentradas para agilizar os processos da Infância e da Juventude.
Nome e Nº Projeto: 165 - Novos Caminhos
Responsável: Presidência do TJAM
Objetivo Geral: Viabilizar a empregabilidade dos jovens acolhidos institucionalmente no município de Manaus, por meio de sua capacitação e da articulação com empresas, empresários e outros parceiros, objetivando sua inclusão no mercado de trabalho.
Resultados Esperados: O Projeto Novos Caminhos trará benefícios para o Tribunal de Justiça e para a sociedade, sendo: Redução da carga processual; Promoção da justiça social; Redução da reincidência de acolhimento; Fortalecimento da família; e Promoção da cidadania ativa.
Resultados Obtidos: Dos 18 adolescentes formados nos cursos de qualificação, 8 foram Jovem Aprendiz Destaque. Viabilizou a empregabilidade dos jovens ou egrégios do acolhimento institucional no município de Manaus por meio de sua capacitação e da articulação com empresas, empresários e outros parceiros, objetivando sua inclusão no mercado de trabalho."
Orçamento: Sem ônus.
Monitoramento: " [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Projeto Concluído."
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Execução não Iniciada.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: "Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar; Promover sólidas campanhas de educação e de promoção aos remédios constitucionais de defesa dos direitos individuais e coletivos."
Nome e Nº Projeto: 20 - Marias da Penha - Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar Contra Mulheres e Meninas
Responsável: Coordenadoria Estadual da Mulher - CEVID
Objetivo Geral: O programa objetiva o enfrentamento à violência doméstica e familiar contra



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

as mulheres e meninas, com ações viabilizadas pela Coordenadoria da Mulher e pela Equipe de Atendimento Multidisciplinar lotados nos Juizados Especializados.

Resultados Esperados: "Aumento do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher; Promoção da prevenção da violência; Garantia do acesso à justiça. "

Resultados Obtidos: Os Juizados Especializados possuem grupos reflexivos, os quais destaco o ""Maria Acolhe"", onde o público são os Requeridos nos processos de violência Doméstica e Familiar, ocorrendo explicações sobre a Lei Maria da Penha e tramitação processual, no intuito de promover conhecimento e facilitar o processo de reflexão acerca de violência doméstica e familiar contra a Mulher, suas possibilidades de enfrentamento e prevenção a novas situações de violações de direitos.

O segundo projeto que destaco é o ""Maria vai à Escola"", onde foram realizados palestras e distribuição de panfletos informativos, o intuito é mostrar para jovens e adolescentes da rede pública de ensino sobre os direitos da Mulher, e mostrar, também, onde elas podem pedir ajuda quando tiverem sendo vítimas de violência doméstica.

O projeto ""Maria Entra na Roda"" é uma técnica usada em rodas de conversa, geralmente em Centros e Referência de Assistência Social - CRAS, que também busca informar as Mulheres sobre a violência de gênero, a Lei Maria da Penha e o empoderamento feminino.

Orçamento: Não Estimado.

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Além disso, o DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 30%

Status: Em Andamento.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais

Iniciativa: "Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar;
Promover sólidas campanhas de educação e de promoção aos remédios constitucionais de defesa dos direitos individuais e coletivos."

Nome e Nº Projeto: 22 - Programa Nacional "Justiça pela Paz em Casa".

Responsável: Coordenadoria Estadual da Mulher - CEVID/ Equipe de Atendimento Multidisciplinar

Objetivo Geral: Promover atividades preventivas em relação à violência doméstica e familiar contra mulher, bem como apoiar as audiências de Instrução e Julgamento, realizadas em



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

regime de mutirão durante a referida campanha.
Resultados Esperados: Aumento do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher; Promoção da prevenção da violência; Garantia do acesso à justiça.
Resultados Obtidos: O Justiça pela Paz em Casa é um programa de incentivo ao julgamento do maior número de ações que versam sobre violência doméstica e familiar, foi um esforço concentrado de todas as unidades judiciárias para que as três campanhas realizadas no ano e 2023 fossem exitosas, tendo em pauta de quase 6000 (seis mil) audiências. Um total de 5 (cinco) Mulheres fora elaborado e consolidado o Programa de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulheres.
Orçamento: Não Estimado, com ônus previsto.
Monitoramento: [06/02/2024] Atualização não enviada pela área. Solicitação de atualização (processo SEI nº 2024/000002770-00) através de relatório de projeto feito pela DVGP não atendido.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Execução não Iniciada.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: Impulsionar e estimular ações voltadas para redução da violência doméstica e familiar; Promover sólidas campanhas de educação e de promoção aos remédios constitucionais de defesa dos direitos individuais e coletivos.
Nome e Nº Projeto: 160 - Laudos Psicossociais.
Responsável: Presidência do TJAM
Objetivo Geral: Garantir que todos os casos que necessitem de apoio e análise psicossocial envolvendo Direito de Família, Violência contra Mulher, idoso, criança entre outras matérias sensíveis possam ter a maior celeridade possível, especialmente nas unidades do interior.
Resultados Esperados: Garantia de direitos da Mulher, Idoso, criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.
Resultados Obtidos: A previsão de emissão é de 600 Laudos de Psicologia a um custo de R\$300,00 cada.
Orçamento: R\$180.000,00
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024]
Índice de Cumprimento do Projeto: 0%
Status: Execução não Iniciada.

Perspectiva: Sociedade



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Macrodesafio: Garantia dos Direitos Fundamentais
Iniciativa: "Promover a articulação entre os entes de sistema de justiça e de garantia de direitos."
Nome e Nº Projeto: 52 - Reestruturação e Ampliação da Pesquisa de Satisfação de Cliente externo.
Responsável: Secretaria de Planejamento - SEPLAN
Objetivo Geral: Mensurar e monitorar o índice de satisfação da sociedade quanto aos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Amazonas; Identificar os pontos e oportunidades de melhoria dos serviços prestados; Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM; Encontrar mecanismos mais inteligentes visando superar as dificuldades de acesso à justiça; Aprimorar/ampliar a pesquisa de satisfação nas Unidades que fornecem atendimento ao público externo na Capital, por meio da aquisição e disponibilização de TOTENS nas recepções das Unidades prediais do Poder judiciário; Aumentar a divulgação da pesquisa online disponível no Portal do TJAM.
Resultados Esperados: Monitorar o índice de satisfação da sociedade quanto aos serviços prestados pelo Poder Judiciário; Facilitar o acesso do jurisdicionado de forma a melhorar o relacionamento da Sociedade com o Poder Judiciário Estadual.
Resultados Obtidos: Disponibilização de banner de divulgação de pesquisa de satisfação em local de fácil acesso e visualização da recepção das Unidades; Contribuição de servidores e magistrados quanto ao incentivo a participação do usuários externos na aplicação da Pesquisa de Satisfação, por meio do QR Code disponibilizando no banner de divulgação da Pesquisa de Satisfação; Aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Amazonas, consoante ao disposto no Arts. 24, inciso II, da Lei 14.129/2021 e Art. 23 da Lei nº 13.460/2017.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Projeto Concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Projeto Concluído.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Fortalecimento da relação institucional do poder judiciário
Iniciativa: Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM; Encontrar mecanismos mais inteligentes visando superar as dificuldades de acesso à justiça.
Nome e Nº Projeto: 138 - Observatório de Dados.
Responsável: SECAD/ DVGP/ SETIC



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Objetivo Geral: Estabelecer um Observatório Digital de Dados, disponível os portais de INTRANET e EXTRANET do Tribunal de Justiça, que reunirá Indicadores de Desempenho das Unidades Administrativas da Secretaria Geral de Administração - SECGAD, com o objetivo de aprimorar a gestão deste Poder Judiciário, oferecendo informações transparentes e acessíveis aos gestores e à sociedade.

O Painel a ser desenvolvido permitirá monitorar as áreas de atuação do TJAM, com dados estatísticos e informações atualizadas, promovendo assim a transparência e o acesso à informação para todos os gestores e cidadãos.

Resultados Esperados: Aprimoramento da Gestão por meio do uso da Aplicação de Power BI; Conhecimento organizacional através da coleta, análise e gerenciamento dos Dados; Auxílio na tomada de decisão pela gestão do TJAM; Gerenciamento de indicadores de Gestão; Monitoramento digital e em tempo real dos resultados da gestão; Automatização de Dados; e Promoção da Transparência das ações e prestação de Contas à Sociedade.

Resultados Obtidos: Criação dos Painéis BI dos Projetos Estratégicos: Observatório de Dados (SECGAD); Dimensionamento da Força de Trabalho (SECGAD/SEGEP); Automação da SEGEP (SEGEP/SETIC); Automação da SECOP (SECOP); Reestruturação da Frota de Veículos (SECOP); Plano de Obras e Reformas (SEINF); Energia fotovoltaica (SEINF); Projeto de Combate a Incêndio (SEINF); Projeto de Inteligência e Segurança Institucional (SEINF/SETIC); Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos (SEPLAN); Projeto ABNT NBR ISO 9001 - SECGAD/TJAM (SEPLAN/NGP); Controle da Segurança e Defesa Cibernética (SETIC); Migração e Expansão do Sistema PROJUDI (SETIC); Comunicação Via Satélite de Baixa Órbita (SETIC); e Implementação da LGPD (CGPD).

Orçamento: Sem ônus

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Projeto Concluído.

Índice de Cumprimento do Projeto: 100%

Status: Projeto Concluído.

Perspectiva: Sociedade

Macrodesafio: Fortalecimento da relação institucional do poder judiciário

Iniciativa: Orientação sobre o acesso e funcionamento do sistema de justiça; Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM; Divulgação das iniciativas institucionais.

Nome e Nº Projeto: 53 - Aprimorar e ampliar os mecanismos de transparência e acesso a informações da Gestão do Poder Judiciário do Amazonas.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Responsável: SEPLAN
Objetivo Geral: Aprimorar, implementar e ampliar mecanismos que propiciem melhor controle social pelos cidadãos ao disponibilizar dados e informações públicas por meio da transparência da Gestão Pública, bem como, manter e aprimorar a ferramenta de solicitações de informações regulamentada pela Lei de acesso a informações.
Resultados Esperados: Garantir e ampliar a transparência da Gestão do Poder Judiciário do Estado do Amazonas; Facilitar o acesso às informações públicas aos cidadãos; Aumentar a pontuação no Ranking nacional da transparência do Poder Judiciário; Aumentar a pontuação no Ranking estadual da transparência do Ministério Público de Contas do Estado do Amazonas.
Resultados Obtidos: Aprimorar, implementar e ampliar mecanismos que propiciem melhor controle social pelos cidadãos ao disponibilizar dados e informações públicas por meio da transparência da Gestão Pública.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Projeto Concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Projeto Concluído.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Fortalecimento da relação institucional do poder judiciário
Iniciativa: Orientação sobre o acesso e funcionamento do sistema de justiça; Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM; Divulgação das iniciativas institucionais.
Nome e Nº Projeto: 141 - Feira de Serviços ao Cidadão.
Responsável: SECAD/ EJUD
Objetivo Geral: Ampliação do acesso da população aos fóruns e fomentação da credibilidade institucional, aproximando a comunidade do entorno às instalações e objetivos do poder judiciário. Além disso, o projeto visa à conscientização sobre a cultura ecológica, destacando formas de viver sustentáveis em relação ao meio ambiente e às relações interpessoais, e fortalecer o raciocínio institucional de justiça ambiental. Divulgar direitos e deveres dos cidadãos também é uma das principais metas da feira, assim como disseminar informações sobre os direitos e deveres dos cidadãos é de extrema importância. Por meio de palestras, workshops, materiais informativos e orientações jurídicas, busca-se conscientizar a população sobre seus direitos fundamentais, como o acesso à justiça, igualdade perante a lei, direitos humanos, entre outros. É importante informar sobre os deveres dos cidadãos para com a sociedade e o cumprimento das leis.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Resultados Esperados: Feiras Agroecológicas realizadas: 03 Evento Pré-Feira realizado: 02 Números: 383 participantes/ 83 certificações.
Resultados Obtidos: Aprimorar, implementar e ampliar mecanismos que propiciem melhor controle social pelos cidadãos ao disponibilizar dados e informações públicas por meio da transparência da Gestão Pública.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Projeto Concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 38%
Status: Em andamento.

Perspectiva: Sociedade
Macrodesafio: Fortalecimento da relação institucional do poder judiciário
Iniciativa: Orientação sobre o acesso e funcionamento do sistema de justiça; Estimular e facilitar a conexão entre cidadãos e o TJAM; Divulgação das iniciativas institucionais.
Nome e Nº Projeto: 164 - Entre Pares
Responsável: SECAD/ EJUD
Objetivo Geral: Promover o diálogo entre profissionais de instituições diferentes, com funções equiparadas ou complementares, sobre os serviços jurisdicionais desenvolvidos em formatos ou perspectivas eficazes, a partir de temas disparadores.
Resultados Esperados: O Projeto Entre Pares trará benefícios para o Tribunal de Justiça e para a sociedade, sendo: Atendimento às normativas do CNJ; Facilitação de Acordos de Cooperação Técnica; Avanço nas Metas de interiorização e Acesso à Justiça; Fortalecimento da Imagem Institucional; e Melhoria da Prestação Jurisdicional.
Resultados Obtidos: Realizado em Junho de 2023: Realização dos eventos: Reflexão sobre adoção - diálogo Entre Pares e Judicialização da saúde em casos de Violência obstétrica.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Projeto Concluído.

Índice de Cumprimento do Projeto: 38%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Processos Internos

Macrodesafio: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Iniciativa: Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual;

Estimular a realização de audiências por videoconferência;

Identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais promovendo a diminuição do tempo de tramitação processual e a redução da taxa de congestionamento;

Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual;

Uniformizar os procedimentos ordinários das unidades judiciais;

Priorizar o julgamento de processos pendentes das comarcas do interior do estado.

Nome e Nº Projeto: 55 - Projeto Estoque Zero.

Responsável: Unidades do 1º Grau

Objetivo Geral: Implementação de uma administração judiciária ágil, por meio da adoção e padronização de boas práticas de gestão de gabinetes.

Resultados Esperados: Garantir a efetiva prestação jurisdicional, com segurança jurídica, agilidade e qualidade nos trâmites judiciais e nos julgamentos em primeiro grau, os quais deverão ocorrer dentro de 90 dias.

Resultados Obtidos: Projeto Realizado

A semana da baixa ocorreu entre os dias 26/06/2023 e 04/07/2023. No interior o número de baixas processuais foi de 4.945 ou 29,25% maior que na média das 5 semanas dos meses anteriores. Na capital o número de baixas processuais foi de 12.684 ou 25,04% maior que a média das 5 semanas dos meses anteriores.

Desta forma, através dos resultados exibidos, considera-se que a Semana da Baixa de 2023 apresentou resultado bastante positivo, com uma quantidade de processos baixados bem acima do padrão de baixas semanais durante o ano."

Orçamento: Sem ônus

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Projeto Concluído.

Índice de Cumprimento do Projeto: 50%

Status: Em andamento.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Iniciativa: Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual; Estimular a realização de audiências por videoconferência; Identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais promovendo a diminuição do tempo de tramitação processual e a redução da taxa de congestionamento; Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual; Uniformizar os procedimentos ordinários das unidades judiciais; Priorizar o julgamento de processos pendentes das comarcas do interior do estado.
Nome e Nº Projeto: 57 - Projeto Execução Fiscal Eficiente.
Responsável: Unidades do 1º Grau
Objetivo Geral: Reduzir as ações de execução fiscal de pequeno valor ajuizadas pelo estado e pelos municípios, propondo formas alternativas de cobrança.
Resultados Esperados: Reduzir a quantidade de processos em fase de execução.
Resultados Obtidos: 2023: Assinatura do Convênio, Criação do Cejusc-DAM e aprovação da Lei 3064/23. 1 - Assinado o convênio com a Prefeitura de Manaus; 2 - Publicação da Portaria que criou o CEJUSC-DAM; 3 - Nomeação do Dr. André Luiz Nogueira Borges de Campos como Coordenador - (Portaria Conjunta nº 17/22 e Portaria 3828/22); 4 - Reunião com o Prefeito de Manaus para tratativas da implementação física do CJUSC-DAM, estudando-se um escalonamento dos benefícios que ele abrangeria, bem como a publicação da Lei; 5- Aprovação da Lei nº 3064 de 01/06/23, que estabelece os parâmetros de descontos que serão oferecidos, mas os tipos de desconto serão definidos em edital, conforme entendimento do Município. Tratativas para a reativação do Centro de Resolução de Conflitos (Cejusc/Dívida Ativa) no qual, dentre outros serviços, será oportunizado aos contribuintes a negociação de dívidas com o Município. 2022: Portaria Conjunta nº 17, de 27 de abril de 2022, que Regulamenta o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Dívida Ativa Municipal de Manaus - CEJUSC/DAM, dispõe sobre a competência, atividades e dá outras providências.
Orçamento: Sem ônus
Índice de Cumprimento do Projeto: 50%
Status: Em andamento.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Iniciativa: Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual; Estimular a realização de audiências por videoconferência; Identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais promovendo a diminuição do tempo de tramitação processual e a redução da taxa de congestionamento; Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual; Uniformizar os procedimentos ordinários das unidades judiciais; Priorizar o julgamento de processos pendentes das comarcas do interior do estado.
Nome e Nº Projeto: 58 - Videoconferência nas audiências.
Responsável: Unidades do 1º Grau/ SETIC
Objetivo Geral: Estimular a utilização de Videoconferência nas Audiências de 1º e 2º Grau nas Unidades Judiciais do TJAM.
Resultados Esperados: A Videoconferência é uma solução que permite o contato audiovisual entre as pessoas que estão em localidades diferentes, dando a sensação de que os participantes se encontram no mesmo local. Reduzindo gastos com a movimentação das partes, e possíveis riscos de segurança.
Resultados Obtidos: Portaria Conjunta n.º 05/2023, da Presidência e da Corregedoria-Geral de Justiça, que autoriza a realização de audiências por videoconferência nas comarcas de primeira e segunda entrâncias, desde que requeridas por qualquer das partes ou por integrantes das funções essenciais à Administração da Justiça. O projeto encontra-se como implementado, tendo alcançado seu objetivo, já que as áreas judiciárias do TJAM estão estruturadas com sistemas de vídeos conferência, câmeras, balcões virtuais, etc.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Projeto Concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Projeto Concluído

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Iniciativa: Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Estimular a realização de audiências por videoconferência; Identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais promovendo a diminuição do tempo de tramitação processual e a redução da taxa de congestionamento; Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual; Uniformizar os procedimentos ordinários das unidades judiciais; Priorizar o julgamento de processos pendentes das comarcas do interior do estado.
Nome e Nº Projeto: 59 - Semana da Baixa.
Responsável: SEPLAN
Objetivo Geral: Desenvolver ações na Capital e Interior, com o intuito de possibilitar que o TJAM diminua a taxa de congestionamento processual/ Cumprimento de Metas.
Resultados Esperados: Baixa de processo e acervo judicial. Analisar, em regime de mutirão, todos os processos julgados há mais de 60 dias e não baixados, para certificar o trânsito em julgado ou a remessa em grau de recurso ou, ainda, a baixa ou arquivamento definitivo; promover as atualizações nos sistemas processuais e os expedientes necessários para que os processos alcancem a fase de arquivamento definitivo; e agilizar, no que for possível, o trâmite dos processos já julgados, visando à baixa processual.
Resultados Obtidos: A semana da baixa ocorreu entre os dias 26/06/2023 e 04/07/2023. No interior o número de baixas processuais foi de 4.945 ou 29,25% maior que na média das 5 semanas dos meses anteriores. Na capital o número de baixas processuais foi de 12.684 ou 25,04% maior que a média das 5 semanas dos meses anteriores. Desta forma, através dos resultados exibidos, considera-se que a Semana da Baixa de 2023 apresentou resultado bastante positivo, com uma quantidade de processos baixados bem acima do padrão de baixas semanais durante o ano.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Projeto Concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Projeto Concluído

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL
Iniciativa: Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual; Estimular a realização de audiências por videoconferência; Identificar e sanar as dificuldades das unidades judiciais promovendo a diminuição do tempo



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

de tramitação processual e a redução da taxa de congestionamento; Assegurar a efetividade dos resultados que devem ser alcançados pelo Poder Judiciário Estadual; Uniformizar os procedimentos ordinários das unidades judiciais; Priorizar o julgamento de processos pendentes das comarcas do interior do estado.
Nome e Nº Projeto: 60 - Assessoria Virtual
Responsável: Unidades do 1º Grau / SETIC
Objetivo Geral: Agregar a força de trabalho visando reduzir o acervo de processos.
Resultados Esperados: Aumentar a produtividade das unidades judiciais do TJAM.
Resultados Obtidos: O NAJV trabalha acompanhando as Metas Nacionais do CNJ, portanto estes acabam sendo os indicadores que balizam a atuação do Núcleo ao longo do ano; Para receber a gratificação de produtividade, cada servidor deve encaminhar seu RPI (Relatório de Produtividade Individual) com o total de sentenças estabelecido pela coordenação do NAJV para o período (atualmente 150 atos de magistrado e 300 atos de secretaria); Caso não haja o atingimento da meta, o servidor não recebe na integralidade sua gratificação, sendo pago uma parcela proporcional da gratificação entre 25 e 100%). Os atos produzidos em 2022: 82.322 mil atos praticados em processos que tramitam em unidades de 1.º e 2.º Graus do TJAM.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: Em 28/03/2023 foi enviado Ofício Circular nº 57/2023, mediante SEI nº 2023/000012275-00 para Atualização do Portfólio de Projetos. No período de 28/03 a 25/04/2023 a Equipe do NGP realizou reuniões com todas áreas, a fim de esclarecer sobre as atualizações necessárias. Previsão das aferições pelo Núcleo de Gerenciamento de Projetos: semestral.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Projeto Concluído

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
Iniciativa: Criar mecanismos que incluam parceira com os demais atores do sistema de justiça para o combate à corrupção e à improbidade.
Nome e Nº Projeto: 63 - Meu partido é transparência (Trabalho em rede do TJAM com os órgãos de controle).
Responsável: Divisão de Gestão e Projetos
Objetivo Geral: Atuação conjunta entre órgãos e entidades, públicas e privadas, que trabalham diretamente com a fiscalização e o controle como forma de aperfeiçoar o combate a corrupção.
Resultados Esperados: Afastamento de agentes públicos corruptos, de modo que sirva para os demais agentes públicos não atuarem de forma desonesta, violando o princípio da boa fé.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Resultados Obtidos: Ações em andamento:
- Instituição do comitê de integridade, Portaria TJAM de nº 2.259/2022; - Instituição do Procedimento Administrativo de Responsabilização, Resolução TJAM de nº 10/22; - Instituição do Programa de Integridade, Portaria TJAM de nº 1.508/2022; - Instituição do Código de Ética, Portaria TJAM de nº 1.506/2022. - Demais ações em andamento, com prazo de conclusão em Dezembro de 2023.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. Projeto está replanejado para 2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 5%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
Iniciativa: Priorizar a tramitação e o julgamento dos processos de combate à corrupção.
Nome e Nº Projeto: 64 - Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa (Semana do Combate a Corrupção).
Responsável: Divisão de Gestão e Projetos
Objetivo Geral: Reduzir a taxa de congestionamento de processos relacionados às ações de combate à corrupção e à improbidade administrativa.
Resultados Esperados: Diminuir o tempo de tramitação processual e aumentar a quantidade de julgamento dos processos.
Resultados Obtidos: Ações em andamento:
- Instituição do comitê de integridade, Portaria TJAM de nº 2.259/2022; - Instituição do Procedimento Administrativo de Responsabilização, Resolução TJAM de nº 10/22; - Instituição do Programa de Integridade, Portaria TJAM de nº 1.508/2022; - Instituição do Código de Ética, Portaria TJAM de nº 1.506/2022. - Demais ações em andamento, com prazo de conclusão em Dezembro de 2023.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. Projeto está replanejado para 2024.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Índice de Cumprimento do Projeto: 5%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA
Iniciativa: Monitorar, acompanhar e dar publicidade aos resultados das ações de combate à corrupção e à improbidade administrativa.
Nome e Nº Projeto: 65 - Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa (Criar Mecanismos de Controle).
Responsável: Divisão de Gestão e Projetos
Objetivo Geral: Transparência dos resultados, dos procedimentos e mais agilidade no trâmite dos processos relacionados aos crimes de combate à corrupção e improbidade administrativa.
Resultados Esperados: Publicidade e transparência dos resultados das ações. redução do tempo de tramitação processual e aumento do número de julgamento dos processos.
Resultados Obtidos: Ações em andamento: - Instituição do comitê de integridade, Portaria TJAM de nº 2.259/2022; - Instituição do Procedimento Administrativo de Responsabilização, Resolução TJAM de nº 10/22; - Instituição do Programa de Integridade, Portaria TJAM de nº 1.508/2022; - Instituição do Código de Ética, Portaria TJAM de nº 1.506/2022. - Demais ações em andamento, com prazo de conclusão em Dezembro de 2023. - Divulgação dos resultados após a semana de outubro voltado para a Meta 4.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. Projeto está replanejado para 2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 5%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Iniciativa: Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; Disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; Intensificar as ações de conciliação nas Comarcas do Interior.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Nome e Nº Projeto: 66 - Formação, qualificação e atualização permanentes.
Responsável: NUPEMEC
Objetivo Geral: Consolidar o Programa de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais; Divulgar os materiais didáticos e educativos produzidos ou compartilhados nas mídias sociais.
Resultados Esperados: Aumento do quantitativo e qualitativo de mediadores na Justiça Estadual.
Resultados Obtidos: "Atividades Desenvolvidas: 1) Turma 01/2023 de Formação de Mediadores – Finalizado - Módulo Teórico iniciado no dia 07/03/2023 no Fórum Euza Maria e Módulo Prático finalizado em 10/08/2023; 2) Turma 02/2023 – Módulo Teórico iniciado em 10/04/2023 nas instalações do CEJUSC-FAMÍLIAS e Módulo Prático em andamento; 3) Turma 03/2023 – Módulo Teórico iniciado em 30/05/2023 nas instalações do CEJUSC-FAMÍLIAS e Módulo Prático em andamento. Resultados obtidos no primeiro semestre de 2023: Turmas realizadas: 01 Turmas em andamento: 02 Alunos Inscritos: 115 Alunos Certificados: 20 Conciliadores formados: 18 Mediadores formados: 04 Observação: Uma das turmas em andamento é do CNJ que ofertou somente a etapa teórica. https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/7996-numepc-realiza-primeiro-curso-de-formacao-de-mediadores-judiciais-de-2023 "
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: "[Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. Projeto está replanejado para 2024. A área não enviou o relatório atualizado de 2023."
Índice de Cumprimento do Projeto: 33%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Iniciativa: Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; Disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; Intensificar as ações de conciliação nas Comarcas do Interior.
Nome e Nº Projeto: 67 - Gestão Regionalizada da Política de Autocomposição.
Responsável: NUPEMEC
Objetivo Geral: Fortalecimento constante da imagem institucional do NUPEMEC/TJAM através



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

do excelente atendimento ao seu público interno e externo.
Resultados Esperados: Garantia do acesso à informação de forma transparente e eficaz.
Resultados Obtidos: "1) CEJUSC DAM – Reunião referente a tratativas para possível criação e instalação; 2) CEJUSC SAÚDE - Reunião referente a tratativas para possível criação e instalação; 3) CEJUSC LATIFUNDIÁRIO - Reunião referente a tratativas para possível criação e instalação. Observação: Os resultados referentes ao número de audiências pautadas/ realizadas e número de acordos nos CEJUSCS são aferidos anualmente."
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: "[Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. Projeto está replanejado para 2024. A área não enviou o relatório atualizado de 2023."
Índice de Cumprimento do Projeto: 33%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Iniciativa: Disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; Intensificar as ações de conciliação nos CEJUSC's e nas Unidades Judiciais.
Nome e Nº Projeto: 110 - Prêmio Conciliar é Legal
Responsável: NUPEMEC
Objetivo Geral: Instituir e Regular, no âmbito do TJAM, o prêmio Conciliar é Legal, visando reconhecer as unidades judiciais de 1º e 2º grau que se destacarem no desempenho de suas atividades institucionais e no cumprimento dos requisitos preconizados pelo CNJ no "Prêmio Conciliar é Legal" e nos indicadores de Conciliação do "Prêmio CNJ de Qualidade".
Resultados Esperados: O reconhecimento de iniciativas que contribuam para a efetiva pacificação de conflitos, para o aprimoramento e para a eficiência do Poder Judiciário.
Resultados Obtidos: "- Publicação da Portaria Nº 4059, de 18 de outubro de 2023, que institui o Prêmio Estadual Conciliar é Legal e o regulamento no âmbito do TJAM. - Criação de Painéis em B.I. de Conciliação no TJAM."
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: Atualização em 10/01/2024, por meio do P.A. SEI Nº 2023/000039232-00 e Plano de Ação/Trabalho do Projeto no processo.
Índice de Cumprimento do Projeto: 24%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
--



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Macrodesafio: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Iniciativa: Disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; Intensificar as ações de conciliação nos CEJUSC's e nas Unidades Judiciais.
Nome e Nº Projeto: 122 - Projeto Pai Presente: reconhecimento de paternidade no âmbito do Tribunal de Justiça do Amazonas
Responsável: NUPEMEC
Objetivo Geral: Promoção do acesso à Justiça por meio de um atendimento humanizado, qualificado e com abertura de canais de comunicação no âmbito das unidades judiciárias.
Resultados Esperados: Acesso à Justiça. E Intensificar mecanismos que fomentem soluções alternativas de conflitos.
Resultados Obtidos: " 1) Plano de Ação do Projeto - Realizado; 2) Plano Geral do Projeto – Realizado; 3) Reuniões com o Núcleo de Gerenciamento de Projetos e outros setores estratégicos para tratativas do projeto - Realizada."
Orçamento: Estimado em R\$1.870.425,00
Monitoramento: "[Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. Projeto está replanejado para 2024. A área não enviou o relatório atualizado de 2023."
Índice de Cumprimento do Projeto: 5%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Iniciativa: Disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; Intensificar as ações de conciliação nos CEJUSC's e nas Unidades Judiciais.
Nome e Nº Projeto: 142 - Meta 03: Famílias, Juizado Especial e Cidadania Plena no interior do Amazonas.
Responsável: NUPEMEC
Objetivo Geral: Promoção do acesso à Justiça por meio de um atendimento humanizado, qualificado e com abertura de canais de comunicação no âmbito das unidades judiciárias.
Resultados Esperados: Acesso à Justiça. E Intensificar mecanismos que fomentem soluções alternativas de conflitos.
Resultados Obtidos: "1) Plano de Ação do Projeto - Realizado; 2) Plano Geral do Projeto – Realizado; 3) Reuniões com o Núcleo de Gerenciamento de Projetos e outros setores estratégicos para tratativas do projeto - Realizada."
Orçamento: Estimado em R\$ 1.158.500,00"



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Monitoramento: "[Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. Projeto está replanejado para 2024. A área não enviou o relatório atualizado de 2023.]"
Índice de Cumprimento do Projeto: 5%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS
Iniciativa: Disseminar a cultura de soluções alternativas de conflito; Promover o desenvolvimento da prática de conciliação e mediação; Intensificar as ações de conciliação nos CEJUSC's e nas Unidades Judiciais.
Nome e Nº Projeto: 143 - CEJUSC 4.0"
Responsável: NUPEMEC
Objetivo Geral: Criação e instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania – CEJUSC 4.0, que visa oferecer um serviço jurídico pré-processual para resolução de conflitos, nas modalidades virtual e presencial. A relevância da implementação do CEJUSC 4.0 está pautada na proposta do CNJ - Programa Justiça 4.0 que busca a transformação digital do Judiciário com adoção de novas tecnologias. A forma de atuação junto ao público-alvo compreende na oferta de serviço pré-processual, em diversas matérias, utilizando a metodologia de Polo Central e Polos Descentralizados.
Resultados Esperados: Ampliar a eficiência operacional, o acesso à Justiça, à celeridade e a prestação jurisdicional; Mobilizar e articular com instituições públicas e privadas; Adotar medidas tecnológicas e soluções digitais; e Disseminar conciliação, mediação e a cultura de paz.
Resultados Obtidos: "1) Plano de Ação do Projeto CEJUSC VIRTUAL - Realizado; 2) Plano Geral do Projeto CEJUSC VIRTUAL – Realizado; 3) Reuniões com o Núcleo de Gerenciamento de Projetos e outros setores estratégicos para tratativas do projeto - Realizada; 3) Elaboração da Minuta de Portaria que cria e instala o CEJUSC VIRTUAL- Em andamento."
Orçamento: Não estimado até o momento.
Monitoramento: "[Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. Projeto está replanejado para 2024. A área não enviou o relatório atualizado de 2023.]"
Índice de Cumprimento do Projeto: 5%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS
Iniciativa: Uniformizar as decisões, tornando-se possível a consolidação da jurisprudência; Observar a jurisprudência dominante e aplicar precedentes firmados.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Nome e Nº Projeto: 69 - Ações de capacitação e sensibilização de magistrados e assessores.
Responsável: NUGEP
Objetivo Geral: Solidificar a importância do sistema de precedentes judiciais estabelecido pelo Novo Código de Processo Civil de 2015.
Resultados Esperados: Orientar sobre a sistemática de precedentes judiciais; Contribuir para melhor prestação jurisdicional; Contribuir para racionalização de julgamentos baseado em precedentes.
Resultados Obtidos: Iniciou - se as tratativas com o fim de Analisar a possibilidade de organizar um encontro, a ser sediado pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, no sentido de reunir temas afetos ao Gerenciamento de Precedentes, com o propósito principal de esclarecer e fomentar a política de precedentes neste Tribunal.
Orçamento: Não estimado até o momento.
Monitoramento: "[Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. O DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024."
Índice de Cumprimento do Projeto: 5%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS
Iniciativa: Uniformizar as decisões, tornando-se possível a consolidação da jurisprudência; Observar a jurisprudência dominante e aplicar precedentes firmados.
Nome e Nº Projeto: 70 - Dinamizar informações sobre precedentes do âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do TJAM.
Responsável: NUGEP
Objetivo Geral: Possibilitar que servidores, magistrados e jurisdicionados acessem dados sobre precedentes judiciais de forma dinâmica (painel, site, sistema judicial).
Resultados Esperados: Aprimoramento de acesso às informações; Contribuir para melhor prestação jurisdicional; Fortalecer as decisões judiciais; Garantir a segurança jurídica; Contribuir para racionalização de julgamentos baseado em precedentes; Minorar tempo dos indicadores elencados no Macrodesafio "Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios" do CNJ.
Resultados Obtidos: Sobre a Resolução CNJ nº 444/2022 que criou o Banco Nacional de Precedentes, informou-se que a elaboração da webservice do Tribunal foi concluída. O envio dos dados, contudo, por meio dessa plataforma, ainda depende de detalhes de configuração de ambiente conforme informado pelo TI; Alteração do Regimento Interno do TJAM, com o fim de adequar especificamente os artigos 91 ao 99 do referido Regimento.
Orçamento: Sem ônus



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Monitoramento: "[Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. O DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024."
Índice de Cumprimento do Projeto: 5%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS
Iniciativa: Uniformizar as decisões, tornando-se possível a consolidação da jurisprudência; Observar a jurisprudência dominante e aplicar precedentes firmados.
Nome e Nº Projeto: 71 - Acompanhamento de casos semelhantes do âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.
Responsável: NUGEP
Objetivo Geral: Monitorar casos análogos, com o uso de ferramentas tecnológicas a serem desenvolvidas e grupos de colaboradores (magistrados e servidores) designados. E Identificar demanda de massa para possível admissão de Incidente de Resolução de Demanda Repetitiva.
Resultados Esperados: Reduzir o tempo entre a identificação de casos semelhantes e a admissão do Incidente; Racionalizar o julgamento de casos análogos; Contribuir para melhor prestação jurisdicional.
Resultados Obtidos: O sistema de inteligência artificial "Arandu" já está concluído e em fase de teste e ainda este ano vai poder auxiliar o setor no gerenciamento de precedentes e ações coletivas.
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. O DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 5%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.
Nome e Nº Projeto: 72 - Projeto para o desenvolvimento do Aplicativo "Mandados Judiciais".
Responsável: SETIC
Objetivo Geral: Modernizar o processo de cumprimento de mandados judiciais no estado do Amazonas. E Obter maior qualidade e acompanhamento do processo de entrega de mandados judiciais, permitindo maior agilidade no tempo de resposta aos jurisdicionados a respeito do



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

andamento e aprimorando a gestão de recursos do TJAM.
Resultados Esperados: Modernização de procedimentos administrativos; Modernização do processo de entrega de mandados judiciais; Visualização e controle aprimorados através de painel de agregação de informações sobre entregas de todo estado.
Resultados Obtidos: [até abril/2022] Projeto-Piloto Implantado em Dez/2021. Suspenso para ajuste e melhorias do Sistemas, prevista retomada em 05/2022. Em processo de aquisição de planos de telefonia/dispositivos móveis para expansão do projeto. [até setembro/2022] Aplicativo com 90% dos ajustes realizados, pendente apenas otimização de tempo de resposta no procedimento de cumprimento. Painel de Mandados em ajuste/atualização. Processo de Aquisição de planos de telefonia/dispositivos móveis em fase final do processo de aquisição (Assinatura de Contrato). Implantação prevista para 10/2022. [até março/2023] Aplicação passando por rodadas de teste e validação com a Central de Mandados. Está prevista para abril/2023 a expansão da implantação pra um grupo de oficiais. SETIC aguarda confirmação da Central de Mandados. [até julho/2023] A SETIC nos informou que a permanência do Projeto no Portfólio não é mais pertinente, contudo estamos em comunicação com a área responsável para definição da sequência do projeto. [até setembro/2023] O Projeto Mandados se encontra em implantação (atualmente cerca de 50 Oficiais estão capacitados a utilizar o sistema) com objetivo de alcançar a totalidade de oficiais da Capital. O processo de aquisição de 150 pacotes de telefonia móvel (e concessão de dispositivos em regime de comodato) encontra-se em fase de renovação (SEI 2023/000012751-00). O projeto Mandados é utilizado em integração com o Sistema Processual SAJ, com expectativa de término da implantação para Outubro/2023. Já está em andamento tratativas com os tribunal parceiro TJRR, para a implantação e cooperação técnica (SEI 2023/000009705-00) de um outro sistema conhecido como ""Mandamus"" (de igual finalidade a o ""Mandados TJAM""), que se integra aos sistemas projudi/pje. O projeto continuará ativo, até a realização da migração de todas as varas para o projudi e consequentemente o uso da aplicação ""Mandamus".
Orçamento: Sem ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. O DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 95%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

alimentação para o Data Center.
Nome e Nº Projeto: 73 - Implantação de projeto piloto de energia solar.
Responsável: SEINF
Objetivo Geral: Redução dos impactos ambientais e redução do consumo de energia elétrica com uso da energia solar.
Resultados Esperados: Em um período de 24 meses dotar o TJAM de uma conjunto de sistemas de energia solar espalhados pelos Fóruns e Edifício Sede com a finalidade de reduzir o consumo médio mensal de energia de 200.000Kwh
Resultados Obtidos: Estudo Preliminar e Termo de Referência já finalizadas - projeto em fase de cotação junto a secop (16/08/2023) 1. Economia de Custos: A energia solar é uma fonte renovável e gratuita. Ao adotar um sistema de geração solar, o TJAM pode reduzir substancialmente os custos de eletricidade a longo prazo, direcionando recursos financeiros para outras áreas operacionais.; 2. sustentabilidade Ambiental: A energia solar é limpa e não emite poluentes ou gases de efeito estufa. Ao utilizar essa fonte de energia, o TJAM contribui para a redução da pegada de carbono e para a preservação do meio ambiente, alinhando-se com a responsabilidade social e ambiental; 3. Valorização da Imagem Institucional: Ao adotar práticas sustentáveis, o TJAM demonstra comprometimento com a preservação ambiental e a conscientização sobre questões climáticas. Isso pode aumentar a reputação e a imagem positiva do tribunal perante a sociedade; 4. Contribuição para Metas Estaduais e Nacionais: A adoção de energias renováveis, como a solar, contribui para o cumprimento de metas estaduais e nacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa e transição para uma matriz energética mais sustentável. [fevereiro de 2024]: Criação de projetos de implantação de geração distribuída nas seguintes unidades: ◦ Arnaldo Péres ◦ Euza Maria ◦ Henoch Reis ◦ Azarias ◦ Arquivo Público Levantamento de custos (2023): R\$16.954.206,90 (Dezesseis milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil duzentos e seis reais e noventa centavos;
Orçamento: Inicialmente estima-se: R\$ 12.000.000,00
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. O DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 30%
Status: Em andamento

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.
Nome e Nº Projeto: 74 - Implantação de sistemas de automação, monitoramento e modernização dos equipamentos elétricos.
Responsável: SEINF
Objetivo Geral: Redução das despesas com energia elétrica e seus respectivos impactos ambientais.
Resultados Esperados: Reduzir em 24 meses o custo médio mensal/m ² de energia elétrica em 10% (dez por cento) dos fóruns da capital.
Resultados Obtidos: 1. Troca contínua dos ares condicionados tipo split através do contrato ATA 06/2023; 2. Projeto do sistema de VRF da sede concluído CT Nº 050/2022-FUNJEAM; 3. Projeto para fornecimento e instalação do sistema VRF no edifício sede em andamento junto a SEINF/DVMANUT; 1. Economia de energia com a modernização dos sistemas de ar condicionados do tipo inverter nas unidades descentralizadas e do tipo VF no edifício Sede do Tjam. [fevereiro de 2024]: 1. Finalização do projeto para substituição do sistema de ar-condicionado do Ed. Arnaldo Peres; Próximo passo será realizar o Estudo Técnico Preliminar para avaliação da viabilidade e possibilidade de inserir este serviço no PCA 2025, visto que ele foi retirado do PCA 2024; 2. Continuação da política de aquisição de ares-condicionados splits inverter para substituir os equipamentos com compressor convencional, através da Ata de Registro de Preços 006/2023. 3. Economia de energia com a modernização dos sistemas de ar-condicionado do tipo inverter nas unidades descentralizadas, com a substituição de 80 (oitenta) equipamentos.
Orçamento: R\$ 8.000.000,00
Monitoramento: Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. O DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 15%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.
Nome e Nº Projeto: 75 - Modernização/Readequação dos sistemas de prevenção e combate a incêndio e controle de pânico nas unidades do Tribunal de Justiça do Amazonas.
Responsável: SEINF
Objetivo Geral: Dispor ao TJAM dos equipamentos e dos procedimentos mais adequados e modernos com relação ao gerenciamento de contingências e prevenção de combate a incêndio. Garantindo, assim, maior segurança ao jurisdicionado, servidores, magistrados e bens públicos do TJAM.
Resultados Esperados: Aprovar projeto de readequação/modernização dos sistemas de prevenção e combate, bem como o plano de gerenciamento de contingências, nos fóruns da capital junto ao CB-AM em um período de 24 meses.
Resultados Obtidos: 1. Projetos em fase de finalização junto ao CBAM sob a coordenação da SEINF/TJAM (Março de 2024); 2. Execução dos sistemas básicos finalizados; Dotar as unidades do TJAM de sistemas e procedimentos de prevenção e combate a incêndio a fim de atender aos requisitos legais o Regulamento do Sistema de Segurança contra Incêndio e Pânico em Edificações e Áreas de Risco instituído pela Lei nº 2.812 de 17 de julho de 2003 para edificações no Estado do Amazonas. [fevereiro de 2024]: 1. Instalação dos sistemas de PPCI; 2. Aprovação de projeto junto ao CBAM e instalação dos sistemas de PPCI do Fórum Cível Euza Maria Nice; 3. Execução dos sistemas básicos de PPCI. 4. Foram instalados os alarmes, hidrantes, sinalização, iluminação, extintores nas unidades descentralizadas (Fórum Mário Verçosa, Juizado infracional, Fórum Lúcio Fontes, Fórum Azarias Menescau e Arquivo Central); 5. Foi aprovado junto ao CBAM a instalação dos sistemas de PPCI do Fórum Cível Euza Maria Nice; 6. Foram executados os sistemas básicos de PPCI (alarmes, hidrantes, sinalização, iluminação, extintores etc.) nos FHR e Edifício Sede.
Orçamento: R\$ 4.388.571,28
Monitoramento: Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. O DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 38%



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos

Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.

Nome e Nº Projeto: 79 - Ampliação do uso da logística reversa e para a destinação ambientalmente adequada dos resíduos perigosos.

Responsável: Subcomitê de Logística Sustentável - SLS

Objetivo Geral: Gerenciar os resíduos conforme preconiza a legislação ambiental; elevar o volume de resíduos perigosos com destinação ambientalmente adequada; e reduzir o volume de resíduos enviados aos aterros comuns.

Resultados Esperados: Elevar, em 20%, o volume dos resíduos perigosos com destinação ambientalmente adequada no Tribunal de Justiça do Amazonas no ano de 2021.

Resultados Obtidos: 1. Categorização dos resíduos realizada; 2. Pesquisa de empresas/serviços locais que possam recolher e realizar a destinação de lâmpadas, pneus e resíduos eletrônicos. 3. Ampliação de papas-pilhas: instalados mais 5 unidades em 2023, perfazendo o total de 10 unidades instaladas; foi solicitada a confecção de mais 3 unidades para ampliação do projeto (processo nº. 2023/000029085-00).

Orçamento: Não estimado até o momento.

Monitoramento: Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00.

O DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 10%

Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos

Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.

Nome e Nº Projeto: 82 - Justiça Restaurativa. (Institucionalização, motivação de partícipes, capacitação continuada).

Responsável: Central de Justiça Restaurativa - CJR

Objetivo Geral: Desenvolver práticas restaurativas direcionadas a crianças e adolescentes e suas famílias, contribuindo para a restauração de vínculos sociais, promovendo espaços de fala e escuta que possibilitem o protagonismo das partes, de forma a reduzir ciclos de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

violência e proporcionar a cultura de paz.
Resultados Esperados: Implementar Justiça Restaurativa nas Unidades Judiciais do TJAM definidas no projeto-piloto: Juizado da Infância e Juventude Infracional e Vara de Execução de Medidas Socioeducativas
Resultados Obtidos: Os Relatórios de Círculos Familiares apresentam de forma sucinta cada caso contemplado pela JR. Pôde-se verificar melhoras nas relações sociais e afetivas dos participantes, apresentando evolução dentro do esperado, seja no desenvolvimento de habilidades emocionais, seja melhoria no convívio familiar. Quanto às palestras, eventos e capacitações realizadas, houve ótima recepção pelo público-alvo em todas as ações, cumprindo seu objetivo de difusão e expansão da JR tanto no âmbito TJAM, quanto externo, tais como MP, SEDUC, SEJUSC, SEMED. As palestras e eventos sensibilizaram a rede para o funcionamento e disposição da CJR em atuar em parceria com representantes institucionais em seus respectivos órgãos, e sociedade em geral, tais como líderes comunitários. Curso de capacitação de 25 facilitadores em JR em círculos de maior e menor complexidade, ministrado pela AJURIS, parceria entre TJAM e MPAM. [fevereiro 2024]: A Central de Justiça restaurativa cumpre sua finalidade ao estruturar e dar andamento às tratativas necessárias para o desenvolvimento da Política Judiciária de Justiça Restaurativa no âmbito do TJAM, como preconiza a Resolução 17/2021 do TJAM e a Resolução 225/2016 do CNJ; A Comissão atua na difusão da política internamente por meio de palestras de Comunicação Não - violenta nos setores, capacita seus servidores com o compromisso de estruturar a política da melhor forma possível, atua na realização de Círculos de Construção de Paz com os socioeducandos e profissionais que os acompanham, suas famílias etc, elaborando relatórios de acompanhamento desde as audiências ao pós - medida, em execução ao Projeto Piloto que está em desenvolvimento na Vara de Execução de Medidas Socioeducativas
Orçamento: R\$ 6.493,00
Monitoramento: Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. O DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 57,8%
Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

alimentação para o Data Center.
Nome e Nº Projeto: 83 - Audiências Criminais Telepresenciais.
Responsável: Unidades do 1º Grau.
Objetivo Geral: Promover audiências criminais através de videoconferência entre as varas e Unidades Prisionais.
Resultados Esperados: Facilitar o acesso de partes e advogados à Justiça, proporcionar o aumento da produtividade e a otimização do tempo.
Resultados Obtidos: Concluído nas Unidades da Capital e interior. O projeto encontra-se como implementado, tendo alcançado seu objetivo, já que as áreas judiciárias do TJAM estão estruturadas com sistemas de videoconferência, câmeras, balcões virtuais, etc.
Orçamento: Sem Ônus.
Monitoramento: Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. O DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Concluído

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE
Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.
Nome e Nº Projeto: 84 - Mutirão do Júri.
Responsável: Unidades do 1º Grau/ Grupo de Trabalho da Produtividade das Varas Criminais
Objetivo Geral: Promover o julgamento das ações penais aptas para julgamento.
Resultados Esperados: Conferir celeridade aos julgamentos de crimes dolosos contra a vida.
Resultados Obtidos: A última relativa do Mutirão do Júri iniciou-se em 27 de março e concluiu-se em 31 de julho de 2023, que teve como foco processos de longa tramitação que tratam de crimes contra a vida, incluindo casos de feminicídio. Dentre esses processos, foram registrados na capital 121 condenações e 119 absolvições, em que ainda houveram casos de prescrição, desclassificação ou morte do agente acusado, detectada no dia do julgamento. Dentre as três Varas do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, a 2.ª Vara foi a que mais destinou processos para serem julgados no Mutirão, seguida da 1.ª Vara. A 3.ª Vara manteve os trabalhos em Plenário relativos à pauta ordinária.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Ademais, entre as três Varas do Tribunal do Júri na Comarca de Manaus, a 2ª Vara, que tem o maior acervo de processos conclusos para serem julgados, foi a que mais realizou sessões, com 160 julgamentos em plenário. Em quatro meses de mutirão, a 1.ª Vara do Tribunal do Júri realizou 65 sessões em plenário e a 3.ª Vara realizou 59 sessões de julgamento popular.

Link: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/9135-varas-do-tribunal-do-juri-realizam-284-sessoes-de-julgamento-popular-em-quatro-meses>.

Orçamento: Sem Ônus.

Monitoramento: Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00.

O DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024."[Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00. Projeto está replanejado para 2024. A área não enviou o relatório atualizado de 2023."

Índice de Cumprimento do Projeto: 33%

Status: Em andamento

Perspectiva: Processos Internos

Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.

Nome e Nº Projeto: 85 - Monitoramento de audiências criminais virtuais.

Responsável: Unidades do 1º Grau

Objetivo Geral: Desenvolver ferramenta de controle gerencial relativa às audiências criminais realizadas por videoconferência.

Resultados Esperados: Monitorar com maior exatidão os dados e resultados alcançados nas Audiências Criminais Virtuais.

Resultados Obtidos: Por meio dos Sistemas SAJ e Projudi são realizadas as extrações de dados das audiências criminais virtuais realizadas. A área responsável por esse monitoramento e extração é o Núcleo de Estatística do TJAM.

Orçamento: Sem Ônus.

Monitoramento: [Atualização em 31/08/2023, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI, nº 2023/000031765-00, processo do Núcleo de Gerenciamento de Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos.]

Índice de Cumprimento do Projeto: 100%

Status: Concluído.

Perspectiva: Processos Internos

Macrodesafio: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Iniciativa: Adotar práticas sustentáveis na gestão dos recursos públicos; Promover o consumo eficiente e sustentável dos recursos naturais; Ampliar a gestão dos resíduos gerados; Promover o Projeto TI Verde no TJAM por meio da implantação de um sistema fotovoltaico de alimentação para o Data Center.
Nome e Nº Projeto: 119 - Implementar o Plano Nacional de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais
Responsável: Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária/GMF
Objetivo Geral: Desenvolvimento de ações no âmbito do TJAM visando assegurar que as vítimas de crimes e de atos infracionais sejam tratadas com equidade, dignidade e respeito pelos órgãos judiciários e de seus serviços auxiliares.
Resultados Esperados: Monitorar com maior exatidão os dados e resultados alcançados nas Audiências Criminais Virtuais.
Resultados Obtidos: 1. Instalação do Centro Especializado de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais, localizado no Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 5º andar, Setor 4, local onde são realizadas atividades voltadas para acolhimento, segurança e informação das vítimas e interessados. 2. Divulgação de Material Informativo (cartazes, folders, panfletos) sobre o CEAVCAI nas áreas comuns dos prédios do TJAM e varas criminais. 3. Realização de Curso de Capacitação de servidores ministrado pelo Centro Especializado de Atendimento às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais de Cuiabá. 4. Realização de Audiência Pública com a presença da sociedade civil, visando apresentar o Centro. 5. Levantamento das Secretarias e Programas Sociais vigentes, com finalidade de estabelecer acordos de cooperação técnica. 6. Expedição de ofício às Secretarias Estaduais e Municipais, com finalidade de alinhar prioridade de atendimento às vítimas formalmente encaminhadas pelo CEAVCAI. 7. Firmar parceria com os Núcleos de Prática Jurídica e Psicológica das Universidades Locais. 8. Realização de Intercâmbio com o Tribunal de Justiça de Mato Grosso visando conhecer boas práticas, bem como a experiência dos serviços de atendimento. 9. Firmar parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMASC, com o viés de compor a rede de apoio da equipe multidisciplinar do Centro.
Orçamento: Sem ônus, com exceção daqueles já previstos no PAC 2023,2024 para reforma/adequação de salas e disposição de equipamentos e mobília para funcionamento do Centro.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 83%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Iniciativa: Gestão de processos; Reuniões periódicas de avaliação de processos; Promover a cultura orientada para resultados através de indicadores.
Nome e Nº Projeto: 86- Implementação da Gestão de Processos de Trabalho.
Responsável: Secretaria da Gestão de Pessoas - SEGEP
Objetivo Geral: Ter os processos organizacionais mapeados, avaliados, melhorados, monitorados(indicadores de desempenho) e geridos com foco no alcance dos resultados e no cumprimento dos objetivos institucionais.
Resultados Esperados: Repositório de informações sobre os processos (Fluxogramas, procedimentos, atos normativos); Maior facilidade na detecção de gargalos; Respostas ágeis aos desvios, não conformidades e redução dos riscos; Controle dos custos, qualidade e melhoria contínua dos processos; Definição clara de responsabilidade e propriedade; Maior interação entre os partícipes do processo em detrimento a abordagem departamental; Aprimoramento dos processos de trabalho por meio de monitoramento, acompanhamento e avaliação dos resultados de indicadores de desempenho.
Resultados Obtidos: Projeto em andamento. Até o presente momento, foram realizados: 1. Todos os fluxos de processos administrativos da SEGEP foram mapeados e publicados no site para consulta constante (https://sites.google.com/tjam.jus.br/segep/fluxos) 2. Diminuição do tempo de tramitação processual, uma vez que foram eliminadas etapas desnecessárias. 3. A criação de modelos por tema evitou requerimentos sem fundamentação ou informações incompletas por parte dos requerentes. 4. Licitação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (Contrato Administrativo 037/2022 FUNJEAM). 5. Procedimentos de migração de dados para a implantação do sistema Integrado de Gestão de Pessoas, que irá aperfeiçoar os processos de trabalho ligados à área de pessoal. 6. Realização do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo 037/2022 FUNJEAM.
Orçamento: R\$ 3.130.155,00
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Área não enviou relatório.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Índice de Cumprimento do Projeto: 40%
Status: Em andamento.

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Iniciativa: Gestão de processos; Reuniões periódicas de avaliação de processos; Promover a cultura orientada para resultados através de indicadores.
Nome e Nº Projeto: 145 -Plano de Obras e Reformas
Responsável: Secretaria de Infraestrutura - SEINF
Objetivo Geral: Apresentar todas as informações relativas à gestão de Obras e Reformas de forma que possibilite o aprimoramento na tomada de decisões a partir da análise dos resultados com base em fatos e dados, e nas execuções prioritárias de ações, assim como seu acompanhamento e transparência.
Resultados Esperados: Organização dos indicadores institucionais; Aprimoramento da gestão por meio da atuação assertiva sobre os indicadores; Acompanhamento da evolução e controle dos projetos de Obras e Reformas relativos ao TJAM; Promover a transparência dos processos institucionais.
Resultados Obtidos: 1. Análise, coleta de informações, dados subsidiando a elaboração de proposta do projeto; 2. Tratativas (contatos e reuniões virtuais e/ ou presenciais) entre idealizadores, parceiros e apoiadores para a construção do Plano de Obras e Reformas de acordo com as informações apresentadas no painel do Observatório de Dados; 3. Elaboração do Plano de Obras e Reformas, de acordo com os dados e informações coletados; 4. Apresentação em Plenário para deliberação quanto à aprovação do Plano. 5. Publicação no Diário Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. 6. Publicação no site institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Planejamento e Controle das Obras e Reformas previstas, em andamento e finalizadas anualmente.
Orçamento: Sem Ônus.
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Projeto concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Concluído.

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Iniciativa: Promover a cultura orientada para resultados através de indicadores.
Nome e Nº Projeto: 87 - Implementação de sistema de informação centralizado, de coleta, organização, tratamento e disponibilização das informações dos indicadores estratégicos e operacionais.
Responsável: Secretaria de Planejamento - SEPLAN.
Objetivo Geral: Promover a cultura orientada para resultados através de indicadores; Centralizar a disponibilização dos indicadores estratégicos e operacionais; Estabelecimento de Metas e monitoramento dos resultados; Acompanhamento em tempo real do resultado das atividades institucionais; Comparação dos resultados com as séries históricas; Vinculação de Plano de Ação aos indicadores; Manter registro dos resultados insatisfatórios(análise crítica); Automatizar a coleta de dados a serem retirados diretamente do Banco de Dados dos Sistemas de informação (ex: GRH, SAG-PPG); Facilitar a coleta de dados através de interface de (input) de dados pelas áreas responsáveis na prestação de informações.
Resultados Esperados: Organização dos indicadores institucionais; Aprimorar a tomada de decisão, a partir da análise dos resultados com base em fatos e dados; Aprimoramento da gestão por meio da atuação assertiva sobre os resultados dos indicadores; Acompanhamento da evolução e controle dos resultados; Envolvimento de servidores e magistrados por meio da mudança de cultura orientada para resultados através da coleta, medição e acompanhamento dos indicadores de desempenho.
Resultados Obtidos: Painéis de BI já desenvolvidos. Promover a cultura orientada para resultados através de indicadores; Centralizar a disponibilização dos indicadores estratégicos e operacionais; Estabelecimento de Metas e monitoramento dos resultados; Acompanhamento em tempo real do resultado das atividades institucionais;
Orçamento: Sem Ônus.
Monitoramento: [Atualização em 31/08/2023, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI, nº 2023/000031765-00, processo do Núcleo de Gerenciamento de Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos.] Projeto concluído.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Concluído.

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Iniciativa: Aprimoramento da Infraestrutura Institucional.
Nome e Nº Projeto: 116 - Contratação de mão de obra gerencial, técnica, e operacional em caráter extraordinário/ temporário - AADESAM.
Responsável: Secretaria de Planejamento - SEPLAN/ Divisão de Gestão e Projetos - DVGP.
Objetivo Geral: O presente Convênio tem por objeto a contratação de mão de obra gerencial, técnica e operacional, em caráter extraordinário/temporário para suporte na realização de projetos, programas e ações inerentes aos requisitos preconizados pelo Prêmio CNJ de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Qualidade, bem como apoio técnico nas atividades de desenvolvimento de tecnologia da informação, visando a contribuição nos avanços das soluções tecnológicas do TJAM.
Resultados Esperados: 1. Apoiar a busca da excelência na gestão, planejamento e sistematização das informações, promovendo eficiência da prestação jurisdicional; 2. Apoiar o desenvolvimento de atividades para a produção de dados e informações, visando o aprimoramento dos sistemas e soluções tecnológicas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; 3. Apoiar na promoção da transparência e melhoria da prestação de informações; 4. Apoiar no desenvolvimento de subsídios que auxiliem o planejamento estratégico e cumprimento das metas nacionais; e 5. Contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional.
Resultados Obtidos: *Contratação de Servidores. * Curso de Integração dos servidores em Parceria com algumas unidades do TJAM. * Reunião de Apresentação individual. * Contato com novos servidores. * Alocação dos colaboradores em seus setores. Termo de CONVÊNIO Nº 001/2023 - FUNJEAM, entre TJAM e AADESAM assinado e publicado no dia 09/02/2023. Número do Processo no SEI 2023/000006844-00. Em 01/03/2023 os contratados entraram em exercício.
Orçamento: R\$ 14.866.787,15 - Soma do Convênio e 1º termo aditivo.
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Concluído.

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Iniciativa: Promoção da Segurança Institucional.
Nome e Nº Projeto: 89 - Inteligência e Segurança Institucional: Melhorias na infraestrutura de Segurança no Poder Judiciário.
Responsável: Comissão Permanente de Segurança Institucional/ SEINF/ SETIC.
Objetivo Geral: Implementar ações de melhoria para assegurar a efetividade da Comissão Permanente de Segurança do TJAM.
Resultados Esperados: Promover condições adequadas de segurança pessoal e patrimonial, assim como meios de inteligência aptos a garantir aos magistrados e servidores da Justiça o pleno exercício de suas atribuições.
Resultados Obtidos: 1. Plano de Formação e Especialização de Agentes de Segurança: 1. Foram Oferecidos em parceria com a Escola Judicial do Tribunal de Justiça 05 (cinco)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Módulos: Crimes Cibernéticos

– Novas Modalidades/Prevenção e Combate; Gerenciamento de Crises; Uso Diferenciado da Força; Direitos Humanos;

Habilitação em Dispositivo Eletrônico de Controle;

2. Foram oferecidas vagas no Curso de Segurança Orgânica realizado pela Escola da Magistratura de Palmas/Tocantins.

2. Apresentação no Curso de Formação Inicial de Servidores

1. Palestra sobre Segurança Institucional 22/06/2023.

3. Criação do Centro de Segurança Institucional e Inteligência

1. Elaboração da Proposta de Minuta para a criação do Centro de Inteligência e Segurança Institucional;

2. Encaminhamento da Proposta de Minuta do Centro de Inteligência e Segurança Institucional à Presidência;

3. Ajustes na Proposta de Minuta do Centro de Inteligência e Segurança Institucional;

4. Encaminhamento da Proposta de Minuta do Centro de Inteligência e Segurança Institucional à Presidência para novos cálculos;

4. Criação do Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica

praticada contra magistradas e servidoras;

1. Recebimento da demanda;

2. Elaboração da Minuta de Resolução de criação do Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança

voltado ao enfrentamento à violência doméstica praticada contra magistradas e servidoras;

3. Encaminhamento à Presidência para deliberação;

4. Lançamento do Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao enfrentamento à violência

doméstica praticada contra magistradas e servidoras

5. Aprovação pelo Tribunal Pleno, da Resolução nº 37, de 18 de julho de 2023.

5. Criação do Grupo Especial de Proteção

1. Encaminhamento à Presidência do Anteprojeto de Lei que altera a Lei nº 3.705, de 10 de janeiro de 2012, que

estabelece as representações, gratificações e diárias dos Militares à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

2. Encaminhamento ao Tribunal Pleno do Anteprojeto de Lei que altera a Lei nº 3.705, de 10 de janeiro de 2012,

que estabelece as representações, gratificações e diárias dos Militares à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

3. Aprovação da Resolução nº 12, de 05 de abril de 2023;
4. Encaminhamento à Assembleia Legislativa;
5. Aprovação da Lei nº 6.226, de 27 de abril de 2023.
6. Plano de Segurança para grandes eventos
1. Inspeção do Conselho Nacional de Justiça 2023 – 28 de agosto a 01 de setembro de 2023.
2. VIII Encontro do Conselho de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, realizado no período de 08 a 10 de novembro de 2023.
7. Criação de Relatórios de Atividades
1. Recebimento da demanda.
2. Elaboração das análises e monitoramento das possíveis ameaças.
3. Encaminhamento para deliberação.
4. Implementação de protocolo correspondente.
8. Atualizar Avaliações de risco em caso de instalações bancárias
1. Recebimento da demanda.
2. Elaboração da análise das vulnerabilidades e ameaças.
9. Criação da Brigada Voluntária de prevenção e combate a incêndio (BVI)
1. Recebimento da demanda.
2. Elaboração da análise das vulnerabilidades e ameaças.
10. Criação de Plano de Evacuação
1. Recebimento da demanda.
2. Elaboração da análise das vulnerabilidades e ameaças.
11. Criação de Plano de Segurança Orgânica
1. Recebimento da demanda.
2. Elaboração da análise das vulnerabilidades e ameaças.
12. Implementar Pesquisa de Satisfação
1. Recebimento da demanda.
Orçamento: Sem Ônus.
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]
Índice de Cumprimento do Projeto: 73%
Status: Concluído.

Perspectiva: Processos Internos
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
Iniciativa: Política de Gestão Documental.
Nome e Nº Projeto: 139 - Implantação de uma Política de Gestão Documental e da Gestão da Memória no TJAM.
Responsável: Secretaria de Arquivo e Memória Institucional - SEAMI
Objetivo Geral: Preservar o patrimônio documental e Memória Institucional e,



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

consequentemente, contribuir para o acesso às informações necessárias às partes, à sociedade e às instituições do Poder Judiciário.

Resultados Esperados: Criação do Manual de Redação do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Prêmio Eduardo Ribeiro e Prêmio Memória que trata de trabalhos relacionados à presença negra no Amazonas e pesquisas históricas de temática livre, respectivamente.

Fomento para pesquisa no acervo do Poder Judiciário junto às universidades do curso de Direito. Elaboração da Linha do tempo da participação feminina na ascensão para o cargo de desembargadora.

Resultados Obtidos: Criação do Manual de Redação do TJAM: Sugestão de constituição de uma equipe multidisciplinar a qual terá o objetivo de reunir informações necessárias para elaborar a minuta do Manual (SEI nº2023/000007902-00).

Prêmio Eduardo Ribeiro e Prêmio memória TJAM:

Publicação do edital de convocação para o Prêmio Eduardo Ribeiro e Prêmio memória TJAM no período de 25 de outubro a 27 de novembro de 2023 com: Inscrição de candidatos no Prêmio; Seleção de Candidatos vencedores; Emissão de parecer a ser enviado à Comissão de memória com nomes dos vencedores; Validação dos vencedores junto à Comissão; Publicação dos nomes dos Vencedores; e entrega das respectivas premiações.

Fomento para pesquisa no acervo do Poder Judiciário junto às Universidades do Curso de Direito: Sem atividades.

Linha do Tempo na Participação Feminina na ascensão para o Cargo de Desembargadora:

Levantamento das informações das magistradas às quais tornaram-se desembargadoras, com Juntada das informações das que chegaram ao cargo de desembargadora; Organização Cronológica das magistradas que ascenderam ao cargo; Exposição Interna da Linha do Tempo para informar quanto à conclusão do projeto; Exposição Interna da Linha do Tempo na Participação Feminina na ascensão para o cargo de desembargadora no âmbito do TJAM.

Orçamento: Sem estimativa de custo.

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 43%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Processos Internos

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

Iniciativa: Implementar a Cultura de Gestão de Riscos.

Nome e Nº Projeto: 147 - Mapeamento de Processos e Gestão de Riscos

Responsável: Secretaria de Planejamento - SEPLAN

Objetivo Geral: A gestão de riscos é um dos mecanismos do programa de integridade da instituição e tem como finalidade manter os gestores atentos a eventos que possam



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

influenciar, de forma negativa ou positiva, no atingimento dos objetivos organizacionais.
Resultados Esperados: Aumentar a probabilidade de atingir os objetivos estratégicos e operacionais do TJAM; fomentar uma gestão proativa e atentar para a necessidade de se identificarem e tratarem os riscos em todo o tribunal; prezar pela conformidade legal e normativa dos processos organizacionais; melhorar a governança e a gestão administrativa; aprimorar os controles internos da gestão; alocar e utilizar de modo eficaz os recursos para o tratamento de riscos; melhorar a prevenção de perdas e a gestão de incidentes; e aumentar a capacidade da organização de se adaptar a mudanças.
Resultados Obtidos: Ações implementadas ao longo de 2023: 1. Elaboração do Plano Geral de Projetos e Plano de Trabalho; 2. Elaboração do Manual de Gestão de Riscos; 3. Apoio técnico às Unidades para fins de composição das documentações e operacionalização das etapas da Gestão de Riscos (Realização do Mapeamento de Processos e da Matriz de Riscos dos setores subordinados à SECAD); 4. Implementação do painel estatístico para monitoramento das ações para monitoramento em tempo real pela alta direção e gestores (<a);<br="" href="https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoibGQ4NGI1NmMtMjAzZS00YmMyLWFIMjUtM2QyOTAzYWRjY2RhIiwidCI6IjcyNzEwODAyLTlhMzMtNGQyZC1hMDU1LTMzMZDMxY2I0N2Q2MSJ9"> 5. Criação de página na intranet; 6. Monitoramento da Gestão de Riscos. Setores Mapeados: Mapeamento SECOP: SEI nº 2023/000029362-00; Mapeamento SEGEP: SEI nº 2023/000029987-00; Mapeamento SETIC: SEI nº 2023/000031366-00; Mapeamento SEPLAN: SEI nº 2023/000053325-00; Mapeamento SECEX: SEI nº 2023/000045559-00.
Orçamento: Sem Ônus.
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 77%
Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Iniciativa: Realização de Programas de Saúde conforme Resolução 207/2015 - CNJ
Nome e Nº Projeto: 155 - Capelania
Responsável: Secretaria de Serviços Integrados de Saúde - SESIS



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Objetivo Geral: Oferecer gratuitamente apoio espiritual, e social aos funcionários, estagiários e contratados, oferecendo a oportunidade para dialogar sobre questões de conflitos interpessoais, situações de estresse e de violências urbanas, familiares, que eclodem no ambiente social, atingindo a vida profissional.
Resultados Esperados: Promoção de escuta e diálogo sobre questões de conflitos interpessoais, situações de estresse e de violências urbanas, familiares, que eclodem no ambiente social, atingindo a vida profissional; Atendimento espiritual a pessoas em crise (Assistidos, Magistrados, Servidores, estagiários e contratados); Fornecimento de diretrizes à pessoa atendida para viver a verdadeira humanidade, com vistas a um melhor relacionamento com Deus, com ela mesma, e com o próximo; Promoção do desenvolvimento da auto-estima, diminuindo o stress do homem urbano, e despertando vias para a realização pessoal; Promover o elo entre a família, trabalho e Deus; Fornecer parecer sobre questões éticas, religiosas e espirituais, sob a ótica cristã; Colaborar no processo de disciplina em parceria com os serviços de orientação Psicológica; Dentre outros.
Resultados Obtidos: Ações implementadas ao longo de 2023: Atendimentos de Oração, palavra de fé, aconselhamento, Saúde - Cirurgia coluna cervical, Saúde - Enfermo AVC, Saúde - Tratamento coração, Saúde - Cirurgia coluna Cérvica, internado pneumonia, Saúde - Cirurgia Ocular, Saúde - Enfermo Pressão alta, Saúde - Enfermo princípio de infarte, Telefone/ presencial Residência, hospital hap-vida, Sintjam Hosp. 28 de agosto, Hosp. Delfina Aziz. Quantitativo das atividades realizadas por Atendimentos: Atendimento Residencial - 30; Hospitalar – em casos de internação - 13; Cerimônias fúnebres - ; Atendimento dentro do âmbito do TJAM - 67 ; Virtual - atendimento online - 20; Apoio em ações de Saúde e Sociais realizadas durante o ano pelo Subcomitê de Saúde e SESIS. Desenvolveu a ação social - A JUSTIÇA E AS CRIANÇAS. O Projeto encontra-se implementado no âmbito do TJAM e por se tratar de atividades contínuas ao longo do exercício, anualmente elas ocorrerão.
Orçamento: Sem Ônus.
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Concluído.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Iniciativa: Realização de Programas de Saúde conforme Resolução 207/2015 - CNJ
Nome e Nº Projeto: 117 - Implantação de Programa de Qualidade de Vida no Trabalho no âmbito do TJAM - QVT.
Responsável: Secretaria de Serviços Integrados de Saúde - SESIS



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Objetivo Geral: Contribuir para melhoria na qualidade de vida dos magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por meio da implantação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho – QVT permanente no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado, com piloto do Programa de Ginástica Laboral no Fórum Ministro Henoch da Silva Reis. E conforme Plano de Ação, a médio e longo prazos, será estendida para os demais Órgãos e Fóruns.

Resultados Esperados: Para os Magistrados e Servidores: Prevenção das doenças ocupacionais (LER/DORT); A sensação de disposição e bem-estar para a jornada de trabalho; Melhor utilização das estruturas óssea, muscular e articular, com maior eficiência e menor gasto energético por movimento específico, reduzindo a sensação de fadiga ao final da jornada de trabalho; Melhora na atenção e na concentração das atividades desempenhadas, reduzindo os riscos de acidentes de trabalho; Melhora na flexibilidade, força, coordenação, agilidade e resistência, promovendo uma maior mobilidade e melhor postura; Melhora na autoestima e da autoimagem dos magistrados e servidores; Melhora nas relações interpessoais, favorecendo o relacionamento social e o trabalho em equipe; Redução dos índices de sedentarismo; Combate às tensões emocionais (estresse, depressão e ansiedade); e Desenvolvimento de uma maior consciência corporal.

Para o Tribunal de Justiça: Cultura de atenção à saúde e bem-estar no ambiente de trabalho; Redução dos gastos com afastamento e substituição de servidores; Diminuição de quedas, atendimentos médicos, acidentes e lesões; Melhora da imagem da instituição junto aos magistrados, servidores e à sociedade; Melhora no ambiente de trabalho; e Maior produtividade.

Resultados Obtidos: 1 - Realizados os atendimentos de fisioterapia e de educação física no âmbito do TJAM; 2 – Realizado pelos profissionais de Educação Física e o Fisioterapia , ginástica laboral e orientação de saúde nos Fóruns da capital e sede do TJAM; 3 – Participação nas ações de Saúde do TJAM; 4 – A reforma da sala para o atendimento dos profissionais foi entregue em outubro/2023, os atendimentos já estão sendo realizados; 5 - Dos equipamentos e material solicitados, alguns equipamentos já foram adquiridos como a bicicleta e esteira ergométrica.

Total de atendimentos realizados:

Fisioterapia - 97; e

Profissional de Educação Física - 320 participantes (ginástica Laboral).

Orçamento: Estimado em R\$ 148.529,51

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 41%

Status: Em Andamento

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Iniciativa: Implementar a Gestão por Competência no TJAM.
Nome e Nº Projeto: 93 - Implementação de programa de Gestão por Competências, para integração de todas as ações relacionadas à gestão de pessoas.
Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP
Objetivo Geral: Melhorias e aperfeiçoamento dos processos de trabalho relacionados ao provimento de cargos, lotação, relotação, desenvolvimento, capacitação, acompanhamento e avaliação de pessoas.
Resultados Esperados: Aumentar a qualificação das pessoas que fazem parte da instituição. Adequar os perfis pessoais aos institucionais desde a partir do concurso público até a aposentadoria, para promover saúde no trabalho e produtividade. Promover a capacitação contínua alinhada com os objetivos estratégicos. Promover desenvolvimento pessoal e organizacional.
Resultados Obtidos: Projeto em andamento. Realizado até o presente momento: 1. Mapeamento dos postos de trabalho está auxiliando no alinhamento das alocações de servidores e estagiários, conforme a necessidade do serviço. 2. Entrevistas por competências está conciliando as necessidades do TJAM aos anseios dos servidores. 3. Criação do banco de talentos oportunizou a visibilidade dos servidores por formação e experiência, para que possa ser utilizado nas seleções internas. 4. Validação do mapeamento dos postos de trabalho junto às unidades. 5. Foram iniciadas as oficinas para esclarecimento aos servidores e votação das competências que serão utilizadas nas avaliações de desempenho.
Orçamento: Sem Ônus
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. Área não enviou relatório.] Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 50%
Status: Em Andamento

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Iniciativa: Estimular e promover o desenvolvimento profissional do quadro de pessoal.
Nome e Nº Projeto: 94 - Desenvolvimento de Programas de Pós Graduação.
Responsável: EJUD e ESMAM
Objetivo Geral: Desenvolver programas de pós-graduação para incentivar o desenvolvimento profissional e pessoal, que auxilie no processo de aquisição das competências almejadas pelo TJAM.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Resultados Esperados: Oferecer maior oportunidades de qualificação profissional ao quadro de pessoal do TJAM. Incentivar a contínua aprendizagem e aperfeiçoamento. Aproveitar os conhecimentos adquiridos no trabalho executado.
Resultados Obtidos: Pós-graduação EJUD: 1 - Reunião com programas de pós-graduação: mestrado e especialização; 2 - Recebimento de ofertas de cursos de pós-graduação: mestrado e especialização. Propostas Recebidas: Mestrado: 03; e Especialização: 03. Observação: Aguardando decisão da Presidência quanto á viabilidade e interesse. Mestrado ESMAM: Gerado o processo no SEI, nº 2023/000002844-00, que formaliza o Projeto de Contratação Interinstitucional - PCI com a Universidade de Brasília - UnB para contratação de mestrado com 20 vagas a ser ofertada aos magistrados. O processo já possui nota de dotação e teve seu Acordo de Cooperação Técnica assinado entre TJAM e UnB em dezembro de 2024. Vide em: https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-noticias/10058-esmam-e-universidade-de-brasilia-anunciam-parceria-com-selecao-de-mestrado-em-direito-para-magistrados Neste compasso, para a preparação dos magistrados à seleção das vagas, a ESMAM realizou, no período de 17 a 27 de julho, o 1º Módulo da Oficina de Elaboração de Projeto de Pesquisa a fim prepará-los para seleção. O segundo módulo desta formação aconteceu no período de 28 a 29 de setembro de 2023.
Orçamento: Mestrado Esmam R\$ 1.962.754,71
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. Área não enviou relatório.] Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 10%
Status: Em Andamento

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Iniciativa: Estimular e promover o desenvolvimento profissional do quadro de pessoal.
Nome e Nº Projeto: 95 - Executar as diretrizes do Plano de Cargos e Salários quanto à promoção de servidores.
Responsável: Secretaria da Gestão de Pessoas - SEGEP
Objetivo Geral: Cumprir as exigências estabelecidas no Plano de Cargos e Salários do TJAM. Organizar e monitorar continuamente a promoção funcional com base em critérios transparentes.
Resultados Esperados: Contribuir para a qualificação continuada e aperfeiçoamento do quadro de pessoal. Incentivar a busca por conhecimentos atualizados. Contribuir para o crescimento e profissionalização organizacional.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Resultados Obtidos: Os procedimentos iniciarão a partir da implantação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas, que ainda está em andamento e cujo cronograma já está inserido no projeto de Automação da SEGEPE.
Orçamento: Sem Ônus.
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. Área não enviou relatório.] Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 50%
Status: Em Andamento

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Iniciativa: Implementar a política de prevenção e enfrentamento ao assédio sexual e da discriminação.
Nome e Nº Projeto: 96 - Implementar Mecanismos Gerenciais para a Promoção da Igualdade de Gênero, reconhecimento dos direitos e respeito da minorias, e combate a todo o tipo de assédio, discriminação, e tratamento rude dentro da instituição.
Responsável: Comissão de Prevenção de Assédio Moral, Sexual e Discriminação - CPAMSD
Objetivo Geral: Igualdade de gênero, respeito a todo e qualquer tipo de minorias e diferenças. O objetivo principal do projeto é a de conviver e respeitar as diferenças de gênero, etnia, religião e orientação sexual do outro.
Resultados Esperados: Aprimoramento da Gestão dos Direitos Fundamentais.
Resultados Obtidos: Atividades realizadas: Unificação das atividades das Comissões (1º e 2º Grau), Instituição da Resolução da Política de Enfrentamento dentro do TJAM, Instituição do regimento Interno da Comissão com fluxos, Publicação de Carta aberta contra o Assédio e a Discriminação no ambiente do TJAM, Palestras voltadas para o tema em parceria com Escolas e Unidades do TJAM, Pesquisa voltada para melhorar o ambiente de trabalho do TJAM, Exposição em parceria com o Coletivo Arte Ocupa de combate e enfrentamento ao Assédio. Campanhas de Distribuição de Cartilhas nas unidades visando dirimir casos de assédio e discriminação. Trabalhos internos realizados pela comissão para tratamento de notícias de fato. Previsto para 2024: Ações de conscientização, cursos voltados para o tema de assédio e discriminação, aplicação do fluxo e medidas que possam mitigar o número de casos de assédio e discriminação dentro do TJAM.
Orçamento: Sem Ônus.
Monitoramento: Projeto considerado como concluído em 2023, sendo as ações consideradas como permanentes a partir de então. Atualização em 25/01/2024, por meio dos documentos disponibilizados no SEI, nº 2023/000046102-00, processo adm. da Divisão de Gerenciamento de Projetos que trata sobre



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

a Atualização do Portfólio de Projetos.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Concluída.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Iniciativa: Desenvolver programas de capacitação e gestão de competências dos servidores de TIC.
Nome e Nº Projeto: 121 - TJAM MULHER: Caminhos do protagonismo
Responsável: Divisão de Inclusão Acessibilidade e Sustentabilidade - DVIAS
Objetivo Geral: *Colaborar com a finitude de todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas; *Reconhecer e valorizar o trabalho desenvolvido pelas mulheres no âmbito do TJAM; *Promover a ampla cidadania para que esse grupo populacional se desenvolva de forma plena e efetiva na sociedade; *Aumentar a cooperação entre os setores da instituição em prol da promoção da igualdade de gênero e empoderamento das mulheres no Poder Judiciário; *Promover e garantir os direitos humanos, previsto no artigo 5º da Constituição Federal de 1988.
Resultados Esperados: * Dar efetividade a proposta da Agenda de 2030 que trata dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especificamente, o objetivo 5 que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas em todos os níveis; * Dar cumprimento ao que foi estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 255 de 04 de setembro de 2018 que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário e alinhar ao Tema da Comissão da Onu Mulheres que em 2023 é “Por um mundo digital inclusivo: inovação e tecnologia para a igualdade de gênero”; e * Aumento da visibilidade para o Tjam com base na representatividade feminina.
Resultados Obtidos: Foram realizados e divulgados os vídeos nas redes sociais do do Judiciário Estadual, na Intranet e também no canal oficial da Corte Estadual no youtube, referente aos meses de Março (https://www.youtube.com/watch?v=FgZhA_GcFOk) e Maio (https://www.youtube.com/watch?v=hg9DOMa0aPc), Agosto e dezembro.
Orçamento: Sem Ônus.
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.] Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 50%
Status: Em andamento.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Iniciativa: Capacitação Continuada dos servidores de TIC.
Nome e Nº Projeto: 97 - Plano de capacitação e Gestão de Competências dos Servidores de TIC.
Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC
Objetivo Geral: Promover o desenvolvimento das competências técnicas e gerenciais necessárias à operacionalização da governança, da gestão e do uso da tecnologia da informação e comunicação.
Resultados Esperados: Agregar mais valor à organização e ao indivíduo; o servidor desenvolve a capacidade de concretizar os objetivos propostos no prazo estipulado, tendo ainda a facilidade em sobressair-se perante dificuldades e conflitos; capacidade e disposição para liderar e representar com responsabilidade e comprometimento a sua área; capacidade de dominar e aplicar efetivamente os conhecimentos adquiridos.
Resultados Obtidos: Plano de capacitação 2023 (concluído) Plano de capacitação enviado para a plataforma Connect-JUS
Orçamento: Sem Ônus.
Monitoramento: Projeto concluído por meio da Atualização em 31/08/2023, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI, nº 2023/000031765-00, processo do Núcleo de Gerenciamento de Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos. Além disso, o NGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em dezembro/2023.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Concluído.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas.
Iniciativa: Criação do Sistema Eletrônico de Gestão de Pessoas
Nome e Nº Projeto: 148 - Automação da SEGEP
Responsável: Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGEP
Objetivo Geral: Concretizar a automação dos processos de trabalho relacionados à área de gestão de pessoas, por meio da implantação de sistema integrado e informatizado que ofereça recursos para tratamento e armazenamento de dados do quadro de pessoal, permitindo a interação entre o usuário, a área técnica e a administração do Tribunal de Justiça.
Resultados Esperados: Modernização da gestão de pessoas por meio da atualização dos sistemas e procedimentos; Reduzir a necessidade de processos administrativos para a obtenção de informações; Eliminar a utilização de planilhas e controles diversos de informações da área de gestão de pessoas, unificando os relatórios; Disponibilizar aos magistrados, servidores e estagiários painel individual de consulta sobre seus dados funcionais em tempo real.
Resultados Obtidos: 1 - Elaboração do PGP, Plano de Trabalho e Apresentação em Canva;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

2 - A contratação dos serviços e sistemas, por meio de realização de processo licitatório e elaboração de contrato (CT Nº 037/2022 - FUNJEAM), entre TJAM e empresa contratada.
Orçamento: R\$3.277.000,00.
Monitoramento: Atualização em 31/08/2023, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI, nº 2023/000031765-00, processo do Núcleo de Gerenciamento de Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos. Além disso, o NGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em dezembro/2023.
Índice de Cumprimento do Projeto: 59%
Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.
Iniciativa: Aperfeiçoamento da gestão das receitas orçamentárias - recursos próprios, precatórios, entre outros; Implantar instrumento de classificação e controle do orçamento estratégico; Aperfeiçoamento da gestão de custos e despesas, através de maior detalhamento e transparência das informações.
Nome e Nº Projeto: 98 - Alinhamento dos Recursos Financeiros com as Estratégias do TJAM.
Responsável: Secretaria de Orçamentos e Finanças
Objetivo Geral: Assegurar recursos orçamentários necessários à execução da Estratégia.
Resultados Esperados: Garantir a disponibilização de recursos orçamentários para o desenvolvimento das ações, metas e projetos institucionais, priorizando a sua aplicação para o cumprimento do Plano Estratégico.
Resultados Obtidos: Reprogramado para 2024.
Orçamento: Sem Ônus
Monitoramento: -
Índice de Cumprimento do Projeto: 0%
Status: Execução não iniciada.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira.
Iniciativa: Aperfeiçoamento da gestão das receitas orçamentárias - recursos próprios, precatórios, entre outros; Implantar instrumento de classificação e controle do orçamento estratégico; Aperfeiçoamento da gestão de custos e despesas, através de maior detalhamento e transparência das informações.
Nome e Nº Projeto: 120 - Reestruturação da Central de Transporte/ Reestruturação da Frota de Veículos.
Responsável: Subcomitê de Logística Sustentável/ Seção de Transporte/ SECOP
Objetivo Geral: Diminuição de custos na Central de Transporte, através da implantação de um novo modelo de deslocamento de servidores para a realização de atividades de natureza profissional.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Resultados Esperados: Melhorar a oferta de serviços de transporte administrativo ao servidor, com economia, transparência de gastos públicos e eficiência, através do uso de tecnologia; Novo modelo de uso: serviço disponível ou serviço on demand (pgto. pela disponibilidade); Eliminação de ociosidade; Uso de tecnologia da informação; Controle e transparência; Uso de aplicação web e aplicativo mobile para operação, gestão, monitoramento e acompanhamento das corridas solicitadas; Melhor uso da mão de obra de servidores.
Resultados Obtidos: Em 13/03/2023 foram atualizados os Plano Geral de Projeto e o Plano de Ação, bem como incluídos no SEI, processo nº 2021/000019846-00. Projeto segue em andamento.
Orçamento: R\$ 3.048.180,32
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. Área não enviou relatório]. Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 50%
Status: Em andamento

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.
Iniciativa: Adequar as instalações e equipamentos à demanda das unidades; Aprimorar a infraestrutura de comunicação; e Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.
Nome e Nº Projeto: 100 - Renovação do parque computacional do TJAM de acordo com as diretrizes estabelecidas no ENTIC-JUD (Resolução CNJ 370/2021) (notebooks, nobreaks, baterias, computadores, monitores e equipamentos afins).
Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC
Objetivo Geral: Substituir, paulatinamente, equipamentos antigos por novos, de forma a eliminar custos de manutenção e atualizações; Eliminar ou mitigar downtimes com o parque de equipamentos atualizado com bons equipamentos, assegurando que todos os recursos e funcionalidades estarão sempre disponíveis ao público interno e externo do TJAM.; Fortalecer a segurança, uma vez que a atualização da tecnologia aumenta a segurança da informação e fortalece esse fator. Por meio dela é possível garantir que todos os dados estejam armazenados sem correrem o risco de serem divulgados por um ataque malicioso.
Resultados Esperados: Garantir a atualização contínua dos recursos tecnológicos que maximizem a celeridade e qualidade na prestação jurisdicional ao público externo do TJAM, bem como garanta ao público interno do TJAM condições de trabalho adequadas ao cumprimento de suas atividades.
Resultados Obtidos: [até abril/2022] Foram adotadas as seguintes medidas: Adoção de um plano anual de compras;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Concentração de objetos similares em um único pedido;
Acompanhamento do processo até a conclusão.

[até setembro/2022] Entrega das informações da SETIC para composição Plano Anual de Compras 2023 conforme cumprimento do teto orçamentário para esta Secretaria. Em fase de elaboração de uma metodologia para geração de templates adequados a cada tipo de ETP/TR da SETIC.

[até março/2023] Plano Anual de Compras 2023 (concluído)

Geração de Templates ETP/TR para aquisição de computadores, notebooks e nobreaks (concluídos)

Templates de pequenos objetos ou outros periféricos, tais como: materiais de infraestrutura de rede: caixas de cabo, conectores, alicates crimpadores, fluck, rastreadores e peças e acessórios de hardware: disco de SSD, disco rígido, memória ram e placas de rede.

[até dezembro/2023] - Plano Anual de Compras 2024 (concluído);

- Aquisição de 600 unidades de Desktop, sendo destinado 55% deste quantitativo para fins de substituição à equipamentos antigos e renovação do parque tecnológico, seguindo o Planejamento Estratégico do TJAM.

Orçamento: Sem Ônus.

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 77%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Adequar as instalações e equipamentos à demanda das unidades; Aprimorar a infraestrutura de comunicação; e Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Nome e Nº Projeto: 101 - Expansão da Telefonia VoIP das Comarcas Capital e Interior

Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Objetivo Geral: O objetivo geral do projeto é propor uma solução de baixo custo para a grande demanda por novos ramais no TJAM, utilizando a tecnologia VoIP, incluindo o estudo da tecnologia, dos equipamentos necessários e o projeto da rede.

Resultados Esperados: Utilizar a rede existente no TJAM para utilização de VoIP a fim de reduzir custo de telefonia de todas as comarcas do Amazonas.

Resultados Obtidos: [até abril/2022] Equipamentos liberados para serem enviados para as comarcas do interior



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

[até setembro/2022] Configuração estabelecida e conforme cronograma, os equipamentos já se encontram em fase de instalação

[até março/2023] Atualmente, 61% das comarcas com suas linhas VOIPS instaladas e em funcionamento. Aguardando a chegada dos equipamentos nas demais.

[até dezembro/2023] Realizando as ativações nas comarcas que já receberam os equipamentos.

Orçamento: Sem Ônus.

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 80%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Adequar as instalações e equipamentos à demanda das unidades; Aprimorar a infraestrutura de comunicação; e Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Nome e Nº Projeto: 102 - Implantação de Rede Wifi Corporativa TJAM.

Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Objetivo Geral: Redução nos custos de manutenção e aquisição de novos pontos de rede no TJAM, bem como, não ter mais retrabalho sempre que uma sala mudar de posições.

Resultados Esperados: Garantir mobilidade; As redes wireless podem ser acessadas por meio de computadores e dispositivos móveis; Reduzir custos; O custo total de implantação de uma infraestrutura wireless pode sair mais barato do que uma rede cabeada, principalmente a longo prazo; Flexibilidade; As redes sem fio podem ser utilizadas em qualquer local, o que é muito útil no caso de lugares onde a conexão por cabos seria inviável.

Resultados Obtidos: [até abril/2022] Equipamentos já adquiridos.

Fase de implantação piloto concluída.

Em fase de implantação.

[até setembro/2022] As redes wireless foram segmentadas em duas modalidades com as seguintes SSIDs: VISITANTES e TJAM. Desse modo, VISITANTES é acessada predominantemente por dispositivos móveis, enquanto que TJAM é acessada em regra por computadores e dispositivos móveis dos servidores do TJAM

[até março/2023] Cobertura de Wifi em diversas áreas do TJAM em Manaus.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

[até julho/2023] Implantação concluída.
Orçamento: Conforme Plano anual de compras de 2022
Monitoramento: Projeto concluído conforme Atualização em 31/08/2023, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI, nº 2023/000031765-00, processo do Núcleo de Gerenciamento de Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos.
Índice de Cumprimento do Projeto: 100%
Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.
Iniciativa: Adequar as instalações e equipamentos à demanda das unidades; Aprimorar a infraestrutura de comunicação; e Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.
Nome e Nº Projeto: 104 - Melhoria da Infraestrutura e Segurança de TIC nas comarcas do TJAM.
Responsável: Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC
Objetivo Geral: Estabelecer as regras gerais de utilização dos recursos do ambiente de Tecnologia da Informação (TI), com vistas à proteção contra ameaças internas e externas, com base nos princípios da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
Resultados Esperados: Se espera conseguir uma infraestrutura robusta capaz de suportar a demanda do TJAM, e também está em conformidade com todas as determinações das instâncias superiores a fim de tornar toda instituição mais segura e confiável.
Resultados Obtidos: [até julho/2023] - Instituímos a Política de Segurança da Informação (PSI) pela Portaria N° 06/2023, de 14 de julho de 2023 da CGTIC. - Ampliamos nossos recursos de infraestrutura hiperconvergente que viabiliza a contingência dos serviços de TIC disponibilizados pelo TJAM. - Estamos aguardando o planejamento da Contratada Softplan para concluirmos o projeto de redundância de disponibilidade do SAJ no nosso site backup. - Por fim, concluímos a implantação do WAF F5, que deu mais proteção às aplicações disponibilizadas pelo TJAM ao público externo. [até dezembro/2023] - Instituímos a Política de Segurança da Informação (PSI) pela Portaria N° 06/2023, de 14 de julho de 2023 da CGTIC. - Ampliamos nossos recursos de infraestrutura hiperconvergente que viabiliza a contingência dos serviços de TIC disponibilizados pelo TJAM. - Concluído a implantação da contingência do banco de dados da Softplan para o Cluster nutanix do Henocho Reis (DR); - Concluída a implantação do Kaspersky nos fóruns da capital e comarcas, desta forma, garantimos uma maior proteção ao ambiente interno do TJAM; - Concluímos a implantação do WAF F5, que deu mais proteção às aplicações disponibilizadas pelo TJAM ao público externo"; - Implantado o recurso de segurança para objetos compartilhados via SMB e NFS no Nutanix, a solução adiciona uma camada de segurança contra ataques maliciosos relacionados a vírus e malware; Assinamos o contrato 040/2023-FUNJEAM com a empresa SERVIX para efetuar a renovação do suporte e das licenças do cluster de equipamentos de Next-Generation Firewall, assim como expansão da solução de firewall, compreendendo



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

suporte técnico e garantia, incluindo serviços de instalação, configuração e treinamento oficial do fabricante, para as unidades descentralizadas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM). Efetuamos o pedido de acionamento da nossa ARP para a contratação do serviço de internet via circuitos satelitais de órbita baixa starlink. Assinamos o contrato 046/2023-FUNJEAM com a empresa SIDI, cujo objeto consiste na prestação de serviços de provimento de circuitos de transmissão de dados para interligação redundante, incluindo o fornecimento de equipamentos, instalação, operação, manutenção e gerência proativa. Assinamos o contrato 001/2024-FUNJEAM com a empresa AMAZONAS COPIADORAS LTDA cujo objeto consiste na prestação de serviços de impressões, digitalizações e reproduções de caráter local na modalidade com franquias de páginas mais excedentes, incluindo a disponibilização de equipamentos, software de gerenciamento de ativos e bilhetagem das páginas, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos, exceto papel.

Orçamento: Conforme Plano anual de compras de 2022

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis.]

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 90%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Integrar os Sistemas Administrativos.

Nome e Nº Projeto: 106 - Virtualização das atividades realizadas tradicionalmente de modo físico/presencial TJAM (leilões, biblioteca, cursos).

Responsável: Unidades do 1º Grau

Objetivo Geral: O objetivo principal é a transparência da instituição para a sociedade, bem como a automatização dos processos que hoje são realizados de forma manual, desta forma, as atividades serão feitas de forma eletrônica dando maior celeridade ao processo.

Resultados Esperados: Maior celeridade nas consultas, menor probabilidade de erro humano e maior facilidade no processo entre outros.

Resultados Obtidos: Implementado os Leilões Web; Biblioteca Poliglota; e Cursos Alura (plataforma AVA da EJUD).

Orçamento: Conforme Plano anual de compras de 2022

Monitoramento: Em 28/03/2023 foi enviado Ofício Circular nº 57/2023, mediante SEI nº 2023/000012275-00 para Atualização do Portfólio de Projetos. No período de 28/03 a 25/04/2023 a Equipe do NGP realizou reuniões com todas áreas, a fim de esclarecer sobre as atualizações necessárias. Previsão das aferições pelo Núcleo de Gerenciamento de Projetos: semestral.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Índice de Cumprimento do Projeto: 100%

Status: Concluído.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Integrar os Sistemas Administrativos.

Nome e Nº Projeto: 107 - Implantação de Sistema Administrativo Integrado

Responsável: Unidades do 1º Grau

Objetivo Geral: A finalidade é ter as informações de forma consistentes, em um único sistema, onde cada setor possa fazer sua atividade e não precisar movimentar ou até mesmo produzir algum documento para ser enviado para outro setor, na maioria das vezes apenas para informar alguma modificação no status de algum funcionário ou prestador de serviços.

Resultados Esperados: Maior celeridade nos processos, eliminação da inconsistência das informações e total integração entre os setores do TJAM.

Resultados Obtidos: Licitação do Sistema Integrado de Gestão de Pessoas (Contrato Administrativo 037/2022 FUNJEAM) - Projeto 86.

Observação: As despesas com o Sistema podem ser acessadas no processo via SEI nº 2023/000004497-00, que trata sobre o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo 037/2022 - FUNJEAM. Vide Extrato nº 198/2023-DVCC/TJ no DJe.

Orçamento: Sem Ônus.

Monitoramento: Atualização em 31/08/2023, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI, nº 2023/000031765-00, processo do Núcleo de Gerenciamento de Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos.

Além disso, o NGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em dezembro/2023.

Índice de Cumprimento do Projeto: 40%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Integrar os Sistemas Administrativos.

Nome e Nº Projeto: 150 -Automação da SECOP

Responsável: SECOP

Objetivo Geral: Automatizar os processos da Secretaria de Compras, Contratos e Operações - SECOP, reduzindo o risco administrativo.

Resultados Esperados: Melhoria da gestão por meio da eficiência, eficácia, efetividade, economicidade e da promoção da transformação digital;
Aperfeiçoamento da segurança e disponibilidade dos dados armazenados e administrados no âmbito da área de de Compras, Contratos e Operações;
Diminuição de retrabalho e automatização de processos;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Diminuição do risco administrativo, de custos, da perda de prazo e da despersonalização da gestão contratual; Agilização na prestação de informações sobre a área de Compras, Contratos e Operações para a administração interna, e para Órgãos externos tais como Tribunal de Contas e Conselho Nacional de Justiça e interoperabilidade; e Evolução nos processos de trabalho advindos da combinação de facilidade de uso e automatização de processos.
Resultados Obtidos: Ações implementadas: 1 - Elaboração do Plano Geral de Projetos e Plano de Trabalho; 2 - Realização de Prova de Conceito; 3 - Elaboração do DOD - Documento de Oficialização de Demanda.
Orçamento: Não estimado até o momento.
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. A área não enviou relatório.] Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 25%
Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento
Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.
Iniciativa: Melhoria nos sistemas de monitoramento e controle de resultados (dashboards)
Nome e Nº Projeto: 108 - Implantação de Sistemas de Gerenciamento de Projetos da DVTIC
Responsável: SETIC
Objetivo Geral: Monitorar qualidades, tarefas e prazos da equipe como estratégia de garantir que os projetos alcancem o resultado esperado.
Resultados Esperados: Redução do número de erros operacionais; cumprir prazos estipulados; melhoria dos indicadores de produtividade; maior integração da equipe.
Resultados Obtidos: Atualmente o software de gerenciamento de projetos ClickUp é utilizado na Divisão de Desenvolvimento de Sistemas e Inovações Tecnológicas; A SETIC fez aquisição do software Microsoft Power BI e já desenvolveu diversos painéis/dashboards. Aquisição concluída e em fase final de implantação do software de gerenciamento de projetos JIRA (SEI no. 2023/000004708-00). Renovação da licença concluída do software Microsoft Power BI (SEI no. 2022/000037197-00).
Orçamento: R\$190.825,00
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. A área não enviou relatório.]



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 95%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Nome e Nº Projeto: 109 - Implantação de Controle Automatizado do Datacenter TJAM (Sala Segura).

Responsável: SETIC

Objetivo Geral: Viabilizar maior rapidez e dinamismo na detecção e solução de eventuais problemas nos Datacenters, que hoje dependem de inspeção presencial de servidores - o que, por vezes, não é rápido o suficiente para evitar danos aos equipamentos quando da falha de sistemas de refrigeração, por exemplo - e também possibilitar que alguns procedimentos possam ser feitos de maneira remota, otimizando recursos disponíveis.

Resultados Esperados: Objetiva-se ter, ao fim do referido projeto, uma API modular de rápida configuração/restauração capaz de realizar a comunicação (envio e recebimento de comandos bem como atualização remota de firmware) com dispositivos IoT (internet das coisas) juntamente com uma aplicação Web reativa com controle de acesso e definição de perfis para o monitoramento e controle de Datacenters no TJAM.

Resultados Obtidos: Incluímos no PCA de 2024 a previsão de construirmos um novo Datacenter, que deverá ser equipado com as funcionalidades de controle e monitoramento ambiental
Estudo Técnico Preliminar concluído através do processo 2022/000031866-00.
Conforme Despacho PRES/SGTJ (SEI nº 1330705) no Processo 2022/000031866-00, o Estudo Técnico Preliminar voltou à SETIC para adequação à nova Lei de Licitações 14.133/2021; Em razão do estudo realizado, optamos por aplicar a modalidade Diálogo Competitivo, que foi incluída na nova lei de licitações para atender uma série de necessidades dos tempos atuais, onde a tecnologia tem um papel cada vez maior e importante na sociedade, trazendo consigo suas inúmeras vantagens e também suas complexidades.

Orçamento: Custo total estimado de R\$ 12.000.000,00, com expectativa de execução de R\$ 6.000.000,00 em 2024 e R\$ 6.000.000,00 no início de 2025.
SETIC-2024-37.

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. A área não enviou relatório.]

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Índice de Cumprimento do Projeto: 57%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar os sistemas judiciais.

Nome e Nº Projeto: 151 - Migração e Expansão do Sistema PROJUDI

Responsável: SETIC

Objetivo Geral: O projeto visa à expansão das competências atendidas pelo Sistema de Processo Judicial Digital (PROJUDI) nas comarcas do Estado do Amazonas.

Dentre outros objetivos, cita-se:

- *Agilizar a Justiça;
- *Diminuir custos;
- *Aumentar a capacidade de processamento de ações;
- *Facilitar o trabalho dos advogados; e
- *Melhorar a qualidade do atendimento às partes.

Resultados Esperados: O Projeto "Migração e Expansão do Sistema PROJUDI" trará benefícios para o Tribunal de Justiça e para a sociedade, sendo:

Sem Barreiras / Fronteiras;

Acesso instantâneo aos dados dos processos, ou seja, acesso aos processos de qualquer lugar do mundo, via Internet;

Os advogados poderão acessar os processos do seu escritório ou mesmo em viagem, podendo praticar atos processuais, inclusive com redução de custos;

Os Juízes terão facilidade de acesso, podendo resolver questões urgentes mesmo sem comparecer à sede da Justiça;

Automação de rotinas processuais;

Rapidez na tramitação de processos; e

Diminuição de despesas na administração dos processos.

Resultados Obtidos: Está em andamento e atualmente, está sendo realizada a migração do sistema SAJ para o PROJUDI em todos os juizados, conforme o cronograma estabelecido, SEI nº 2023/000030752-00

Varas a serem contempladas conforme Cronograma de Migração, estabelecido via SEI nº 2023/000030752-00: 18ª Vara do Juizado Especial Criminal; 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins); 18ª Juizado Especial Cível; 19ª Juizado Especial Cível; 20ª Juizado Especial Cível; 21ª Juizado Especial; 10ª Vara Juizado Especial Cível; 16ª Vara do Juizado Especial Cível; 19ª Vara do Juizado Especial Criminal; 9ª Vara do Juizado Especial Cível; 2ª Vara do Juizado Especial Cível; 11ª Vara do Juizado Especial Cível; 14ª Vara do Juizado Especial Cível; 4ª Vara do Juizado Especial Cível; 12ª Vara do Juizado Especial Cível; 13ª Vara do Juizado Criminal; 15ª Vara do Juizado Especial Criminal; 17ª Vara do Juizado Especial Criminal; 13ª Vara do Juizado Especial



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Cível; 15ª Vara do Juizado Especial Cível; 17ª Vara do Juizado Especial Cível; 1ª Vara do Juizado Especial Cível; 3ª Vara do Juizado Especial Cível; 5ª Vara do Juizado Especial Cível; 6ª Vara do Juizado Especial Cível; 7ª Vara do Juizado Especial Cível; 1º Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal; 2º Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal; e 26 Gabinetes.

Orçamento: Sem Ônus.

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. A área não enviou relatório.]

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 85%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar a cultura de governança TIC

Nome e Nº Projeto: 111 - Evolução Contínua dos Sistemas Desenvolvidos pelo SDS (Não Administrativos).

Responsável: SETIC

Objetivo Geral: Evoluir de forma contínua os Sistemas Desenvolvidos pelo SDS, tendo como parâmetro o feedback dos usuários; Viabilizar maior rapidez e dinamismo na codificação e solução de bugs nos sistemas, além de sua evolução natural e novas integrações.

Resultados Esperados: Melhoria Contínua dos sistemas desenvolvidos hoje; Codificação de novas soluções para o TJAM; Integrações com outros sistemas.

Resultados Obtidos: 59 projetos finalizados em 2023.

Orçamento: Sem Ônus.

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. A área não enviou relatório.]

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 85%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar a cultura de governança TIC



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Nome e Nº Projeto: 112 - Implantação do Processo de Inventário Integrado de Ativos de TIC (âmbito DVTIC).
Responsável: SETIC
Objetivo Geral: O objetivo é utilizar uma única base de dados para o sistema de inventário, que deve ser alimentado pelo setor de patrimônio, onde o setor de TI deve ter acesso a essa base a fim de gerenciar recursos, gerar relatórios e outros afins referentes ao setor de TI, Desta forma teremos uma base única de informação, descentralizada, consistente e de fácil gerenciamento.
Resultados Esperados: Se espera um melhor controle dos ativos de TI, com informações consistentes, atualizações em tempo real, eliminando a necessidade de levantamento de dados de sala em sala a fim de localizar equipamentos que foram realocados, portanto, tendo a informação exata de localização e quantidade em uso em tempo real.
Resultados Obtidos: Os serviços de inventário de ativos de TIC serão realizados através da plataforma de ITSM da empresa que será contratada para prestar serviço terceirizado de suporte técnico de TIC aos usuários do TJAM. O processo de contratação de empresa terceirizada para prestação de serviços de suporte técnico de TIC aos usuários do TJAM foi indeferido. Consequentemente, será retomada a estratégia de inventário integrado dos ativos de TIC através da solução FusionInventory. Foi realizada a instalação do agente em alguns ativos de TI e validação de que a coleta das informações foi satisfatória. Foi iniciado novos testes para fazer a instalação via GPO, entretanto, ainda não obtivemos êxito, a instalação não está ocorrendo automatizada, apenas de forma manual, o que não seria uma estratégia viável devido ao quantitativo de máquinas e disposições geográficas. Além deste teste, está em fase da construção do perfil que poderá gerenciar o inventário de TIC, desta forma, a Divisão de Patrimônio do TJAM poderá auxiliar na inclusão dos tombos. Identificamos que a versão atual em uso do GLPI está significativamente desatualizada e que logo seria descontinuada, alguns recursos interessantes não poderão ser utilizado; - Diante dessa constatação, decidimos interromper temporariamente a implantação para garantir uma base sólida para o sucesso futuro do projeto; - Requisitado via Processo SEI n 2024/000001078-00 de concessão de adiantamento (Pronto Pagamento), solicitado pela coordenadora de Suporte da Sede e Anexos, lotada na DVSGATIC, no valor total de R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais) para contratação de Outros serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (339039) para a atualização da ferramenta GLPI.
Orçamento: R\$ 8.800,00 (Oito mil e oitocentos reais) para contratação de Outros serviços de Terceiros
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. A área não enviou relatório.] Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 60%



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar a cultura de governança TIC

Nome e Nº Projeto: 113 - Consolidação da Cultura de Governança e Gestão de TIC.

Responsável: SETIC

Objetivo Geral: Prover nível de excelência em todos os setores do TJAM com a ajuda da Governança promovendo uma melhor gestão dos recursos, sejam eles humanos ou de TI.

Resultados Esperados: Melhor aproveitamento de pessoal, diminuição no número de processos, automatização de todos os processos possíveis, eliminação de possíveis erros humanos, melhor aproveitamento de recursos humanos.

Resultados Obtidos: Instituição formal dos principais processos de TIC recomendados pelo CNJ (Realizada). Reestruturação da estrutura organizacional da SETIC, de modo a contemplar formalmente as atividades inerentes à governança de TIC (Realizada). Organização para que seja criada a Divisão de Governança de TIC (em andamento).

Atualização do Plano de Transformação Digital. - Atualização do Plano de Gestão de Riscos. - Colaboração no processo de atualização Política de Segurança da Informação. - Criação do Comitê de Governança de TIC. - Execução do Plano de Trabalho da ENTIC-JUD (Resolução 370/2021).

Plano de Transformação Digital (atualizado); - Plano de Gestão de Riscos (atualizado); - Política de Segurança da Informação (atualizada); - Criação do Comitê de Governança de TIC (realizado); - Execução do Plano de Trabalho da ENTIC-JUD (Resolução 370/2021) (fluxo contínuo - andamento).

Orçamento: Sem ônus

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. A área não enviou relatório.]

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 90%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar a segurança da informação e a proteção de dados.

Nome e Nº Projeto: 114 - Implantação da LGPD e Consolidação da Cultura de Segurança da Informação.

Responsável: Comitê Gestor da LGPD



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Objetivo Geral: O objetivo principal da LGPD é proteger os dados pessoais de pessoas físicas. O pressuposto da LGPD é regulamentar as regras sob as quais as empresas podem tratar os dados pessoais. As regras introduzidas pela LGPD destinam-se principalmente a proteger os usuários de utilização dos seus dados pessoais para fins diferentes daqueles para os quais eles concordaram.

Resultados Esperados: Gerenciar uma base de dados unificada contendo as informações de dados pessoais de seus funcionários, usuários e contratados. Desta forma ficando mais fácil a proteção, gerência e geração de relatórios.

Resultados Obtidos: Durante os meses de janeiro a julho de 2023, o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) desenvolveu atividades de adequação à LGPD por meio do Comitê Gestor de Proteção de Dados - CGPD. Essas ações foram realizadas com base no plano de ação estabelecido pela Resolução n.º 363/2021 do CNJ e na própria LGPD (Lei 13.709/2018). Abaixo rol das ações implementadas:

Criação do Comitê Gestor (Portaria 143 de 12/01/2023 criou o Comitê Gestor de Proteção de Dados - CGPD); Criação do Grupo de Trabalho (Portaria 403 de 30/01/2023 criou o Grupo de Trabalho - GT);
Capacitação do CGPD e GT (Foi promovida a capacitação dos membros do CGPD e GT em 09 de março de 2023.);
Indicação de Designar o Encarregado de Dados (Portaria 578 de 12/02/2023 criou o Comitê Gestor de Proteção de Dados - CGPD.);
Mapeamento de 88 (oitenta e oito) procedimentos de tratamento de dados pessoais no TJAM;
Análise de risco de 30 (trinta) procedimentos de tratamento de dados mapeados no TJAM;
Adequação das minutas de contratos, termos de referência e congêneres à LGPD;
Criação de formulário eletrônico e fluxo de atendimento dos titulares de dados pessoais;
Criação da Política de Segurança da Informação contemplando plano de resposta a incidentes;
Adequação do crachá institucional à LGPD;
Campanha de conscientização sobre a LGPD no TJAM;
Bloqueio de segurança das portas USB das máquinas do TJAM (salvo dispositivos periféricos);
Criação do hot site sobre LGPD no TJAM; e
Inserção do aviso de cookies no portal institucional do TJAM.
Foi criado o Comitê Gestor de Produção de Dados. (Portaria nº 143/2023, de 12/01/2023;
Análise de riscos; Conduzida a análise de risco em 33 procedimentos de tratamento de dados mapeados no TJAM;
Revisão de Documentos legais; pois a definição das cláusulas sobre proteção de dados e privacidade, iniciamos a revisão de 54 contratados; 21 convênios; 180 Acordos de Cooperação Técnica e 28 Acordos de Reciprocidade vigentes no Tribunal de Justiça;
Desenvolvimento de Questionário de Avaliação: Criação de um questionário para avaliar a maturidade dos contratados e parceiros em conformidade com as normas de proteção de dados, o questionário foi enviado a todos os contratados.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Criação do Aviso de Privacidade: Implementação de um aviso formal de privacidade;
Evento de Conscientização sobre a (LGPD) Realizado um evento educacional sobre a Lei Geral de Proteção de Dados.
Projeto Colaborativo com LAWIn da UEA: Reunião com a Equipe para desenvolver um projeto conjunto, com recursos da lei da informática;
Análise de Risco: O CGPD concluiu a análise de risco de 30 atividades mapeadas na primeira fase,
e está atualmente trabalhando na análise de riscos de 58 atividades na segunda fase.
Recomendações contratuais: O comitê emitiu recomendação para a adequação de termos de referência, contratos e outros instrumentos relacionados à LGPD.
Medidas Práticas de segurança: Foram implementadas medidas práticas de segurança, como desativação das portas USB nos computadores ligados a rede TJAM, exceto para dispositivos periféricos, visando a prevenção de vazamento de dados.
Adequação de crachás: Os crachás institucionais foram revistos e substituídos para eliminar dados pessoais desnecessários, como RG e CPF.
Hostsite LGPD; Foi desenvolvido um hostsite dedicado à LGPD no site do TJAM fornecendo informações relevantes sobre a lei, políticas de segurança da informação, direitos dos titulares dos dados.
Canal de Comunicação: foi criado em um formulário eletrônico e um fluxo de atendimento para lidar com as demandas dos titulares de dados.
Contribuição para política de segurança da informação.
Cooperação Institucional: O comitê colaborou com outras instituições, como o Superior Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC).
Evolução ao Longo do Tempo: O CGPD demonstrou uma evolução significativa ao longo do ano de 2023, expandindo suas atividades e estabelecendo processos e práticas que asseguram a integridade e segurança dos dados ao longo prazo.
Em resumo: O CGPD alcançou resultados substanciais na adaptação do TJAM à LGPD, fortalecendo a governança de dados, promovendo a conformidade com a legislação e estabelecendo uma cultura de proteção de dados e privacidade, demonstrando um compromisso sólido com a segurança e privacidade dos dados do Tribunal.

Orçamento: Estimado em R\$ 3.540.000,00

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. A área não enviou relatório.]

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 75%

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.
Iniciativa: Aprimorar a cultura de governança TIC
Nome e Nº Projeto: 152 - Controle da Segurança e Defesa Cibernética
Responsável: SETIC
Objetivo Geral: Implementar um sistema abrangente de controle de segurança e defesa cibernética no Tribunal de Justiça, visando proteger efetivamente os dados sensíveis, a infraestrutura tecnológica e as comunicações eletrônicas contra ameaças cibernéticas, garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações, além de assegurar o bom funcionamento dos processos judiciais e a confiança do público na instituição.
Resultados Esperados: Proteção efetiva dos dados sensíveis; Fortalecimento da infraestrutura tecnológica; Prevenção e detecção de ameaças cibernéticas; Resposta eficiente a incidentes de segurança; Conformidade com regulamentações e padrões; e Fortalecimento da confiança pública.
Resultados Obtidos: I- Instituição do Comitê de Segurança da Informação; - Análise e Registro de Riscos Identificados; - Elaboração de documentações para tratamento e mitigação dos riscos; - Início da reestruturação das Políticas de Segurança do TJAM; - Implantação do Firewall Web Application para garantir a segurança dos Sistemas Externos; - Iniciada as atividades relacionadas a proteção de Dados Pessoais. - Publicação formal das políticas de Segurança da Informação; - Instituição formal da Equipe de Resposta a Incidentes de Segurança; - Implantação de diversas ações relacionadas aos controles mínimos de Segurança determinados pelo CNJ; - Revisão do Plano do Projeto de Defesa Cibernética; - Conscientização de Segurança da Informação e Boas Práticas para diversas Secretarias e Divisões; - Conclusão da implantação do WAF F5. - Avaliação contínua e mitigação dos riscos de segurança; - Continuidade no Plano de Conscientização relacionados a Segurança da Informação e Proteção de Dados; - Elaboração e implantação das atividades relacionados aos check-lists de Controle e Gerenciamento de Identidade e Controles de Acesso e ao Check-List de Controles de Prevenção e Mitigação de Ameaças Cibernéticas e Confiança; - Elaboração do ETP e TR para aquisição de solução para Gestão de Identidade de Acessos e Privilegios: SEI nº 2023/000038701-00.
Orçamento: Estimado em R\$ 2.660.000,00
Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. A área não enviou relatório.] Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.
Índice de Cumprimento do Projeto: 60%



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Status: Em andamento.

Perspectiva: Aprendizado e Conhecimento

Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados.

Iniciativa: Aprimorar a cultura de governança TIC

Nome e Nº Projeto: 115 - Aprimoramento Contínuo do Processo de Aquisições e Contratações de TIC.

Responsável: SETIC

Objetivo Geral: Estabelecer um padrão de excelência em todas as atividades que de alguma forma estão ligadas a TI do TJAM, padronizando ações e processos a fim de evitar erros e melhorando de forma contínua as atividades.

Resultados Esperados: Diminuição na quantidade de erros nas documentações referentes, diminuição na quantidade de atividades no processo, diminuição no tempo do processo, aprimoramento das atividades, excelência no processo, entre outros.

Resultados Obtidos: Estamos capacitando uma turma de 12 servidores da SETIC através de um curso aberto voltado para orientações de contratações de TIC com base na Nova Lei de Licitações 14.133/2021.

Estamos elaborando minutas de ETP e TR para diferentes tipos de contratações, incluindo: adesão à ARP, elaboração de ARP, Contratação de Serviços e Compra de Equipamentos.

Adequamos nossos procedimentos internos de contratação à Lei 14.133/2021 e à Resolução TJAM 64/2023;

- Iniciamos as tratativas para adequação interna à Resolução CNJ 468/2022, especialmente no tocante à formação da equipe de planejamento.

Orçamento: Sem ônus

Monitoramento: [Atualização em 06/02/2024, por meio dos Relatórios de Atividades disponíveis no SEI nº 2024/000002770-00, processo da Divisão de Gestão e Projetos que trata sobre a Atualização do Portfólio de Projetos junto aos gestores responsáveis. A área não enviou relatório.]

Além disso, a DVGP monitora constantemente a implementação das ações planejadas para o projeto. Próxima atualização deverá ocorrer em Julho/2024.

Índice de Cumprimento do Projeto: 60%

Status: Em andamento.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

CATEGORIA DIAMANTE NO PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

O Prêmio CNJ de Qualidade foi criado em 2019, em substituição ao antigo Selo Justiça em Números, implementado desde 2013. Visa ao reconhecimento da excelência dos tribunais brasileiros na gestão e no planejamento de suas atividades por meio da sistematização e disseminação das informações e do aumento da eficiência da prestação jurisdicional.

Ao longo dos anos, vários critérios foram sendo aperfeiçoados e incluídos no regulamento da premiação, que é dividida em quatro eixos principais: governança; produtividade; transparência; dados e tecnologia. Utiliza-se uma metodologia de avaliação dos tribunais sob o olhar do acompanhamento das políticas judiciárias, eficiência, gestão e organização de dados.

O Prêmio CNJ de Qualidade para o ano de 2023, de acordo com a Portaria CNJ nº 82, de 31 de março de 2023, apresentou avanços em relação ao ano anterior, tendo sido implementadas mudanças nos critérios de pontuação e avaliação. Em 2023, o TJAM alcançou a terceira maior pontuação entre os Tribunais Estaduais do País, conquistando seu melhor resultado na série histórica da premiação, desde que foi instituído pelo CNJ, alcançando de forma inédita a categoria “Diamante”.

Conforme os indicadores apurados pelo CNJ, no eixo Governança, o TJAM atingiu a pontuação de 367, o que representa 90,62% da pontuação máxima prevista; no eixo Produtividade, a pontuação chegou 462, o equivalente a 75,12%; em Transparência, a pontuação atingida foi 100, ou 83,33% da pontuação máxima; e no eixo Dados e Tecnologia, foram 565 pontos, representando 98,26% da pontuação máxima no indicador. No cômputo geral, o índice alcançado pelo Tribunal de Justiça do Amazonas foi de 87,11%.

Todos os itens elencados no Prêmio CNJ de Qualidade foram amplamente discutidos pela Comissão de Acompanhamento do Prêmio CNJ de Qualidade e Metas Nacionais do Poder Judiciário e por todos magistrados e magistradas, servidores e servidoras, colaboradores e colaboradoras, estagiários e estagiárias, a fim de garantir o cumprimento dos requisitos exigidos e a conquista do Selo Diamante, alcançando, assim, o aprimoramento dos serviços e aperfeiçoamento na execução das atividades.



METAS NACIONAIS

Formuladas anualmente, as Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

Em 2023, de acordo com o Glossário disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, as metas contemplam os seguintes temas:

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos;

Meta 2 - Julgar processos mais antigos;

Meta 3 - Estimular a conciliação;

Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública e à improbidade administrativa;

Meta 5 - Reduzir a taxa de congestionamento;

Meta 8 - Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres;

Meta 9 - Estimular a inovação no Poder Judiciário;

Meta 10 - Impulsionar os processos de ações ambientais; e

Meta 11 - Infância e Juventude.

A partir da nova resolução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, em seu art. 13, as Metas Nacionais 1 e 2 compõem obrigatoriamente o monitoramento da Estratégia, não podendo ser excluídas do rol de metas dos tribunais, sendo de monitoramento contínuo.

O TJAM realiza, por intermédio da Secretaria de Planejamento e da Comissão de Acompanhamento das Metas Nacionais, o monitoramento e a análise dos resultados referentes as Metas Nacionais, a partir do controle mensal, por competências e por unidades judiciais, através de relatórios extraídos do painel de metas, bem como através de dados extraídos pelo Núcleo de Estatística da Presidência e pela Secretaria de Tecnologia de Informação e Comunicação, alertando e criando estratégias de melhorias, iniciativas e ações que possam ser implementadas visando sempre resultados mais satisfatórios.

A tabela a seguir demonstra o resultado alcançado no ano de 2023.

Os números aqui expostos referem-se a dados lançados pelo próprio tribunal, em sistema eletrônico disponibilizado por meio do Painel de Metas do TJAM.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

RESULTADO TJAM ANO 2023	PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO
Meta 1: Julgar mais processos que os distribuídos	102,87%
Meta 2: Julgar processos mais antigos	107,72%
Meta 3: Estimular a conciliação	58,78%
Meta 4: Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a administração pública e à improbidade administrativa	141,82%
Meta 5: Reduzir a taxa de congestionamento	129,02%
Meta 8: Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica	137,40% (Feminicídio) 134,08% (V. Doméstica)
Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário	100%
Meta 10: Impulsionar os processos de ações ambientais	175,82%
Meta 11: Promover os Direitos da Criança e do Adolescente	110,77%

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC é unidade especializada, subordinada à Secretaria de Administração do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, tendo por finalidade planejar e gerenciar soluções tecnológicas efetivas e de serviços prioritários estabelecidos de acordo com o Planejamento Estratégico, PETIC e PDTI do TJAM, proporcionando avanços crescentes na melhoria de produtividade dos serviços oferecidos pelo judiciário amazonense.

Diante disto, seguem as iniciativas desenvolvidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação-SETIC no ano de 2023.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

DIVISÃO DE SUPORTE E GESTÃO DE ATIVOS DE TIC - FHR

Ação/Iniciativa/Projeto	Descrição	Período [1o semestre 2023 ou 2o semestre 2023]
Novas instalações de Infraestrutura de Rede e novo Acervo Computacional	Foi realizada a substituição de Equipamentos antigos de rede e Infraestrutura lógica do parque computacional do arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, localizado na Constantino Nery	1º e 2º Semestres
Substituição da Infraestrutura Lógica do Juizado da Infância e Juventude Infracional	Em razão de constantes problemas de conectividade de rede local e internet, foram refeitos 70 pontos lógicos, em substituição dos cabos de rede danificados ou parcialmente avariados.	1º Semestre
Instalação de Câmeras no Fórum Ministro Henoch Reis	Foi aproveitado algumas câmeras que estavam em desuso e realocadas para melhor alcance no monitoramento do estacionamento interno e externo do Fórum Ministro Henoch Reis	2º Semestre
Readequação da Vara de Execução Penais para atuar como UPJ	Foram refeitos 80 pontos lógicos, conforme ordem de serviço 83 SETIC/DVITIC., onde necessitava de fornecer melhor estrutura de rede às assessorias do Regime Aberto e Semiaberto.	2º Semestre
Cejusc Cível, 5º Fórum Ministro Henoch Reis	Realizada Infraestrutura de rede nova, com switches do tipo Brocade (padrão ais atual do TJAM que evita Loops de rede), promovendo disponibilidade para um maior quantitativo de salas de audiências, além de ter recebido 06 novos computadores	2º Semestre
Sala de Leilões	implantação de nova sala equipada com computadores (novos) e 01 impressora; facilitando a atividade dos Leilões de bens apreendidos ou penhorados pelo Tribunal de Justiça do estado do Amazonas	2º Semestre
Aquisição de 700 novos computadores (ata própria do TJAM)	Sendo 655 entregues para setores e cartórios do TJAM	2º Período
Aquisição de 1mil nobreaks por meio de adesão em Ata (adesão por carona)	Foram recebidos e disponibilizados aos usuários do TJAM (Capital e interior), restando como saldo em 05/03/2024, em estoque do Patrimônio/FHR, o quantitativo 161 unidades, conforme relatório semanal	2º Semestre

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

	da equipe do Patrimônio/FHR, datado de 23/02/2024.	
Novas Instalações da Coordenadoria do Serviço Social 5º Andar Fórum Ministro Henoch Reis	Foram realizadas adaptações de rede (inclusão de pontos e realocação de pontos) para receber funcionários adicionais nas salas de apoio.	2º Semestre
Implementação da 1ª UPJ dos Juizados Especiais Cíveis	Novo setor criado no Fórum Henoch Reis e com isso foram instalados inicialmente 43 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação do Setor de Patrimônio do FHR	Foram refeitos 18 pontos lógicos e adicionado um UBIQUITI (roteador para oferta de rede WIFI).	1º Semestre
Reestruturação do andar Térreo do FHR	Foram refeitos 62 pontos lógicos, dos setores e corredores do andar térreo.	1º Semestre
Reestruturação Setor Médico FHR	Foram refeitos 32 pontos lógicos.	1º Semestre
Implementação 9ª Vara de Família - FAM	Novo setor criado no Fórum Azarias Menescal e com isso foram adicionados 30 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação 3ª Vara do tribunal do Júri - FHR	Foram refeitos 22 pontos lógicos, tendo em vista o aumento de usuários (servidores e estagiários, alteração de layout para melhor gerenciamento das rotinas de secretaria e renovação de cabeamento antigo).	1º Semestre
Lançamento de Fibra Óptica Fórum Cível	Foram lançadas fibras ópticas nos CPD's dos 7 andares do prédio, para uma melhor estabilidade da rede, razão que se justifica pelas constantes quedas de sistemas, que ocorriam semanalmente.	1º e 2º Semestres
Lançamento de Fibra Óptica Fórum Henoch Reis	Foram lançadas fibras ópticas nos CPD's dos 5 andares do prédio, para uma melhor estabilidade da rede, para uma melhor estabilidade da rede, razão que se justifica pelas constantes quedas de sistemas, que ocorriam semanalmente; principalmente no 3º e 5º andar.	1º e 2º Semestres
Reestruturação do andar Térreo Edifício Arnaldo Péres	Foram refeitos 100 pontos lógicos, dos setores e corredores do andar térreo.	1º Semestre
Reestruturação Gabinete Des. Jomar	Foram refeitos 18 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação Gabinete Desa. Nélia	Foram refeitos 17 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação Setor	Foram refeitos 31 pontos lógicos.	1º Semestre

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Cerimonial		
Reestruturação Setor Juizes Auxiliares da Vice Presidência	Foram refeitos 29 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação Gabinete da Vice Presidência	Foram refeitos 19 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação Gabinete Desa. Joana	Foram refeitos 21 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação Turma Recursal - FMV	Foram refeitos 21 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação Gabinete Des. Chalub	Foram refeitos 20 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação Gabinete Des. João Simões	Foram refeitos 20 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação Gabinete Desa. Socorro Guedes	Foram refeitos 20 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação Gabinete Desa. Vânia	Foram refeitos 22 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação 1ª VECUTE	Foram refeitos 26 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação 2ª VECUTE	Foram refeitos 22 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação 4ª VECUTE	Foram refeitos 20 pontos lógicos.	1º Semestre
Reestruturação Depósito Público	Foram refeitos 55 pontos lógicos.	2º Semestre
Reestruturação Gabinete Des. José Hamilton	Foram refeitos 20 pontos lógicos.	2º Semestre
Implementação Provisória 4ª Maria da Penha	Novo setor criado no Fórum Henoch Reis e com isso foram instalados inicialmente 40 pontos lógicos.	2º Semestre

DIVISÃO DE INFRAESTRUTURA DE TIC

Ação/Iniciativa/Projeto	Descrição	Período [1º semestre 2023 ou 2º semestre 2023]
Backup e Replicação	Concluímos a implantação do serviço de backup e replicação que foi contratado em agosto de 2023, mediante CT 042/2022-FUNJEAM	1º Semestre
Cabeamento metálico e óptico	Refizemos diversas instalações obsoletas de cabeamento metálico e óptico, além de novas instalações para os novos setores que foram surgindo ao longo de 2023.	1º Semestre

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Internet em alta disponibilidade	Contratamos dois links de internet, sendo um de 1000Mbps com a operadora Sitelbra e outro de 800Mbps com a operadora Sidi, de modo a garantirmos redundância de conectividade e consequentemente alta disponibilidade	1º Semestre
Solução de Proteção de Endpoints	Adquirimos a Solução de Proteção de Endpoints da fabricante Kaspersky para reforçar a segurança digital do ambiente, com a prevenção de vírus de computador, spyware, ransomware e outras ameaças digitais.	1º Semestre
Renovação e Expansão da Solução de NG Firewall	Aprimoramos a arquitetura atual e expandimos a tecnologia de firewall do Datacenter do TJAM para as unidades descentralizadas, equipando-as com appliances de menor capacidade, mas com recursos suficientes para permitir gerenciamento centralizado através do Panorama e ainda interconexão de múltiplos links com a tecnologia SD-WAN.	2º Semestre
Operadora suplementar para serviços de MPLS	Contratamos mais uma operadora para prestação de serviços de telecomunicações por meio de rede IP (internet Protocol) multisserviços, utilizando tecnologia MPLS (Multi Protocol Label Switching), que não utiliza da rede/backbone ou circuitos/enlaces das operadoras atualmente CONTRATADAS (OI, Ozônio) , como forma de garantirmos a efetiva resiliência e redundância exigida de continuidade dos serviços.	2º Semestre
Outsourcing de Impressão	Elaboramos um estudo técnico preliminar para viabilizar a adoção do modelo de outsourcing de impressão nas unidades do TJAM com base nas recomendações do "Manual de Boas Práticas, orientações e vedações para contratação de serviços de outsourcing de impressão", do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	2º Semestre



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

DIVISÃO DE SUPORTE AOS SISTEMAS JUDICIAIS DA CAPITAL

Ação/Iniciativa/Projeto	Descrição	Período [1o semestre 2023 ou 2o semestre 2023]
Codex SAJ-PG5	Implantação do serviço do codex do CNJ no sistema SAJPG5	2º Semestre
Codex SAJ-SG5	Implantação do serviço do codex do CNJ no sistema SAJSG5	2º Semestre
Domício Eletrônico - PG5	Implantação e configurações dos serviços referente ao domicílio eletrônico do CNJ nº SAJPG5	2º Semestre (Em andamento)
Domício Eletrônico - SG5	Implantação e configurações dos serviços referente ao domicílio eletrônico do CNJ nº SAJSH5	2º Semestre (Em andamento)
Migração das Varas do SAJ para o PROJUDI	Migração das Varas do SAJ para o PROJUDI	2º Semestre
Criação de nova vara no SAJ-PG5	Criação de nova vara no SAJ-PG5	1º Semestre
Criação de nova Turma e seus gabinetes no SG5	Criação de nova Turma e seus gabinetes no SG5	2º Semestre
Participação no desenvolvimento de painéis estatísticos referente aos sistemas SAJ	Desenvolvimento de painéis estatísticos referente aos sistemas SAJ	1 e 2º Semestre
Auxiliar a equipe de desenvolvimento nas regras de negócios do SAJ	Auxiliar a equipe de desenvolvimento nas regras de negócios do SAJ	1 e 2º Semestre
Criação de Justiça Restaurativa no SAJ	Criação de Justiça Restaurativa no SAJ	1º Semestre
Criação de procedimentos para contabilização corretas das audiências	Criação de procedimentos para contabilização corretas das audiências	1º Semestre
Ajustes no sistema para adequação as tabelas processuais do cnj	Ajustes no sistema para adequação as tabelas processuais do cnj	1 e 2º Semestre
Criação de módulo no E-SAJ para envio de precatórios e documentação complementar	Criação de módulo no E-SAJ para envio de precatórios e documentação complementar	2º Semestre

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS****DIVISÃO DE SUPORTE AOS SISTEMAS JUDICIAIS DO INTERIOR – PROJUDI**

Ação/Iniciativa/Projeto	Descrição	Período [1o semestre 2023 ou 2o semestre 2023]
Novos Servidores (Equipamentos)	Continuação da troca do servidor DELL para um servidor da marca LENOVO, bem como atualização do sistema Projudi Local.	2º Semestre (Em andamento)
Reestruturação da Infraestrutura de T.I	Reestruturação da rede lógica concluída.	2º Semestre (Concluído)
Instalação de VOIP nas Comarcas do Interior	Instalações concluídas. Monitoramento e manutenção sendo realizado pela equipe de T.I	2º Semestre (Concluído)
Instalação de WIFI	Instalações concluídas, Monitoramento sendo realizado pela equipe de T.I	2º Semestre (Concluído)
Instalação de Firewall de Próxima Geração	Conclusão da Licitação para mudança dos firewall pfsense por soluções mais profissionais e atualizadas. Instalação ocorrendo no ano vigente.	2º Semestre (Em andamento)
Link de Backup do link de Internet para Garantir a Resiliência do Link de Internet	Conclusão da licitação para link de backup para garantir a resiliência e suprir a necessidade de acesso à internet das Comarcas do Interior. Instalação ocorrendo no ano vigente	2º Semestre (Em andamento)
Atualização da Ferramenta ObjectMMRS	Ferramenta atualizada para suprir a necessidade da migração do Sistema SAJ para o Projudi	2º Semestre (Concluído)

DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Ação/Iniciativa/Projeto	Descrição	Período [1o semestre 2023 ou 2o semestre 2023]
SIGAC Online 2.0	Desenvolvimento de Sistema para promoção e remoção de Magistrados e acesso a Desembargadores	1º Semestre
Sistema de Votação do Pleno 2.0	Sistema de Votação do Pleno	1º Semestre
Site coij	Alterações pontuais e Novo Layout	1º Semestre
Alvará Eletrônico 3.0	Evolução do sistema, segurança e auditoria	1º Semestre
Novo PORTAL - Portal de Memórias TJAM	Novo layout para o portal de Memória, Museu, Arquivo, Biblioteca	1º Semestre
Sistema de agendamento	De acordo com a quantidade de salas nas	1º Semestre

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

de audiências para réus presos	unidades prisionais	
EASTJAM - Estágio	Criação e Modificação da área dos estagiários	1º Semestre
Melhoria na página de acessibilidade	Melhoria na página de acessibilidade	1º Semestre
Mudança na página do Prêmio CNJ de Qualidade	Melhorar página de apresentação do Premio CNJ de qualidade na Intranet	1º Semestre
Sistema para Divisão de Contratos	Sistema para Divisão de Contratos versão 1.0	1º Semestre
Núcleo de Advocacia Voluntária	Criação de Formulários: Um interno e outro externo	1º Semestre
Sistema de Batida de Ponto	Sistema de Batida de Ponto pela Web	1º Semestre
Projudi - Ferramenta de migração Saj-Proudi	Ferramenta de migração dos processo do Saj para o Projudi	1º Semestre
SISGED 2.0 - Cadastro de Caixas e Processos	Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos - Cadastro de Caixas e Processos Físicos	1º Semestre
Projudi - Tratativa de dados de indígena	Tratativa de informações sobre partes indígenas nos processos	1º Semestre
Portal do GMF (Novo)	Novo layout para o portal do GMF (Novo)	1º Semestre
Página Auditoria Interna	Desenvolvimento de CARDS de textos para nova página chamada Informativos	1º Semestre
Sistema de Distribuição Processual - PJECor	Sistema para Distribuição Processual - PJECor	1º Semestre
Projudi - BNP	Funcionalidades referentes ao BNP (Resolução CNJ 444/2022 e Portaria 116/2022)	1º Semestre
EASTJAM - Home	Criação de home e novas áreas	1º Semestre
Sistema de Distribuição Processual - SEI	Sistema para Distribuição Processual - SEI	1º Semestre
SISGED 2.0 - Módulo de Relação	Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos - Agrupamento de processos	1º Semestre
Projudi - serviço de Pessoas da PDPJ	Integração do Projudi ao serviço de Pessoas da PDPJ	1º Semestre
SADEP (Sistema de Depósito Público)	Sistema de Depósito Público	2º Semestre
SDMA - Informação de Exercício de Docência por Magistrados e Magistradas	Desenvolvimento de Sistema para cadastro de Informação de Exercício de Docência por Magistrados	2º Semestre
Portal da transparência Selo Diamante	Atualização do Portal da transparência - SELO DIAMANTE	2º Semestre
Projudi - Migração Saj -	Migração das varas 18a. Jecrim e 8a Jec	2º Semestre

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Projudi - varas piloto		
Consepre	Hotsite para o Consepre e Página de Incrição com Even3	2º Semestre
Reconhecimeto Facial	POC de Sistema para cadastro e reconhecimento Facial	2º Semestre
Projudi - Hotfix - Cadastro de procurador	Correção de problema no cadastro de procurador quando o mesmo já tem cadastro como advogado	2º Semestre
SISPRE - Implantação da versão oriunda do TJSC	Implantação da nova versão do sistema de controle da tramitação processual dos precatórios (SISPRE)	2º Semestre
Projudi - Migração Saj - Projudi - juizados do Enoch Reis	Migração das varas 18a. Jec, 19a. Jec, 20a. Jec, 21a. Jec	2º Semestre
Projudi - Implementação de Filas	Desenvolvimento de Filas processuais para o Projudi	2º Semestre
Projudi - Edição de nome para polo ativo menor de idade	Permitir edição de nome quando o polo ativo for menor de idade	2º Semestre
Projudi - Hotfix - audiência de instrução não aparece	Na tela de Ver pauta de horários não aparecem as audiência de instrução	2º Semestre
Hotfix - Estatística de sentenças em audiência	Problema na geração de estatística de sentenças proferidas em audiência, na mesa do magistrado	2º Semestre
Portal da Secretaria da Central de Precatórios	Desenvolvimento de Página para Secretaria da Central de Precatórios	2º Semestre
Projudi - Hotfix - Realce das movimentações do magistrado	Correção na tela Navegar, pois quando seleciona a opção para realçar os movimentos do Magistrado, as mesmas não estão ficando realçada	2º Semestre
Portal da Justiça Restaurativa	Criação de página para Justiça Restaurativa	2º Semestre
Projudi - Migração Saj - Projudi - juizados Zonas Leste	Migração das varas 10a. Jec, 16a. Jec, 19a. Jecrim, 9a. Jec	2º Semestre
Árvore Encantada 2023 - ENCANTE-SE COM ESSA IDEIA	O projeto tem a finalidade de desencadear ações democráticas e de integração entre as 09 (nove) Unidades Acolhedoras da Capital e 03 (três) Unidades Acolhedoras do interior e propiciar a oportunidade dos estagiários, servidores, magistrados e outros parceiros oferecerem pessoalmente atenção e afeto à aproximadamente 320 (trezentas) crianças e adolescentes acolhidos, que poderão	2º Semestre

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

	receber presentes doados.	
Site individualizado para a Ouvidoria da Mulher	Site individualizado para a Ouvidoria da Mulher, a exemplo do que já existe com a Coordenadoria da Mulher, vinculado ao endereço eletrônico deste Tribunal de Justiça, para disponibilizar formulário de atendimento e balcão virtual, dentre outros meios de atendimento às Mulheres, como WhatsApp.	2º Semestre
Projudi - Auto complete em lista de modelo	Auto complete na lista de modelos para analista e demais, conforme o do juiz	2º Semestre
Projudi - Aumento de tamanho da lista de modelos	Aumento de tamanho da lista com os nomes dos modelos	2º Semestre
Projudi - controle da paginação	Acrescentar o controle de paginação, que tem no início da tela de lista de processos, no final da tela.	2º Semestre
Projudi - postergar assinatura em bloco	Possibilidade de postergar a assinatura em bloco (múltipla), da minuta	2º Semestre
Projudi - Migração Saj - Projudi - juizados Zonas Leste	Migração das varas 2a. Jec, 11a. Jec, 14a. Jec, 4a. Jec	2º Semestre
Projudi - Indicação dos nomes das partes na tela de fila	Inclusão dos nomes das partes na listagem de processos de uma fila	2º Semestre
Projudi - Acréscimo de ícone representando parte com deficiência	Acrescentar ícone de parte com deficiência, na tela de listagem de processos	2º Semestre
Projudi - Exclusão da fila "Ag. análise de petição intermediária"	Excluir a fila "Ag. análise de petição intermediária"	2º Semestre
Portal de Serviços do TJAM	Desenvolvimento de Página para o Portal de Serviços do TJAM	2º Semestre
SISPRE - Melhorias nos relatórios e exportação de dados	Edição de relatórios e exportação para o formato CSV	2º Semestre
Projudi - AR Digital	Integração com os Correios - envio da carta diretamente pelo sistema, sem necessidade de impressão. Utilização do serviço de e-Cartas do Correios	2º Semestre
Projudi - Hotfix - Filtro de oficiais de justiça (Região)	Correção na lista de oficiais por região na distribuição de mandados manual pela central de mandados	2º Semestre

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Projudi - Colocar anotações no Navegar	Colocar opção de anotações no navegador em cada item, mostrando como um pop-up	2º Semestre
Projudi - Hotfix - Habilitação por prazo determinado	Correção de problema na contagem de prazo de habilitação dos usuários nas varas	2º Semestre
Projudi - Domicílio eletrônico	Módulo de domicílio eletrônico (Resolução CNJ 455/2022)	2º Semestre
Projudi - Domicílio eletrônico - integração ao serviço da PDPJ	módulo de comunicação do domicílio eletrônico com o serviço da PDPJ	2º Semestre
Projudi - Parte criança interessada	Tratativa da parte criança interessada nos processos. (Solicitação CNJ)	2º Semestre

ASSESSORIA DE GOVERNANÇA DE TIC / ASSESSORIA DE GABINETE / ASSESSORIA DE ESTRATÉGIA E SERVIÇOS DE TIC / ASSESSORIA DE AQUISIÇÃO E CONTRATOS

Ação/Iniciativa/Projeto	Descrição	Período [1º semestre 2023 ou 2º semestre 2023]
Fomentar a utilização do Connect-Jus	A Plataforma de Governança Digital Colaborativa do Poder Judiciário – Connect-Jus é um espaço colaborativo criado para a troca de experiências entre os tribunais de justiça do Brasil. Esta ação requer a alimentação do referido portal com processos, planos e ações importantes desenvolvidos pelo TJAM.	1º Semestre e 2º Semestre
Melhorar os resultados do Índice de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (iGovTIC-JUD).	Desde 2019 a SETIC do TJAM possui nível de maturidade “Excelência” junto ao CNJ. Em 2023 foram realizadas ações específicas para que o referido nível se mantivesse.	1º Semestre
Manter a estrutura organizacional, o quadro permanente de servidores, a gestão de ativos e os processos de gestão de trabalho da área de TIC do órgão adequados às melhores práticas para as atividades consideradas como estratégicas.	Para esta iniciativa, a SETIC realizou ações para a execução e monitoramento dos processos formalmente instituídos	1º Semestre



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Manter a coordenação dos macroprocessos de TIC e as funções gerenciais executadas preferencialmente por servidores do quadro permanente do órgão.	Para esta iniciativa, a SETIC buscou manter nas funções de gestão e direção os servidores do quadro permanente.	1º Semestre e 2º Semestre
Alinhar os Planos Diretores de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).	Instituição do PDTIC 2023-2024	1º Semestre
Monitoramento da Execução do Plano de Trabalho da SETIC.	Para esta iniciativa, a SETIC realizou o monitoramento da execução do plano de trabalho de acordo com a Resolução CNJ 370/2021.	1º Semestre
Encaminhar ao CNJ os planos que constituem os produtos de Gestão do Judiciário previstos na ENTIC-JUD, de forma periódica.	Envio dos planos atualizados via Connect-Jus.	1º Semestre
Elaborar propostas orçamentárias alinhadas ao PDTIC.	Proposta orçamentária SETIC alinhada às iniciativas e ações previstas no PDTIC	1º Semestre
Atualização do Plano de Gestão de Continuidade de Negócios ou de Serviços.	Para esta iniciativa, a SETIC realizou a atualização do referido plano.	2º Semestre
Atualização do Plano de Gestão de Riscos de TIC.	Para esta iniciativa, a SETIC realizou a atualização do referido plano.	2º Semestre
Fomentar o uso de sistemas nacionais desenvolvidos colaborativamente.	Para esta iniciativa, a SETIC concluiu o processo de integração à PDPJ-Br e ao Codex	2º Semestre
Atualização do Plano de Transformação Digital.	Para esta iniciativa, a SETIC realizou a atualização do referido plano.	2º Semestre



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

A Secretaria de Infraestrutura - SEINF, unidade vinculada diretamente à Secretaria de Administração é responsável por dirigir, coordenar e supervisionar as funções de apoio nas áreas de engenharia e arquitetura, projetos, obras e serviços, consubstanciadas essas atividades nos princípios da legalidade, eficiência, prevalência e indisponibilidade do interesse público.

Ao longo do ano de 2023, várias ações foram executadas para o aperfeiçoamento da estrutura física das unidades que compõem o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, seguindo as atribuições básicas do setor de planejar e orientar as atividades a serem desenvolvidas, nortear as prioridades nos diversos serviços em desenvolvimento, evitando desperdício de mão de obra, de material e de tempo, além de elaborar e implementar as ações relacionadas ao Plano de Obras.

A seguir, destacamos as atividades realizadas pela Secretaria de Infraestrutura no ano de 2023.

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA - VIGENTES ENTRE JANEIRO/2023 A DEZEMBRO/2023						
CONTRATADA	OBJETO	PROC. ADMINISTR.	Nº do Contrato	VALOR R\$	VIGÊNCIA	
					INÍCIO	TÉRMINO
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE	Fornecimento de água potável e coleta de esgoto, visando atender as unidades do CONTRATANTE na Cidade de Rio Preto da Eva/AM.	2019/29936	007/2020-FUNJEAM	60.268,32	21/05/2020	20/05/2025
		2022/000022758-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		2019/000029936-00	Errata	25.111,80	24/06/2021	
		418,53				



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

VMI SISTEMAS DE
SEGURANÇA LTDA

Serviços de manutenção preventiva com periodicidade trimestral e manutenção corretiva estimada em horas, com o fornecimento de peças sob demanda, em 08 (oito) equipamentos scanners de raios-X, de fabricação NUCTECH, modelo CX6040BI.

2020/000017408-00	017/2020-FUNJEAM	298.655,40	22/10/2020	21/10/2021
2022/000022772-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
2021/000007313-00	1º TA	327.563,69	22/10/2021	21/10/2022
2022/000014330-00	2º TA	332.426,17	22/10/2022	21/10/2023
2022/000020292-00	1º APO	29.011,23	17/10/2022	
2023/000012762-00	3º TA	361.437,40	22/10/2023	21/10/2024
2023/000019085-00	2º APO	16.655,65	05/12/2023	
3.325,00				
4.193,12				

MÓDULO
ENGENHARIA
CONSULTORIA E
GERÊNCIA
PREDIAL LTDA

Manutenção preventiva e corretiva em 06 (seis) elevadores eletromecânicos de passageiros, sendo 04 (quatro) no Fórum Ministro Henoch Reis e 02 (dois) no Edifício Garagem, anexo ao Fórum Ministro Henoch Reis.

2020/000010500-00	008/2020-FUNJEAM	29.050,00	13/06/2020	12/06/2021
2022/000022760-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
2021/000000538-00	1º TA	29.050,00	13/06/2021	12/06/2022
2022/000002272-00	2º TA	32.574,19	13/06/2022	12/06/2023
2023/000000722-00	3º TA	32.574,19	13/06/2023	12/06/2024
2023/000011411-00	1º APO	1.363,14	12/07/2023	
2023/000044825-00				
2.828,11				



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

JF TECNOLOGIA
LTDA

Prestação, de forma contínua, dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva dos equipamentos e instalações prediais, pertencentes ou cedidas ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), com o fornecimento de mão-de-obra, materiais de consumo, insumos, equipamentos e utensílios necessários à perfeita execução dos serviços.

2021/000000636-00	003/2021-FUNJEAM	2.578.724,04	17/02/2021	16/02/2022
2022/000022848-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
2021/000007057-00	1º TA	125.752,77	13/05/2021	
2021/000010524-00	2º TA	52.628,74	02/08/2021	
2021/000018450-00	3º TA	45.510,96	01/11/2021	
2021/000019850-00	4º TA	17.206,56	06/12/2021	
2021/000016930-00	5º TA	3.048.349,80	17/02/2022	16/02/2023
2022/000006175-00	6º TA	386.738,32	20/04/2022	
2022/000007265-00	7º TA	137.139,75	03/05/2022	
2022/000010127-00	8º TA	128.558,61	16/05/2022	
2022/000015869-00	9º TA	64.893,15	20/06/2022	
2022/000028661-00	10º TA	3.827.053,80	17/02/2023	16/02/2024
2023/000002937-00	11º TA	4.171.987,32	17/02/2023	
2023/000024800-00	12º TA	16.162,10	14/08/2023	
2023/000030520-00				

349.490,90

MDA MANUTENÇÃO
DE ELEVADORES
EIRELI

Manutenção preventiva e corretiva de 15 (quinze) elevadores eletromecânicos de passageiros, incluindo o fornecimento de peças e materiais conforme especificações constantes deste instrumento bem como do Termo de Referência e Anexos: Edifício Desembargador Arnaldo Pêres, Fórum Cível Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos, Fórum Desembargador Mário Verçosa e Centro Administrativo Desembargador José de Jesus Ferreira Lopes.

2021/000010153-00	022/2021-FUNJEAM	58.999,92	06/07/2021	05/07/2022
2022/000022878-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
2022/000005185-00	1º TA	58.999,92	06/07/2022	05/07/2023
2023/000004488-00	2º TA	58.999,92	06/07/2023	05/07/2024
2023/000011873-00	1º APO	2.468,98	09/08/2023	
2024/000000392-00				
2024/000001125-00				
2024/000000492-00				



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

TECNETWORKING
SERVIÇOS E
SOLUÇÕES EM TI
LTDA

Aquisição de licenças de uso na modalidade assinatura do software Autodesk, Architecture, Engineering e Construction Collection, pelo período de 36 (trinta e seis) meses.

2021/000006987-00

023/2021-
FUNJEAM

221.940,00

17/06/2021

16/06/2024

2022/000022884-00

OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

2023/000044835-00

ESGOTEC SERVIÇOS
DE TRANSPORTES
LTDA

Manutenção preventiva e corretiva de Estação de Tratamento de Efluentes - ETE nos prédios Edifício Desembargador Arnaldo Pêres e Fórum Cível Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos.

2021/000012912-00

029/2021-
FUNJEAM

R\$ 47.898,00

05/08/2021

04/08/2022

2022/000022902-00

OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

2022/000005753-00

1º TA

47.898,00

05/08/2022

04/08/2023

2023/000007837-00

2º TA

47.898,00

05/08/2023

04/08/2024

FENIX EVOLUTION
LTDA

Serviços de jardinagem, por meio da alocação de mão-de-obra, incluindo o fornecimento de insumos, materiais, ferramentas e equipamentos, nas dependências do CONTRATANTE.

2022/000001718-00

001/2022-
FUNJEAM

538.502,16

25/01/2022

24/01/2023

2022/000022930-00

OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

2022/000007374-00

2022/000006176-00

1º TA

46.877,88

10/05/2022

2022/000018764-00

2º TA

585.380,04

25/01/2023

24/01/2024

2023/000006366-00

3º TA

46.760,58

28/03/2023

2023/000027668-00

4º TA

3.584,57

21/08/2023

2023/000026457-00

5ºTA

634.478,40

25/01/2024

24/01/2025



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

**SANICLEAN
SERVICOS DE
SANITIZAÇÃO
CONTROLE DE
PRAGAS
DESINFECÇÃO E
DESCONTAMINAÇÃO
DE AMBIENTES LTDA**

Prestação dos serviços continuados de dedetização, que consiste no controle integrado de pragas urbanas, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.

2022/000001034-00	002/2022-FUNJEAM	99.150,72	25/01/2022	24/01/2023
2022/000022932-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
2022/000023463-00	1º TA	99.150,72	25/01/2023	24/01/2024
2023/000005620-00	2º TA	96.990,72	25/01/2023	
2023/000010243-00	3º TA	12.887,55	13/07/2023	
2023/000026459-00	4º TA	121.154,88	25/01/2024	24/01/2025
2024/000000517-00				

**C A R DE ALMEIDA
JUNIOR - ME.**

Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com eventual fornecimento de peças e equipamentos, mão de obra e acessórios, nos geradores de energia.

2022/000001514-00	003/2022-FUNJEAM	127.727,90	20/01/2022	19/01/2023
2022/000022935-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
2022/000023467-00	1ºTA	127.727,90	20/01/2023	19/01/2024
2022/000034411-00	1º APO		13/03/2023	
2023/000026461-00	2º TA	R\$ 135.264,48	20/01/2024	19/01/2025
2023/000046095-00				

**C A R DE ALMEIDA
JUNIOR - ME**

Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com eventual fornecimento de peças e equipamentos, mão de obra e acessórios, nas subestações com eventual fornecimento de peças e equipamentos por ressarcimento, mão de obra e acessórios, nas subestações de Média Tensão (13,8kV), nas unidades integrantes do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, abrangendo Capital e Comarcas integrantes da região metropolitana

2022/000003271-00	004/2022-FUNJEAM	259.990,00	08/02/2022	07/02/2023
2022/000022937-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
2022/000003271-00	ERRATA		11/02/2022	
2022/000028664-00	1ºTA	275.330,71	08/02/2023	07/02/2024
2023/000030532-00	2º TA	275.330,71	08/02/2024	07/02/2025
2024/000006244-00				



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

JF TECNOLOGIA LTDA	Serviços comuns de manutenção, sob demanda, com fornecimento de materiais, equipamentos, mão de obra e acessórios necessários para atender as necessidades de manutenção, conserto, conservação, reparo, dentro outros serviços, objetivando manter ou recuperar as instalações físicas das unidades prediais pertencentes ou cedidas ao Tribunal de Justiça nas comarcas do interior do Estado do Amazonas.	2022/000004162-00	006/2022-FUNJEAM	1.777.869,76	21/02/2022	20/02/2023	
		2022/000022939-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS				
		2022/000030322-00	1º TA	400.000,00	08/11/2022		
		2022/000028666-00	2º TA	544.467,44	21/02/2023	20/05/2023	
		2023/000014664-00	3º TA	1.633.402,32	21/05/2023	20/02/2024	
		2023/000025177-00					
		2022/000034226-00					
		2023/000030533-00					
PAIVA CONSTRUÇÕES LTDA	Prestação dos serviços de instalação e fornecimento de kit de instalação de condicionadores de ar tipo Split, ambos sob demanda, nas unidades do Contratante.	2022/000007431-00	014/2022-FUNJEAM	287.297,80	13/04/2022	12/04/2023	
		2022/000022955-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS				
		2022/000039387-00	1º TA	287.297,80	13/04/2023	12/04/2024	
		2023/000037368-00					
SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE	Prestação de serviços de fornecimento de água potável e coleta de esgoto, visando atender o Fórum Desembargador Rui Mendes, na cidade de São Sebastião do Uatumã.	2021/000010139-00	016/2022-FUNJEAM	2.462,40	19/04/2022	18/04/2027	
		2022/000023073-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS				
		2021/000010139-00	Errata				
		2023/000030878-00					



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

W T CONSTRUÇÕES
E COMÉRCIO LTDA

Serviços de engenharia em execução de obra para
construção do Fórum da Comarca de Carauari/AM.

2022/000011353-00	019/2022- FUNJEAM	3.644.491,47	04/05/2022	03/05/2023
2022/000023082-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
PRAZO DE EXECUÇÃO: 240 dias + 90 dias (1º TA) + 120 dias (2º TA)+30 dias (3º TA) + 30 dias (4º TA) =510 dias			29/06/2022	21/11/2023
2022/000040909-00	1º APO		14/12/2022	
2023/000008522-00	1º TA		04/05/2023	03/11/2023
2023/000017183-00	2º TA		25/05/2023	
2023/000025436-00	2º APO		13/07/2023	
2023/000020442-00	3º APO	211.303,86	02/08/2023	
2023/000031716-00	4º APO		23/08/2023	
2023/000030222-00	3º TA		04/11/2023	03/01/2024
2023/000045348-00	4º TA		24/11/2023	
2023/000051535-00	5ºTA		04/01/2024	03/02/2024
2024/000005033-00				
2024/000005268-00				

AMAZONAS
DISTRIBUIDORA DE
ENERGIA S.A.

Serviços de fornecimento de energia elétrica (baixa
tensão), nas UCs: 2031882-0 (Rio Preto da Eva), 1094556-3
(Itapiranga), 2019631-8
(Urucará), 1096239-5 (Anori), 2018084-5 (Coari), 2020249-
0 (Coari), 1087478-0 (Fonte Boa), 1141444-8 (Apuí),
2231153-0 (Beruri), 2136689-6 (Beruri), 1047401-3
(Humaitá 1ª Vara), 1164577-6 (Humaitá Gabinetes e
Juizados), 1085893-8 (Carauari), 1120965-8 (São
Sebastião do Uatumã), 1117917-1 (Pauini), 1075443-1
(Barcelos), 1155776-1 (Boca do Acre), 509969-2 (Central
de Transportes), 85267-8 (Arquivo Público), 1112049-5
(Ipixuna), 1113378-3 (Envira), 1127038-1 (Itamarati),
1127030-6 (Itamarati), 1127031-4 (Itamarati), 1127032-2
(Itamarati), 21444367-0 (Borba), 2015266-3 (Nhamundá),
1108169-4 (Santa Isabel do Rio Negro).

2021/000022847-00	020/2022- FUNJEAM	2.874.702,00	05/05/2022	04/05/2027
2022/000023084-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
2022/000041373-00	1º APO		22/03/2023	
2023/000019710-00	2º APO		20/07/2023	
2023/000020308-00	1º TA	58.494,15	20/07/2023	
2023/000029544-00	2º TA	44.983,78	18/10/2023	
2023/000030243-00	3º TA	261.070,29	06/11/2023	
2023/000038479-00	4º TA	142.222,68	23/11/2023	



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

CONSTRUTORA SOBERANA EIRELI	Serviços comuns de manutenção, sob demanda, para manutenção predial corretiva e preventiva, consertos, demolições, instalações, montagens, reparos e adequações, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.	2022/000010197-00	023/2022-FUNJEAM	5.096.610,89	25/05/2022	24/05/2023
		2022/000023091-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		2023/000001404-00	1º TA	1.270.587,84	15/02/2023	
		2022/000042133-00	2º TA	6.367.198,73	25/05/2023	24/05/2024
		2023/000040825-00				
AMAZONAS ENERGIA S.A	Fornecimento de energia elétrica, nas unidades consumidoras localizadas no estado do Amazonas	2022/000008737-00	032/2022-FUNJEAM	1.429.531,53	14/06/2022	13/06/2027
		2022/000023110-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		2022/000008737-00	Errata		24/06/2022	
AMBIENTEK SANEAMENTO LTDA	Serviços, sob demanda, de esgotamento e limpeza de sistema séptico (fossa, sumidouro e filtro) incluindo a destinação de resíduos, das edificações pertencentes ou cedidas ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e na região metropolitana.	2022/000017455-00	033/2022-FUNJEAM	45.103,68	27/06/2022	26/06/2023
		2022/000023116-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		2023/000000748-00	1º TA	45.103,68	27/06/2023	26/06/2024
		2023/000044842-00				
		2024/000000463-00				
DOUGLAS NATIVIDADE MARTINS DE SOUZA	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e materiais, em 10 (dez) portas giratórias detectoras de metais, abrangendo mão de obra, emprego de ferramentas e materiais de consumo.	2022/000017298-00	034/2022-FUNJEAM	90.999,96	29/06/2022	28/06/2023
		2022/000023119-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		2023/000000751-00	1º TA	90.999,96	29/06/2023	28/06/2024
		2024/000000371-00	2º TA			
		2023/000044874-00	3º TA			
2024/000000863-00						



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

VALDINO JUNIOR DAS CHAGAS VIEIRA COMERCIAL - EPP.	Contratação de empresa de engenharia especializada para execução de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de forma continuada dos equipamentos de ar condicionado individuais do tipo Splits, da central de condicionadores de ar, composta por dois Chillers Hitachi, RCU22008SAZ, 220V, 3F, 60Hz, fan coils, circuitos de água, gás e ar localizado no edifício sede do Tribunal de Justiça do Amazonas e do sistema de ar condicionado tipo Multi Split com tecnologia Inverter Fluxo de Refrigerante Variável marca LG. SENDO: 9 AUX. DE REFRIGERAÇÃO; 10 MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO; 2 ENC. DE SERVIÇO	2022/000028403-00	044/2022-FUNJEAM	1.197.117,76	03/10/2022	02/10/2023
		2022/000031196-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		2023/000006782-00	1º TA	71.319,55	24/04/2023	
		2023/000028193-00	2º TA	10.596,53	25/08/2023	
		2023/000012787-00	3º TA	1.310.757,94	03/10/2023	02/10/2024
		2023/000012787-00	ERRATA		12/09/2023	
COMPANHIA DE SANEAMENTO DO AMAZONAS - COSAMA	Constitui objeto do presente termo a prestação dos serviços de abastecimento de água potável e coleta de esgoto para as unidades judiciais das comarcas de Codajás (28488-5), Manaquiri (31253-8), Nova Olinda do Norte (56842-8), São Paulo de Olivença (01626-1), Atalaia do Norte (50431-6), Juruá (11296-1 e 10878-7), Carauari (17231-2), Benjamin Constant (46114-5 e 46256-4), Itamarati (19951-3), Careiro da Várzea (22264-6) e Nhamundá (59894-6), nas condições estabelecidas neste Termo.	2022/000010120-00	045/2022-FUNJEAM	171.600,00	17/10/2022	16/10/2027
		2023/000006839-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		2023/000032309-00				
MDA MANUTENÇÃO DE ELEVADORES EIRELI	Constitui objeto do presente pacto a prestação de serviços de modernização de 04 (quatro) elevadores, instalados no Fórum Henocho Reis, incluindo os serviços de obra civil necessários para a adequação dos equipamentos, conforme especificações constantes deste instrumento bem como do Termo de Referência e Anexos	2022/000031331-00	047/2022-FUNJEAM	305.000,00	04/10/2022	03/10/2023
		2023/000006858-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias + 158 dias (1º TA) + 60 dias (2º TA) + 60 dias (4º TA) + 30 dias (5º TA) = 488 dias			26/10/2022	26/02/2024
		2023/000012800-00	1º TA		18/05/2023	
		2023/000035945-00	2º TA		04/10/2023	03/12/2023
		2023/000044585-00	3º TA		23/11/2023	
		2023/000047878-00	4º TA		04/12/2023	03/02/2024
		2023/000047898-00	5º TA	21.940,00	04/02/2024	03/03/2024



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

2023/000007041-00

007/2023-
FUNJEAM

12.000,00

06/03/2023

05/03/2028

2023/000012133-00

OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

SERVIÇO
AUTÔNOMO DE
ÁGUA E ESGOTO DE
BARCELOS - SAAE

Prestação dos serviços de abastecimento de água potável e coleta de esgoto para o Fórum da Comarca de Barcelos, pela CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA

2023/000007095-00

008/2023-
FUNJEAM

552.000,00

17/03/2023

16/03/2028

2023/000019215-00

OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

2023/000048864-00

2023/000044666-00

MANAUS
AMBIENTAL S.A

Prestação dos serviços de abastecimento de água potável e coleta de esgoto para o Fórum Des. Mário Verçosa, Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, Fórum Min. Henoch Reis, Edifício Arnaldo Pêres, Arquivo Central Júlia Mourão Brito, Central de Transportes e Fórum da Compensa, localizados na capital Manaus

2023/000003040-00

010/2023-
FUNJEAM

30.000,00

18/04/2023

17/04/2024

2023/000019220-00

OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

DANIEL V. ADOLFS
EIRELI

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços elaboração de projetos executivos estruturais, para atender à necessidade de construção de novo edifício deste Poder

2023/000045365-00



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

2022/000033815-00 017/2023-FUNJEAM 27.575.759,40 01/06/2023 31/05/2028

2023/000027474-00 OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

2023/000047524-00

AMAZONAS
DISTRIBUIDORA DE
ENERGIA S.A.

Regular a compra e venda de Energia Elétrica Ativa entre o CONSUMIDOR e a DISTRIBUIDORA, a ser disponibilizada no Ponto de Conexão, nos prazos previstos, para uso exclusivo na Unidade Consumidora.

2022/000033815-00 018/2023-FUNJEAM 0,00 01/06/2023 31/05/2028

2023/000027477-00 OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

AMAZONAS
DISTRIBUIDORA DE
ENERGIA S.A.

Regular as condições, procedimentos, direitos e obrigações das PARTES em relação ao uso do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO, observado a demanda CONTRATADA e o pagamento dos ENCARGOS DE USO, bem como à conexão das instalações do CONSUMIDOR ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO por meio do PONTO DE CONEXÃO.

2023/000025283-00 021/2023-FUNJEAM 24.017.204,43 28/06/2023 27/06/2025

2023/000027483-00 OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

PRAZO DE EXECUÇÃO: 18 meses 31/07/2023 30/01/2025

SBA ENGENHARIA
LTDA

Serviços de engenharia em execução de obra para construção do Centro de Práticas Pedagógicas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, localizado na Av. André Araújo, S/N - Manaus, incluindo o emprego de equipamentos e insumos necessários à sua execução.

2023/000036549-00 1ª APO 25/09/2023

2023/000039506-00 2ª APO 17/10/2023

2023/000043064-00 3ª APO 06/11/2023

2023/000044093-00 1ª TA 678.750,89 11/12/2023

2024/000001363-00

2024/000004006-00



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

WT CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA	Prestação de serviços de engenharia em execução de obra para construção do Fórum da Comarca de Humaitá/AM, incluindo o emprego de equipamentos e insumos necessários à sua execução.	2023/000031127-00	026/2023-FUNJEAM	5.148.879,97	16/08/2023	15/08/2024
		2023/000037676-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 meses			27/09/2023	26/07/2024
		2023/000048867-00	1ª APO		11/12/2023	
		2024/000001604-00	2ª APO		05/02/2024	

SISAGUA (SISTEMA AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MANICORÉ)	Constitui objeto do presente termo a prestação dos serviços de abastecimento de água potável e coleta de esgoto, bem como a para instalação da unidade consumidora para a Primeira Vara da Comarca de Manicoré, pela CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA, nas condições estabelecidas neste Termo.	2022/000039904-00	027/2023-FUNJEAM	18.200,00	22/08/2023	21/08/2028
		2023/000037677-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			

CONEXÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	Prestação de serviços de apoio administrativo na área de copeiragem, de forma contínua, por meio de postos de trabalho, observadas as especificações constantes do Termo de Referência e a proposta da Contratada.	2023/000032567-00	029/2023-FUNJEAM	257.498,64	11/09/2023	08/03/2024
		2023/000037680-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		2023/000035706-00				

CONEXÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA	Prestação, de forma contínua, de serviços de ascensoristas, para exercer as atividades nos elevadores das unidades do Contratante.	2023/000032777-00	030/2023-FUNJEAM	359.258,76	15/09/2023	12/03/2024
		2023/000037682-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		2023/000036051-00				



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

JF TECNOLOGIA
LTDA

Serviços de limpeza, conservação e higienização. LOTE 2 - Capital (130 AG +6 ENC).Edifício Arnaldo Pêres (Sede do TJAM) (29). Centro Administrativo Des. José J. Lopes (6) Casa da Justiça Eastjam (2) Fórum Ministro Henoch Reis (46) Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcellos (21) Fórum Cível Des. Mário Verçosa (7) Fórum Desembargador Lúcio Fonte de Rezende (4) Fórum Desembargador Azarias M. de Vasconcelos (4) Juizado da Infância e da Juventude (3) Juizados Especiais Cíveis e Criminais (2) Arquivo Central do TJAM (2) Central de Transportes e ônibus itinerante do TJAM (2) Central de Transportes Oswaldo José Barros de Andrade (2)

2023/000039853-00

032/2023-
FUNJEAM

7.429.393,92 01/11/2023

31/10/2024

2023/000041290-00

OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

DEPARTAMENTO
MUNICIPAL DE
ABASTECIMENTO E
ÁGUAS DE BERURI -
ÁGUAS DE BERURI

Constitui objeto do presente termo a prestação dos serviços de abastecimento de água potável e coleta de esgoto, bem como a para instalação da unidade consumidora para o Fórum da Comarca de Beruri, pela CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA, nas condições estabelecidas neste Termo.

2022/000039972-00

035/2023-
FUNJEAM

18.200,00 20/10/2023

19/10/2028

2023/000045006-00

OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

PROJECON -
PROJETOS E
CONSTRUÇÕES LTDA

Constitui objeto do presente instrumento contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Engenharia Diagnóstica, englobando a realização de levantamentos, inspeções, prospecções, elaboração de Laudo Técnico e de projeto de recuperação concernentes às patologias estruturais do Fórum Ministro Henoch Reis, localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM, incluindo mão-de-obra, inclusive todo EPI (equipamento de proteção individual), ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, conforme as especificações constantes do Termo de Referência e Anexos, obedecendo fiel e integralmente: a) A todas as exigências, normas, itens, subitens, elementos e especificações constantes do Termo de Referência e seus Anexos; b) Aos projetos, plantas, desenhos, especificações técnicas, memorial descritivo,

2023/000042123-00

037/2023-
FUNJEAM

R\$ 59.100,00 07/11/2023

04/05/2024

2023/000047656-00

OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 DIAS

18/12/2023

17/03/2024



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

COMPANHIA DE ÁGUA, ESGOTO E SANEAMENTO BÁSICO DE COARI	Constitui objeto do presente termo a prestação dos serviços de abastecimento de água potável e coleta de esgoto, bem como a para instalação da unidade consumidora para o Fórum de Justiça Des. Cândido Honório Soares Ferreira, município de Coari, pela CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA, nas condições estabelecidas neste Termo.	2022/000008187-00	041/2023- FUNJEAM	6.823,80	30/11/2023	29/11/2028
		2023/000052787-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
SBA ENGENHARIA LTDA	Constitui objeto do presente instrumento a prestação de serviços de engenharia em execução de obra para construção do novo Fórum Desembargador Mário Verçosa, localizado na Rua Comendador Alexandre Amorim, 285, Bairro de Aparecida, Manaus-AM, incluindo o emprego de equipamentos e insumos necessários à sua execução.	2023/000049325-00	042/2023- FUNJEAM	31.841.029,31	12/12/2023	11/12/2025
		2023/000052789-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			
		PRAZO DE EXECUÇÃO: 14 meses				
MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA	Serviços de manutenção corretiva, análise físico-química e bacteriológica, de sistemas de captação de águas subterrâneas composto de poços artesanais tubulares e seus acessórios, nas unidades prediais pertencentes ou cedidas ao CONTRATANTE no Estado do Amazonas, discriminadas na cláusula 1.1.4 abaixo, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.	2023/000052609-00	045/2023- FUNJEAM	R\$ 327.697,04	19/12/2023	18/12/2024
		2024/000001802-00	OCORRÊNCIAS / NOTIFICAÇÕES CONTRATUAIS			



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

SECRETARIA DE COMPRAS, CONTRATOS E OPERAÇÕES

A Secretaria de Compras, Contratos e Operações - SECOP, unidade administrativa subordinada à Secretaria de Administração do Tribunal de Justiça do Amazonas, tem por finalidade planejar, organizar, dirigir e controlar os processos administrativos de contratação de serviços, aquisição de materiais, convênios e atividades semelhantes no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.

A citada Secretaria tem a seguinte estrutura funcional:

I - Gabinete da Secretaria de Compras, Contratos e Operações:

- a) Assessoria de Fiscalização Técnica;
- b) Seção de Elaboração de Artefatos de Contratação.

II - Divisão de Compras e Operações:

- a) Assessoria Técnico-Administrativa de Compras e Operações;
- b) Seção de Cotações e Compras;
- c) Seção de Apoio Operacional;
- d) Seção de Registro de Preços.

III - Divisão de Contratos e Convênios:

- a) Assessoria Técnico-Jurídica;
- b) Seção de Gestão Contratual;
- c) Seção de Convênios e Outros Ajustes;
- d) Seção de Alocação de Mão de Obra e Gestão da Conta-Depósito Vinculada;
- e) Seção de Execução de Garantias, Penalidades e Serviços sem alocação de Mão de Obra.

IV - Divisão de Patrimônio e Material:

- a) Seção de Patrimônio;
- b) Seção de Almoxarifado;
- c) Seção de Logística Operacional;
- d) Seção de Moveleira;
- e) Seção de Planejamento;

V - Divisão de Logística de Transportes e Manutenção:

- a) Seção de Logística e Transporte;
- b) Assistência Operacional de Transporte;

VI - Coordenadoria de Licitação:

- a) Pregoeiro e Agente de Contratação;
- b) Equipe de Apoio.

I - GABINETE DA SECRETARIA DE COMPRAS, CONTRATOS E OPERAÇÕES – SECOP

O gabinete da Secretaria de Compras, Contratos e Operações tem por função, em apertada síntese, adotar modernas práticas de administração, com implementação de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

melhoria contínua, planejar, organizar, dirigir e controlar os processos administrativos de contratação de serviços, aquisição de materiais, formalização de pagamento de diárias e aquisição de passagens dos magistrados e servidores, gerir e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Diretorias, Seções e Assessorias subordinadas, prestar assessoria ao Secretário de Administração e à Presidência nas matérias pertinentes à área de atuação da Secretaria, dentre outras.

Sua estrutura é composta por:

1. Assessoria de Fiscalização Técnica de Contratos;
2. Seção de Elaboração de Artefatos de Contratação.

1. DA ASSESSORIA DE FISCALIZAÇÃO TÉCNICA DE CONTRATOS

A Assessoria Técnica de Fiscalização de Contratos é a unidade subordinada à Secretaria de Compras, Contratos e Operações - SECOP responsável por assessorar de forma contínua os fiscais de contrato e a execução contratual. Ela também coordena a Comissão Permanente de Fiscalização Técnica Contratual, com foco na eficiência das execuções contratuais.

Dentre as atividades desenvolvidas pela supradita seção, desde sua criação, em consonância com a resolução 056/2023-TJAM, de 07 de novembro de 2023, destacam-se:

- Realização de visitas de fiscalização e orientação técnica nas Unidades do Tribunal de Justiça do Amazonas;
- Reunião semestral com todos os fiscais de contrato, pertencentes à Comissão Permanente de Fiscalização Técnica;
- Manifestações técnicas acerca de ocorrências contratuais;
- Elaboração de notificações contratuais;
- Elaboração de atestados de capacidade técnica.

A Assessoria Técnica de Fiscalização de Contratos, orientada pela Secretária de Compras, Contratos e Operações e em conjunto com a Secretaria de Administração segue cumprindo com suas atribuições, com foco na excelência das execuções contratuais e, atualmente adaptada conforme as normas estabelecidas pela nova Lei de Licitações e Contratos, Lei 14.133/21 e a Resolução nº 64, de 05 de dezembro de 2023.

2. DA SEÇÃO DE ELABORAÇÃO DE ARTEFATOS DE CONTRATAÇÃO

A Seção de Elaboração de Artefatos de Contratação é a seção vinculada ao Gabinete da Secretaria de Compras, Contratos e Operações, criada pela Resolução 056/2023-TJAM, que é responsável pela elaboração de todos os Termos de Referência, Projetos Básicos e Editais para contratação no âmbito do TJAM.

Dentre as atividades desenvolvidas pela supradita seção, desde sua criação, em consonância com a resolução 056/2023-TJAM, de 07 de novembro de 2023, destacam-se:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- 08 (oito) Processos de Dispensa de Licitação;
- 02 (dois) Processos de Inexigibilidade de Licitação
- 01 (um) Processo de Adesão em Ata de Registro de Preço, Unidade Gestora não Participante;
- 16 (dezesesseis) Processos de Licitação, por meio da modalidade Pregão Eletrônico;
- 26 (vinte e seis) Termos de Referência;
- 09 (nove) Editais.

A Seção de Elaboração de Artefatos de Contratação, orientada pela Secretária de Compras, Contratos e Operações e em conjunto com a Secretaria de Administração está trabalhando na elaboração de Minutas Padrões para todos os instrumentos que fomentam as Compras Públicas estabelecidas pela nova Lei de Licitações e Contratos, Lei 14.133/21 e a Resolução nº 64, de 05 de dezembro de 2023

II - DIVISÃO DE COMPRAS E OPERAÇÕES

Atribuições da Divisão de Compras e Operações - DVCOP, bem como sua subordinação hierárquica, encontram-se dispostas na Resolução n. 56/2023- TJAM, especificamente entre os arts. 325 e 329.

1. SEÇÃO DE COTAÇÕES E COMPRAS

As atribuições da Seção de Compras estão contidas no art. 327 da Resolução n. 56/2023-TJAM. No ano de 2023, compreendendo a Gestão 2023/2024 desenvolveu as seguintes atividades:

ATO	ANO 2023
Elaboração de Termos de Referência de Dispensa de Licitação	10
Elaboração de Termos de Referência para Licitação	13
Instrução de processos de Dispensa Licitação	26
Instrução de processos de Inexigibilidade de Licitação	12
Instrução de processos Licitatórios	64
Auxílio na instrução de processos de Termo Aditivo de Contrato (TACT)	63
Solicitações pagamentos de Serviço de Perícia instruídas	362
Solicitações pagamentos de Serviço de Instrutores e/ou Palestrantes instruídas	139
Solicitações pagamentos de Serviço de Empresas instruídas	134

2. SEÇÃO DE APOIO OPERACIONAL

As atribuições da Seção de Apoio Operacional estão regulamentadas no art. Art. 328 da Resolução n. 56/2023 TJAM.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

No ano de 2023 compreendendo a Gestão 2023/2024 (janeiro a dezembro/2023), foram desenvolvidas as seguintes atividades:

— Gerência e fiscalização dos contratos:

- 07/2022 – FUNJEAM (Serviços Postais), executada até mês de Maio/2023; CTAs. **009/2019 - 15/2023 - 20/2023 - 34/2023** - FUNJEAM (Passagens Aéreas), CTA. 033/2018 – FUNJEAM (Publicidade),
 - CTA. 018/2019 - FUNJEAM (Hospedagens)
- Solicitações de emissão/alteração de 900 bilhetes de passagem por meio de contrato administrativo com empresa especializada.
- Análise de 758 prestações de contas das passagens aéreas emitidas.
- 70 aquisições de reservas de hospedagens por meio de contrato administrativo com empresa especializada.
- 42 atestos em processos que tratam de pagamentos de despesas de contratos gerenciados pela DVCOP.
- 24 publicações no Portal de Transparência (relativas à aquisição de passagens aéreas)
- 27 informações a processos (ofício respostas de Prorrogação de contratos, solicitações, reconhecimento de dívidas e outros).
- Registros de 1.024 informações nas planilhas gerenciais relativas às compras de passagens aéreas, aquisição de hospedagens e despesas mensais dos contratos fiscalizados e gerenciados pela DVCOP/SÃO, informações referentes aos processos.

Segue abaixo, quadro demonstrativo das atividades:

QUADRO DEMONSTRATIVO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO - SEÇÃO DE APOIO OPERACIONAL		
DESCRIÇÃO	QUANT.	OBSERVAÇÃO
PASSAGENS AÉREAS - TJ/AM	725	Emissões, alterações e cancelamentos
PASSAGENS AÉREAS- CGJ	175	Emissões, alterações e cancelamentos
ANÁLISES DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	758	Passagens que foram utilizadas e canceladas
HOSPEDAGENS	70	Emissões, alterações e cancelamentos
ATESTOS DE CONTRATOS	42	CTAs: Passagens aéreas, Hospedagens, Correios, Publicações.
PUBLICAÇÕES NO PORTAL DE TRANSPARÊNCIA	24	Relatórios de passagens em modo PDF e XLS
PROCESSOS DIVERSOS	27	De solicitações, reconhecimento de dívidas e outros
REGISTROS EM RELATÓRIOS GERENCIAIS DE DESPESAS	1.024	Registro nas planilhas: de compras de passagens, hospedagens, contratos e dos indicadores SLS



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

3. SEÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

As atribuições da Seção de Registro de Preços estão contidas no art. 329 da Resolução n. 56/2023-TJAM.

No ano de 2023, compreendendo a Gestão 2023/2024 desenvolveu as seguintes atividades:

Relatório numérico das atividades desenvolvidas em 2023												
Processos de Acionamento de ARP TJAM												
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
8	18	7	18	16	15	16	22	16	16	7	3	162
Processos de Adesão à ARP Externa como Órgão não participante												
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0	0	0	0	5	1	0	1	2	0	0	1	10
Processos de Adesões à ARP deste TJAM por Órgãos não participantes												
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	4	1	1	4	1	1	4	0	1	0	1	19
Processos de Estimativa de Contratação												
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0	1	3	0	2	3	0	1	4	3	1	2	20
Publicação de Resenhas de Acionamento/Adesão de ARP												
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
27	8	29	7	15	1	17	37	16	15	18	7	197
Publicação de ARP do TJAM no Portal da Transparência												
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
0	4	3	7	3	3	9	0	5	1	7	1	43
Publicação Mensal do Relatório de Acionamentos / Adesões de ARP pagas no Portal da Transparência												
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	12

III - DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – DVCC
III - DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – DVCC
CONTRATOS E CONVÊNIOS - DVC

III - DIVISÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - DVCC



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

A Divisão de Contratos e Convênios - DVCC é a unidade subordinada à Secretaria de Compras, Contratos e Operações - SECOP, responsável pela análise, elaboração, correção, formalização, controle, acompanhamento, gestão, execução e fiscalização administrativa dos contratos e seus consectários, convênios, acordos e demais ajustes congêneres, firmados e que venham a ser celebrados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

As atribuições da Divisão de Contratos e Convênios - DVCC, bem como sua subordinação hierárquica, foram regidas pela Resolução 05/2021- TJAM, especificamente nos artigos 156; 157; 158 e 159, até 21 de novembro de 2023.

O dispositivo foi atualizado pela Resolução 056/2023-TJAM, e no novo normativo as atribuições da DVCC estão elencadas nos artigos 330; 331; 332; 333; 334 e 335.

Cinco subdivisões compõem a DVCC:

- 1- Assessoria Técnico-Jurídica;
- 2- Seção de Gestão Contratual;
- 3- Seção de Convênios e Outros Ajustes;
- 4- Seção de Alocação de Mão de Obra e Gestão da Conta-Depósito Vinculada; e
- 5- Seção de Execução de Garantias, Penalidades e Serviços sem alocação de Mão de Obra.

1. ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA

Dentre as atividades desenvolvidas pela Assessoria Técnico-Jurídica, em 2023, em consonância com as resoluções 005/2021-TJAM e 056/2023-TJAM (dispositivo de 21 de novembro de 2023), destacam-se:

- Atividades de preparação para o advento da Lei 14.133/2021, incluindo a capacitação

Considerando a mudança da legislação aplicável a licitações e contratos, no período relatado, esta unidade capacitou-se e dedicou-se à preparação para o advento da nova norma. Para tanto, houve participação em diversos cursos de capacitação, presencial e online, destacando-se a participação no Congresso Contratos Week e no Congresso em Compras Públicas, realizados na cidade de Foz de Iguaçu, Paraná.

Noutro giro, no mês de outubro, participou-se do processo de elaboração da minuta da resolução que regulamentaria a Lei 14.133/2021 no âmbito do Poder Judiciário do Amazonas, realizando a análise, leitura e sugestões de alterações/ajustes/adições no texto proposto.

Ainda, houve constante análise e aperfeiçoamento das minutas padronizadas contratuais que serão utilizadas nos processos de contratação com fundamento na nova lei de licitação e contratos, consoante processo administrativo 2023/000010884-00.

Por fim, no mês de dezembro, elaborou-se e realizou-se o acompanhamento de planilha de processos listados para serem contratados ainda sob o fundamento da Lei, agora revogada, 8.666/96, conforme processo administrativo 2023/000048391-00.

Ou seja, o ano de 2023 foi de intenso preparo para o advento da nova legislação, preparando os recursos humanos, revisando os processos e procedimentos e auxiliando na elaboração das normas internas que regulamentam a nova legislação sobre licitações e contratos.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Atividades relacionadas à Lei Geral de Proteção de Dados

Junto ao Comitê Gestor de Proteção de Dados deste Tribunal de Justiça do Amazonas, realizou-se reuniões, no âmbito da Secretaria de Compras, Contratos e Operações, a fim de conscientizar os recursos humanos envolvidos sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e, ainda, mapear os procedimentos que envolvam tratamento de dados realizados por esta Secretária, posteriormente, foram feitas novas reuniões de feedback sobre a temática e, por fim, novas reuniões a fim de mapear os riscos acerca de proteção de dados nos processos e procedimentos anteriormente mapeados e realizados pelos setores desta secretaria.

Além disso, também em atenção às diretrizes o Comitê Gestor de Proteção de Dados e do Conselho Nacional de Justiça, durante o período relatado, auxiliou-se os setores de seção de gestão de contratos e seção de acordos e convênios nos procedimentos de revisão das cláusulas sobre a Lei Geral de Proteção de Dados dos instrumentos vigentes neste Tribunal de Justiça do Amazonas.

- Elaboração de Minuta Contratual, Informações, Nota Técnicas e Pesquisas Jurídicas

No período listado, dentre outras atividades atribuídas a esta secretária, lista-se numericamente as seguintes:

Relatório numérico das atividades desenvolvidas em 2023 – Janeiro a Dezembro												
Minuta de Contrato												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
6	4	8	3	4	5	6	10	6	5	10	6	73
Notas Técnicas												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2	1	3	2	1	2	3	2	1	1	-	2	20
Informações												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	3	3	3	5	-	6	11	9	3	4	5	52
Pesquisas Jurídicas												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1	-	-	1	4	3	-	-	2	4	3	-	18

2. SEÇÃO DE GESTÃO CONTRATUAL.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Seção de Gestão Contratual, em 2023, em consonância com as resoluções 005/2021-TJAM e 056/2023-TJAM (dispositivo de 21 de novembro de 2023), destacam-se:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Formalização de contratos, termos aditivos e demais instrumentos de alterações contratuais (revisão, reajuste e repactuação de contratos), em consonância com a legislação atualizada, conforme Relatório de Atividades abaixo disposto;
- Intermediação com empresas fornecedoras/prestadoras de serviços para coleta de documentação e solicitação de providências na execução contratual;
- Publicação no Diário de Justiça Eletrônico e no Portal da Transparência dos pactos firmados e documentos correlatos;
- Controle e gestão de prazos de vigência das avenças administrativas, promovendo a inauguração de procedimento administrativo para prorrogação ou para licitação do serviço;
- Controle de regularidade de garantia contratual, ou reforço da mesma;
- Participação de comissão de planejamento de contratação anual, com apoio nas informações contratuais vigentes;
- Adoção de medidas para cumprimento da Resolução Nº 363 de 12/01/2021- CNJ que estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais;
- Desenvolvimento, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC, de novo Sistema de Gestão de Contratos.

Relatório numérico das atividades desenvolvidas em 2023 – Janeiro a Dezembro

Termos Aditivos												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
6	12	17	19	15	13	12	10	9	11	12	3	139
Contratos Novos (Administrativos e Locações)												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
3	2	4	3	4	7	5	3	3	4	7	5	49
Apostilamentos												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
3	2	5	-	-	3	5	3	2	1	1	3	28
Erratas												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	3	2	2	3	-	3	1	2	1	-	-	20
Distratos												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	1	-	1	-	-	-	-	4	2	-	-	8

3. SEÇÃO DE CONVÊNIOS E OUTROS AJUSTES

Dentre as atividades desenvolvidas pela Seção de Convênios e Outros Ajustes, em 2023, em consonância com as resoluções 005/2021-TJAM e 056/2023-TJAM (dispositivo de 21 de novembro de 2023), destacam-se:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Elaboração de minutas de cooperações técnicas, termos de reciprocidade e demais instrumentos, em consonância com a legislação atualizada;
- Requisição de documentação dos órgãos/instituições partícipes para a devida instrução do respectivo processo administrativo;
- Formalização de cooperações técnicas, termos de reciprocidade e demais ajustes, conforme Relatório de Atividades abaixo disposto;
- Publicação, no Diário de Justiça Eletrônico, de extratos relacionados aos pactos firmados;
- Comunicação aos setores solicitantes;
- Controle e gestão de prazos de vigência das avenças administrativas, promovendo a inauguração de procedimento administrativo para prorrogação ou renovação do pacto;
- Adoção de medidas para cumprimento da Resolução Nº 363 de 12/01/2021-CNJ que estabelece medidas para o processo de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais a serem adotadas pelos tribunais.

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS****Relatório numérico das atividades desenvolvidas em 2023 – Janeiro a Dezembro**

Cessão de uso de bem imóvel												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Termo aditivo a cessão de uso de bem imóvel												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
Convênios												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	1	-	-	-	-	-	1	1	2	1	-	6
Termo aditivo de convênio												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2
Acordos de cooperação técnica												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2	2	7	3	8	6	6	9	1	2	4	6	61
Termo aditivo de acordo de cooperação técnica												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2
Termo de reciprocidade												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	-	-	-	2	-	7	1	-	1	2	1	14
Termo de compromisso												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	1	-	3
Termo de adesão												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	-	3	-	1	-	1	-	-	-	-	1	6
Termo de doação												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	-	-	10	3	1	9	2	-	4	5	6	40
Concessão onerosa de uso de bem imóvel												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1

4. SEÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL - SERVIÇOS COM ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA E GESTÃO DA CONTA VINCULADA

Dentre as atividades desenvolvidas pela Seção de Serviços com Alocação de Mão de Obra e Gestão da Conta Vinculada, em 2023, em consonância com as resoluções 005/2021-TJAM e 056/2023-TJAM (dispositivo de 21 de novembro de 2023), destacam-se:



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Conferência de documentação comprobatória mensal (Folha de Pagamento, Contracheques, comprovantes de pagamento salariais, comprovantes de Vales Alimentação e Vales Transportes, comprovantes de cesta básica, Planilha CNJ, DCTFWeb, GFIP-SEFIP e outras correlacionadas);
- Controle de terceirizados (concessão de férias, rescisões contratuais);
- receber e conferir as faturas e notas fiscais de cobrança de serviços prestados por empresas contratadas, juntamente com os documentos exigíveis para operacionalização do processo de pagamento;
- autuar e encaminhar os processos de pagamento de Notas Fiscais/Fatura para liquidação da despesa;
- verificar a compatibilidade do valor cobrado com os preços avençados nos termos de contratos, aditivos, apostilas e/ou cronogramas físico-financeiros;
- manter eletronicamente atualizado, em ordem cronológica, o acompanhamento da execução financeira dos contratos, com os dados das faturas ou notas fiscais, valores contratados e desembolsados, mês de competência e saldos remanescentes, de modo a prevenir que os valores contratados sejam ultrapassados;
- acompanhar o desembolso mensal dos contratos com alocação de mão de obra, objetivando detectar anomalias na cobrança ou consumo mensal superior ao valor estimado;
- exigir das empresas prestadoras de serviços, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias;
- atualizar, mensalmente, as informações relativas aos postos de trabalho terceirizados junto à unidade competente, para fins de publicação no Portal da Transparência;
- encaminhar aos fiscais titulares e, nas suas faltas, aos seus substitutos, após regular verificação da conformidade da cobrança apresentada, os processos de liquidação de despesas contratadas, para atesto dos mesmos;
- empreender esforços para solucionar as impropriedades detectadas na execução financeira de contratos;
- receber, autuar, conferir e encaminhar à Secretaria de Orçamento e Finanças as solicitações de levantamento de valores contingenciados em conta-depósito vinculada em nome do contratado;
- informar à Secretaria de Orçamento e Finanças, até 10 de dezembro de cada ano, as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, com vistas à obtenção de reforço, ao cancelamento de saldos de empenho ou à inscrição na conta de restos a pagar;
- reportar ao Diretor de Contratos e Convênios eventuais irregularidades ou impropriedades detectadas e não solucionadas, objetivando a tomada de medidas necessárias à correção do problema;
- executar os procedimentos necessários à operacionalização da conta-depósito vinculada;
- analisar os pedidos das empresas contratadas referente à liberação de valores retidos em conta vinculada, com base na documentação apresentada pela empresa;
- autuar os processos de liberação dos valores retidos em conta-depósito vinculada;
- acompanhamento de abertura de conta vinculada para abrigar os recursos de provisões de encargos trabalhistas e analisar os respectivos pedidos para sua



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

movimentação ou resgate, propondo às unidades gestoras a complementação necessária, quando cabível;

- realizar os cálculos memoriais para fins de liberação dos valores retidos em conta vinculada;
- notificar as empresas contratadas quando detectadas irregularidades na execução contratual;

AÇÕES IMPLEMENTADAS EM 2023:

Implementação da Portaria n. 1844/2023-TJAM e em atendimento a Instrução Normativa RFB 2.043/2021 da Receita Federal, com a adequação de prazos para pagamento nos contratos em que há previsão de retenção previdenciária:

Em consonância com a Portaria n. 1844/2023-TJAM e a Instrução Normativa RFB 2.043/2021 da Receita Federal, realizou-se a adequação de prazos para pagamento nos contratos que envolvem retenção previdenciária. Essa medida visa garantir o cumprimento das obrigações legais e a regularidade das operações.

Relatório numérico das atividades desenvolvidas em 2023 – Janeiro a Dezembro

Pagamentos de Contratos com Alocação de Mão de Obra												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
15	21	26	29	20	27	18	20	24	23	15	10	248
Processos de Liberações de Valores da Conta-Depósito Vinculada												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
20	08	03	10	04	06	15	03	10	06	21	09	115

5. SEÇÃO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL - GARANTIAS, PENALIDADES E SERVIÇOS SEM ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Dentre as atividades desenvolvidas pela Seção de Garantias, Penalidades e Serviços sem Alocação de Mão de Obra, em 2023, em consonância com as resoluções 005/2021-TJAM e 056/2023-TJAM (dispositivo de 21 de novembro de 2023), destacam-se:

- Receber e conferir as faturas e notas fiscais de cobrança de serviços prestados por empresas contratadas, juntamente com os documentos exigíveis para operacionalização do processo de pagamento;
- Autuar e encaminhar os processos de pagamento de Notas Fiscais/Fatura para liquidação da despesa;
- Verificar a compatibilidade do valor cobrado com os preços avençados nos termos de contratos, aditivos, apostilas e/ou cronogramas físico-financeiros;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

- Manter eletronicamente atualizado, em ordem cronológica, o acompanhamento da execução financeira dos contratos, com os dados das faturas ou notas fiscais, valores contratados e desembolsados, mês de competência e saldos remanescentes, de modo a prevenir que os valores contratados sejam ultrapassados;
- Acompanhar o desembolso mensal dos contratos, em especial os de prestação de serviços por estimativa ou demanda, objetivando detectar anomalias na cobrança ou consumo mensal superior ao valor estimado;
- Encaminhar aos fiscais titulares e, nas suas faltas, aos seus substitutos, após regular verificação da conformidade da cobrança apresentada, os processos de liquidação de despesas contratadas, para atestação dos mesmos;
- Empreender esforços para solucionar as impropriedades detectadas na execução financeira de contratos;
- Informar à Secretaria de Orçamento e Finanças, até 10 de dezembro de cada ano, as obrigações financeiras não liquidadas no exercício, com vistas à obtenção de reforço, ao cancelamento de saldos de empenho ou à inscrição na conta de restos a pagar;
- Reportar ao Diretor de Contratos e Convênios eventuais irregularidades ou impropriedades detectadas e não solucionadas, objetivando a tomada de medidas necessárias à correção do problema;
- Manter controle das garantias de execução dos contratos firmados pelo Tribunal;
- Sinalizar à Seção de Gestão Contratual quando verificar incorreções na modalidade de garantia apresentada pela empresa;
- Consultar os instrumentos de garantia, bem como sua validação nos sistemas oficiais;
- Arquivar as garantias contratuais recebidas, providenciar quando cabível a sua execução, acionar a seguradora, se for o caso, e processar os respectivos pedidos de devolução, por ocasião do encerramento de contratos;
- Manifestar-se acerca de situações e de fatos que possivelmente caracterizem inexecução contratual, subsidiando a autoridade competente na tomada de decisão;
- Prestar informações, quando necessário, acerca de penalidades existentes em favor de empresas contratadas, quando praticadas em sede de execução contratual;
- Instruir e acompanhar os Processos de Apuração de Responsabilidade oriundos de Contratos Administrativos, unificando as informações e documentos necessários para comprovação dos fatos narrados;
- Prestar manifestação de fiscalização administrativa em processos de atestado de capacidade técnica, objetivando análise e posterior deliberação pela autoridade competente;
- Notificar as empresas contratadas quando detectadas irregularidades na execução contratual;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Relatório numérico das atividades desenvolvidas em 2023 – Janeiro a Dezembro

Pagamentos de Contratos sem Alocação de Mão de Obra												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
77	78	89	75	72	73	78	72	75	85	78	83	935
Instrução de Processos de Apuração de Responsabilidade												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1	-	4	2	2	5	1	-	3	1	-	5	24
Penalidades de Contrato Administrativos registrados no SICAF												
Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
-	-	-	1	-	3	-	5	2	1	2	-	13

IV - DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E MATERIAL

A Divisão de Patrimônio e Material tem por finalidade, em síntese, planejar, supervisionar, acompanhar, armazenar e organizar bens permanentes do TJAM, bem como controlar o estoque de bens de consumo, além de gerenciar o registro dos bens permanentes e de consumo no sistema de controle patrimonial, planejar a aquisição de mobiliário, material permanente e de consumo, verificando as reais necessidades das unidades do TJAM.

1. Seção de Planejamento:

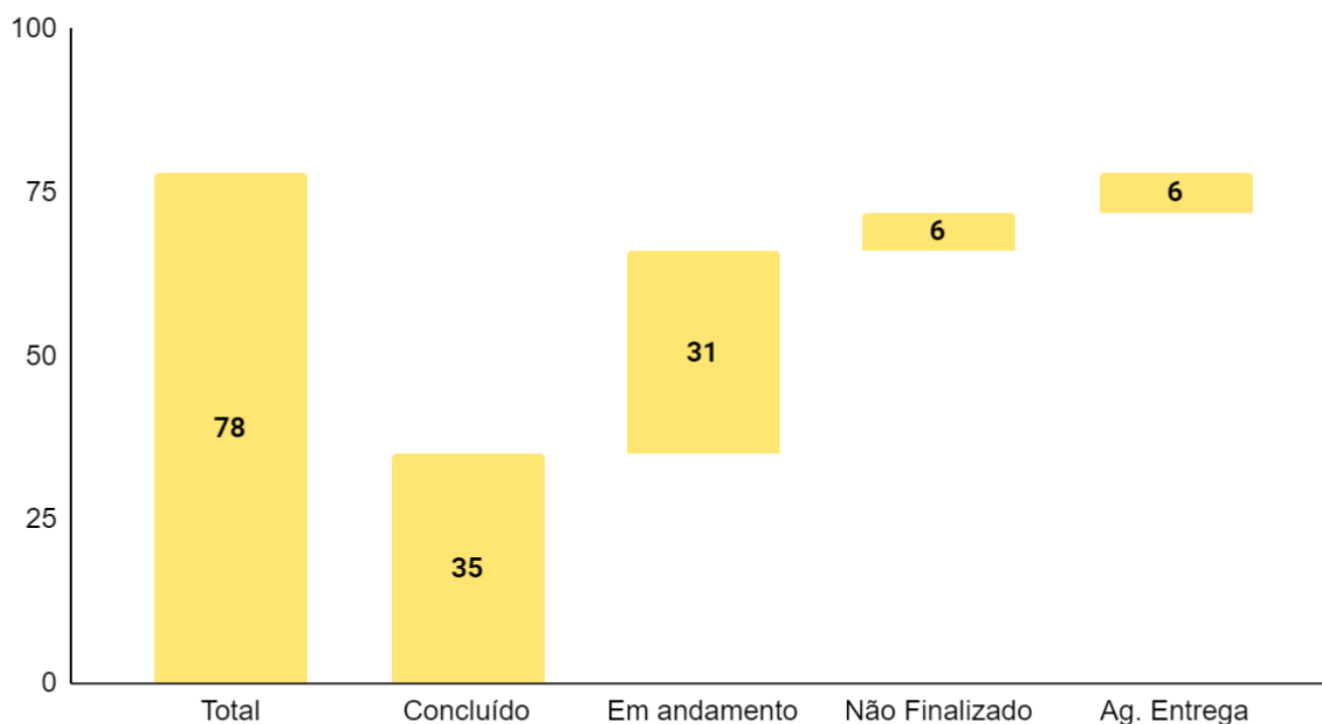
- Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referências elaborados;



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Elaboração de ETP e TR 2023



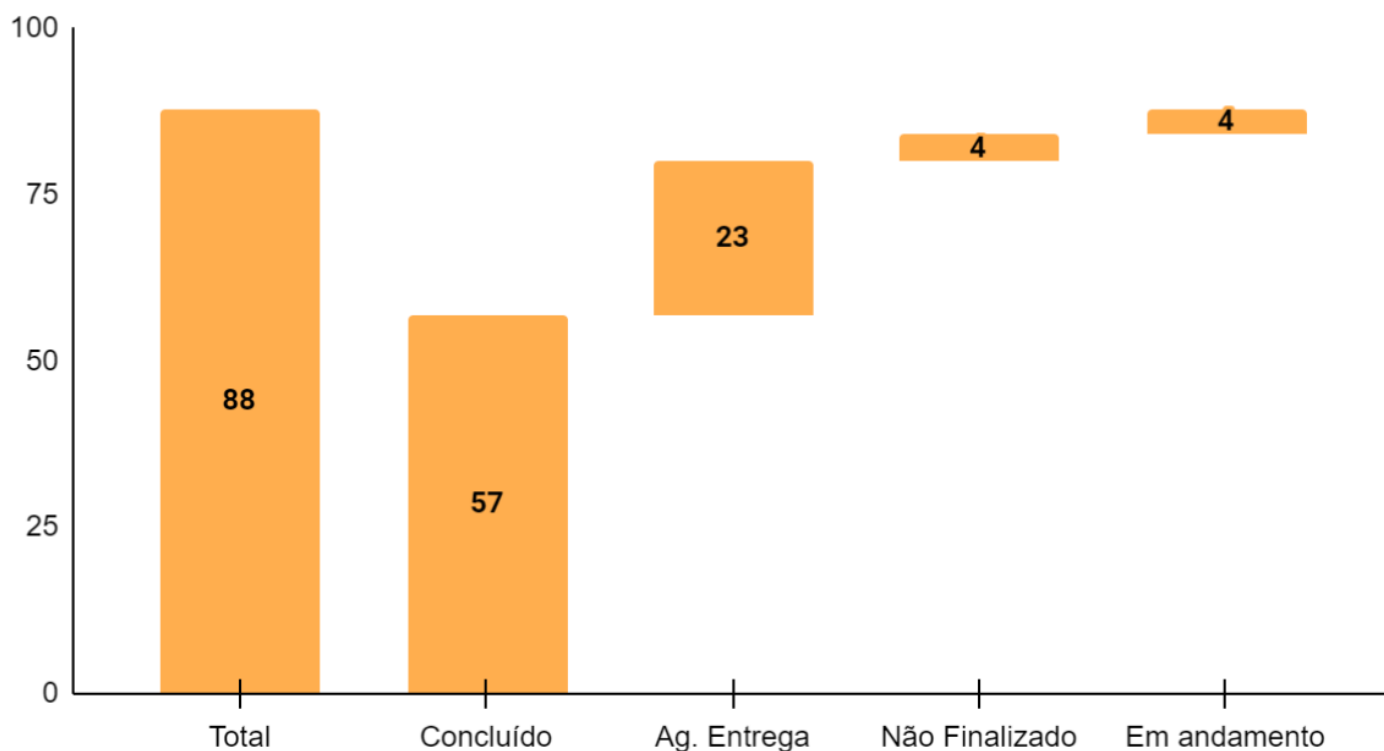
A atividade de elaboração de Termos de Referência tem como atividades agregadas as análises das cotações realizadas pela Divisão de Compras e Operações para a conclusão do mapa de preços, assim como o acompanhamento da licitação desde diligências anteriores ao período da licitação quanto diligências que ocorrem durante a licitação em conjunto com a análise das propostas e documentos de habilitação.

Obs.: A partir de novembro de 2023 esta Divisão passou a elaborar apenas o Estudo Técnico Preliminar devido a publicação da resolução Nº56/2023 que regulamenta a Estrutura e Organização das unidades vinculadas à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

- Adesões a Atas de Registros de Preços



Adesões à ARP 2023



A atividade de adesão à Ata de Registro de Preços tem como atividades agregadas a comunicação direta junto à empresa para envio de Notas de Empenho, acompanhamento de prazos de entrega e cobrança em casos de atraso, realização de atesto de entrega e envio do processo para assessoria jurídica em casos de não atendimento aos prazos de entrega do material por parte do fornecedor.

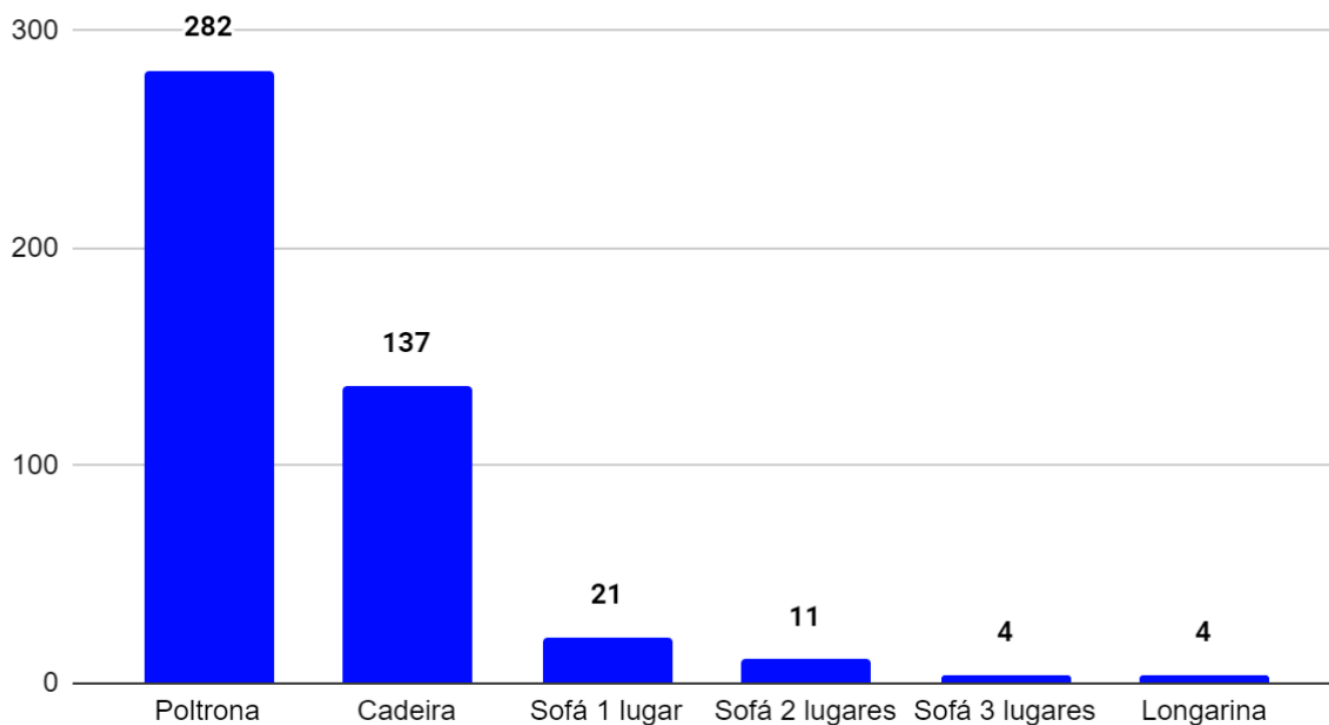
- Manutenção de Mobiliário



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Manutenção de mobiliário 2023



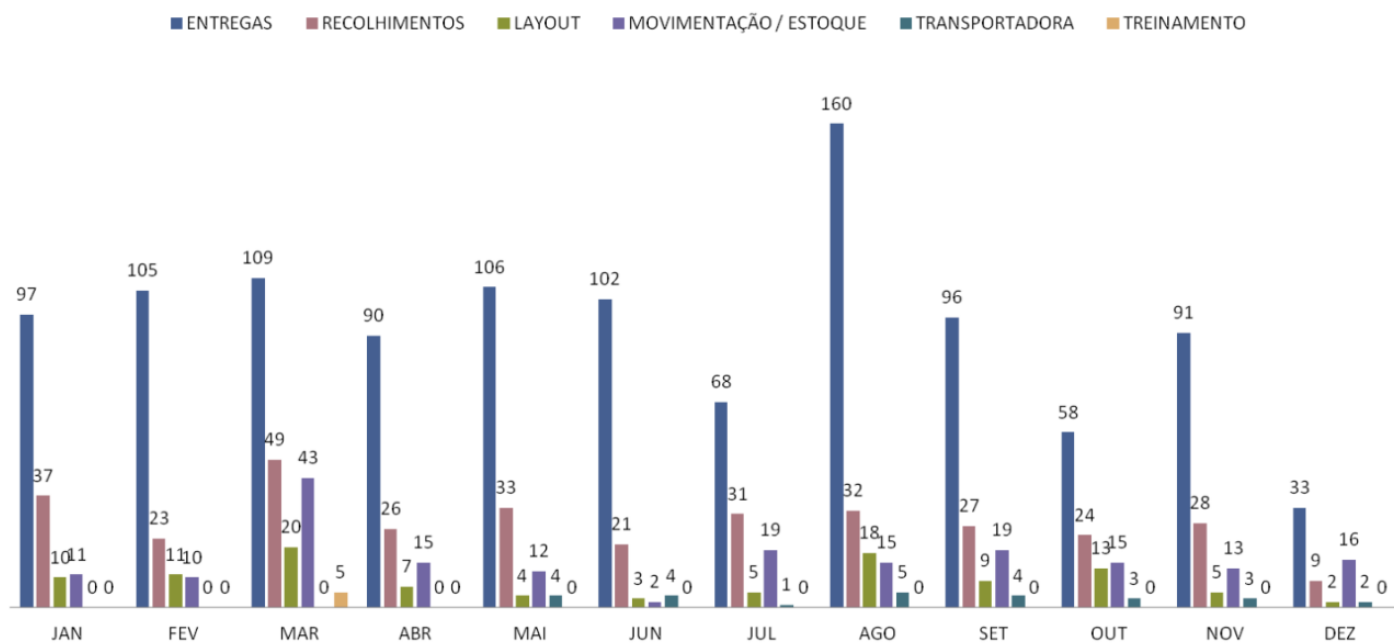
A atividade de manutenção de mobiliário envolve em parte a Seção de Logística/operacional que trabalha na seleção do material apto à manutenção e a Seção de Planejamento que acompanha a manutenção, atesta os serviços realizados e informa ao contrato para a realização do pagamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

2. Seção de Logística Operacional

LOGÍSTICA



ATIVIDADES DESENVOLVIDAS:

A Seção de Logística Operacional tem como suas atividades realizadas durante os doze (12) meses - 2023, conforme planilha abaixo:

ATIVIDADES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
ENTREGAS	97	105	109	90	106	102	68	160	96	58	91	33
RECOLHIMENTOS	37	23	49	26	33	21	31	32	27	24	28	9
LAYOUT	10	11	20	7	4	3	5	18	9	13	5	2
MOVIMENTAÇÃO / ESTOQUE	11	10	43	15	12	2	19	15	19	15	13	16
TRANSPORTADORA	0	0	0	0	4	4	1	5	4	3	3	2
TREINAMENTO	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0



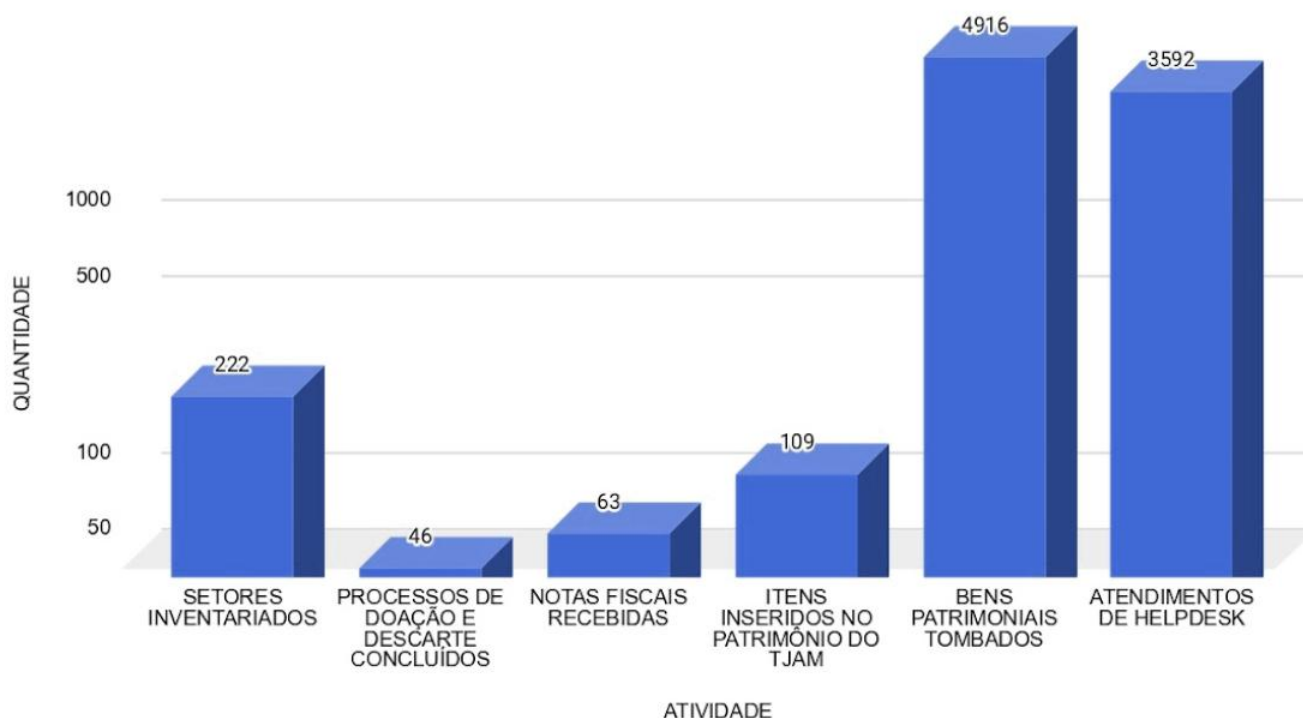
3. Seção de Patrimônio

As atividades da Seção de Patrimônio consistem em receber, gerir, acompanhar, controlar, analisar e destinar os bens patrimoniais deste Tribunal de uma forma eficiente, alimentar o sistema de controle dos bens (AJURI), elaborar os termos de responsabilidade de bens, tomar os materiais sistematicamente e fisicamente, atender aos pedidos solicitados pelo helpdesk e SEI, atualizar o sistema (AJURI) com o novo destino do material e também é responsável pela coordenação do inventário anual.

Durante o ano de 2023, foi elaborado o anteprojeto do “Manual da Seção de Patrimônio” que vem sendo continuamente aperfeiçoado.

O gráfico abaixo compõe as principais atividades realizadas por esta Seção de Patrimônio no ano de 2023.

ATIVIDADES DA SEÇÃO DE PATRIMÔNIO EM 2023



4. Seção de Almoxarifado

As atividades da Seção de Almoxarifado consistem em receber, gerir, acompanhar, controlar as saídas de pedidos dos bens de consumos adquiridos por este Tribunal de uma forma eficiente, conforme sistema informatizado (AJURI) de controle dos bens.

Durante o ano de 2023, foi elaborado o anteprojeto do “Manual da Seção de Almoxarifado” que vem sendo continuamente aperfeiçoado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Realizou-se também o levantamento dos materiais de consumo inservíveis ou em processo de desuso que constam na Seção. Há o processo administrativo SEI 2023/000038277-00 acerca da doação de diversos itens assim classificados.

Outro ponto a ser destacado é a constante atualização de layout do Setor com o intuito de otimizar/agilizar os processos de entrada, coleta e separação dos objetos.

A tabela abaixo indica os valores de entrada e saída de materiais de consumo que passaram pelo almoxarifado no ano de 2023.

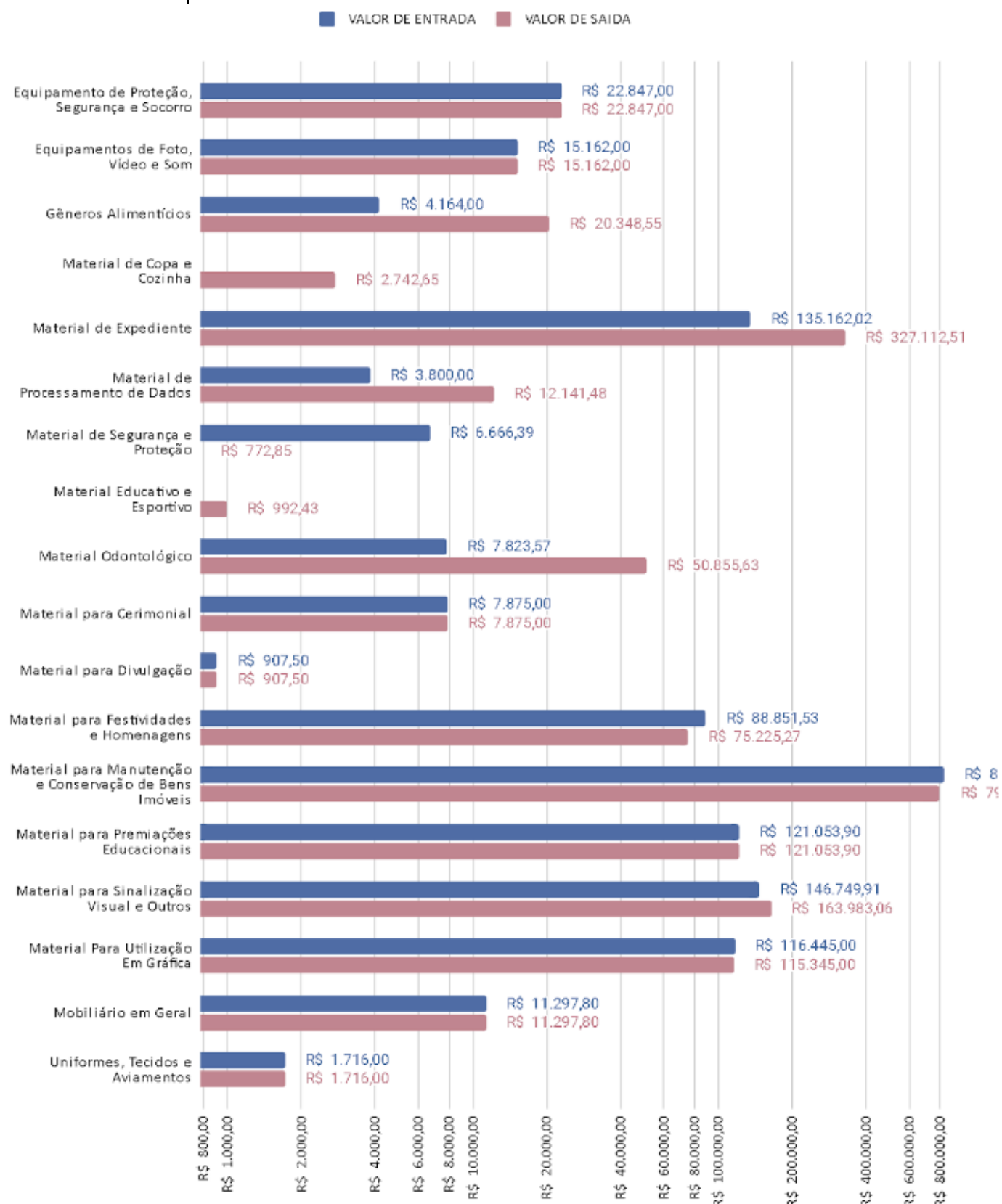
ITEM	GRUPO	VALOR DE ENTRADA	VALOR DE SAÍDA
1	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro (Extintor de Incêndio)	R\$ 22.847,00	R\$ 22.847,00
2	Equipamentos de Foto, Vídeo e Som (Cordão Selo Diamante)	R\$ 15.162,00	R\$ 15.162,00
3	Gêneros Alimentícios (Cafê/Açúcar)	R\$ 4.164,00	R\$ 20.348,55
4	Material de Copa e Cozinha (copo de vidro/xícaras)	R\$ -	R\$ 2.742,65
5	Material de Expediente	R\$ 135.162,02	R\$ 327.112,51
6	Material de Processamento de Dados (Bateria/cabo cat6 - SETIC)	R\$ 3.800,00	R\$ 12.141,48
7	Material de Segurança e Proteção (Álcool em gel/máscara)	R\$ 6.666,39	R\$ 772,85
8	Material Educativo e Esportivo (Brinquedos)	R\$ -	R\$ 992,43
9	Material Odontológico (Avental/broca diamantada...)	R\$ 7.823,57	R\$ 50.855,63
10	Material para Cerimonial (Caixas souvenir)	R\$ 7.875,00	R\$ 7.875,00
11	Material para Divulgação (Banners/Folders)	R\$ 907,50	R\$ 907,50
12	Material para Festividades e Homenagens (Arranjos/Buquês)	R\$ 88.851,53	R\$ 75.225,27
13	Material para Manutenção e Conservação de Bens Imóveis (materiais de engenharia)	R\$ 826.054,43	R\$ 795.978,51
14	Material para Premiações Educacionais (Medalhas e broches)	R\$ 121.053,90	R\$ 121.053,90
15	Material para Sinalização Visual e Outros (Adesivos/Placas de sinalização)	R\$ 146.749,91	R\$ 163.983,06
16	Material Para Utilização Em Gráfica (backdrop/papel perolizado...)	R\$ 116.445,00	R\$ 115.345,00
17	Mobiliário em Geral (MDF)	R\$ 11.297,80	R\$ 11.297,80
18	Uniformes, Tecidos e Aviamentos Capa protetora/pelerines)	R\$ 1.716,00	R\$ 1.716,00
	TOTAL	R\$ 1.516.576,05	R\$ 1.746.357,14

*Obs.: No Grupo 5 - Material de Expediente, houve devolução no valor de R\$ 500,59.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS****5. Seção de Movelaria**

As atividades da Seção de Movelaria consistem em Produção de Móveis planejados, Manutenção e reparo.

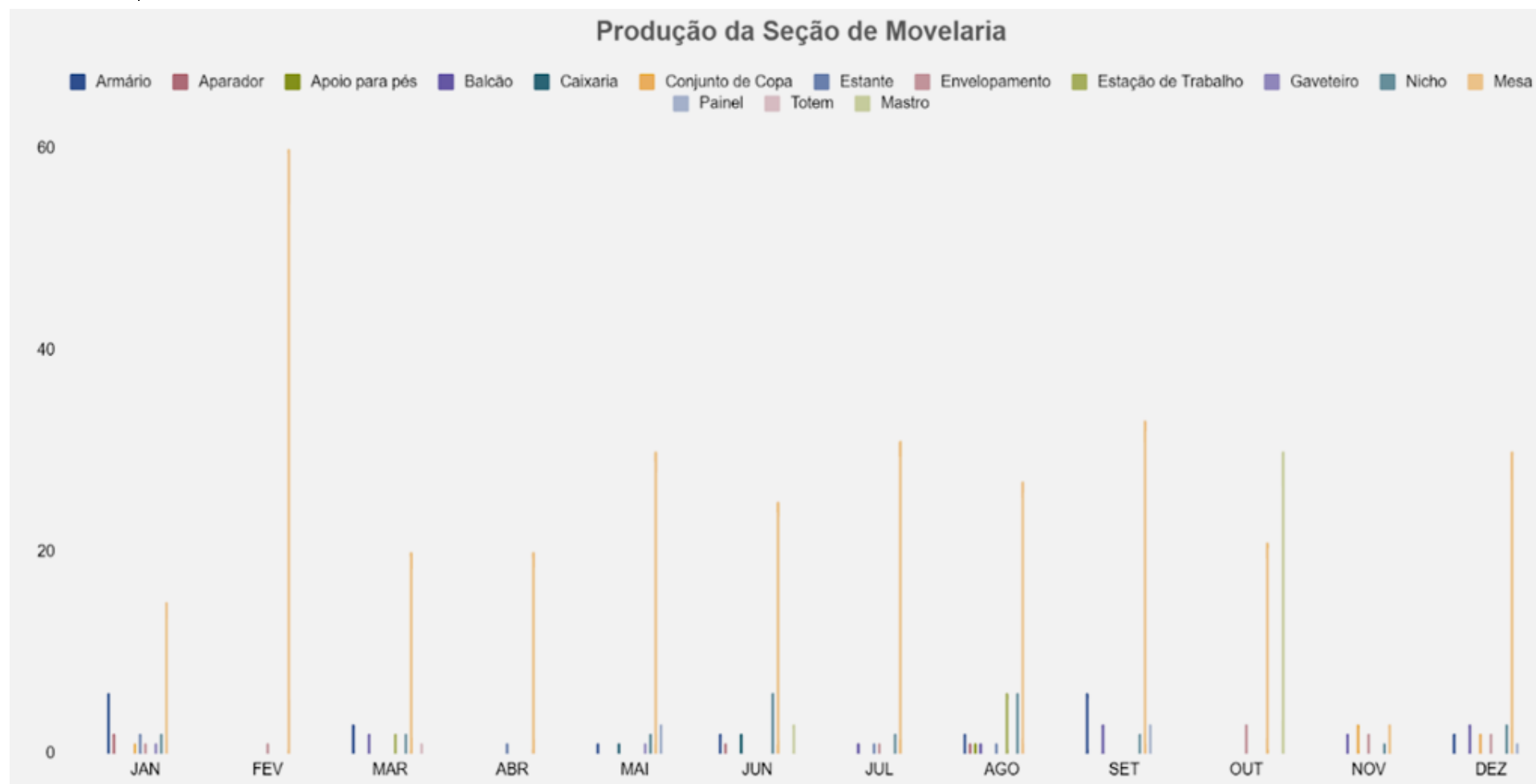
Recebemos no ano 2023 uma demanda de projetos que incluem, Recepção, Assessoria, Copa, Gabinete e Banheiro. todos os itens da Seção e dado entrada no sistema Ajuri através de uma M/F elaborada no ano de 2023.

Bens permanentes Produzido - movelaria	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total em 2023
Armário	6	0	3	0	1	2	0	2	6	0	0	2	22
Aparador	2	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	4
Apoio para pés	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Balcão	0	0	2	0	0	0	1	1	3	0	2	3	12
Caixaria	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	3
Conjunto de Copa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	2	6
Estante	2	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	5
Envelopamento	1	1	0	0	0	0	1	0	0	3	2	2	10
Estação de Trabalho	0	0	2	0	0	0	0	6	0	0	0	0	8
Gaveteiro	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Nicho	2	0	2	0	2	6	2	6	2	0	1	3	26
Mesa	15	60	20	20	30	25	31	27	33	21	3	30	315
Painel	0	0	0	0	3	0	0	0	3	0	0	1	7
Totem	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Mastro	0	0	0	0	0	3	0	0	0	30	0	0	33
Urna	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
PROJETOS ARQUITETURA (grande porte) CONCLUÍDO			6	3	7			3	2	1	4	2	28
PROJETOS ARQUITETURA (médio/pequeno porte) CONCLUÍDO	6	1	3	4	4	2	4	2	3	1	3	3	36



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

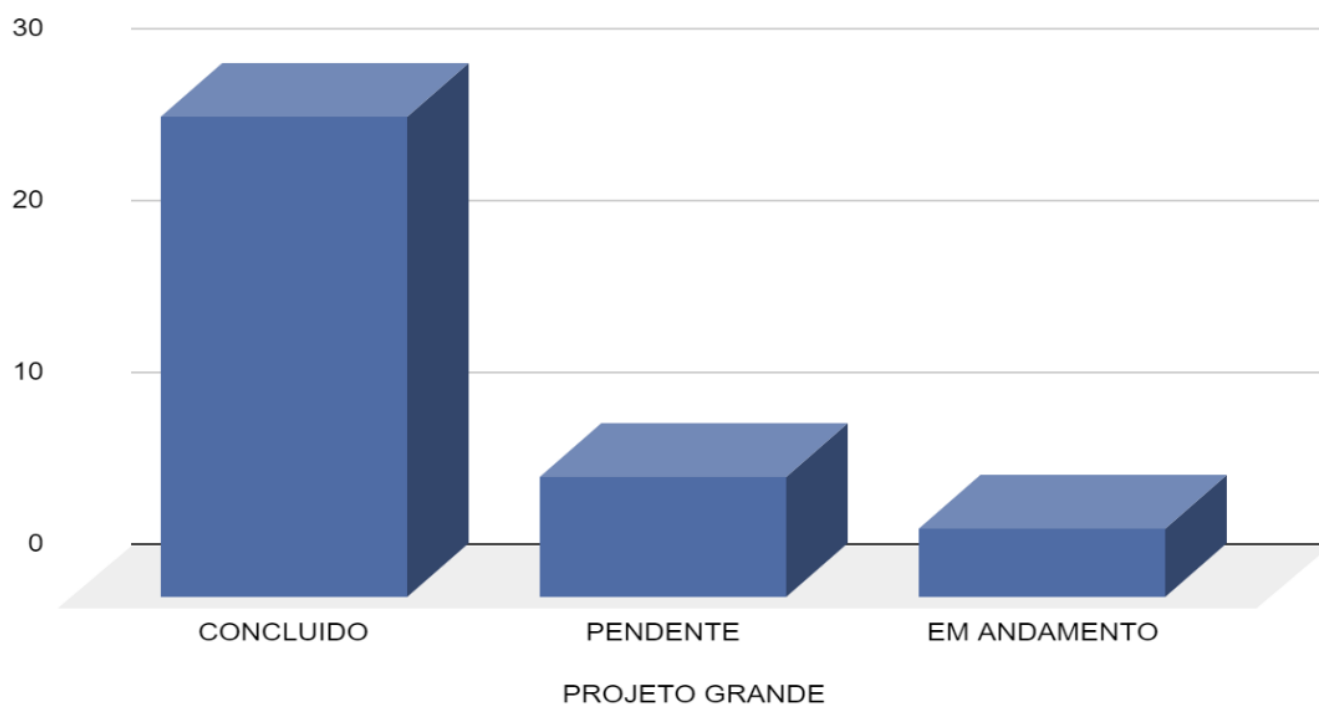




PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

PROJETO GRANDE PORTE	
CONCLUÍDO	28
PENDENTE	7
EM ANDAMENTO	4

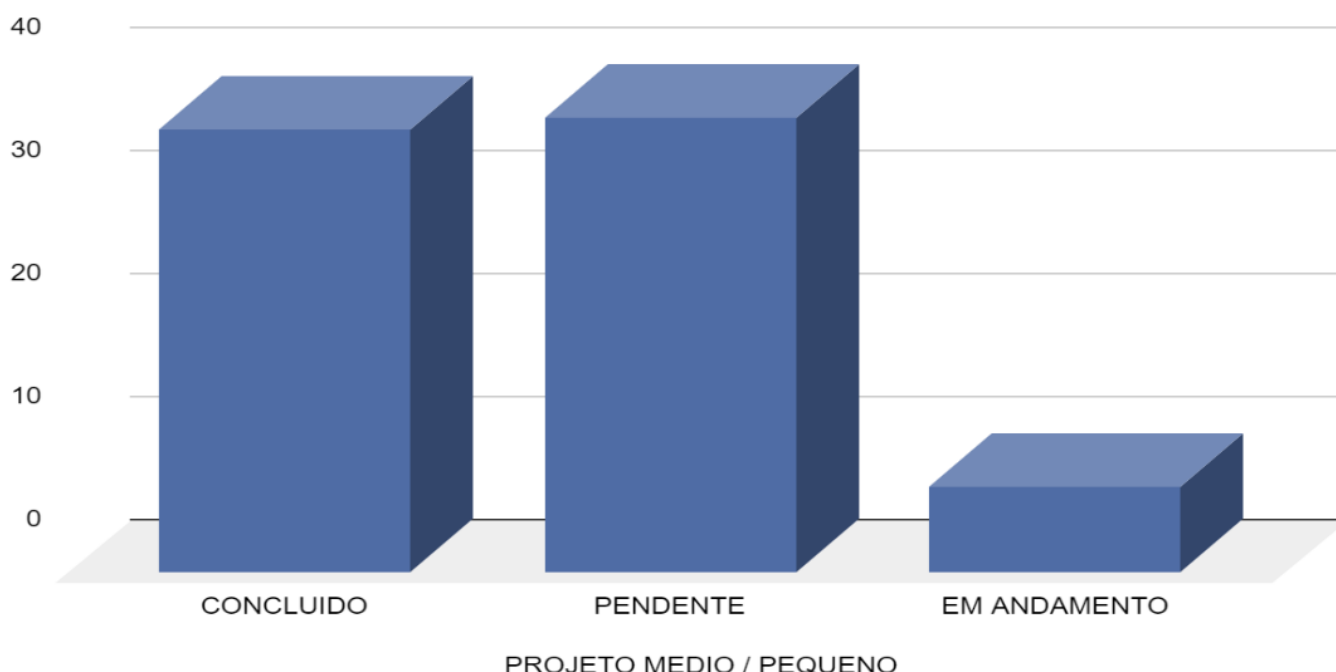


PROJETO MÉDIO / PEQUENO PORTE	
CONCLUÍDO	36
PENDENTE	37
EM ANDAMENTO	7



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS



V - DIVISÃO DE LOGÍSTICA DE TRANSPORTE E MANUTENÇÃO

A Divisão de Logística de Transportes e Manutenção tem por finalidade precípua planejar, coordenar e fiscalizar as atividades relacionadas a uso e manutenção da frota do Tribunal de Justiça do Amazonas, dentre outras demandas.

Apresenta as seguintes atividades:

- Renovação da frota de veículos oficiais de serviço: através do Contrato Administrativo, nº 019/2023-FUNJEAM, onde foram adquiridos 56 veículos renovando assim a frota, trazendo mais conforto e segurança aos usuários. Todos apresentam-se adesivados, conforme a Instrução Normativa nº 02, de 28 de fevereiro de 2012. - DVEXPED-TJ/AM, publicada no D.O. de 08/03/2012.
- Leilão dos veículos oficiais de serviços: em 07/12/2023 onde foram leiloados 66 veículos, sendo recolhido aos cofres deste Poder o **Valor Global Auferido de R\$ 1.374.722,09.**
- Monitoramento, rastreamento e identificador de motoristas: esse é um sistema inovador, sistema de geolocalização, onde possuímos um controle real de todos os veículos deste Poder, podemos traçar rotas mais econômicas, acompanhar em tempo real todos os movimentos ocorridos com o veículo como frenagens bruscas, velocidades agressivas, verificar e coibir o tempo ocioso dos motoristas que chegavam a ficar com os veículos parados e ligados por muito tempo, ocasionando um consumo de combustível exorbitante. Todos esses controles já devidamente implantados em todos os veículos de serviço de nossa frota. Agora, também contamos com um sistema



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

de identificador de motorista onde todos que dirigem os veículos oficiais de serviço, passaram por novo cadastramento para que ficassem aptos a receberem um token (dispositivo de identificação individual do motorista), pois, o veículo só ira ligar seu motor se o motorista for identificado.

- Iniciamos o processo para a troca dos veículos oficiais de representação: através do Processo Administrativo nº2023/000023152-00 está sendo providenciado a substituição dos veículos atuais que atendem os Desembargadores, que em março/2024 já completa 6 anos de uso. O referido processo está na etapa de Estudo Técnico Preliminar.
- Otimização da utilização dos veículos: na sua grande maioria os novos veículos estão sendo utilizados por sistema de rodízio, mediante prévio agendamento, gerando uma economia de tempo e combustível no atendimento das demandas e ainda, evitando ociosidade do motorista.
- Ginástica Laboral: atividades estas voltadas para os nossos colaboradores, investindo na parte física para todos possam dar o seu melhor dentro de nossas atividades.
- Reuniões semanais com nossos colaboradores: através destas reuniões, busca-se uma melhor interação, permitindo assim uma melhor comunicação e convívio entre os colaboradores e ainda, alinhamentos para os devidos atendimentos as demandas e/ou eventos.
- Parte Física: conseguimos trazer as estruturas da cobertura de veículos da antiga Central de Transportes (Compensa) para o pátio da atual Divisão de Logística de Transportes e Manutenção, permitindo que a maioria dos veículos fiquem em área coberta; economia de eletricidade na iluminação do pátio, com uso de refletores fotossensíveis (acendem ao escurecer, apagam ao clarear); construção de lixeira, conforme padrão adequado fazendo com que o lixo diário seja devidamente armazenados até a coleta noturna, evitando contaminação ambiental; construção de mais uma depósito que irá servir como almoxarifado.

VI - COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

A Coordenadoria de Licitação tem por finalidade executar atividades relativas ao exame, processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios de interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, previamente autorizados pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

Em 2021, por consequência da Resolução nº 005/2021-TJAM, publicada em 14 de junho de 2021, que estabelece a estrutura da Secretaria-Geral de Administração, a Coordenadoria de Licitação passou a ser integrante da Secretaria de Compras, Contratos e Operações.

Dentre as principais atribuições da Coordenadoria de Licitação destacamos a execução de atividades relativas ao exame, processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios de interesse do Poder Judiciário do Amazonas, previamente autorizados pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Nas páginas a seguir estão relacionadas algumas informações dos procedimentos licitatórios processados no ano de 2023.

LICITAÇÕES PROCESSADAS EM 2013

No **exercício de 2023**, a Coordenadoria de Licitação (COLIC) processou **63 (sessenta e três) procedimentos licitatórios**, sendo: 1 (um) Concurso de Júri Simulado da ESMAM – Desembargador Aristóteles Lima Thury, concluído; 4 (quatro) Concorrências homologadas; 1 (um) Leilão administrativo adjudicado e 57 (cinquenta e sete) Pregões Eletrônicos, dos quais 49 (quarenta e nove) foram homologados, 4 (quatro) fracassados, 2 (dois) suspensos, 1 (um) anulado e 1 (um) deserto. Conforme informações na planilha abaixo:

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Nº	Modalidade	Processo administrativo	Objeto	Valor estimado	Valor contratado	Percentual economia	Status
001/2023	Concurso	2023/000015518-00	“V Concurso de Júri Simulado da ESMAM – Desembargador Aristóteles Lima Thury”.	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	-	Concluído
001/2023	Concorrência	2022/000028145-00	Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia sob regime de empreitada global, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, para atender as necessidades da Construção do Novo Fórum de Humaitá	R\$ 5.805.233,32	R\$ 5.148.879,97	11,31%	Homologado
002/2023	Concorrência	2022/000034763-00	Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para construção do Centro de Práticas Pedagógicas	R\$ 25.342.522,14	R\$ 24.017.204,43	5,23%	Homologado



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

			do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas				
003/2023	Concorrência	2022/000032568-00	Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia sob regime de empreitada global, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, para atender as necessidades da Construção do Novo Fórum de Justiça Dr. Luiz Augusto Santa Cruz, na Comarca do Município de Iranduba-AM, situado na Rodovia Carlos Braga, Km 02, Iranduba - AM	R\$ 6.057.705,46	R\$ 5.330.330,37	12,01%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

004/2023	Concorrência	2023/000021099-00	Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para a construção do novo Fórum Desembargador Mário Verçosa localizado na Rua Comendador Alexandre Amorim, 285, Bairro de Aparecida, Manaus-AM	R\$ 33.930.163,32	R\$ 31.841.029,31	6,16%	Homologado
001/2023	Leilão Administrativo	2022/000028724-00	66 Veículos e sucatas	R\$ 827.800,60	R\$ 1.374.722,09	-	Adjudicado
001/2023	Pregão Eletrônico	2022/000028694-00	Registro de Preços para eventual fornecimento de Equipamentos de Ar condicionado do Tipo Split para atender a demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 1.508.845,95	R\$ 1.235.565,00	18,11%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

002/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000018494- 00	Registro de Preços para eventual fornecimento de Mobiliário para atender a demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 3.299.943,28	R\$ 1.471.740,68	55,40%	Homologado
003/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000038509- 00	Registro de Preços para eventual aquisição de extintores de incêndio bem como o serviço de recarga, para atender as edificações do Tribunal de Justiça do Amazonas	R\$ 58.593,50	R\$ 53.712,00	8,33%	Homologado
004/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000032222- 00	Registro de Preços para eventual fornecimento com instalação e substituição de cancelas automáticas para entrada e saída de veículos.	R\$ 308.173,72	R\$ 222.140,00	27,92%	Homologado
005/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000025279- 00	Aquisição de placas em MDF para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	R\$ 38.073,60	R\$ 24.936,80	34,50%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

006/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000037047- 00	Contratação de serviços técnicos em engenharia para realização de vistoria e perícia, com elaboração de laudo para verificar a capacidade resistente da estrutura e verificar se apresentam risco e/ou necessidade de reforço estrutural e da atual situação antigo Fórum de Justiça do Município de Coari, localizado na Estrada Coari-Mamiá (estrada do aeroporto), nos termos e condições estabelecidos no Termo de Referência deste Edital.	R\$ 96.713,11	R\$ 30.090,00	68,88%	Homologado
007/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000003612- 00	Registro de Preços para eventual fornecimento de materiais de expediente (diversos) para atender a demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12	R\$ 276.519,53	R\$ 149.535,18	45,92%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

			(doze) meses.				
008/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000027214- 00	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, pelo período de 12 (doze) meses.	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.561.100,00	14,63%	Homologado
009/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000032232- 00	Registro de Preço para eventual fornecimento de serviço de buffet, a fim de atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, pelo período de 12 (doze) meses.	R\$ 958.600,00	R\$ 480.965,00	49,83%	Homologado
010/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000038470- 00	Formalização de ARP para eventual fornecimento de placas em MDF para atender ao Tribunal	R\$ 2.011.934,40	R\$1.077.765,10	46,43%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

			de Justiça do Estado do Amazonas				
011/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000002908- 00	Contratação de serviços terceirizados de apoio administrativo, de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra na área de recepção.	R\$ 1.249.415,16	R\$ 1.049.797,80	15,98%	Homologado
012/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000022866- 00	Contratação de serviços de monitoramento e rastreamento veicular, geolocalização, transmissão de dados GPS, GSM/GRPS, acesso via internet 24 horas pelo usuário, com central de monitoramento, armazenamento de dados, incluindo o fornecimento de equipamentos e treinamento de pessoal, para	R\$ 201.563,75	R\$ 119.999,22	40,46%	Homologado



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

			atender o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.				
013/2023	Pregão Eletrônico	2022/000039543-00	Contratação de empresa especializada para cobertura de seguro total de 27 (vinte e sete) veículos que compõem a frota de veículos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	R\$ 51.459,76	-	-	Suspenso

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

014/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000000147- 00	Contratação de instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil para prestação de serviços de pagamento da folha salarial e outras indenizações a magistrados, servidores, estagiários e outros, conforme comando do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, doravante denominados beneficiários.	R\$13.913.790,48	R\$ 13.915.181,86	0,01%	Homologado
015/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000044206- 00	Aquisição de conjunto de medalhas com a insígnia da Ordem do Mérito Judiciário do Estado do Amazonas para o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Amazonas.	R\$ 115.500,00	R\$ 112.200,00	2,86%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

016/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000022103 -00	Contratação de serviço de Locação de veículos automotores sem condutor, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, com quilometragem livre, cobertura de seguro, licenciados pelo órgão competente para o tráfego, para atender as unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	R\$ 2.603.784,84	R\$ 1.766.011,44	32,17%	Homologado
017/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000038273 -00	Registro de Preços para eventual fornecimento de materiais de ornamentação - arranjo de chão, canteiro floral, arranjo para centro de mesa e para mesa de bufê (buffet) e buquê de flores para atender a demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12	R\$ 444.716,40	R\$ 337.239,00	24,17%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

			(doze) meses.				
018/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000028962- 00	Aquisição de Cabideiros para o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	R\$ 106.680,42	R\$ 21.299,04	80,03%	Homologado
019/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000038291- 00	Aquisição de nobreak para os equipamentos de raio-x (scanner para inspeção de bagagens de mão).	R\$ 38.799,60	R\$ 14.830,00	61,77%	Homologado
020/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000039543- 00	Contratação de empresa especializada para cobertura de seguro total de 27 (vinte e sete) veículos que compõem a frota de veículos do Tribunal de Justiça	R\$ 51.459,76	R\$ 51.459,30	0,00%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

021/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000038438- 00	Registro de preços para eventual fornecimento de Material de Expediente para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 2.122.842,00	R\$ 1.313.521,60	30,50%	Homologado
022/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000021892- 00	Aquisição de materiais de construção civil e hidrossanitários para a manutenção predial, corretiva e preventiva, das unidades do Tribunal de Justiça do Amazonas.	R\$ 381.718,29	-	-	Fracassado
023/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000005245- 00	Registro de Preços para eventual fornecimento de Gênero Alimentício (café) com o fito de atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas pelo período de 12 (doze) meses.	R\$ 19.388,00	-	-	Fracassado



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

024/2 023	Pregão Eletrônico	2023/000003637- 00	Contratação de serviço de instalação de scanner planetário do Arquivo Central “Júlia Mourão de Brito”, bem como treinamento de utilização do mesmo para Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, para que desta forma, possam realizar atividades de digitalização de documentos e disponibilizá-los para consulta pública em sistemas informatizados por meio da Internet.	R\$ 31.500,00	R\$ 31.000,00	1,59%	Homologado
--------------	----------------------	-----------------------	---	---------------	---------------	-------	------------



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

025/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000005991- 00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços especializados, sob demanda de manutenção corretiva, análise físico-química e bacteriológica, de sistemas de captação de águas subterrâneas composto de poços artesianos tubulares e seus acessórios, nas unidades prediais pertencentes ou cedidas ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), na capital e no interior por um período de 12 meses com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra conforme condições, quantidades e exigências conforme descrito no Termo de Referência.	R\$ 1.190.393,30	-	-	Suspenso
--------------	----------------------	-----------------------	---	---------------------	---	---	----------



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

026/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000003038- 00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços comuns de engenharia de limpeza e desinfecção de cisternas e caixa d'águas elevadas, incluindo o fornecimento de mão de obra especializada, materiais, equipamentos e laudo bacteriológico da água, para execução dos serviços nas edificações pertencentes e/ou cedidas ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas conforme descrito no Termo de Referência.	R\$ 117.536,32	R\$ 87.002,00	25,97%	Homologado
027/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000005368- 00	REGISTRO DE PREÇOS para eventual fornecimento de materiais diversos e ferragens para marcenaria para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do	R\$ 88.892,05	R\$ 87.700,70	1,34%	Homologado



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

			Amazonas.				
028/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000034226- 00	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de Serviços Comuns de Engenharia, sob Demanda, com fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e acessórios necessários para atender às necessidades de manutenção, conserto, conservação, reparo e serviços similares, objetivando manter ou recuperar as instalações físicas das unidades prediais pertencentes ou cedidas ao Tribunal de Justiça no interior do Estado do Amazonas (TJAM), por um período de 12 meses.	R\$ 3.600.000,00	-	-	Anulado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

029/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000042145- 00	Contratação de empresa especializada para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos Sistemas de Alimentação Ininterrupta (em inglês, Uninterruptible Power Supply) (UPS), que alimentam os equipamentos do Datacenter Principal, instalado no Edifício Sede Arnaldo Peres, e do Datacenter Backup, instalado no Fórum Henoch Reis.	R\$ 230.122,56	-	-	Fracassado
030/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000033571- 00	Aquisição de 3 (três) Kits CFTV com 32 câmeras infravermelho de alta definição e 3 (três) Televisores de alta definição de 50", conforme descrito no Termo de Referência.	R\$ 97.974,75	R\$ 64.458,00	34,21%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

031/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000001680- 00	Aquisição de paletes e estrados para o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	R\$ 22.052,15	R\$ 14,944,40	32,23%	Homologado
032/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000017591- 00	Aquisição de Serra Esquadrejadeira e Exaustor de Pó para o Setor de Marcenaria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	R\$ 53.417,73	-	-	Fracassado
033/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000004708- 00	Contratação de empresa para fornecimento de licenças de utilização do Jira Software Cloud Premium e plug-ins necessários para 100 usuários do Tribunal de Justiça do Amazonas pelo período de 12 (Doze) meses.	R\$ 180.823,00	R\$ 178.900,00	1,06%	Homologado
034/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000014780- 00	Aquisição de prestação de serviço de teste hidrostático em mangueiras de incêndio.	R\$ 17.745,00	-	-	Deserto

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

035/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000017384- 00	Registro de preços para eventual fornecimento de Frigobar, refrigerador e bebedouro para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 183.662,95	R\$ 163.533,27	10,96%	Homologado
036/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000027313- 00	Aquisição de Medalha de Mérito Acadêmico para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM.	R\$ 31.200,00	R\$ 7.998,90	74,36%	Homologado
037/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000005264- 00	Registro de preços para eventual fornecimento de Balcões de MDF para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 119.800,16	R\$ 98.200,00	18,03%	Homologado
038/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000011064- 00	Contratação de empresa especializada para realização de serviço de publicação dos avisos de licitação e demais matérias de	R\$ 24.344,64	R\$ 24.095,00	1,02%	Homologado



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

			interesse do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas em jornal de grande circulação diária.				
039/2023	Pregão Eletrônico	2023/000014860-00	Registro de Preços para eventual renovação do suporte e das licenças do cluster de equipamentos de Next-Generation Firewall, assim como expansão da solução de firewall para as unidades descentralizadas do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), compreendendo suporte técnico e garantia pelo período de 60 meses, incluindo serviços de instalação, configuração e treinamento oficial do fabricante.	R\$23.333.365,48	R\$17.750.059,01	23,93%	Homologado



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

040/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000011062- 00	Contratação de pessoa jurídica especializada em patologias em estruturas de concreto para prestação de Serviços de Engenharia Diagnóstica, englobando a realização de levantamentos, inspeções, prospecções, elaboração de Laudo Técnico e de projeto de recuperação concernentes às patologias estruturais do Fórum Ministro Henoch Reis localizado na Av. Paraíba, s/n - São Francisco, Manaus - AM, incluindo mão-de-obra, inclusive todo EPI (equipamento de proteção individual), ferramentas, equipamentos e materiais de consumo necessários à execução dos serviços, nos termos e condições estabelecidos no	R\$ 107.678,35	R\$ 59.100,00	45,11%	Homologado
--------------	----------------------	-----------------------	--	----------------	---------------	--------	------------



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

			Termo de Referência..				
041/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000029250- 00	Registro de Preços para eventual fornecimento de Gênero Alimentício (café) com o fito de atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas pelo período de 12 (doze) meses.	R\$ 18.332,00	R\$ 15.710,00	14,30%	Homologado
042/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000034373- 00	Contratação de solução integrada para realização do VIII ENCONTRO DO CONSELHO DOS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA – CONSEPRE, incluindo os seguintes serviços: Serviço completo de Buffet (com cessão de recursos humanos/equipe de apoio); Serviço de Ornamentação;	R\$2.068.200,0 0	R\$ 1.257.798,00	39,18%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

			Mobiliários; Atração Musical; Infraestrutura; Serviço de Valet e Locação de espaço, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.				
043/2023	Pregão Eletrônico	2023/000030566-00	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, pelo período de 12 (doze) meses.	R\$3.012.132,12	R\$ 2.890.932,12	4,02%	Homologado
044/2023	Pregão Eletrônico	2023/000013433-00	Registro de preços para eventual fornecimento de material gráfico e comunicação visual para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM por um período de 12 (doze) meses.	R\$1.894.415,90	R\$ 889.224,00	52,28%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

045/2023	Pregão Eletrônico	2023/000014246-00	Registro de Preço para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de provimento de circuitos de transmissão de dados para interligação redundante de forma a garantir resiliência e continuidade dos serviços nas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), em Manaus, nos municípios do interior do Estado do Amazonas e nas instituições parceiras, contemplando o fornecimento de equipamentos, instalação, operação, manutenção e gerência proativa dos serviços contratados, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas.	R\$6.924.037,50	R\$ 1.401.231,32	79,76%	Homologado
----------	-------------------	-------------------	---	-----------------	------------------	--------	------------

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

046/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000008927- 00	Registro de Preço para contratação de empresa especializada para prestação de Serviço de conectividade à INTERNET via satélite de baixa órbita com fornecimento de terminais, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações técnicas.	R\$ 7.266.088,89	R\$ 2.688.985,53	62,99%	Homologado
047/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000028346- 00	Contratação de empresa para o fornecimento de água mineral ou potável natural de mesa, sem gás, acondicionada em garrafas descartáveis de 350 (trezentos e cinquenta) ml e garrações de 20 (vinte) litros, esses fornecidos em REGIME de COMODATO, com serviço de entrega nas unidades do TJAM, apropriada para consumo dos Desembargadores, Magistrados e servidores deste Tribunal, conforme Resoluções da	R\$ 222.313,76	R\$ 179.441,80	19,28%	Homologado



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

			ANVISA e demais especificações constantes no Termo de Referência.				
048/2023	Pregão Eletrônico	2023/000036051-00	Contratação de Pessoa Jurídica especializada na PRESTAÇÃO CONTINUADA DE SERVIÇOS DE ASCENSORISTA EM ELEVADORES DE PASSAGEIROS para exercer as atividades em edificações pertencentes ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), por um período de 12 (doze) meses conforme locais, condições, quantidades e exigências	R\$ 802.447,68	R\$ 682.795,08	14,91%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

			estabelecidas no Termo de Referência.				
049/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000029453- 00	Registro de preços para eventual fornecimento de Material de Expediente para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 46.429,00	R\$ 37.638,50	18,93%	Homologado
050/20 23	Pregão Eletrônico	2022/000038299- 00	Registro de preços para eventual fornecimento de Equipamento de Proteção Individual - EPI (máscara cirúrgica, máscara multiuso, touca hospitalar, avental hospitalar, luvas látex, álcool etílico 70% líquido, álcool etílico gel) para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 287.000,00	R\$ 159.328,00	44,48%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

051/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000021910- 00	Contratação de empresa para prestação de serviços de impressões, digitalizações e reproduções de caráter local na modalidade COM FRANQUIA DE PÁGINAS MAIS EXCEDENTES, incluindo a disponibilização de equipamentos, software de gerenciamento de ativos e bilhetagem das páginas, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e suprimentos, exceto papel.	R\$11.025.792,00	R\$ 4.134.144,00	62,50%	Homologado
052/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000005991- 00	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços especializados, sob demanda de manutenção corretiva, análise físico-química e bacteriológica, de sistemas de captação de águas subterrâneas	R\$ 650.400,20	R\$ 327.697,04	49,61%	Homologado



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

			composto de poços artesianos tubulares e seus acessórios, nas unidades prediais pertencentes ou cedidas ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM), na capital e no interior por um período de 12 meses com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra conforme condições, quantidades e exigências conforme descrito neste Termo de Referência.				
053/2023	Pregão Eletrônico	2023/000033391-00	Contratação de empresa especializada em operação técnica e manutenção (preventiva e corretiva), com eventual fornecimento de peças, para os sistemas de áudio e vídeo dos plenários e auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM.	R\$ 250.201,60	R\$ 175.000,00	30,05%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

054/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000031559- 00	Contratação de empresa para prestação de serviços de locação com manutenção preventiva e corretiva de Plotter, formato A0 com franquia compartilhada entre os equipamentos de 500 m ² mensais, exceto papel.	R\$ 348.000,00	R\$ 73.968,00	78,74%	Homologado
055/20 23	Pregão Eletrônico	2023/000035706- 00	Contratação de serviços de apoio administrativo na área de copeiragem e garçom, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.	R\$ 669.495,36	R\$ 517.167,60	22,75%	Homologado
065/20 22	Pregão Eletrônico	2022/000003593- 00	Registro de preços para eventual fornecimento de material gráfico e comunicação visual para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas - TJAM, por um período de 12 (doze) meses.	R\$ 1.676.555,60	R\$ 399.725,00	45,13%	Homologado

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

077/20 22	Pregão Eletrônico	2023/000025220- 00	Contratação de pessoa jurídica especializada na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, INSUMOS, MATERIAIS, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS, aplicados aos móveis e imóveis das instalações prediais pertencentes ou cedidas ao Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), localizadas em Manaus e no Interior do Estado, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.	R\$ 16.197.526,20	R\$ 13.164.865,32	18,72%	Homologado
--------------	----------------------	-----------------------	--	----------------------	-------------------	--------	------------



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

A Coordenadoria de Licitação no ano de 2023 otimizou boas práticas, a seguir indicadas:

- Estreitamento dos vínculos funcionais, auxiliados pela SECGAD, com a Divisão de Cerimonial e Secretaria de Tecnologia da Informação, para a **transmissão ao vivo no canal do TJAM, no Youtube, das sessões públicas presenciais.**

Impacto: Interno - as sessões conseguem ser física e virtualmente estruturadas em algumas horas (caso seja necessário) antes da abertura da sessão pública; e, Externo - percebeu-se uma diminuição do público presente e credenciante, ficando as licitantes mais afeitas a acompanhar, em tempo real, as sessões pelo link de transmissão.

- Uso diário e conjunto dos aplicativos Trello, Google Drive e SEI Mobile.

Impacto: Interno - melhora na comunicação assíncrona, considerando que a COLIC conta com 1 teletrabalhador. Assim, todos tem acesso aos prazos (internos e externos) e as ações que precisam ser implementadas para a conclusão dos atos nos processos administrativos e licitatórios; e, Externo - diminuição do tempo de análise dos processos em fase interna, retorno mais dinâmico entre os setores de compras e, para os processos em fase externa, redução do tempo de envio de documentos para análise e celeridade em sessões presenciais.

- Acuidade às alterações legislativas e normativas para compras públicas que vêm sendo publicadas desde 2019 que estão a provocar mudanças substanciais na forma e transparência com o que se faz com as aquisições de bens e serviços.

Impacto: elaborações de regulamentação interna no TJAM, como a Resolução 25/2019 (decorrente do Decreto Federal 10.024/2019). No ano de 2021, em razão da Resolução nº 347 do CNJ, a COLIC alertou para necessidade de publicação do Plano Anual de Contratações deste Poder. Além do Decreto Estadual nº 47.133/2023 (decorrente da Lei Federal 14.133/2021).

- Método de trabalho padrão definido para abertura de processos de apuração de responsabilidade em desfavor de licitantes que cometeram infrações administrativas nos pregões eletrônicos.

Impacto: ainda não é possível aferir o impacto estatístico, contudo observou-se que a postura das licitantes veio se alterando ainda no ano de 2023, deixando a postura negligente que era praxe e procurando estar presente e justificar-se em sessão. Fatos assim, trazem mais celeridade ao certame e transparência na sessão pública.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO AMAZONAS

A Escola Superior da Magistratura do Amazonas – ESMAM, no exercício de suas competências, ao longo do ano de 2023 realizou diversas atividades (técnicas e pedagógicas) sempre voltadas para o aperfeiçoamento e atualização tanto para magistrados, como também, para demais operadores do direito e público em geral.

As atividades desenvolvidas no período de janeiro a dezembro de 2023 se dividiram em atividades em EAD, on-line utilizando as mídias sociais da ESMAM e atividades presenciais realizadas para capacitação e aperfeiçoamentos de magistrados, colaboradores do Poder Judiciário e da sociedade em geral.

CURSOS CREDENCIADOS PELA ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS MAGISTRADOS – ENFAM

1. Curso Racismo, Justiça Criminal e sistema prisional

Realizado no período de 27 a 31 de março de 2023, com carga horária de 20h na modalidade online (síncrono) via plataforma Zoom. O curso abordou temáticas relacionadas à evolução social do racismo estrutural, ordem jurídica, a discriminação racial e o sistema penal; Cotas raciais no ordenamento jurídico brasileiro; A judicialização do racismo e estudos de caso e Sistema prisional e racismo. Abordando questões raciais presentes no sistema Jurídico com o objetivo de capacitar magistrados e demais operadores do Direito.

Docentes: Dr. Romulo Garcia, Fábio Olintho, Luciana dos Santos, Luciano Goes, Simone Henrique, Marcelo Cruz de Oliveira, Edson Rosas e Fábio Lopes Alfaia.

Magistrados Inscritos: 18

Magistrados certificados: 9



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Link: [ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS | ESMAM lança curso sobre “Racismo, Justiça Criminal e Sistema Prisional” - TJAM](#)

2. O Poder Judiciário e o Direito dos Povos Indígenas, um diálogo entre Amazonas e Roraima

Entre os meses de maio, junho e julho a Esmam promoveu o Curso O Poder Judiciário e o Direito dos Povos Indígenas, com carga horária de 50h/aula. Com o público-alvo: Magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas e Roraima. A Juíza Andrea Jane atuou como instrutora do curso que compreende a formação continuada voltado para a compreensão multidimensional e transdisciplinar dos direitos dos povos indígenas, com o objetivo de capacitar os magistrados e servidores para atuar nas demandas indígenas em suas diversas especificidades humanas e culturais. Como justificativa, o curso busca ainda o aprofundamento sobre o tema, visto a falta de estudos sobre o direito indígena na graduação e a pouca exigência do tema nos cursos de ingresso da magistratura.

Docentes: Bárbara Daniella Lago Modernell, Caroline Barbosa Contente Nogueira, André Augusto Salvador Bezerra, Tulio De Oliveira Dorinho, Bárbara Nogueira Marinho, Erick Linhares, Edson Damas, Luciane Ouriques Ferreira, Nara Pinheiro Reis, Andrea Jane Silva De Medeiros, Silvia Maria Da Silveira, Patrícia Macedo De Campos E Maria Da Graça Giulietta Starling

Realizado no período de maio a junho de 2023, com carga horária de 50h, na modalidade a distância com encontros online (síncrono) via plataforma Zoom.

Magistrados Inscritos: 29

Magistrados certificados: 14

Link: [ESMAM promove curso de formação continuada sobre direitos dos povos indígenas no Brasil - TJAM](#)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

3. Gênero, Patriarcado e Direito das Mulheres

O curso realizado teve por objetivo reconhecer como os estereótipos e preconceitos de gênero levam à violência contra mulheres, compreendendo as formas adequadas de atuação com a aplicação dos protocolos para Julgamento com Perspectiva de Gênero e alinhados às normas internacionais e nacionais que tratam de direitos humanos das mulheres objetivando eliminar fatores que levem à revitimização para decidir com segurança jurídica as medidas de proteção e assistência.

Docentes: Alichelly Carina Macedo Ventura, Ana Cristina de Freitas Mota, Ana Luisa Schmidt Ramos, Clarissa Ribeiro Lino, Débora Cristina Pereira Mafra, Elza Vitória de Sá Peixoto De Mello, Franciélis Ferreira Vargas, Karla Cristina da Silva Sousa, Larissa Padilha Roriz Penha, Paula Monteiro Danese, Scarlet Braga Barbosa Viana, Thimotie Aragon Heemann.

Realizado no período de 05 de junho a 17 de julho, com carga horária: 40h, na modalidade a distância com encontros online (síncrono) via plataforma Zoom.

Magistrados Inscritos: 11

Magistrados certificados: 8

Link: [ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS| Esmam lança o curso sobre “Gênero, Patriarcado e Direito das Mulheres” - TJAM](#)

4. Direito da Infância e Juventude: aspectos práticos da jurisdição protetiva e infracional

Com o intuito de oferecer atualização para a prática dos magistrados, o curso apresentou aspectos relevantes acerca da garantia dos Direitos da Infância e Juventude não apenas para Magistrados, mas também para servidores que trabalham diretamente com os juízes



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

e atuam na área da infância e juventude.

Docentes: Iberê de Castro Dias, Luciana Pereira Grumbach Carvalho, Helom César da Silva Nunes, Rebeca de Mendonça Lima, Hugo Gomes Zaher

Realizado no período: 06 de junho a 07 de julho, com carga horária de 30 horas, na modalidade semipresencial.

Magistrados Inscritos: 16

Magistrados certificados: 7

Link: [|ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS| ESMAM promove curso sobre “Direito da Infância e Juventude: aspectos práticos da jurisdição protetiva e infracional” - TJAM](#)

5. Neurociência e Tomada de Decisão Judicial

Curso credenciado pela Enfam, aborda as temáticas de anatomia, funcionamento e percepção do cérebro, além de consciência, livre-arbítrio e memória, entre outros. As unidades temáticas buscam oferecer uma compreensão do funcionamento do cérebro no processo de tomada de decisão, e , no exercício da jurisdição para enfrentar com maior suporte os vieses e os erros de julgamento.

Docentes: Rosivaldo Toscano dos Santos Júnior

Carga Horária: 30h/aula

Modalidade: Online com aulas síncronas

Período: 26 de outubro a 26 de novembro

Magistrados Inscritos: 4

Magistrados certificados: 1

Link: [Abertas as inscrições para o curso “Neurociências e Tomada de Decisão Judicial” - TJAM](#)

CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE FORMADORES

Ofertado pela Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM), em parceria com a



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), os cursos de Formação de Formadores (FOFO) são ações desenvolvidas com enfoque na Formação de Magistrados para Docência.

1. Curso de Formação de Formadores Nível 1 Módulo 1 - Desenvolvimento de Competência para Docência

Trata-se de um curso que tem como objetivo preparar formadores para que esses possam formar juízes e servidores, buscando melhorar o atendimento e a qualidade da prestação jurisdicional. A formação de formadores é uma importante iniciativa da ENFAM que tem como objetivo capacitar magistrados e servidores para planejar e executar ações de formação e aperfeiçoamento dos juízes. Ao desenvolver habilidades pedagógicas, os participantes são capacitados a multiplicar o conhecimento adquirido, promovendo uma cultura de aprendizado contínuo na magistratura.

Realizado de 15 a 17 de março de 2023, com carga horária de 24 horas, na modalidade presencial o curso é voltado para magistrados do TJAM e membros de outras instituições, e busca a qualificação pedagógica dos docentes que atuam nas Escolas Judiciais e de Magistratura.

Docentes: Erisevelton Silva Lima e José Henrique Rodrigues Torres

Magistrados Inscritos: 19

Magistrados certificados: 16

Link: [ESMAM inicia mais um curso de Formação de Formadores em parceria com a ENFAM - TJAM](#)

2. Curso de Formação de Formadores Nível 1 Módulo 2 - Desenvolvimento de Competência para Docência

O Nível 1, Módulo 2, do curso de Formação de Formadores constitui a segunda etapa do Programa de Formação Docente, fixado como uma das metas da Escola Nacional de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), de qualificação pedagógica dos docentes que atuam no âmbito das Escolas Judiciais e de Magistratura. O curso tem a finalidade de oferecer subsídios para a atuação docente, considerando as peculiaridades de seu público e o impacto prático das ações de aprendizagem no cotidiano da profissão.

Realizado no período de 10 de abril a 07 de maio de 2023, com encontros síncronos nos dias 12, 20 e 28 de abril de 2023. Na modalidade EaD com encontros síncronos através das plataformas Moodle e Zoom, tendo carga horária de 40h/aula.

Docentes: Erisevelton Silva Lima

Magistrados Inscritos: 20

Magistrados certificados: 16 (1 desembargador)

Link: [ESMAM lança segundo nível do curso de Formação de Formadores em parceria com a ENFAM - TJAM](#)

3. Curso de Formação de Formadores Nível 1 Módulo 3 - Desenvolvimento de Competência para Docência

Neste módulo serão trabalhados conteúdos e práticas que possibilitem o aprofundamento e a consolidação das aprendizagens ocorridas nos módulos (1 e 2), de modo que o futuro docente terá ao seu dispor a oportunidade de construir seu portfólio de técnicas de ensino e de estratégias de avaliação, tão indispensáveis para a solidez da prática docente.

Docentes: Fábio Póvoa e Erisevelton Silva Lima

Magistrados Inscritos: 15

Magistrados certificados: 15

Link: [ESMAM inicia terceira etapa do curso de Formação para Formadores em parceria com a ENFAM - TJAM](#)

4. Curso de Formação de Formadores Nível 2 - Novas ferramentas tecnológicas para o Ensino Híbrido - FOFO N2



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

O curso de Formação de Formadores (FOFO) busca desenvolver as competências de magistrados e servidores que atuam no planejamento e na execução de ações de formação e planejamento dos juízes. O FOFO N2 apresenta como tema as ferramentas tecnológicas para o ensino híbrido e abordou temas como ensino remoto, planejamento, métodos ativos em aulas telepresenciais, novas ferramentas tecnológicas e avaliação. Visto que a região norte possui características atípicas, o ensino híbrido tornou-se cotidiano sendo intensificado com a pandemia. E com os avanços tecnológicos, a formação nas ferramentas tecnológicas é indispensável.

Docentes: Vladimir Vitovsky e Fernando Dias

Carga Horária: 30h

Magistrados Inscritos: 13

Magistrados certificados: 11

Link: [ESMAM inicia terceira etapa do curso de Formação para Formadores em parceria com a ENFAM - TJAM](#)

5. I Encontro Acadêmico da ESMAM

O evento que marcou o encerramento do ano letivo da Escola da Magistratura do Amazonas, trouxe um leque de assuntos para o debate, dentre os quais se destacam a: discriminação do porte de drogas, publicidade opressiva e sua influência nos julgamentos dos processos criminais, violência digital e legalização do aborto. O evento foi realizado no dia 11 de dezembro de 2023, sendo realizado na modalidade presencial no turno matutino e vespertino.

Além dos debates que promovem um aprimoramento constante dos magistrados, e da busca por uma melhoria da prestação jurisdicional, o evento destacou projetos que trouxeram a comunidade acadêmica e os alunos para perto do judiciário ampliando a transparência e funcionamento do judiciário amazonense.

Carga Horária: 30h

Magistrados Inscritos: 5

Magistrados certificados: 39 (1 desembargador)

Link: [“1.º Encontro Acadêmico de Magistrados” debate assuntos de grande relevância para a magistratura contemporânea - TJAM](#)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

CURSOS E EVENTOS FORMATIVOS

1. Aula Magna - Abertura do ano letivo da ESMAM

A abertura do Ano letivo da ESMAM ocorreu no dia 02 de março de 2023, na modalidade presencial com transmissão pelo canal do YouTube da ESMAM. O primeiro tema teve como palestrante a Ministra do STF Cármen Lúcia Antunes Rocha por videoconferência com a temática: “O futuro do país e as instituições democráticas”. A palestra intitulada: “Desafio da Magistratura no século XXI” foi ministrada pela Profa. Dra. Maria Tereza Sadek e “Constitucionalismo e Democracia”, ministrado pelo Prof. Dr. Georges Abboud. Promovendo um debate sobre a atuação do Judiciário em uma sociedade que cada vez mais enfrenta desafios diários impostos pela velocidade dos fatos, a tensão entre democracia e constitucionalismo no atual Estado Democrático de Direito.

Carga Horária: 3h

Magistrados Inscritos: 23

Magistrados certificados: 07

Link: [Aula Magna 2023 da ESMAM será sobre os desafios da magistratura contemporânea - TJAM](#)

2. Curso de Atualização em Audiência de Custódia

Realizado nos dias 23 e 24 de março de 2023, das 9h às 18h, de forma presencial, no auditório do Centro Administrativo do TJAM e voltado para magistrados com atuação criminal, servidores e atores do sistema de justiça o curso foi realizado em parceria com a Secretaria de Audiência de Custódia do TJAM e o Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça. Os temas abordados foram: Controle da legalidade da prisão e prevenção e combate à tortura; Proteção Social e Saúde Mental na Audiência de Custódia: princípios humanitários, acolhimento e experiências; Proteção Social e Povos Indígenas e Sistema Interamericano e os avanços e desafios das Audiências de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Custódia no Brasil. Participaram dos painéis representantes do Ministério Público do Amazonas, da Defensoria Pública do Amazonas, OAB/AM, Juízes do TJAM, TJAC, TJMG, e Representantes do CNJ e PNUD.

Carga Horária: 12h

Magistrados Inscritos: 44

Magistrados certificados: 30

Link: [ESMAM, TJAM e CNJ lançam curso sobre Audiência de Custódia](#)

3. Seminário Reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais - Resolução 484/22 CNJ

Realizado no dia 14 de abril de 2023 com carga horária de 3h, na modalidade presencial com transmissão pelo youtube. Teve por objetivo abordar algumas questões relacionadas à utilização de técnicas de reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais, possíveis após a aprovação da Resolução nº 484/22, com o intuito de evitar erros judiciais que possam ocorrer em decorrências de identificações equivocadas. O ministro Rogerio Schietti e o conselheiro Mauro Martins estiveram palestrando no Seminário.

Carga Horária: 3h

Magistrados Inscritos: 18

Magistrados certificados: 5

Link: [\[ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS\] ESMAM promove seminário sobre “Reconhecimento de pessoas em procedimentos e processos criminais - Resolução 484/22 CNJ” - TJAM](#)

4. Lançamento: Protocolo Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao enfrentamento da violência doméstica praticada contra magistradas e servidoras do TJAM

O protocolo atende às diretrizes da Recomendação nº 102/2021, do CNJ, que indica a necessidade de adoção, pelas Cortes Estaduais, de medidas voltadas ao



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

enfrentamento à violência doméstica que venha ser praticada contra magistradas e servidoras. O evento foi realizado pela Comissão Permanente de Segurança Institucional e a Ouvidoria da Mulher, do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM).

Carga Horária: 3h

Link: Lançamento do “Protocolo Integrado de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica” acontece nesta quarta-feira (22) - TJAM

5. Curso de Aperfeiçoamento em Direito do Consumidor

Curso realizado nos dias 18 e 19 de abril de 2023, na modalidade online voltado para magistrados. O curso de aperfeiçoamento tem por objetivo o aprofundamento no estudo, pesquisa e debate, em nível de aperfeiçoamento do Direito do Consumidor, abrangendo seus aspectos doutrinários de grande interesse e relevância, questões práticas e processuais fundamentais ao seu pleno entendimento.

Carga Horária: 8h

Magistrados Inscritos: 29

Magistrados certificados: 24

Link: ESMAM promove curso de Aperfeiçoamento em Direito do Consumidor - TJAM

6. Seminário: Assédio Moral, Sexual e Discriminação

Ocorreu nos dias 04 e 05 de maio de 2023, na modalidade presencial. Com a aprovação da Resolução nº 351/2020, que institui a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da discriminação no Âmbito do Poder Judiciário. A proposta da Resolução é viabilizar a prevenção e o combate ao assédio e à discriminação. Não há um caráter exclusivamente repressivo e punitivo, primando pela prevenção às práticas de assédio e de discriminação. O Objetivo é formar um núcleo de acolhimento, facilitando o acesso à administração do Tribunal, possibilitando diálogo para a prevenção e o combate ao assédio e à discriminação.

Docente: Dra. Luciana Nasser, Dra. Fabíola Salmito, Dra. Graça Prola, Dr. Sandra Nahmias, Wiulla Inácia Alves, Pedro Gadelha, Blenda Shelita Abrahão.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Mediação: Saulo Goes Pinto

Carga Horária: 3h

Magistrados Inscritos: 8

Magistrados certificados: 5

Link: [|ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS| Esmam lança curso sobre “Assédio Moral, Sexual e Discriminação” - TJAM](#)

7. Curso - Processo Legislativo Constitucional

O curso busca atender às metas apresentadas pela resolução Enfam nº 2/2018. art. 9º, III, de profissionalizar 50% dos formadores atuantes nos cursos de formação inicial e de formação continuada, na modalidade presencial.

Docentes: Professor Rafael Lins Bertazzo, procurador do Estado do Amazonas.

Mediador: Juiz Leonardo Mattedi Matarangas.

Carga Horária: 4h

Magistrados Inscritos: 04

Magistrados certificados: 02

Link: [|ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS| ESMAM promove curso sobre “Processo Legislativo Constitucional” - TJAM](#)

8. Tribuna Jurídica - Tráfico de Pessoas

Realizada no dia 09 de maio de 2023 com carga horária de 3h na modalidade presencial com transmissão pelo YouTube. A Juíza Anagali Bertazzo esteve presente como mediadora e como debatedora a Dra. Leticia Prado, também a Dra. Márcia Maria e o Dr. Messi Elmer Vasconcelos. O tema escolhido para esta tribuna jurídica vem em atendimento resolução n. 212/2015 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas à exploração do trabalho em condições análogas à de escravo e ao tráfico de pessoas (Fontet), com o objetivo de elaborar estudos e propor



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.

Carga Horária: 3h

Link: [ESMAM lança Tribuna Jurídica sobre o tema “Tráfico de Pessoas” - TJAM](#)

9. Tribuna Jurídica - Resolução 487/2023 do CNJ e a Política Antimanicomial

Realizado no dia 12 de maio, às 14h30, no Auditório do Centro Administrativo, a Tribuna Jurídica abordou a Resolução n. 487/2023 do CNJ, que institui a Política Antimanicomial do Poder Judiciário. O evento aconteceu na modalidade presencial, destinado a magistrados, servidores, rede de apoio e acadêmicos interessados em discutir os procedimentos e diretrizes estabelecidos pela resolução, com carga horária de 3h e reuniu profissionais de saúde, técnicos de instituições especializadas, magistrados e servidores do TJAM. O Tratamento adequado e respeitoso às pessoas com transtorno mental ou deficiência psicossocial no âmbito do processo penal e da execução das medidas de segurança foram temas discutidos no evento. A tribuna teve a participação de juízes do Tribunal, incluindo a juíza coordenadora do Grupo de Trabalho de Saúde Mental do GMF, de representante da Secretaria Municipal de Saúde (Semsu), psicóloga e de um médico psiquiatra.

Carga Horária: 3h

Link: [ESMAM realizará curso sobre Política Antimanicomial do Poder Judiciário - TJAM](#)

10. Dia internacional do Orgulho LGBTQIAPN+

Evento presencial com carga horária de 3h, realizado no dia 28 de junho de 2023 em comemoração ao Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAPN+. Com intuito de aumentar a reflexão acerca dos direitos constitucionais humanos da comunidade. Proporcionando um debate sobre as políticas e diretrizes que foram fundamentais para a comunidade LGBTQIAPN+, necessários para a garantia da cidadania e



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

humanização dessa comunidade, destacando o esforço do judiciário em atender suas demandas. O evento proporcionou a capacitação dos Magistrados e Defensores Públicos ao lidar com casos envolvendo essa comunidade.

Carga Horária: 3h

Link: [ESMAM e ESUDPAM promovem a palestra “Políticas públicas e direitos da população LGBTQIAPN+” - TJAM](#)

11. Seminário Internacional de Justiça Climática

Promovido pela Escola Nacional da Formação de Magistrados (Enfam) em parceria com a Escola Superior da Magistratura do Amazonas, realizado no dia 19 de outubro de 2023, na modalidade presencial. Os painéis discutidos no Seminário tiveram os seguintes temas: Constitucionalismo Regional Transformador, Direitos Humanos e Justiça Climática, Justiça Climática e Sistemas de Justiças: diálogos entre os sistemas regionais europeu, interamericano e o STF, Juízes da Amazônia na tutela ambiental: experiências nacionais e Papel do Judiciário na Governança Climática.

Docentes: Armin Von Bogdandy, Mariela MORALES Antoniazzi, Flávia Piovesan, Cristina Binder, Patrícia Perrone Campos de Mello.

Carga Horária: 8h

Magistrados Inscritos: 04

Magistrados certificados: 01

Link: [Enfam, Esmam e Esmaf promoverão Seminário internacional “Justiça Climática e Direitos Humanos: perspectivas global, regional e local” - TJAM](#)

12. Congresso 35 Anos da Constituição: Atualizações e Debates

Realizado no dia 06 de outubro pela Escola Superior da Magistratura do Amazonas, na modalidade presencial. Teve por objetivo a comemoração dos 35 Anos desde a Constituição de 1988 que após um longo período de ditadura militar que marcou a sociedade pela opressão e censura. Esta constituição é a base do sistema jurídico e político do Brasil e estabelece os princípios fundamentais e as regras para o funcionamento do Estado brasileiro.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Carga Horária: 4h

Link: [ESMAM promove encontro para Celebrar os 35 Anos da Constituição Federal de 1988 - TJAM.](#)

13. Curso de Direito Digital Aplicado

Realizado nos dias 07, 08, 09, 14, 16, 21, 22, 23, 28, 29 e 30 de novembro e 01 de dezembro de 2023, com a oferta de 100 vagas para magistrados e servidores do Tribunal de Justiça. O Direito Digital tem se tornado um campo cada vez mais especializado e relevante no Direito, afetando uma série de disciplinas tradicionais como direito constitucional, direito civil, direito empresarial, direito processual, direito do trabalho, direito internacional, direito concorrencial, direito do consumidor e direito da propriedade intelectual. O curso propõe reposicionar o pensamento jurídico inovador, voltado para as perspectivas globais, brasileiras e comparadas.

Carga Horária: 40h

Magistrados Inscritos: 05

Magistrados certificados: 02

Link: [|ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS| Esmam lança curso “Direito Digital Aplicado” - TJAM](#)

14. Encontro Processo Civil em Debate

Realizado no dia 22 de junho de 2023, contou com a presença do Professor Luiz Guilherme Marinoni, palestrante do evento com o tema: Processo Civil em Debate: A zona de penumbra entre STJ e o STF. O curso é voltado para magistrados e servidores do TJAM, e aborda conceitos sobre atualizações jurisprudenciais no CPC e os aspectos processuais da nova Lei de Improbidade Administrativa, que é provavelmente o código processual mais importante do ordenamento jurídico brasileiro.

Carga Horária: 3h

Magistrados Inscritos: 10

Magistrados certificados: 02

Link: [|Atualização para magistrados| CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - TJAM](#)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

15. Tribuna - Diálogos sobre Dignidade sexual de crianças e Adolescentes

Tribuna realizada no dia 25 de setembro de 2023, na modalidade online por meio da plataforma do ZOOM Meeting. A tribuna busca enfatizar os direitos assegurados à criança, bem como orientar profissionais a não gerar constrangimento, humilhação, manipulação de crianças e adolescentes vítimas de um estupro.

Docentes: Romina Carmen Brito Carvalho, Joyce Coelho Viana, Dinah Câmara Fernandes, Danilo Salles e Heitor Moreira de Oliveira.

Carga Horária: 4h

Link: [ESMAM Promove curso de Capacitação Jurídica para Garantir a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes - TJAM](#)

16. Encontro: Diálogos em Justiça Criminal

Realizado no dia 31 de julho com carga horária de 3h, na modalidade presencial. O evento abordou a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período entre 2021 e 2026, que traz um desafio considerável para a justiça criminal. Teve como objetivo apresentar e discutir as principais modificações legislativas e jurisprudenciais na esfera da justiça criminal, com palestras do Juiz Edson Rosas Neto, Dra. Larissa Camargo, Dra. Lilian Nara Pinheiro, Dr. Fernando Mestrinho e Dra. Ana Elisa Bechara, além de ter como mediador das mesas, o Dr. Charles José Fernandes.

Carga Horária: 3h

Link: [Debate “Diálogos em Justiça Criminal” promovido pela ESMAM reuniu especialistas para discutir mudanças legislativas e jurisprudenciais - TJAM](#)

17. Curso de Atualização em Registros Públicos

Realizado nos dias 15 e 16 de agosto de 2023, na modalidade online com a oferta de 100 vagas para magistrados, servidores e acadêmicos interessados. A justificativa deste curso baseia-se na Resolução N.50. de 26 de junho de 2023 e busca desburocratizar e agilizar os serviços cartorários.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Docentes: Alan Felipe Provin

Carga Horária: 6h

Link: [ESMAM promove curso de Atualização em Registros Públicos - TJAM](#)

18. Curso de Atualização em Direito Sucessório: Inventário

Realizado nos dias 23 e 25 de agosto de 2023, na modalidade online, com oferta de 40 vagas destinadas apenas à magistrados. A realização deste curso justifica-se na necessidade da constante atualização do público-alvo quanto às mudanças legislativas, aos novos entendimentos da jurisprudência e às novas demandas da sociedade contemporânea em matéria sucessória, com repercussão prática direta na vida do jurisdicionado.

Docentes: Rafael Cândido da Silva

Carga Horária: 3h

Magistrados Inscritos: 08

Magistrados certificados: 04

Link: [|ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS| Esmam promove curso sobre “Direito Sucessório - Inventários” - TJAM](#)

19. II Encontro de Acessibilidade

Realizado no dia 21 de setembro de 2023, em parceria com a Escola Judicial do Amazonas, abordou o tema “O protagonismo social da pessoa com deficiência”. O objetivo do evento é propiciar um espaço de discussão e reflexão a respeito da inclusão da pessoa com deficiência, focando em seu protagonismo social e diversos papéis da sociedade.

Docentes: Lêda Maria, Secretária do Estado do Amazonas de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania, Fernanda Mendonça procuradora-geral do Ministério Público de Contas do Amazonas e Catarina França, jornalista e autora do livro “Organizações Inclusivas”.

Carga Horária: 3h

Link: [Estão abertas as inscrições para “II Encontro de Acessibilidade e Inclusão do TJAM”](#)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

20. Encontro Direito e Tecnologia

Realizado no dia 22 de agosto de 2023, na modalidade presencial. Teve como objetivo destacar a relação entre direito e tecnologia, apresentando as ferramentas que podem ser incorporadas à vida do profissional, e os benefícios que esse recurso traz, tendo em vista proporcionar a normatização e regulamentação do uso dos ambientes digitais.

Docentes: Tércio Sampaio, Túlio Dorinho, João Adeodato, Daniel Gehard, Nayara Antunes, Rodrigo Bastos, Ricardo Campos, Bernardo Montalvão.

Carga Horária: 4h

Link: [ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS | Esmam promove encontro sobre “Direito e Tecnologia” - TJAM](#)

21. Congresso de Direito do Consumidor

Em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e realizado no dia 11 de setembro de 2023, na modalidade presencial. O congresso buscou analisar o direito fundamental do consumidor, como também verificar as questões que envolvem, a atual sociedade capitalista e de consumo, análise da conexão existente entre o consumidor e o sistema capitalista de produção.

Docentes: Cláudia Lima Marques, Reginaldo Souza de Oliveira, Dr. Jonny Cleuter Simões Mendonça, Dr. Christiano Pinheiro da Costa, Marcos Dessaune, Rafael Cró, Maurilio Casas Maia, Leonardo Roscoe Bessa, Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa e Rosely de Assis Fernandes

Carga Horária: 3h

Link: [ESMAM em parceria com a OAB-AM e DPE-AM promovem Congresso de Direito do Consumidor - TJAM](#)

22. Novas Técnicas Processuais no Contexto da Magistratura



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

O curso foi ministrado nos dias 04, 11, 18, 25 de outubro e 1º de novembro, na modalidade online com atividades no Ambiente Virtual da ESMAM. O intuito de sua promoção é aprimorar as habilidades e conhecimentos das novas técnicas processuais no contexto da Magistratura” para assim enriquecer o repertório dos magistrados assim como dos operadores do Direito, mantendo-os atualizados quanto às mudanças legais e auxiliando na melhoria da eficácia de suas decisões judiciais, contribuindo para a eficiência do sistema legal.

Docentes: Edilson Vitorelli Diniz Lima, Sérgio Cruz Arenhart, Antonio do Passo Cabral, Fernanda Rocha David, Marcelo Leite da Silva Mazzola, Juliana Justo Botelho Castello, Leandro Fernandez Teixeira, Caio Watkins, Vitor Lia de Paula Ramos, Robson Renault Godinho.

Carga Horária: 20h

Magistrados Inscritos: 9

Magistrados certificados: 6

Link: [ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS| ESMAM promove curso "Novas Técnicas Processuais no Contexto da Magistratura" - TJAM](#)

23. Oficina de Texto Acadêmico e Pesquisa Jurídica

O curso de “Oficina de Texto Acadêmico e Pesquisa Jurídica” parte da premissa de que a escrita acadêmica envolve um processo desafiador, mas que este processo pode ser mais fluido do que se imagina, a partir de escolhas teóricas e metodológicas conscientes e adequadas ao contexto do (a) mestrando (a). Assim, a ideia é partilhar e trocar experiências sobre como produzir pesquisas jurídicas de qualidade em uma perspectiva ética, humanista e interdisciplinar”.

Docentes: Linara Oeiras Assunção

Carga Horária: h

Magistrados Inscritos: 15

Magistrados certificados: 12

Link: [Esmam realizará “Oficina de Texto Acadêmico e Pesquisa Jurídica” - TJAM](#)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

24. Oficina Elaboração de Projeto de Pesquisa

Realizado nos dias 17, 19, 21, 25 e 27 de julho de 2023. Com a oficina é possível aprimorar a habilidade de elaboração de projeto de pesquisa com foco na pesquisa jurídica é o objetivo central da oficina, assim como dirimir dúvidas referentes ao processo de estruturação e organização de um projeto de pesquisa, trabalhando cada elemento do projeto separadamente, consultar e debater sobre trabalhos de pesquisa realizados na esfera acadêmica jurídica, refletindo sobre essas produções e estabelecendo com elas um diálogo que auxilie na formulação de uma proposta de pesquisa além de aparelhar os alunos na normalização técnica exigida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ao projeto de pesquisa.

Docentes: Linara Oeiras Assunção

Carga Horária: 20h

Magistrados Inscritos: 15

Magistrados certificados: 12

Link: [Esmam promove oficina sobre “Elaboração de Projeto de Pesquisa” - TJAM](#)

25. Elaboração de Projeto de Pesquisa Módulo II

Realizado nos dias 28 e 29 de setembro de 2023, na modalidade online. A elaboração de um projeto de pesquisa - módulo II vem dá continuidade ao curso elaboração de projeto de pesquisa - módulo I que indica para o pesquisador (ou para as instituições às quais se encaminha o projeto) quais são os aspectos e questões estabelecidos em relação à investigação de um determinado tema com uma temática continuada e cada vez mais profunda.

Docentes: Linara Oeiras Assunção

Carga Horária: 8h

Link: [Esmam promove Oficina Elaboração de Projeto de Pesquisa Módulo II](#)

26. Oficina NATJUS

Realizado no dia 18 de julho de 2023 na modalidade presencial com a parceria do



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Ministério da Saúde e Hospital Sírio-Libanês. A Oficina Regional é uma ação prática do projeto “Apoio técnico-científico à tomada de decisão judicial em Saúde no Brasil”, lançado e coordenado pelo CNJ em parceria com o Hospital Sírio-Libanês. Essa parceria entre o Ministério da Saúde e o CNJ vem trazendo muitos frutos para o Brasil como um todo e para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Carga Horária: 8h

Magistrados Inscritos: 5

Magistrados certificados: 5

Link: [Esmam recebe “Oficina Regional do NatJus”, parceria entre o Poder Judiciário, Ministério da Saúde e Hospital Sírio-Libanês - TJAM](#)

27. Processamento e julgamento de crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens

O curso realizado nos dias 20, 21, 22 e 23 de junho de 2023, em parceria da ESMAM e Escola Judiciária Eleitoral do TRE-AM, tem como objetivo instruir sobre a forma de processamento e julgamento dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores de que tratam a Lei n. 9.613/1998, quando conexos aos crimes eleitorais, em especial o art. 350 do Código Eleitoral, esclarecer os paradigmas fixados pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do quarto agravo regimental no INQ n. 4435/DF, apontar possíveis formas de valoração das ações criminais das hipóteses acima delineadas e debater de forma minuciosa os aspectos materiais e processuais dos crimes de lavagem ou ocultação de capitais, apontando inclusive a utilização de criptoativos.

Docente: Dra. Aline Kelly Ribeiro

Carga Horária: 12h

Link: [Esmam e a Escola Judiciária Eleitoral do TRE-AM promovem curso sobre “Processamento e julgamento de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores na justiça eleitoral](#)

28. Ações Afirmativas no Direito Eleitoral

Realizado nos dias 23, 24, 25 e 26 de maio de 2023. O curso teve o intuito de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

capacitar e atualizar integrantes de órgãos públicos que se relacionem com o Direito Eleitoral, discorrendo sobre as principais políticas afirmativas existentes no Direito Eleitoral Brasileiro abrangendo questões de gênero, raça e acessibilidade.

Docente: Dr. Walber Sousa Oliveira e Dra. Juliana Rodrigues Freitas

Carga Horária: 12h

Link: Esmam e a Escola Judiciária Eleitoral do TRE/AM promovem curso sobre "Ações Afirmativas no Direito Eleitoral" - TJAM

WEBINÁRIOS

1. Acessibilidade e Inclusão no Poder Judiciário

Webinário realizado no dia 18 de maio de 2023, na modalidade online pela plataforma do Zoom, com certificação de 4h complementares. O Seminário online abordou questões importantes relacionadas à inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Pois, não requer apenas acessibilidade de locomoção, mas também aceitação social e a garantia de que ela ocorra para eliminar barreiras, sejam elas arquitetônicas, tecnológicas, atitudinais ou de comunicação, a fim de possibilitar a inclusão plena desses indivíduos, sejam eles magistrados, magistradas, servidores, servidoras, advogados, advogadas, partes ou testemunhas. Teve por objetivo promover a reflexão crítica sobre políticas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência no Poder Judiciário, possibilitando que os sujeitos conheçam aspectos históricos e conceituais a partir da identificação de políticas como direito humano.

Carga Horária: 4h

Link: Diretrizes de acessibilidade e inclusão serão debatidos em Webinar sobre "Acessibilidade e Inclusão no Poder Judiciário" - TJAM

2. Liberdade Religiosa e combate a intolerância

Realizado no dia 11 de maio de 2023, com certificação de 4h complementares. A transmissão foi realizada por meio da plataforma Zoom. A capacitação cumpre ação



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

prevista na Política Nacional de Promoção à Liberdade Religiosa e Combate à Intolerância no âmbito do Poder Judiciário Brasileiro, instituída pela Resolução 440/2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), diante da necessidade de se enfrentar o fenômeno da intolerância religiosa. O webinar teve como objetivo, promover um debate e ações de incentivo à tolerância religiosa e ao pluralismo religioso.

Mediadores: Fabio Olintho e Maria das Graças Starling

Palestrantes: Fanuel Santos De Souza, Arnaldo Huff Júnior, Ilzver de Matos Oliveira e Yago Martins.

Carga Horária: 4h

Link: [Esmam realizará Webinar “Liberdade Religiosa - Combate à intolerância à luz da Resolução 440/2022 do CNJ” - TJAM](#)

3. Regularização Fundiária

Realizado no dia 20 de abril de 2023, com certificação de 4h. O Webinar contou com a participação de renomados profissionais como: Juliana Follmer, Allan Porvin e Carlos Eduardo Elias de Oliveira e como mediador atuou o juiz de direito do TJAM Igor de Carvalho Leal Campagnolli. O Webinar Regularização Fundiária foi organizado para fornecer atualizações sobre as questões fundiárias que é uma política governamental que objetiva oferecer proteção jurídica para imóveis em áreas rurais, com a finalidade de reduzir conflitos e garantir medidas ambientais e sociais.

Carga Horária: 3h

Link: [|ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS| ESMAM promoverá webinar sobre Regularização Fundiária - TJAM](#)

4. Limites e possibilidades da aplicação da inteligência artificial nos tribunais

Evento realizado no dia 16 de março de 2023, com carga horária de 3h, abriu um debate acerca da Inteligência Artificial (IA), que vem ganhando espaço nos ambientes mais diversificados. Apesar da IA ter ganhado bastante notoriedade recentemente



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

com um grande número de aplicações comerciais, ela não é um campo de estudo novo. Por meio da IA, um programa de computador adquire a capacidade de melhorar sua performance em determinada tarefa com base na experiência em executá-la. Isso é conhecido como Aprendizado de Máquina. O intuito da capacitação de magistrados e servidores do tribunal de justiça a respeito da IA, é justamente incentivar o uso e promover produtividade, busca por inovação e melhorar a qualidade dos serviços ofertados.

Link: [ESMAM promoverá seminário on-line sobre “Limites e possibilidades da aplicação de inteligência artificial nos tribunais” - TJAM](#)

5. Cooperação Judiciária

Em cumprimento à Resolução n.º 350/2020 do Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal de Justiça do Amazonas criou o Núcleo de Cooperação Judiciária, conforme as Portarias nº 132, de 19/01/2021 - TJAM e 1.493 de 25/08/2021 - TJAM. Estabelece diretrizes e procedimentos sobre a cooperação judiciária nacional entre os órgãos do Poder Judiciário e outras instituições e entidades, e dá outras providências. DJe/CNJ nº 349/2020, de 29 de outubro de 2020, p. 8-15.

As palestras ministradas foram: “O compartilhamento de competência por cooperação judiciária”, “Compartilhamento de competências por cooperação e delegação: a atuação coordenada dos juízes” e “A prática da Cooperação Interinstitucional na Amazônia: inovação e acesso à Justiça”. Evento realizado no dia 25 de julho de 2023 com carga horária de 3h.

Palestrantes: Nilsiton Aragão, Antônio do Passo Cabral e Elayne Cantuária

Mediador(a): Barbara Marinho Nogueira

Link: [Esmam promove Webinário “Cooperação Judiciária” que discutirá o trabalho em conjunto dos órgãos do Poder Judiciário e outras instituições - TJAM](#)

6. Filosofia e História do Direito

O webinário tem como objetivo contribuir para que os magistrados e servidores



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

possam aperfeiçoar o seu conhecimento técnico-jurídico através da perspectiva crítica da filosofia e da história do direito, imprescindível para a aplicação das normas do sistema jurídico do estado democrático do direito, esquadriando a evolução de um determinado direito, fornecendo ao direito atual a compreensão dos fatos, esclarecendo dúvidas, afastando imprecisões, ajudando a aprimorar os sentidos, explorando suas bases de fundo, até alcançar a razão, projetar o motivo ou causa de um problema que nos afeta ainda hoje, buscando solucionar através de uma simples observação.

As palestras ministradas tiveram os seguintes temas: “O problema da verdade do Direito”, “Coerência e Integridade do direito no pensamento de Dworkin” e “Da retórica dos meios de comunicação à retórica jurídica”.

Palestrantes: João Maurício Leitão Adeodato, Ronaldo Porto Macedo Júnior, Bernardo Montalvão Varjão de Azevedo.

Mediadora: Dra. Juliana Arrais Mousinho

Link: [ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS | Esmam lança o Webinar “Filosofia e História do Direito” - TJAM](#)

7. Análise Econômica do Direito

Realizado no dia 31 de agosto de 2023, voltado para magistrados, servidores e acadêmicos. O intuito do Webinar é analisar e fornecer um terreno fértil para uma discussão mais técnica de proposições legislativas e políticas públicas em geral, como também verificar as inovações ou alterações de ordenação jurídica visando maximizar o bem-estar da sociedade e provocando um aumento da eficiência.

Docentes: Luciano Benetti Timm

Mediação: Ida Maria Costa de Andrade

Carga Horária: 3h

Link: [ESMAM promove webinar para explorar a integração entre Direito e Economia na 'Análise Econômica do Direito' - TJAM.](#)

8. Português Jurídico

O domínio da Língua Portuguesa para os operadores do Direito, é imprescindível.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Logo, o webinar demonstra o correto funcionamento da língua portuguesa dentro do ordenamento jurídico, um conhecimento profundo das regras gramaticais para escrever e interpretar as normas jurídicas.

Palestrantes: Nelson Carlos Tavares Junior e João Gabriel Cirelli Medeiros

Link: [ESMAM promove Webinar sobre Português Jurídico - TJAM](#)

9. Controle de Convencionalidade

O Plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante a 61ª Sessão Extraordinária, no dia 14/12/2021, decidiu recomendar a todos os órgãos do Poder Judiciário que observem os tratados e convenções internacionais de direitos humanos, bem como utilizem a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) – Recomendação CNJ nº 123/2022. O Webinar foi realizado no dia 03 de agosto com a mediação da Desembargadora Carla Reis e palestrante Flávia Piovesan.

Link: [Webinário “Controle de Convencionalidade” será promovido pela Esmam no mês de agosto - TJAM](#)

10. Novos Paradigmas do Direito Civil Brasileiro

O webinar realizado no dia 14 de junho de 2023, contou com palestras com as seguintes temáticas: “Capacidade Jurídica e Metaverso: Homus Digitalis”, “O projeto do novo código empresarial” e “O CDC na jurisprudência do STF: entre passos e contrapassos”, abordando Direito Empresarial e Direito do Consumidor. Os novos paradigmas do Direito Civil brasileiro representam uma mudança significativa na forma como o sistema jurídico lida com as relações privadas e a proteção dos direitos individuais. Esses paradigmas emergem como resposta às transformações sociais, tecnológicas e culturais da contemporaneidade, buscando promover maior justiça, equidade e efetividade nas relações civis.

Mediação: Juliana Arrais Mousinho e Juline Rossendy Rosa Neres

Palestrantes: Everilda Brandão Guilhermino, Adriana Valéria Pugliesi e Felipe Peixoto Braga Netto.

Link: [Esmam promove em junho o webinar “Novos Paradigmas do Direito Civil Brasileiro” - TJAM](#)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

11. Arbitragem e o Poder Judiciário

Realizado no dia 15 de junho de 2023, tendo como público alvo magistrados e servidores do Tribunal de Justiça do Amazonas e servirá para analisar a intervenção entre papéis do poder judiciário no decorrer da arbitragem. E tem por objetivo assimilar a exegese da arbitragem no direito brasileiro, por meio da análise da Lei de Arbitragem, em sua versão de 2015, em conformidade com dispositivos estabelecidos pelo Novo CPC. Os temas abordados em palestras foram os seguintes: “Pontos de Contato”, “Competência-competência e Tutela de Urgência”, “Controle Judicial da sentença arbitral”, “Cooperação Arbitragem-Judiciário” e “Arbitragem e Administração Pública”.

Mediação: Luiziana Teles Feitosa Anacleto

Palestrantes: Daniel Nogueira, Flávio Yarshell, Andréa Palma e Ricardo Aprigliano

Link: Webinário sobre Arbitragem e o Poder Judiciário será ministrado na Esmam - TJAM

12. Painéis de Business Intelligence do TJAM: Gerenciamento para alcance das metas judiciais

Realizado no dia 05 de junho de 2023 na modalidade online. O encontro buscou apresentar os painéis de business Intelligence do TJAM, de forma que propicie o gerenciamento da Vara para otimizar a produtividade das unidades judiciárias.

Palestrantes: Igor de Carvalho Leal Campagnolli, José Edson Ferreira Junior,

Carga Horária: 10h

Magistrados Inscritos: 10

Magistrados certificados: 6

Link: ATUALIZAÇÃO PARA MAGISTRADOS | Webinário “Painéis de Business Intelligence do TJAM – Gerenciamento para alcance das metas judiciais”



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

PROJETOS E OUTRAS AÇÕES EDUCACIONAIS

1. Projeto Portas Abertas

O projeto Portas abertas realizou 30 edições durante o ano de 2023 com a participação de 615 graduandos do curso de direito entre 1º e 3º período em mais de 10 faculdades da cidade de Manaus. O projeto busca aproximar a comunidade acadêmica do funcionamento do Poder Judiciário. Por meio de uma visita imersiva em locais pontuais como: Tribunal do Júri, Audiência de Custódia, Sessão das Câmaras Reunidas, etc. apresentar os ambientes e papéis do poder judiciário. Além de recordar um pouco da história, com a visita ao Centro Memorial e Cultural do Judiciário do Estado do Amazonas (CEMECJAM) Antigo Palácio da Justiça. Além da presença dos graduandos, contamos também com palestras de magistrados e desembargadores do Tribunal de Justiça do Amazonas, para falar um pouco de sua trajetória acadêmica e sua carreira da magistratura.

Carga Horária: 4h

Magistrados participantes: 32

Link: [ESMAM inicia o projeto "Portas Abertas" e aproxima estudantes de Direito do funcionamento prático do Poder Judiciário - TJAM](#)

2. Projeto Gerações

O projeto gerações realizado no ano de 2023, contou com 6 edições e participação de 120 idosos. O projeto contou com a parceria da Fundação Universidade Aberta da Terceira Idade (FUnATI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e o Centro Memorial e Cultural do Judiciário do Estado do Amazonas (CEMECJAM). O projeto tem a finalidade de apresentar a trajetória e os desafios de magistrados e magistradas atuantes do judiciário amazonense, desde o ingresso à carreira da magistratura, ambientes e papéis do poder judiciário para que os idosos tenham uma visão humanizada do judiciário e possam ter a experiência de acompanhar empiricamente o funcionamento da justiça.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Magistrados Participantes: 6

Link: [Esmam lança o projeto “Gerações” em parceria com a Funati - TJAM](#)

3. Projeto de Tradução de Cartazes e CF/88 em Língua Indígena

A Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM), o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) em conjunto com Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com o apoio de organizações indígenas e da sociedade civil, realizou no início do ano o evento de entrega a tradução dos cartazes informativos sobre audiência de custódia, em língua indígena, na cidade de Tabatinga/AM.

Em continuidade às orientações da Resolução CNJ nº 454, de 22 de abril de 2022, que estabelece diretrizes e procedimentos para efetivar a garantia do direito ao acesso ao Judiciário de pessoas e povos indígenas, a ESMAM em parceria com o CNJ realizou o Projeto de Tradução da Constituição Federal em língua Nheengatu.

A tradução da Constituição Federal de 1988 para Nheengatu representou um marco para as línguas indígenas brasileiras e para os povos indígenas em geral, esta ação concreta de garantia e reconhecimento das línguas indígenas de maneira a materializar direitos já existentes e garantir efetivamente a promoção do acesso a direitos.

4. Audiência Pública : Centros Especializados em Atendimento à Vítimas - Sua dor importa

Realizado no dia 18 de abril de 2023, no auditório do Centro Administrativo do TJAM, a audiência pública, intitulada “Sua dor Importa” reuniu 102 pessoas e teve por objetivo ouvir a sociedade a respeito do Atendimento a Vítimas de crimes e Atos Infracionais, em atenção às Resoluções n.º 253/2018 e n.º 386/2021 expedidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM). A audiência pública coordenada pelo GMF/TJAM também contou com a participação de representantes do Ministério Público, Defensoria, da Polícia Civil, do Fórum Municipal de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Link: [Audiência pública intitulada “Sua dor importa” divulga ações que serão realizadas pelo recém-criado Centro de Atendimento a Vítimas de crimes e Atos Infracionais - TJAM](#)

5. V Concurso de Júri Simulado – Desembargador Aristóteles Lima Thury

Após 12 anos desde a última edição do Júri Simulado, a ESMAM realiza a V edição do Júri Simulado com homenagem ao Desembargador Aristóteles Lima Thury que teve uma carreira notável e inúmeras contribuições para o sistema jurídico do Amazonas. A desembargadora Maria das Graças Pessoa da Figueiredo também foi homenageada por ter sido a primeira mulher a presidir um Júri na Comarca de Manaus. O Júri simulado foi realizado entre os dias 16 e 20 de outubro e contou com a participação de 13 faculdades do Amazonas. 39 Juízes estaduais e a participação da Desembargadora Mirza Telma de Oliveira Cunha que atuou durante 10 anos como titular do Tribunal do Júri na Comarca de Manaus e conduziu a última sessão do Júri Simulado que resultou no campeão da V edição do Júri Simulado da ESMAM.

Magistrados Participantes: 39

Link: [Martha Falcão vence o V Concurso de Júri Simulado – Desembargador Aristóteles Lima Thury da ESMAM - TJAM](#)

6. Capacitações Internas - Projeto Político Pedagógico (PPP) e Credenciamento de Cursos

A formação interna possui dois módulos em que o módulo 1 baseia-se na elaboração do Projeto Político - Pedagógico e demais diretrizes educacionais para a escola judicial, e o módulo 2 no Credenciamento de cursos e ações de formação para o poder judiciário. O objetivo geral desta formação é capacitar os servidores da ESMAM para elaboração de planos, projetos e ações de formação em conformidade com os normativos da ENFAM e os recentes avanços educacionais e pedagógicos que envolvem a educação judiciária.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Docentes: Erisevelton Silva Lima

Carga Horária: 3h

Total de Certificados: 28

7. Curso de idiomas: Francês para Magistrados

A primeira turma de francês para magistrados iniciou em 20 de março de 2023, com aulas realizadas todas as segundas e quartas-feiras. O professor é o ex-diretor da Aliança Francesa de Manaus, Claudio Pedro de Alcântara, e o curso é na modalidade online, síncrono. A qualificação para magistrados sobre a língua francesa, pois é a segunda língua estrangeira mais ensinada no mundo em todos os continentes. Além disso, é uma língua da cultura, que permite ver com outros olhos o mundo, comunicando-se com os franceses e falantes da língua em todos os continentes.

Magistrados certificados: 13

Link: [Esmam inicia primeira turma de língua francesa para magistrados - TJAM](#)

8. Medalha do Mérito Acadêmico

Cerimônia realizada no dia 30 de outubro de 2023, com o intuito de homenagear autoridades, professores e servidores. A honraria tem por objetivo o reconhecimento às relevantes contribuições prestadas com excelência na formação educacional, assim como o amparo à construção do saber jurídico, no desenvolvimento da pesquisa científica, bem como na melhoria da prestação jurisdicional.

Link: [ESMAM homenageia com “Medalha do Mérito Acadêmico” autoridades, professores e servidores - TJAM](#)



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

9. Lançamento de Livros - Problemas e Perspectivas do Direito Contemporâneo

Realizado em 14 de fevereiro de 2023, o lançamento da obra Problemas e Perspectivas do Direito Contemporâneo é uma coletânea em homenagem ao Desembargador Flávio Pascarelli aos 15 anos da atuação como Desembargador.

Link: Obra “Problemas e Perspectivas do Direito Contemporâneo – Estudos em homenagem ao Desembargador Flávio Pascarelli” será lançada nesta terça-feira (14) em Manaus - TJAM

10. Lançamento de Livros - Senhora da Justiça

No dia Internacional da mulher, 8 de março de 2023, de autoria da Desembargadora Graça Figueiredo, a Escola Superior da Magistratura do Amazonas realiza sessão de lançamento do Livro “Senhoras da Justiça”. De acordo com a autora, esta 2ª edição do livro conta com a trajetória das Mulheres no Poder Judiciário e na Carreira Jurídica, com destaque também para a presença feminina pioneira em cada Estado Federativo do Brasil.

Link: Esmam promove sessão de lançamento do livro “Senhoras da Justiça”, no Dia Internacional da Mulher - TJAM

11. Lançamento de Livros - Direito Federal Brasileiro

Livro em homenagem aos 15 anos de jurisdição dos Ministros Mauro Campbell Marques, Og Fernandes e Luis Felipe Salomão no STJ. O lançamento do livro ocorreu no dia 21 de agosto no Auditório do Centro Administrativo Desembargador José de Jesus F. Lopes, com a presença do Ministro Mauro Campbell, que representou os dois outros homenageados e co-autores da obra.

Link: “Direito Federal Brasileiro”, livro que homenageia os 15 anos de jurisdição dos ministros Mauro Campbell Marques, Og Fernandes e Luis Felipe Salomão no STJ, é lançado em Manaus em evento organizado pela Esmam - TJAM



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS

A Escola de Aperfeiçoamento do Servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas é a unidade responsável pela capacitação de servidores e servidoras, estagiários e estagiárias, colaboradores e colaboradoras do Poder Judiciário no Amazonas. Tem por missão formar, atualizar e aprimorar de maneira contínua o quadro de servidores do Tribunal de Justiça, para a realização da Justiça com acessibilidade e de forma igualitária à sociedade. Desse modo, a linha mestra de atuação da escola é no sentido de planejar, organizar, supervisionar e executar as ações de capacitação necessárias às áreas de atuação dos servidores e das servidoras do Poder Judiciário, conforme o planejamento estratégico do Tribunal de Justiça do Amazonas e do Conselho Nacional de Justiça.

No ano de 2023, a Escola Judicial realizou 213 eventos acadêmicos de maneira presencial e também on-line. Mais de 1744 horas aulas ministradas, 7.799 certificados expedidos atingindo um total de 3790 alunos, entre público interno e externo, além da entrega dos diplomas de 97 alunos da primeira turma de pós-graduação lato sensu em Poder Judiciário realizada pela EJUD em parceria com a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) para magistrados e servidores do TJAM.

Outra frente de atuação da Escola que teve destaque foi o Programa de Interiorização, que visitou 20 comarcas do Estado. Por meio dele, foi possível levar formação específica para os servidores que atuam no Poder Judiciário nas mais longínquas unidades judiciárias. Além disso, como parte do Programa de Interiorização, o Tribunal de Justiça do Amazonas reuniu, pela primeira vez na história da Corte, representantes de 46 comarcas do interior do Estado, promovendo a troca de informações e experiências entre os gestores no I Encontro de Diretores de Secretaria e Escrivães de Varas de Primeira Entrância.

Em termos de Grandes Eventos, a Escola realizou o II Encontro de Compliance, Integridade e Governança em parceria com a Rede de Governança do Brasil; o programa Café com Gestores em parceria com a Consultoria Singulari; III Simpósio de Serviço Social na área sociojurídica em parceria com o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC); Projeto Trilha da Inovação, em parceria com o Manaus Tech Hub; II Seminário de Justiça Administrativa, além da Formação Continuada para Assessores de Magistrados.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Quanto à migração do sistema de autuação judicial SAJ para o PROJUDI, a EJUD realizou no segundo semestre de 2023 quatro etapas da ação denominada “Trilha da Migração”, que oferece 60h/aula online, complementadas com 12h/aula presenciais, no formato de workshop.

AÇÕES REALIZADAS EM 2023

1. AÇÕES FORMATIVAS REALIZADAS

A) Ações presenciais

MÊS	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	CERTIFICADOS
JANEIRO	CURSO	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES (CFIS)	15
	TREINAMENTO EM SISTEMA	TREINAMENTO EM SISTEMAS SAJ- SG5	9
FEVEREIRO	PALESTRA / LANÇAMENTO DE LIVRO	ABERTURA DO ANO LETIVO DA EJUD	108
	TREINAMENTO EM SISTEMA	TREINAMENTO EM SISTEMAS SAJ- SG5 (EM ATENDIMENTO EXCLUSIVO PARA O GABINETE DA DESEMBARGADORA LUIZA CRISTINA)	10
	CURSO	IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS EM CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS	116
	CURSO	APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO ANUAL ESTRATÉGICO E PLANO DE AÇÃO NA 3ª VARA DA COMARCA DE PARINTINS	4
	CURSO	PROGRAMA DE TREINAMENTO DO COMITÊ DE ATENÇÃO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA	12
MARÇO	CURSO	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES (CFIS)	17



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

	RODA DE CONVERSA	RODA DE CONVERSA INTERNA DO COMITÊ DE PROTEÇÃO DE DADOS	9
	CURSO	IMPLEMENTAÇÃO E APLICAÇÃO PRÁTICA DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS	74
	CURSO	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E PROGRAMA DE INTEGRIDADE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	64
	SEMINÁRIO	SEMINÁRIO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA	18
	CURSO	SEGURANÇA INSTITUCIONAL CRIMES CIBERNÉTICOS	7
MARÇO A MAIO	CURSO	LIBRAS : TURMA BÁSICA	15
	CURSO	LIBRAS : TURMA INTERMEDIÁRIA	8
ABRIL	PALESTRA	ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	34
	MESA DE DEBATES	MESA DE DEBATES EM DIREITO DIGITAL	88
	CURSO	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES (CFIS)	8
	PALESTRA	JUNTOS PELA SEGURANÇA NOS AMBIENTES DE TRABALHO	6
MAIO	PALESTRA	JUSTIÇA RESTAURATIVA - ASCENSÃO DE UMA NOVA RACIONALIDADE EPISTEMOLÓGICA	36



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

	SEMINÁRIO/PARCE RIA	SEMINÁRIO ASSÉDIO: COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA	467
	CURSO	CONSCIENTIZAÇÃO PROFISSIONAL DA AUDITORIA INTERNO	43
	CURSO	SEGURANÇA INSTITUCIONAL - USO DIFERENCIADO DA FORÇA / DIREITOS HUMANOS	20
	SEMINÁRIO	SEMINÁRIO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	357
	CURSO	GOVERNANÇA DE TERRAS, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, DIREITO AGRÁRIO E REGISTRAL IMOBILIÁRIO	109
JUNHO	CURSO	SEGURANÇA INSTITUCIONAL - OPERADOR DE DISPOSITIVO	25
	SIMPÓSIO	SIMPÓSIO DE SERVIÇO SOCIAL	104
	MESA DE DEBATES	JUSTIÇA MULTIPORTAS	92
	CURSO/ PARCERIA	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: ASPECTOS CONCEITUAIS, PSICOSSOCIAIS E LEI MARIA DA PENHA	18
	CURSO	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL DE SERVIDORES (CFIS)	8
JULHO	ENCONTRO	COMEMORAÇÃO DOS 33 DO ECA: EMBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL	63
	CURSO	CURSO DE DEPOIMENTO ESPECIAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM O PROTOCOLO BRASILEIRO DE ENTREVISTA FORENSE	25



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

	CURSO	INTRODUÇÃO À PRÁTICA DO DESIGN: CANVA COMO FERRAMENTA NA PRODUÇÃO DE PEÇAS GRÁFICAS	19
	CURSO	CONHECIMENTOS APLICADOS ÀS COMARCAS DE ENTRÂNCIA INICIAL - DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL (AUTAZES)	13
	CURSO	CONSOLIDAÇÃO DE GESTÃO CARTORÁRIA E O PLANO DE UNIFICAÇÃO DOS ATOS DAS SECRETARIAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA (AUTAZES)	13
	CURSO	LGPD, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO (AUTAZES)	15
	CURSO	CONHECIMENTOS APLICADOS ÀS COMARCAS DE ENTRÂNCIA INICIAL - DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL (NOVA OLINDA DO NORTE)	7
	CURSO	CONSOLIDAÇÃO DE GESTÃO CARTORÁRIA E O PLANO DE UNIFICAÇÃO DOS ATOS DAS SECRETARIAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA (NOVA OLINDA DO NORTE)	7
	CURSO	LGPD, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO (NOVA OLINDA DO NORTE)	7
	CURSO	SEGURANÇA INSTITUCIONAL - FORMAÇÃO DE BRIGADA DE INCÊNDIO	18
	CURSO	ENCONTRO DE DIRETORES DE VARA DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA	69
AGOSTO	ENCONTRO	O QUE TE MOTIVA? I ENCONTRÃO DOS ESTAGIÁRIOS E REUNIÃO DE ACOLHIDA DA LIGA DOS ESTAGIÁRIOS	447
	CURSO	WORKSHOP DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA E SUSTENTABILIDADE	86
	CURSO	LIBRAS BÁSICO (TURMA 03 - EUZA)	6



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

	PALESTRA	PALESTRA SOBRE LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E WORKSHOP SOBRE MAPEAMENTO DE DADOS -	7
	CURSO	LIBRAS INTERMEDIÁRIO (TURMA 02)	10
	PALESTRA	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E WORKSHOP DE MAPEAMENTO DE DADOS	23
	CURSO	LIBRAS AVANÇADO (TURMA 01)	4
	ENCONTRO	II ENCONTRO DE COMPLIANCE, INTEGRIDADE E GOVERNANÇA	143
	CURSO	CAFÉ COM GESTORES	8
	CURSO	TRILHA DE MIGRAÇÃO DO PROJUDI (8ª E 18ª) - TURMA 01	24
	CURSO	CONSOLIDAÇÃO DE GESTÃO CARTORÁRIA E O PLANO DE UNIFICAÇÃO DOS ATOS DAS SECRETARIAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA (BERURI)	7
	CURSO	CONHECIMENTOS APLICADOS ÀS COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL (BERURI)	5
	CURSO	CONHECIMENTOS APLICADOS ÀS COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL (BERURI)	7
	CURSO	LGPD, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO (BERURI)	8
	CURSO	MARKETING JURÍDICO DE ATIVA PROSPECÇÃO DE CLIENTES E PRÁTICA PROCEDIMENTAL NA ADVOCACIA AUTÔNOMA	32
SETEMBRO	CURSO	SEGURANÇA INSTITUCIONAL: SEGURANÇA DE DADOS	10

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

	CURSO	CAFÉ COM GESTORES	19
	TRILHA	TRILHA DA INOVAÇÃO: SIDIA	101
	TRILHA	TRILHA DA INOVAÇÃO: HACKA FOR JUSTICE	67
	ENCONTRO	2º ENCONTRO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	160
	CURSO	GESTÃO E UNIFORMIZAÇÃO DOS EXPEDIENTES DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DO AMAZONAS (CODAJÁS)	9
	CURSO	CONHECIMENTOS APLICADOS ÀS COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL (CODAJÁS)	9
	CURSO	CONHECIMENTOS APLICADOS ÀS COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL (CODAJÁS) - TURMA 02	11
	CURSO	LGPD, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO (CODAJÁS)	16
	CURSO	EVENTO SUICÍDIO E ASSÉDIO MORAL - COMISSÃO FEMININA	111
	CURSO	TREINAMENTO PRESENCIAL DO PROJUDI	46
	CURSO	LGPD, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO (IRANDUBA)	20
	CURSO	CONHECIMENTOS APLICADOS ÀS COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL (IRANDUBA)	22
	CURSO	PAINEL DE METAS E BI - NOÇÕES DE USO DO SEEU (IRANDUBA)	25
	CURSO	GESTÃO E UNIFORMIZAÇÃO DOS EXPEDIENTES DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DO AMAZONAS	3

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

		(CAAPIRANGA)	
	CURSO	CONHECIMENTOS APLICADOS ÀS COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA: DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL (CAAPIRANGA)	4
OUTUBRO	CURSO	TRILHA DE MIGRAÇÃO DO PROJUDI (JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - 18º, 19º, 20º, 21º) - TURMA 02	41
	SEMINÁRIO	II SEMINÁRIO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA	16
	CURSO	ASPECTOS PRÁTICOS DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO (ITACOATIARA)	36
	CURSO	LGPD, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO (ITACOATIARA)	27
	CURSO	GESTÃO E UNIFORMIZAÇÃO DOS EXPEDIENTES DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DO AMAZONAS (ITACOATIARA)	32
	CURSO	SEEU NA PRÁTICA (ITACOATIARA)	6
	CURSO	CONHECIMENTOS APLICADOS ÀS VARA DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA: DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL (ITACOATIARA)	42
	CURSO	LGPD, SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E INOVAÇÃO (URUCURITUBA)	6
	CURSO	GESTÃO E UNIFORMIZAÇÃO DOS EXPEDIENTES DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA DO PODER JUDICIÁRIO DO AMAZONAS (URUCURITUBA)	7
	CURSO	CONHECIMENTOS APLICADOS ÀS VARA DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA: DIREITO PENAL E	10



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

		PROCESSO PENAL (URUCURITUBA)	
	WORKSHOP	WORKSHOP DE MAPEAMENTO DE DADOS	2
	PALESTRA	PALESTRA CONSCIENTIZAÇÃO EM PRIVACIDADE	9
	CURSO	TRILHA DE MIGRAÇÃO DO PROJUDI - 19ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, 9ª, 10ª E 16ª VARAS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	27
NOVEMBRO	CURSO	CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PRIVACIDADE - PALESTRAS ITINERANTES: FÓRUM DES. EUZA MARIA NAICE DE VASCONCELOS E FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS	18
	CURSO	CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A PRIVACIDADE - PALESTRAS ITINERANTES: FÓRUM DESEMBARGADOR LÚCIO FONTE DE REZENDE E FÓRUM DES. AZARIAS MENESCAL DE VASCONCELLOS	9
	PALESTRA	A CRISE AMBIENTAL NO AMAZONAS: UMA PERSPECTIVA JURÍDICA	29
	CURSO	ENTRE PARES: JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE EM CASOS DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA	43
	CURSO	ESTRATÉGIAS DE USO DE SISTEMAS PARA O CUMPRIMENTO DE METAS DO CNJ	7
	WORKSHOP	CURSO DE ASSESSORES: WORKSHOP - SENTENÇA CÍVEL 1º GRAU	6
	WORKSHOP	CURSO DE ASSESSORES: WORKSHOP – DECISÃO CRIMINAL 1º GRAU	1
	WORKSHOP	CURSO DE ASSESSORES: WORKSHOP -	5



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

		ACÓRDÃO CRIMINAL 2º GRAU	
	WORKSHOP	CURSO DE ASSESSORES: WORKSHOP - ACÓRDÃO CÍVEL 2º GRAU	3
	CURSO	CAFÉ COM GESTORES	25
DEZEMBRO	CURSO	TRILHA DE MIGRAÇÃO DO PROJUDI - 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (HENOCH REIS)	8
	CURSO	TRILHA DE MIGRAÇÃO DO PROJUDI - 4ª, 11ª E 14ª VARAS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (LÚCIO FONTES)	10
	ENCONTRO	LIGA DE ESTAGIÁRIOS DA JUSTIÇA	EM ANDAMENTO

B) Ações online

MÊS	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	CERTIFICADOS
FEVEREIRO	TREINAMENTO EM SISTEMA	METAS E BUSINESS INTELLIGENCE (BI)	205
	TREINAMENTO EM SISTEMA	SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO – PRÁTICA	10
MARÇO	PALESTRA	SAÚDE MENTAL - ESTRATÉGIAS DE REGULAÇÃO EMOCIONAL PARA MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA	19
	WEBINÁRIO	DIA DA MULHER	22
	PALESTRA	NUTRIÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO	15
	CURSO	PLANEJAMENTO ANUAL ESTRATÉGICO PARA COMARCAS DO INTERIOR	33
	PALESTRA	POR UMA VIDA MAIS COLORIDA	38



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

	TREINAMENTO EM SISTEMA	TREINAMENTO EM SISTEMAS - BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO E PRISÕES - BNMP	96
ABRIL	CURSO	CAPACITAÇÃO EM POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	57
	SEMINÁRIO	SEMINÁRIO DE LANÇAMENTO DO CICLO DE ATUALIZAÇÃO EM JUSTIÇA CRIMINAL E POLÍTICAS PENAS	33
MAIO	CURSO	SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO (SNA)	23
	CURSO	LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO DO TJAM - INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO	43
	CURSO	ATUALIZAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO PENAL E POLÍTICAS PENAS NO AMAZONAS (CICLO 1)	29
	PAINEL	DEMOCRATIZAÇÃO DO ALIMENTO E COMBATE AO DESMATAMENTO	10
JUNHO	DIÁLOGO ENTRE PARES	REFLEXÕES SOBRE ADOÇÃO: DIÁLOGO ENTRE PARES	35
	PALESTRA	BUEN VIVIR E OS DIREITOS DA NATUREZA: PERSPECTIVAS PARA ALÉM DO DIREITO AMBIENTAL	17
	TREINAMENTO EM SISTEMA	TREINAMENTO EM CADASTRO DE REGISTRO CIVIL - CRC	30
	FORMAÇÃO CONTINUADA - PROGRAMA DE INTERIORIZAÇÃO	PLANTÃO JUDICIAL E AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA EM COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA	64
	WEBINÁRIO	LIGA DE ESTAGIÁRIOS	42
	WEBINÁRIO	DIVERSIDADE SEXUAL E ACESSO À JUSTIÇA	23

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

JULHO	ENCONTRO	COMEMORAÇÃO DOS 33 DO ECA: EMBATES CONTEMPORÂNEOS SOBRE ALIENAÇÃO PARENTAL	63
	PAINEL	PAINEL: PRINCIPAIS DEMANDAS E DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E ORIGINÁRIOS: RESPONSABILIDADES DO PODER JUDICIÁRIO	11
AGOSTO	CURSO	CRIAÇÃO, FACILITAÇÃO E COORDENAÇÃO DE GRUPOS REFLEXIVOS E RESPONSABILIZANTES PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	EM ANDAMENTO
	CURSO	GMF - ATUALIZAÇÃO SOBRE EXECUÇÃO PENAL E POLÍTICAS PENAS NO AMAZONAS (CICLO 2)	8
	CURSO	CENTRO ESPECIALIZADO DE ATENDIMENTO A VÍTIMAS DE CRIMES E ATOS INFRACIONAIS	21
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	55
	CURSO	CURSO DE FORMAÇÃO INICIAL AOS SERVIDORES (TURMA 05)	8
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	66
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	23
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	65
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	22
	CURSO	OS IMPACTOS DO USO ABUSIVO DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS NO CONTEXTO FAMILIAR E SOCIAL	35



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

SETEMBRO	CURSO	ENVELHECIMENTO, JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE E CUIDADOS PALIATIVOS	24
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	26
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	18
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	9
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	31
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	13
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	18
	OFICINA	OFICINA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	23
	OFICINA	OFICINA DE COMPETÊNCIAS	9
	CURSO	TREINAMENTO EM SISTEMAS: CRCJUD - SIEL - INFODIP - CNA - SERASAJUD - SPCJUD	82
	CURSO	TREINAMENTO EM SISTEMAS: SISBAJUD, RENAJUD, INFOJUD, INFOSEG, CRC JUD, E-RIDFT	98
	PALESTRA	CURSO OFICIAIS DE JUSTIÇA: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: ASPECTOS CONCEITUAIS, JURÍDICOS E PSICOSSOCIAIS	38
OUTUBRO	ENCONTRO	GRUPO DE ESTUDOS DE EXPERIÊNCIAS NO INTERIOR DO AMAZONAS	EM ANDAMENTO
	CURSO	CURSO DE ASSESSORES: TÉCNICAS DE DECISÃO CÍVEL E CRIMINAL	102
	CURSO	CURSO DE ASSESSORES: TÉCNICAS DE SENTENÇA CÍVEL E CRIMINAL	104



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

	CURSO	CURSO DE ASSESSORES: TÉCNICAS DE ACÓRDÃO CÍVEL E CRIMINAL	69
	CURSO	ATUALIZAÇÃO EM JUSTIÇA CRIMINAL E POLÍTICAS PENAS (GMF CICLO 3)	85
	CURSO	TREINAMENTO EM SISTEMAS: UTILIDADE DOS SISTEMAS JUDICIAIS E DE BLOQUEIOS NA FASE DE EXECUÇÃO	21
NOVEMBRO	CURSO	MESA DO DISTRIBUIDOR E CENTRAL DE MANDADOS NO SISTEMA PROJUDI	67
	CURSO	CÂNCER DE PRÓSTATA, MAMA E CÓLO DE ÚTERO: O QUE VOCÊ PRECISA SABER?	22
	ENCONTRO	ENCONTRO - GRUPO DE ESTUDOS DE EXPERIÊNCIAS NO INTERIOR DO AMAZONAS	EM ANDAMENTO

C) Ações autoinstrucionais (cursos online disponíveis no AVA da EJUD)

MÊS	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	CERTIFICADOS
FEVEREIRO	CURSO	GOOGLE WORKSPACE	30
MARÇO	CURSO	CURSO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO BANCO NACIONAL DE MONITORAMENTO DE PRISÕES (BNMP)	17
	CURSO	PROCEDIMENTOS DE ALIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO SISTEMA PROJUDI	183
ABRIL	CURSO	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA TRAMITAÇÃO PROCESSUAL NO PROJUDI	179
	CURSO	VAMOS FALAR DE SAÚDE MENTAL? ESTRATÉGIAS DE CUIDADO NO DIA A DIA	20
MAIO	CURSO	NOÇÕES DE AUDIODESCRIÇÃO JUDICIÁRIA	7
JUNHO	CURSO	A LINGUAGEM SIMPLES COMO FACILITADORA	27

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

		DA COMUNICAÇÃO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	
AGOSTO	CURSO	As Funcionalidades do Sistema Processual PROJUDI - (MIGRAÇÃO)	83
	CURSO	Procedimentos de Alimentação Processual do Sistema PROJUDI (MIGRAÇÃO)	22
	CURSO	Planejamento Estratégico para tramitação processual no PROJUDI (MIGRAÇÃO)	19
SETEMBRO	CURSO	Vamos falar de saúde mental? (Turma 02)	29
	CURSO	A linguagem simples como facilitadora da comunicação no Tribunal de Justiça (Turma 02)	77
NOVEMBRO	CURSO	Mesa do distribuidor e central de mandados no Sistema PROJUDI	5

D) Ações do Programa de Interiorização

MÊS	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	CERTIFICADOS
ABRIL	VISITA A COMARCA	INTERIORIZAÇÃO (MANACAPURU, MANAQUIRI, NOVO AIRÃO, CAREIRO E CAREIRO DA VÁRZEA).	103
MAIO	VISITA A COMARCA	INTERIORIZAÇÃO (RIO PRETO DA EVA E PRESIDENTE FIGUEIREDO).	18
JUNHO	VISITA A COMARCA	INTERIORIZAÇÃO (ITAPIRANGA, SILVES, TABATINGA, SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ E TERMO DE TONANTINS)	193
JULHO	VISITA A COMARCA E ENCONTRO DE DIRETORES	INTERIORIZAÇÃO (AUTAZES, NOVA OLINDA DO NORTE, I ENCONTRO DE DIRETORES E ESCRIVÃES DA 1ª ENTRÂNCIA)	131
AGOSTO	VISITA A COMARCA	INTERIORIZAÇÃO (BERURI)	27

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

SETEMBRO	VISITA A COMARCA	INTERIORIZAÇÃO (CODAJÁS, IRANDUBA, CAAPIRANGA)	119
OUTUBRO	VISITA A COMARCA	INTERIORIZAÇÃO (ITACOATIARA, URUCURITUBA)	166
NOVEMBRO	VISITA A COMARCA	ESTRATÉGIAS DE USO DE SISTEMAS PARA O CUMPRIMENTO DE METAS DO CNJ	7

E) Ações em andamento

MÊS	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	CERTIFICADOS
DEZEMBRO	EVENTO	ENCERRAMENTO DO ANO LETIVO	PENDENTE DE REALIZAÇÃO
	EXTENSÃO	LIGA DE ESTAGIÁRIOS DA JUSTIÇA	PENDENTE DE REALIZAÇÃO
	CURSO	CRIAÇÃO, FACILITAÇÃO E COORDENAÇÃO DE GRUPOS REFLEXIVOS E RESPONSABILIZANTES PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES	PENDENTE DE REALIZAÇÃO
	CURSO	ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E ACESSO À JUSTIÇA	PENDENTE DE REALIZAÇÃO
	CURSO	CURSO PRESENCIAL DO PROJUDI - CEJUSC	PENDENTE DE REALIZAÇÃO
	PALESTRA	PALESTRA: ACESSIBILIDADE ATITUDINAL	PENDENTE DE REALIZAÇÃO

2) OUTRAS AÇÕES

MÊS	TIPO DE AÇÃO	MODALIDADE	TÍTULO	CERTIFICADOS
MAIO	FEIRA	PRESENCIAL	FEIRA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	Não mensurável
JUNHO	FEIRA	PRESENCIAL	FEIRA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	Não mensurável

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ****3) CONTRATAÇÕES EXTERNAS**

MÊS	TIPO DE AÇÃO	TÍTULO	CERTIFICADOS/INSCRITOS
MARÇO	APERFEIÇOAMENTO	18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS	5
ABRIL	APERFEIÇOAMENTO	APLICAÇÃO DE PENALIDADES NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E A NLLC	2
	APERFEIÇOAMENTO	GESTÃO DA COMUNICAÇÃO DIGITAL E MÍDIAS SOCIAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA'	1
	APERFEIÇOAMENTO	COMUNICAÇÃO 360º: APERFEIÇOAMENTO DE COMUNICADORES E PORTA-VOZES	1
	APERFEIÇOAMENTO	FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SECRETARIADO E ASSESSORIA	1
	APERFEIÇOAMENTO	CÁLCULO TRABALHISTA E O SEFIP/ESOCIAL APLICADOS À FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS - ATUALIZADO COM O DECRETO 10.854/2021	1
	APERFEIÇOAMENTO	ESCUA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E NOVAS ATRIBUIÇÕES DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS SEGUNDO A LEI 14.344/2022 (LEI HENRY BOREL)	2
	APERFEIÇOAMENTO	CERIMONIAL E PROTOCOLO PÚBLICO	2
	APERFEIÇOAMENTO	REDAÇÃO OFICIAL COM FOCO NAS RECENTES ATUALIZAÇÕES DO MANUAL DA PRESIDÊNCIA	4



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

	APERFEIÇOAMENTO	TREINAMENTO EM ETP, TCO E RISCOS NAS CONTRATAÇÕES DE TIC	12
	APERFEIÇOAMENTO	MANUTENÇÃO PREDIAL	2
	APERFEIÇOAMENTO	10º ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA JUSTIÇA ESTADUAL	1
	APERFEIÇOAMENTO	"FORMAÇÃO DE FACILITADOR PARA SITUAÇÕES MENOS COMPLEXAS E "FORMADOR DE FACILITADOR PARA SITUAÇÕES MAIS COMPLEXAS	5
	APERFEIÇOAMENTO	COMUNICAÇÃO 360º: APERFEIÇOAMENTO DE COMUNICADORES E PORTA-VOZES	1
	APERFEIÇOAMENTO	FORMAÇÃO DE FACILITADOR PARA SITUAÇÕES MENOS COMPLEXAS E "FORMADOR DE FACILITADOR PARA SITUAÇÕES MAIS COMPLEXAS	8
MAIO	APERFEIÇOAMENTO	CERIMONIAL, PROTOCOLO E ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS.	3
	APERFEIÇOAMENTO	TREINAMENTO NO SISTEMA AJURI	12
	APERFEIÇOAMENTO	CURSO PRESENCIAL DE CAPACITAÇÃO DE PREGOEIROS/AGENTES DE CONTRATAÇÃO	3
	APERFEIÇOAMENTO	VI ENCONTRO NACIONAL - COMPLIANCE, INTEGRIDADE, LEI ANTICORRUPÇÃO E LGPD	2
	APERFEIÇOAMENTO	5.º CONASJUR - CONGRESSO NACIONAL SOBRE A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA	4

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

JUNHO	APERFEIÇOAMEN TO	XXVI ENCONTRO NACIONAL DOS GRUPOS DE APOIO À ADOÇÃO	2
	APERFEIÇOAMEN TO	SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1
	APERFEIÇOAMEN TO	CURSO EXTERNO À DISTÂNCIA: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO, DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO (TD&E)	1
	APERFEIÇOAMEN TO	SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	4
	APERFEIÇOAMEN TO	SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1
	APERFEIÇOAMEN TO	SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1
	APERFEIÇOAMEN TO	SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1
	APERFEIÇOAMEN TO	SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	1
	APERFEIÇOAMEN TO	CIA - PARTE 1: PRINCÍPIOS DA AUDITORIA INTERNA	2
	APERFEIÇOAMEN TO	SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	2



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

	APERFEIÇOAMENTO	Curso de Formação de Facilitadores em Justiça Restaurativa - Círculos de Construção de Paz	25
JULHO	APERFEIÇOAMENTO	CURSO "PRÁTICO DE ELABORAÇÃO DE PARECERES JURÍDICO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES",	1
	APERFEIÇOAMENTO	CONVENÇÃO NACIONAL DOS LICITANTES	3
	APERFEIÇOAMENTO	4º CONGRESSO BRASILEIRO DE COMPRAS PÚBLICAS	1
	APERFEIÇOAMENTO	CURSO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS NA NLLC: NOVAS REGRAS, NOVOS DESAFIOS	1
	APERFEIÇOAMENTO	X ENCONTRO NACIONAL DE OBRAS PÚBLICAS - ENOP	1
	APERFEIÇOAMENTO	DESFAZIMENTO DE BENS MÓVEIS À LUZ DA NOVA LEI FEDERAL	2
AGOSTO	CAPACITAÇÃO	CURSO EXTERNO À DISTÂNCIA: "COMO ELABORAR O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES - LEI Nº 14.133/2021	2
	CAPACITAÇÃO	CURSO EXTERNO À DISTÂNCIA: "DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM A LEI 14.133/2021"	2

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

SETEMBRO	CAPACITAÇÃO	CONGRESSO 20 ANOS DO CÓDIGO CIVIL: AVANÇOS E NOVOS DESAFIOS - EVENTO EXTERNO - PEDIDO DO DESEM CORREGEDOR	2
	CAPACITAÇÃO	"DISPENSA, INEXIGIBILIDADE E A INSTRUÇÃO SEGURA DOS PROCESSOS DE ACORDO COM A LEI 14.133/2021"	2
	CAPACITAÇÃO	CURSO EXTERNO À DISTÂNCIA:"COMO ELABORAR O ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E O TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS E SERVIÇOS DE ACORDO COM A NOVA LEI DE LICITAÇÕES - LEI Nº 14.133/2021	2
	CAPACITAÇÃO	FORMAÇÃO DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, OFERECIDO PELA EMPRESA NP TREINAMENTOS, NA DATA DE 02 E 03 DE OUTUBRO DE 2023.	2
OUTUBRO	CAPACITAÇÃO	PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS: CÁLCULOS DE APOSENTADORIA E PENSÕES - ATUALIZADO PELA EC 103/2019 E A NOVA PORTARIA MTP 1.467/2022", A SER REALIZADO PELA EMPRESA ONE CURSOS, CNPJ: 10.825.457/0001-99, NO PERÍODO DE 09 A 11/10/2023, DAS 8H ÀS 16H30, EM FORTALEZA/CE.	1
	CAPACITAÇÃO	FORMAÇÃO ENGENHEIRO DE IA - COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 456 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS)H/A.	10

4. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES POR EIXO

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

EIXO	QUANTIDADE
ATUALIZAÇÕES EM SISTEMAS	16
ATUALIZAÇÃO EM DIREITO	23
GÊNERO E DIVERSIDADE	4
ACESSO À JUSTIÇA	5
GRUPOS PRIORITÁRIOS	20
INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	6
SUSTENTABILIDADE, SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	13
FORMAÇÃO BÁSICA - AUTOINSTRUCIONAIS	1
ROTINAS	2
PROGRAMA DE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL	05
INTERIORIZAÇÃO	59
GESTÃO POR COMPETÊNCIAS	24

5. QUANTITATIVO DE PESSOAS ALCANÇADAS

(Consolidação dos dados de pessoas que a EJUD atingiu com as ações realizadas de janeiro a dezembro de 2023).

TIPO DE AÇÃO	CERTIFICADOS
PRESENCIAL	4032



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

ONLINE	2080
AUTOINSTRUCIONAL	698
EXTERNOS	145
TOTAL:	6.955

NÚCLEO DE ESTATÍSTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA

O Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Amazonas é a unidade responsável por coordenar e supervisionar a execução de atividades técnicas relativas à obtenção, coleta, inventário, classificação, registro, validação, recuperação, armazenamento, tratamento, divulgação e disseminação de dados e informações estatísticas exigidos pelos órgãos do Poder Judiciário competentes; calcular e analisar a qualidade e utilidade dos dados coletados, referentes aos indicadores de gestão e de desempenho do Poder Judiciário estadual, adequando-os aos critérios e exigências estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo próprio tribunal; diagnosticar as deficiências na geração de dados e das informações, adotando as providências necessárias para retificação, caso necessária; conceber, em colaboração com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC, sistemas que gerem informações de forma automatizada, dispensando-se a coleta e procedimentos manuais de dados; acompanhar permanentemente os critérios de avaliação do Prêmio CNJ de Qualidade, instituído pelo Conselho Nacional de Justiça, ou outro que o suceda; coordenar os trabalhos desenvolvidos pelo Assessor de Acompanhamento Estatístico do Núcleo; propor e promover o intercâmbio técnico com entidades afins, visando o fornecimento e à aquisição de informações, bem como à transferência de tecnologia e metodologia; coordenar a elaboração de manuais técnicos, publicações, relatórios e outros suportes, com a finalidade de divulgação de resultados estatísticos, bem como a orientação para utilização dos recursos disponíveis na área de



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

informações do Poder Judiciário; elaborar, divulgar e manter atualizados os indicadores estatísticos do Poder Judiciário; solicitar das unidades administrativas e judiciárias do Tribunal de Justiça do Amazonas, o envio de quaisquer informações, com o objetivo de atender às solicitações formuladas pelo Conselho Nacional de Justiça; fornecer dados estatísticos solicitados por outras instituições públicas e privadas, desde que devidamente autorizados pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; auditar os indicadores estatísticos dos sistemas judiciais do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas; desempenhar outras atividades correlatas ou necessárias às suas atribuições específicas; auxiliar o Tribunal na racionalização do processo de modernização institucional; realizar análise crítica e acompanhamento dos dados extraídos dos sistemas judiciais relacionados à litigiosidade, Metas Nacionais, Datajud, Prêmio de Qualidade e outros indicadores estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo próprio Tribunal; enviar informações estatísticas do Poder Judiciário do Estado do Amazonas a outros órgãos do Poder Judiciário. capacitação de servidores e servidoras, estagiários e estagiárias, colaboradores e colaboradoras do Poder Judiciário no Amazonas.

A seguir estão detalhados os dados estatísticos no âmbito da atividade judicante do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, extraídos dos sistemas judiciais SAJ e Projudi, pelo Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

DADOS ESTATÍSTICOS NO ÂMBITO DA ATIVIDADE JUDICIANTE DO TJAM

DADOS PROCESSUAIS DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO DA CAPITAL E DA COMARCA DE IRANDUBA

Referência: Janeiro de 2023 à Dezembro de 2023.

Vara	Andamento Ant.	Entrados Dist.	Entrados Red.	Por Evol. Penal	Por Fase Exec.	Saídos Red.	Sentenc.	Julg.Transitado	Grau de Recurso	Arquivados	Baixados	Suspensos	Andamento Atual	Suspensão Atual
10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	4.530	2.573	244	0	418	212	2.833	2.023	732	3	2.372	757	4.343	807
10ª Vara Criminal	1.717	73	487	361	0	94	842	122	44	57	799	205	1.484	1.152
10ª Vara de Família	1.087	3.185	54	0	25	498	1.671	127	7	72	1.919	35	2.224	0
10ª Vara do Juizado	3.864	5.993	255	0	958	10	8.216	27	2.802	5.243	8.300	111	38	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Especial Cível														
11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	5.990	2.732	326	0	502	436	3.004	1.405	921	3	2.069	408	6.406	390
11ª Vara Criminal	2.221	60	487	91	0	76	721	41	41	385	1.022	1.256	1.026	2.025
11ª Vara do Juizado Especial Cível	6.250	6.729	787	0	1.190	1.097	8.888	2.198	4.228	5.419	8.806	569	16	0
12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	6.188	2.684	345	0	384	402	1.817	949	534	6	1.524	198	7.370	200
12ª Vara do Juizado Especial Cível	3.333	6.608	316	0	4.829	58	7.746	4.997	3.564	353	11.115	793	2.006	618
13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3.874	2.510	178	0	585	76	3.540	1.561	1.383	20	3.761	857	2.744	656
13ª Vara do Juizado Especial Criminal	75	0	0	0	0	9	1	2	0	5	3	1	2	0
13ª Vara do Juizado Especial Cível	4.460	7.151	1.019	0	2.864	1.343	10.589	1.796	3.454	701	10.980	694	2.718	545
14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	4.266	2.645	303	0	477	338	3.131	1.633	1.241	10	2.516	526	3.696	697
14ª Vara do Juizado Especial Cível	7.116	6.544	683	0	158	853	8.062	1.953	3.835	5.818	8.501	340	12	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3.669	2.584	228	0	688	164	3.121	2.017	1.128	0	3.120	692	2.763	662
15ª Vara do Juizado Especial Criminal	2.554	1.750	318	0	0	884	1.760	0	15	200	1.915	4	1.870	0
15ª Vara do Juizado Especial Cível	3.561	7.451	849	0	5	1.461	8.803	4.009	3.740	996	9.766	654	1.825	575
16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	4.186	2.786	248	0	817	262	3.561	1.841	1.324	1	2.909	473	3.859	499
16ª Vara do Juizado Especial Cível	5.320	5.776	472	0	2.091	8	8.445	2.256	3.209	6.193	8.047	311	24	0
17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3.486	2.540	314	0	763	135	3.203	913	1.403	4	3.456	316	2.693	368
17ª Vara do Juizado Especial Criminal	2.428	2.095	468	0	0	1.363	2.419	2.079	58	282	2.012	0	1.712	0
17ª Vara do Juizado Especial Cível	1.567	6.801	560	0	2.235	514	8.721	982	3.371	78	8.237	688	1.392	496
18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	5.868	2.646	276	0	477	316	2.393	1.048	702	7	1.968	349	6.315	450
18ª Vara do Juizado Especial Criminal	857	1.580	977	0	0	431	2.084	1	3	569	1.593	10	558	15

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

18º Juizado Especial Cível	786	5.847	248	0	893	15	4.678	727	1.566	5.140	3.281	273	0	0
19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	5.992	2.760	389	0	475	536	2.478	1.586	803	2	2.047	383	6.242	466
19ª Vara do Juizado Especial Criminal	965	1.754	645	6	0	779	2.323	26	10	835	1.652	15	1	0
19º Juizado Especial Cível	777	5.822	256	0	1.067	4	5.078	892	1.942	4.168	3.789	370	0	0
1ª Turma Recursal	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	6	0	0	0
1ª Unidade do 1º Núcleo de Justiça 4.0 - Acidentes do Trabalho das Comarcas de Manaus e Iranduba	1.009	528	318	0	111	26	685	6	241	0	248	0	1.484	3
1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	5.171	2.895	512	0	455	690	2.845	1.195	953	5	1.931	212	5.817	257
1ª Vara Criminal	1.088	127	430	266	0	121	762	700	43	8	1.022	123	752	1.123
1ª Vara da Fazenda	2.365	1.297	354	0	382	392	1.344	535	560	0	1.244	311	2.354	148

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ**

Pública														
1ª Vara de Família (Euza Maria)	2.500	1.484	837	0	216	233	2.288	688	144	0	3.294	141	2.412	165
1ª Vara de Iranduba	5.422	2.780	279	121	216	61	3.021	317	606	205	3.608	884	4.783	780
1ª Vara do Juizado Especial Cível	6.142	6.598	263	0	2	14	10.523	4	5.062	21	14.091	614	2.793	424
1ª Vara do Tribunal do Júri	893	31	242	108	0	54	491	93	104	86	665	272	729	334
1ª Vara Especializada em Crime de Trânsito (Extinta)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
1ª Vara Esp. em Crimes contra a Dignidade Sexual e Violência Doméstica a Crianças e Adolescentes	938	3	348	177	0	21	509	7	137	123	587	234	656	338
1ª V.E.C.U.T.E.	705	8	405	278	0	12	556	445	86	99	863	88	465	434
1º Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal	4.213	6.086	462	0	2.869	134	8.366	166	891	3	7.795	605	6.044	845

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)	780	438	1.653	717	0	179	3.039	153	264	7	3.462	1.866	476	5.467
20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	4.133	2.734	431	0	718	563	3.475	1.975	1.422	8	2.976	706	3.428	623
20º Juizado Especial Cível	735	5.908	279	0	1.095	115	5.087	808	2.116	4.315	3.770	161	0	0
21ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	724	2.703	382	0	97	509	1.723	652	637	2	881	314	1.674	284
21º Juizado Especial Cível	769	5.910	307	0	1.160	144	5.381	1.078	1.979	4.342	3.911	194	0	0
22ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	727	2.668	373	0	123	440	1.732	686	611	1	763	365	1.916	214
23ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	732	2.560	292	0	24	250	1.547	555	289	2	601	136	2.385	126
2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	62	0	0	0
2ª Unidade do 1º Núcleo de Justiça 4.0 - Acidentes do Trabalho das	1.007	493	347	0	139	20	670	7	362	0	304	1	1.332	8



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Comarcas de Manaus e Iranduba														
2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	4.013	2.496	273	0	1.224	150	3.776	1.776	1.614	364	3.804	711	2.845	504
2ª Vara Criminal	1.501	125	423	336	0	91	824	594	191	30	1.266	409	905	1.099
2ª Vara da Fazenda Pública	2.786	1.310	337	0	557	366	1.289	190	755	2	2.064	289	2.246	177
2ª Vara de Família (Lúcio Fonte)	4.899	1.607	106	0	520	382	2.825	834	147	408	3.692	15	4.294	38
2ª Vara de Iranduba	6.895	2.581	267	370	490	98	3.463	679	786	125	5.005	492	4.832	369
2ª Vara do Juizado Especial Cível	1.437	6.526	794	0	999	946	6.292	396	1.953	3.557	4.743	611	3	0
2ª Vara do Juizado Especial - Procon	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	0	0	0	0
2ª Vara do Tribunal do Júri	1.178	10	209	56	0	24	505	282	159	109	849	326	771	365
2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e	847	27	389	69	0	17	255	114	52	73	274	111	946	211

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Adolescentes														
2ª V.E.C.U.T.E.	2.578	18	361	323	0	43	1.356	486	274	98	1.874	60	1.030	43
2º Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal	5.317	6.102	452	0	2.325	138	6.722	3.315	1.130	1	5.133	260	6.359	1.043
2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)	3.919	439	1.928	1.578	0	318	3.809	16	126	1	7.604	5.255	1.224	4.715
3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0
3ª Unidade do 1º Núcleo de Justiça 4.0 - Acidentes do Trabalho das Comarcas de Manaus e Iranduba	1.031	508	337	0	114	22	560	1	323	0	281	0	1.400	8
3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3.202	2.556	280	0	1.110	222	3.640	604	1.398	1	3.881	348	2.674	260
3ª Vara Criminal	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24	0	0	0

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

(Extinta)														
3ª Vara da Fazenda Pública	1.664	1.350	497	0	432	440	1.375	620	678	1	1.678	295	1.610	210
3ª Vara de Família (Azarias Menescal)	8.913	1.479	153	0	491	212	4.800	1.607	23	49	4.724	234	6.740	219
3ª Vara de Família (Fora de uso)	4	0	1	0	0	73	0	0	0	0	20	0	1	0
3ª Vara do Juizado Especial Cível	6.893	6.596	280	0	107	25	9.483	1	4.498	71	9.301	977	4.535	122
3ª Vara do Tribunal do Júri	353	19	187	67	0	75	362	48	96	136	316	129	162	175
3ª V.E.C.U.T.E.	1.079	7	373	130	0	9	393	0	65	80	670	130	986	396
3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)	2.244	405	1.393	740	0	143	2.102	2.469	139	2	2.944	632	445	3.566
4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	4.678	2.603	314	0	252	295	1.530	14	356	2	1.533	472	5.851	573
4ª Vara Criminal	1.395	54	487	90	0	82	560	78	30	66	847	426	1.182	451
4ª Vara da Fazenda Pública	3.216	1.464	353	0	468	536	1.672	598	610	1	1.237	97	3.291	170

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)	21	0	0	0	0	11	0	0	0	0	62	0	22	0
4ª Vara de Família (Euza Maria)	3.386	1.554	742	0	83	210	1.904	828	49	0	2.979	76	3.550	73
4ª Vara do Juizado Especial Cível	4.836	6.167	271	0	1.380	52	8.923	2.421	2.740	5.789	8.414	487	32	0
4ª V.E.C.U.T.E.	2.439	13	345	33	0	20	592	16	208	29	1.033	166	1.702	169
4º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)	123	695	1.167	402	0	123	1.521	11	97	4	1.555	204	326	71
5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	6.446	2.579	297	0	543	269	2.962	1.338	1.311	1	2.291	426	6.490	404
5ª Vara Criminal	1.213	93	445	295	0	117	517	2	27	13	5.942	342	896	755
5ª Vara da Fazenda Pública (Extinta)	52	0	0	0	0	151	0	1	0	0	143	0	39	18
5ª Vara de Família (Euza Maria)	4.275	2.904	228	0	359	137	4.006	58	17	0	5.655	18	3.134	13
5ª Vara do Juizado Especial Cível	5.097	7.157	798	0	1.735	1.118	8.398	457	3.294	620	9.871	768	4.075	483

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

5º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)	123	1.066	1.595	305	0	210	2.143	4	7	3	2.099	13	594	12
6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	4.809	2.598	289	0	844	198	4.027	2.019	1.291	5	3.668	380	4.048	371
6ª Vara Criminal	2.278	147	460	283	0	153	893	9	62	78	2.306	458	1.453	1.070
6ª Vara de Família (Euza Maria)	2.847	1.534	764	0	144	193	2.589	2.313	93	0	4.338	77	2.657	41
6º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)	130	1.036	1.581	419	0	188	2.077	1.759	33	1	2.064	74	486	66
6º Vara do Juizado Especial Cível	3.024	6.978	910	0	2.262	1.037	7.998	3.616	3.369	799	10.445	574	2.015	425
7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3.772	2.777	430	0	833	543	3.241	2.058	1.446	16	2.677	447	3.247	529
7ª Vara Criminal	1.700	46	436	139	0	74	617	260	136	44	984	263	1.289	727
7ª Vara de Família	4.053	1.679	791	0	187	430	2.173	580	33	0	3.576	4	3.905	24
7ª Vara do Juizado Especial Cível	5.996	6.961	628	0	1.354	749	8.770	559	2.460	719	7.877	2.287	5.145	2.093
8ª Vara Cível e de	3.605	2.614	193	0	744	172	3.755	1.519	1.406	6	2.849	188	3.220	425

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Acidentes de Trabalho														
8ª Vara Criminal	1.784	786	572	400	0	887	668	1	89	178	860	463	1.253	1.352
8ª Vara de Família (Euza Maria)	4.419	2.917	282	0	536	253	3.808	123	105	0	4.947	20	3.978	108
8ª Vara do Juizado Especial Cível	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33.576	0	0	0	0
8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins)	2.763	6.239	343	0	1.888	187	5.108	1.559	2.069	32.338	8.141	233	3	0
9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	4.548	2.711	456	0	766	551	3.101	1.952	1.000	4	2.504	543	4.467	629
9ª Vara Criminal	1.030	47	459	207	0	44	525	22	59	75	542	190	1.097	1.292
9ª Vara de Família	1.132	2.905	136	0	2	251	2.093	213	5	0	1.988	14	2.035	0
9ª Vara do Juizado Especial Cível	4.695	6.144	440	0	540	344	8.145	3.408	2.564	4.716	9.342	471	64	0
Casa de Justiça e Cidadania	147	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	144	0
Cejusc Procon	19	1	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	15	0
Cejusc VEDAM	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Central de Mandados - Processos Administrativos	22	0	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	5	0
Central de Plantão Cível	333	2.674	15	0	0	2.596	54	5	0	314	101	2	301	0
Central de Plantão Criminal	1.593	10.622	932	1	0	10.793	6	3	4	63	231	43	2.252	2
Central de Plantão de Iranduba	20	366	7	0	0	371	4	0	0	0	11	0	18	0
Central de Precatórias	838	9.097	383	0	0	1.193	0	0	0	155	8.157	0	848	0
Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família	34	225	2	0	0	160	66	4	0	0	105	0	4	0
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania	278	169	1	0	0	1	25	0	0	0	445	0	7	0
Juizado da Infância e Juventude - Cível (Euza Maria)	2.991	1.995	376	0	0	165	2.365	2.053	51	2	3.115	3	2.594	2
Juizado da Infância e Juventude - Infracional	291	1.570	216	0	0	516	1.432	17	35	0	1.606	1	133	4

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Juiz Corregedor Auxiliar - Setor 1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0
Juiz Corregedor Auxiliar - Setor 2	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0	2	0
Juiz Corregedor Auxiliar - Setor 3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0
Pólo Avançado do Núcleo de Conciliação	113	491	2	0	0	498	511	351	0	0	185	0	61	0
Setor de Certidões da Corregedoria	30.813	3.887	0	0	0	0	0	0	0	0	17.246	0	17.843	0
Vara Arena Criminal do Torcedor	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Vara da Auditoria Militar	1.638	497	157	0	0	116	561	0	28	0	904	2	1.584	13
Vara de Execução de Medidas Socioeducativas	297	43	492	0	0	7	321	290	0	0	383	27	506	26
Vara de Execuções Penais (VEP)	692	0	6	0	0	6	0	1	0	468	353	0	20	0
Vara de Família - Meta 2 do CNJ	10	0	0	0	0	7	0	0	0	0	10	0	0	0
Vara de Inquéritos	10.537	11.866	7.916	14	0	12.932	3.970	1	19	141	8.721	1.965	9.709	1.929



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Policiais														
Vara de Órfãos e Sucessões	3.787	1.643	557	0	1	301	1.947	6	60	1	3.084	685	3.406	327
Vara de Registros Públicos	4.082	2.858	93	0	0	1.449	3.074	686	38	22	3.870	17	2.491	21
Vara de Usucapião e Conflitos Agrários	0	194	1.487	0	0	35	415	1	17	6	318	384	1.122	228
Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual	13.903	1.197	280	0	246	43	1.430	16	397	313	4.084	534	13.551	1.795
Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal	49.087	32.623	118	0	234	9	8.476	50	187	0	13.825	2.395	82.403	175.922
Vara Especializada de Crimes de Trânsito	504	205	302	222	0	260	375	123	70	0	1.032	316	263	721
Vara Especializada do Meio Ambiente	2.152	227	154	136	54	19	1.269	809	204	0	1.224	334	1.537	438
VEMEPA	2.272	1.292	1.077	0	0	195	1.026	0	3	7	1.523	11	3.049	3
	414.163	339.301	60.071	8.740	53.332	61.403	349.646	93.525	99.053	131.501	413.065	46.699	362.264	229.489



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

DADOS PROCESSUAIS DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO – INTERIOR E CAPITAL

Referência: Janeiro de 2023 à Dezembro de 2023.

Comarca	Vara	Acervo	Baixados	Julgados	Distribuídos	Distribuídos _tot
Alvarães	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Alvarães	209	23	5	137	245
Alvarães	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Alvarães	0	0	0	0	85
Alvarães	Vara Única da Comarca de Alvarães	2838	1784	1850	1900	2002
Amaturá	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Amaturá	0	1	0	1	47
Amaturá	Vara Única da Comarca de Amaturá	816	966	1064	1031	1040
Anamã	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Anamã	36	12	8	33	85
Anamã	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Anamã	0	0	0	0	46



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Anamã	Vara Única da Comarca de Anamã	473	1141	1034	691	773
Anori	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Anori	28	0	0	22	169
Anori	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Anori	1	0	0	1	85
Anori	Vara Única da Comarca de Anori	1943	1677	1407	1211	1903
Apuí	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Apuí	0	1	0	1	2
Apuí	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Apuí	0	0	0	0	114
Apuí	Vara Única da Comarca de Apuí	2567	1540	1205	1624	1640
Atalaia do Norte	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Atalaia do Norte	132	35	40	124	188
Atalaia do Norte	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Atalaia do Norte	0	1	0	1	85
Atalaia do Norte	Vara Única da Comarca de Atalaia do Norte	1099	930	1079	876	960
Autazes	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Autazes	276	72	52	163	374



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Autazes	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Autazes	0	1	0	1	250
Autazes	Vara Única da Comarca de Autazes	4113	2834	2935	2081	2369
Barcelos	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Barcelos	154	7	6	29	104
Barcelos	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Barcelos	0	1	0	1	101
Barcelos	Vara Única da Comarca de Barcelos	1838	2118	1929	1663	1741
Barreirinha	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Barreirinha	132	5	1	85	113
Barreirinha	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de Barreirinha	0	1	0	1	120
Barreirinha	Vara Única da Comarca de Barreirinha	1665	1959	2209	2150	2196
Benjamin Constant	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Benjamin Constant	0	0	0	0	4
Benjamin Constant	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Benjamin Constant	0	0	0	0	183

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Benjamin Constant	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Benjamin constant	0	0	0	0	7
Benjamin Constant	Vara Única da Comarca de Benjamin Constant	2382	2172	2437	2025	2060
Beruri	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Beruri	232	4	3	176	338
Beruri	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Beruri	0	0	0	0	130
Beruri	Vara Única da Comarca de Beruri	1865	1443	1140	1213	1480
Boa Vista do Ramos	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Boa Vista do Ramos	4	0	0	2	2
Boa Vista do Ramos	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de Boa Vista do Ramos	0	0	0	0	101
Boa Vista do Ramos	Vara Única da Comarca de Boa Vista do Ramos	2623	1641	1272	1600	1631
Boca do Acre	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Boca do Acre	360	94	32	114	232
Boca do Acre	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Boca do Acre	0	1	0	1	155

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Boca do Acre	Secretaria do Mutirão Carcerário	0	0	0	0	1
Boca do Acre	Vara Única da Comarca de Boca do Acre	4562	2372	2115	1976	2104
Borba	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Borba	391	2	0	206	399
Borba	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Borba	0	1	0	1	148
Borba	Vara Única da Comarca de Borba	2564	1960	1622	1632	1975
Caapiranga	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Caapiranga	39	21	8	47	160
Caapiranga	Polo 5: Vara de Plantão da Comarca de Caapiranga	0	0	0	0	88
Caapiranga	Vara Única da Comarca de Caapiranga	1353	754	967	1055	1110
Canutama	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Canutama	74	0	0	37	76
Canutama	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Canutama	0	0	0	0	64
Canutama	Vara Única da Comarca de Canutama	1678	1319	1182	1024	1084

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Carauari	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Carauari	69	3	1	63	81
Carauari	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Carauari	0	0	0	0	166
Carauari	Vara Única da Comarca de Carauari	4803	1172	850	1113	1139
Careiro Castanho	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Careiro Castanho	76	3	0	24	230
Careiro Castanho	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Careiro Castanho	0	0	0	0	131
Careiro Castanho	Vara Única da Comarca de Careiro Castanho	3925	2048	2529	3072	3226
Careiro da Várzea	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Careiro da Várzea	123	0	2	83	184
Careiro da Várzea	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Careiro da Várzea	0	0	0	0	52
Careiro da Várzea	Vara Única da Comarca de Careiro da Várzea	2044	739	778	951	1036
Coari	1ª Vara da Comarca de Coari	4769	2808	1766	1800	4176
Coari	1º Juizado Especial da Comarca de Coari	2844	4577	4770	3649	3688

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Coari	2ª Vara da Comarca de Coari	9353	2079	2704	4037	5498
Coari	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Coari	370	35	30	171	680
Coari	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Coari	0	1	0	1	788
Codajás	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Codajás	246	3	5	62	140
Codajás	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Codajás	0	1	1	1	136
Codajás	Vara Única da Comarca de Codajás	4121	1352	1407	1727	1792
Eirunepé	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Eirunepé	299	0	3	99	130
Eirunepé	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Eirunepé	0	0	0	0	89
Eirunepé	Vara Única da Comarca de Eirunepé	2403	1468	1034	1101	1145
Envira	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Envira	36	4	1	29	47
Envira	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Envira	0	0	0	0	79

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Envira	Vara Única da Comarca de Envira	2239	1180	911	1400	1515
Fonte Boa	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Fonte Boa	605	7	28	105	168
Fonte Boa	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Fonte Boa	0	0	0	0	211
Fonte Boa	Vara Única da Comarca de Fonte Boa	4171	1274	1094	1518	1577
Guajará	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Guajará	54	7	0	37	75
Guajará	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Guajará	0	0	0	0	88
Guajará	Vara Única da Comarca de Guajará	2349	1777	2222	1403	1454
Humaitá	1ª Vara da Comarca de Humaitá	4164	3437	1995	2175	4925
Humaitá	1º Juizado Especial da Comarca de Humaitá	3743	6132	9816	7658	7905
Humaitá	2ª Vara da Comarca de Humaitá	5370	3214	1645	1752	3031
Humaitá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Humaitá	0	0	0	0	19

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Humaitá	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Humaitá	0	1	0	1	511
Ipixuna	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Ipixuna	48	45	34	50	155
Ipixuna	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Ipixuna	0	0	0	0	109
Ipixuna	Vara Única da Comarca de Ipixuna	1917	1104	1562	1408	1486
Iranduba	1ª Vara da Comarca de Iranduba	3	0	0	0	1
Itacoatiara	1ª Vara da Comarca de Itacoatiara	2267	1476	322	487	2263
Itacoatiara	1º Juizado Especial da Comarca de Itacoatiara	3039	2947	2718	2711	2760
Itacoatiara	2ª Vara da Comarca de Itacoatiara	4517	2117	1429	2125	3447
Itacoatiara	3ª Vara da Comarca de Itacoatiara	5936	1828	1178	2016	3276
Itacoatiara	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Itacoatiara	437	17	5	324	720
Itacoatiara	Polo 8: Vara de Plantão da Comarca de Itacoatiara	0	6	2	6	768

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Itamarati	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Itamarati	19	4	1	16	91
Itamarati	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Itamarati	0	0	0	0	62
Itamarati	Vara Única da Comarca de Itamarati	682	667	775	725	755
Itapiranga	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Itapiranga	16	2	2	17	70
Itapiranga	Polo 8: Vara de Plantão da Comarca de Itapiranga	0	0	0	0	65
Itapiranga	Vara Única da Comarca de Itapiranga	1800	1552	1479	1162	1203
Japurá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Japurá	60	0	0	27	44
Japurá	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Japurá	0	0	0	0	67
Japurá	Vara Única da Comarca de Japurá	884	407	300	528	555
Juruá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Juruá	239	13	0	101	249
Juruá	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Juruá	0	0	0	0	159

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Juruá	Vara Única da Comarca de Juruá	1598	1666	1121	1153	1300
Jutaí	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Jutaí	85	2	4	47	102
Jutaí	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Jutaí	0	1	0	1	159
Jutaí	Vara Única da Comarca de Jutaí	2617	1378	986	1042	1271
Lábrea	CEJUSC Lábrea	159	349	328	356	265
Lábrea	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Lábrea	372	121	76	220	478
Lábrea	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Lábrea	0	0	0	0	287
Lábrea	Vara Única da Comarca de Lábrea	6267	3516	2689	2604	3244
Manacapuru	1ª Vara da Comarca de Manacapuru	8359	4860	3506	3589	6665
Manacapuru	1º Juizado Especial da Comarca de Manacapuru	3763	4818	6957	5005	5122
Manacapuru	2ª Vara da Comarca de Manacapuru	5953	3291	3867	2277	4584

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manacapuru	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Manacapuru	679	0	0	111	1161
Manacapuru	Polo 5: Vara de Plantão da Comarca de Manacapuru	0	15	1	15	1262
Manaquiri	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Manaquiri	148	6	3	72	132
Manaquiri	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Manaquiri	0	0	0	0	128
Manaquiri	Vara Única da Comarca de Manaquiri	2012	1780	1524	1834	1973
Manaus		0	0	0	0	512
Manaus	10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	6	0	1	6	18
Manaus	10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	2
Manaus	10º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	6585	7747	8951	6252	6252
Manaus	11ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	6	0	1	4	14

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	5
Manaus	11º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	7707	7396	9117	6488	6743
Manaus	12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	4
Manaus	12º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3	0	1	2	23
Manaus	13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	1
Manaus	13º Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus	0	0	0	0	2
Manaus	13º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1	0	0	1	417
Manaus	14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	9
Manaus	14º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	8019	7567	8107	6403	6637
Manaus	15º Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus	6	2	0	6	330

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	15º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	2	0	0	2	670
Manaus	16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	2
Manaus	16º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	7008	7543	9663	6256	6255
Manaus	17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	2
Manaus	17º Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus	4	0	0	4	468
Manaus	17º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1	0	0	1	206
Manaus	18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	8
Manaus	18º Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus	902	2188	2601	2351	2419
Manaus	18º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3725	3493	6426	6091	6104
Manaus	19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	5

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	19º Juizado Especial Criminal da Comarca de Manaus	767	1768	2304	1833	2047
Manaus	19º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3205	3964	6222	6026	6084
Manaus	1ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	7	0	3	6	13
Manaus	1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	2
Manaus	1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes da Comarca de Manaus	8	0	0	8	8
Manaus	1º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3	0	0	3	9
Manaus	1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	1	0	0	1	80
Manaus	20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	3
Manaus	20º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3308	3983	6081	6137	6214
Manaus	21ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	6



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Manaus	21º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3104	4202	6322	6121	6183
Manaus	22ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	1
Manaus	23ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	2
Manaus	2ª V.E.C.U.T.E. da Comarca de Manaus	0	0	0	0	2
Manaus	2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	7	1	2	6	17
Manaus	2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	1
Manaus	2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes da Comarca de Manaus	9	0	0	9	9
Manaus	2º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	4214	3788	6501	6397	6623
Manaus	2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	0	0	0	0	30
Manaus	3ª V.E.C.U.T.E. da Comarca de Manaus	1	0	0	0	1

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	2
Manaus	3º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	1	0	0	1	17
Manaus	3º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	0	0	0	0	11
Manaus	4ª V.E.C.U.T.E. da Comarca de Manaus	0	0	0	0	1
Manaus	4ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	5	0	4	5	8
Manaus	4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	5
Manaus	4º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	7163	7081	9035	6280	6424
Manaus	4º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	1	0	0	1	30
Manaus	5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	8	0	3	7	15
Manaus	5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	1

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	5º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	2	0	0	2	372
Manaus	5º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	1	0	0	1	31
Manaus	6ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	5	0	2	5	9
Manaus	6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	3
Manaus	6º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3	0	2	3	349
Manaus	6º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) da Comarca de Manaus	1	0	0	1	6
Manaus	7ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	5	0	0	4	10
Manaus	7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	24
Manaus	7º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	3	0	0	3	226
Manaus	8ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	8	0	2	6	42



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Manaus	8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	0	0	0	0	2
Manaus	8º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	4384	8909	7174	6387	6487
Manaus	9ª Vara Criminal da Comarca de Manaus	7	1	1	7	10
Manaus	9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus	1	0	0	1	4
Manaus	9º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus	5751	8837	9020	6383	6473
Manaus	CEJUSC	124	0	1	124	0
Manaus	Depósito de Cancelados	143	15	80	81	0
Manaus	Juizado da Infância e Juventude	0	0	0	0	2
Manaus	Presidência	0	0	0	0	81
Manaus	Vara Especializada de Crimes de Trânsito da Comarca de Manaus	2	0	0	2	9

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Manaus	Vara Especializada do Meio Ambiente da Comarca de Manaus	4	0	0	4	5
Manaus	Vara de Inquéritos da Comarca de Manaus	16	1	2	15	422
Manaus - 2º Núcleo 4.0	1ª Unidade do 2º Núcleo da Justiça 4.0	771	71	529	546	772
Manaus - 2º Núcleo 4.0	2ª Unidade do 2º Núcleo da Justiça 4.0	728	103	662	554	803
Manaus - 2º Núcleo 4.0	3ª Unidade do 2º Núcleo da Justiça 4.0	714	79	542	531	792
Manicoré	1ª Vara da Comarca de Manicoré	1265	1656	924	1306	2389
Manicoré	2ª Vara da Comarca de Manicoré	2056	2608	1585	2167	2964
Manicoré	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Manicoré	61	0	0	34	101
Manicoré	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Manicoré	0	0	0	0	229
Maraã	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Maraã	159	7	3	56	128



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Maraã	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Maraã	0	3	0	3	153
Maraã	Vara Única da Comarca de Maraã	1415	858	935	1032	1187
Maués	1ª Vara da Comarca de Maués	2398	2071	1437	957	2170
Maués	2ª Vara da Comarca de Maués	2602	1175	1269	1522	2406
Maués	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Maués	672	0	3	261	683
Maués	Polo 8: Vara de Plantão da Comarca de Maués	0	1	0	1	296
Nhamundá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Nhamundá	112	0	0	31	64
Nhamundá	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de Nhamundá	0	0	0	0	78
Nhamundá	Vara Única da Comarca de Nhamundá	2298	1924	2331	1953	1976
Nova Olinda do Norte	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Nova Olinda do Norte	303	23	11	127	247

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Nova Olinda do Norte	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Nova Olinda do Norte	0	0	0	0	130
Nova Olinda do Norte	Vara Única da Comarca de Nova Olinda do Norte	3841	1649	1562	1698	1804
Novo Airão	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Novo Airão	126	7	0	76	109
Novo Airão	Polo 5: Vara de Plantão da Comarca de Novo Airão	0	1	0	1	113
Novo Airão	Vara Única da Comarca de Novo Airão	3136	1971	1331	1759	1815
Novo Aripuanã	Polo 4: Vara de Plantão da Comarca de Novo Aripuanã	0	0	0	0	60
Novo Aripuanã	Vara Única da Comarca de Novo Aripuanã	2595	1353	1313	1571	1589
Parintins	1ª Vara da Comarca de Parintins	1739	1047	352	368	2217
Parintins	1º Juizado Especial da Comarca de Parintins	3147	2831	3474	3546	3576
Parintins	2ª Vara da Comarca de Parintins	3719	2890	2204	2215	3835

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Parintins	3ª Vara da Comarca de Parintins	5025	1787	2009	3043	4022
Parintins	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Parintins	404	0	16	243	373
Parintins	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de Parintins	0	4	0	4	913
Parintins	Vara de Plantão da Comarca de Parintins	0	0	0	0	1
Pauini	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Pauini	157	7	1	59	80
Pauini	Polo 3: Vara de Plantão da Comarca de Pauini	0	0	0	0	110
Pauini	Vara Única da Comarca de Pauini	2579	1242	1016	1234	1264
Presidente Figueiredo	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Presidente Figueiredo	201	0	0	196	199
Presidente Figueiredo	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Presidente Figueiredo	0	1	0	1	269
Presidente Figueiredo	Vara Única da Comarca de Presidente Figueiredo	9506	3004	2745	4025	4143

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Rio Preto da Eva	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Rio Preto da Eva	284	5	5	229	332
Rio Preto da Eva	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Rio Preto Da Eva	0	0	0	0	210
Rio Preto da Eva	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Rio Preto da Eva	0	0	0	0	6
Rio Preto da Eva	Vara Única da Comarca de Rio Preto da Eva	5505	3768	3367	2328	2601
Santa Isabel do Rio Negro	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro	0	0	0	0	28
Santa Isabel do Rio Negro	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro	0	2	0	1	130
Santa Isabel do Rio Negro	Vara Única da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro	2229	2090	1761	1651	1693
Santo Antônio do Içá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Santo Antônio do Içá	17	0	0	0	1
Santo Antônio do Içá	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Santo Antonio do Iça	0	0	0	0	6
Santo Antônio do Içá	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Santo Antonio do Içá	0	1	0	1	180

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Santo Antônio do Içá	Vara Única da Comarca de Santo Antônio do Içá	4042	1514	907	1436	1443
Silves	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Silves	86	7	5	27	27
Silves	Polo 8: Vara de Plantão da Comarca de Silves	0	0	0	0	57
Silves	Vara Única da Comarca de Silves	2340	918	831	834	847
São Gabriel da Cachoeira	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de São Gabriel da Cachoeira	3	1	1	3	4
São Gabriel da Cachoeira	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de São Gabriel Da Cachoeira	0	0	0	0	195
São Gabriel da Cachoeira	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de São Gabriel da Cachoeira	0	0	0	0	28
São Gabriel da Cachoeira	Vara Única da Comarca de São Gabriel da Cachoeira	4335	2511	2131	2253	2289
São Paulo de Olivença	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de São Paulo de Olivença	108	6	6	34	115
São Paulo de	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de São Paulo de Olivença	0	0	0	0	67



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Oliveira						
São Paulo de Oliveira	Vara Única da Comarca de São Paulo de Oliveira	1470	1239	1094	1066	1185
São Sebastião do Uatumã	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de São Sebastião do Uatumã	92	0	0	65	93
São Sebastião do Uatumã	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de São Sebastião do Uatumã	0	0	0	0	99
São Sebastião do Uatumã	Vara Única da Comarca de São Sebastião do Uatumã	2184	1922	1916	1179	1226
Tabatinga	1ª Vara da Comarca de Tabatinga	2346	2593	1619	1629	3008
Tabatinga	2ª Vara da Comarca de Tabatinga	2499	1796	2328	2445	3446
Tabatinga	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Tabatinga	536	24	11	131	449
Tabatinga	Polo 1: Vara de Plantão da Comarca de Tabatinga	1	7	1	7	498
Tapauá	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Tapauá	67	5	6	4	23



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Tapauá	Polo 6: Vara de Plantão da Comarca de Tapauá	0	0	0	0	131
Tapauá	Vara Única da Comarca de Tapauá	4831	1605	2611	2743	2993
Tefé	1ª Vara da Comarca de Tefé	3284	3263	2203	2260	3069
Tefé	1º Juizado Especial da Comarca de Tefé	1315	2538	3423	2584	2786
Tefé	2ª Vara da Comarca de Tefé	2442	1270	1216	1250	2833
Tefé	CEJUSC	155	3	14	100	1
Tefé	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Tefé	2360	0	2	1112	1373
Tefé	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Tefé	1	3	1	3	909
Uarini	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Uarini	139	3	2	32	103
Uarini	Polo 2: Vara de Plantão da Comarca de Uarini	0	0	0	0	89
Uarini	Vara Única da Comarca de Uarini	1554	1323	927	1139	1228



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Urucará	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Urucará	220	76	30	56	88
Urucará	Polo 9: Vara de Plantão da Comarca de Urucará	0	1	0	1	90
Urucará	Vara Única da Comarca de Urucará	2148	1323	1213	1608	1646
Urucurituba	Central de Inquéritos Policiais da Comarca de Urucurituba	2	0	2	0	0
Urucurituba	Polo 7: Vara de Plantão da Comarca de Urucurituba	0	0	0	0	166
Urucurituba	Vara Única da Comarca de Urucurituba	3533	1360	1898	2285	2300
Total:		316603	232239	243477	230350	292594

DADOS PROCESSUAIS DO SEGUNDO GRAU E DAS TURMAS RECURSAIS

Parâmetros informados: Janeiro de 2023 à Dezembro de 2023.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Órgão Julgador	Entrados por Distribuição	Entrados por Redistribuição	Total Entrados	Dependentes Entrados	Julgamento Com Mérito	Julgamento Sem Mérito	Decisões	Em andamento	Suspensão/Sobrestados	Entrados por transferência	Despachos	Baixados
Primeira Câmara Cível	1	2	3	1	0	2	4	1	0	0	3	1
Terceira Câmara Cível	0	2	2	0	0	2	0	0	0	0	1	1
Primeira Câmara Cível	16044	2882	18926	1844	7694	1785	12591	12426	3524	2577	10511	9243
Segunda Câmara Cível	24566	2762	27328	2044	9042	3197	10922	16849	4387	8643	27025	7332
Terceira Câmara Cível	13706	2162	15868	2887	11398	1964	7675	8020	3988	53	17556	11628
Segunda Câmara Criminal	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1
Primeira Câmara Criminal	2970	919	3889	142	2096	559	1556	823	144	367	5148	2598
Segunda Câmara Criminal	4201	870	5071	148	2933	444	1509	1076	200	1848	8273	3341
Câmaras Reunidas	3265	935	4200	568	1909	1253	2196	1947	661	555	5684	3183
Conselho da Magistratura	160	66	226	33	44	16	193	1	0	42	210	148
Conselho de Magistratura	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Único - Fictícia	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Central de Plantão Judicial de Segundo Grau	2078	137	2215	17	457	90	1591	144	0	18	89	1127
Tribunal Pleno	2359	1366	3725	225	1389	323	3050	1215	271	262	5092	1505



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidência/Central de Precatórios	2884	7	2891	33	9	0	1093	7960	109	0	4147	219
Presidência/Secretaria Judiciária	206	219	425	81	77	26	244	46	40	14	370	344
Turma de Uniformização	3	0	3	0	0	3	0	0	0	0	0	3
Turma de Uniformização	9	0	9	1	2	10	1	1	0	1	3	10
2ª Turma Recursal	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
1ª Turma Recursal	38187	1391	39578	1367	29167	738	4382	5537	3118	8677	1472	27705
2ª Turma Recursal	36142	578	36720	3194	31382	221	4266	8078	3291	6455	1078	28057
3ª Turma Recursal	36350	1100	37450	2687	34653	1421	3864	2374	2811	6653	1130	34076
4ª Turma Recursal	2	1088	1090	0	0	0	0	1067	2	1	3	1
Vice-Presidência	138	150	288	126	22	3	400	236	157	1	680	126
	183272	16637	199909	15398	132275	12058	55538	67803	22703	36167	88476	130651



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

AS CORREIÇÕES REALIZADAS

Em cumprimento aos Editais de Correições Ordinárias (Capital e Interior) e às determinações Extraordinárias, esta Corregedoria-Geral de Justiça realizou, no ano de 2023, **44 correições**. Foram fiscalizadas 32 unidades judiciárias, na capital e no interior do Estado, e 12 cartórios extrajudiciais. As tabelas a seguir apresentam as unidades/cartórios que foram correicionados, suas respectivas portarias de instituições e a modalidade em que foram realizadas:

2023 – 1º Semestre

UNIDADE/CARTÓRIO	PORTARIA	MODALIDADE
Vara da Auditoria Militar	21/2023	Presencial e Virtual
1ª Vara do Tribunal do Júri	81/2023	Virtual
2ª Vara do Tribunal do Júri	84/2023	Virtual
3ª Vara do Tribunal do Júri	123/2023	Virtual
Vara de Execuções de Medida e Penas Alternativas	166/2023	Virtual
Juruá- Vara Única	45/2023	Presencial
Manacapuru – 1ª Vara	50/2023	Presencial
Itacoatiara - JECC	80/2023	Presencial
São Gabriel da Cachoeira - Vara Única	15/2023	Presencial
São Gabriel da Cachoeira - Cartório Extrajudicial	15/2023	Presencial
São Sebastião do Uatumã - Vara Única	111/2023	Presencial
Tabatinga - 2ª Vara	79/2023	Presencial
Iranduba – 1ª Vara	127/2023	Presencial

**2023 – 2º Semestre**

UNIDADE/CARTÓRIO	PORTARIA	MODALIDADE
2ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho	201/2023	Virtual
Vara de Registros Públicos	218/2023	Virtual
3ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho	215/2023	Virtual
6ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho	250/2023	Virtual
7ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho	286/2023	Virtual
Boca do Acre – Vara Única	177/2023	Presencial
Eirunepé – Vara Única	185/2023	Presencial
Eirunepé – Cartório Extrajudicial	189/2023	Presencial
Nova Olinda do Norte – Vara Única	194/2023	Presencial
Nova Olinda do Norte – Cartório Extrajudicial	197/2023	Presencial
Parintins – 2ª Vara	226/2023	Presencial
Parintins – 1º Ofício	227/2023	Presencial
Parintins – 2º Ofício	228/2023	Presencial
Maués - 1ª Vara	220/2023	Presencial
Maués - Cartório Extrajudicial	221/2023	Presencial
Tabatinga - 1ª Vara	219/2023	Presencial
Borba - Vara Única	225/2023	Presencial
Rio Preto da Eva - Vara Única	252/2023	Presencial
Amaturá - Vara Única	251/2023	Presencial

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

Amaturá - Cartório Extrajudicial	251/2023	Presencial
Atalaia do Norte - Vara Única	251/2023	Presencial
Atalaia do Norte - Cartório Extrajudicial	251/2023	Presencial
Benjamin Constant - Vara Única	251/2023	Presencial
Benjamin Constant - Cartório Extrajudicial	251/2023	Presencial
Santo Antônio do Içá (Tonantins) - Vara Única	251/2023	Presencial
Santo Antônio do Içá (Tonantins) - Cartório Extrajudicial	251/2023	Presencial
São Paulo de Olivença - Vara Única	274/2023	Presencial
São Paulo de Olivença - Cartório Extrajudicial	274/2023	Presencial
Tabatinga - 2º Ofício	269/2023	Presencial
Careiro Castanho - Vara Única	278/2023	Presencial
Manacapuru - 2ª Vara	273/2023	Presencial



SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO

A 18ª edição da Semana Nacional da Conciliação (SNC 2023) foi realizada simultaneamente em todo o País, no período de 6 e 10 de novembro de 2023, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

O evento, que ocorre anualmente, envolveu todas as unidades judiciárias da capital e do interior do estado do Amazonas, sob a direção do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e coordenação direta da Corregedoria-Geral de Justiça. O juiz-corregedor auxiliar da corregedoria, **Dr. Julião Lemos Sobral Júnior** foi designado para supervisionar e organizar os trabalhos, com apoio da Secretaria Judiciária e dos demais setores administrativos da Corregedoria-Geral de Justiça.

No ano de 2023, o tema disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça para a SNC foi: “A um passo da solução”, o que demonstra a necessidade de dar enfoque à importância de aproximar o poder judiciário dos litigantes, sobretudo mediante a apresentação de respostas efetivas e céleres às demandas judiciais.

Os dados estatísticos colacionados a este relatório, foram extraídos a partir das informações diárias enviadas pelas varas, durante a semana do evento e logo após a realização das audiências previamente pautadas. Os processos passíveis de se submeterem ao mutirão de conciliação foram selecionados por magistrados e servidores, considerando o tipo de demanda, os direitos envolvidos e as chances de acordo entre as partes envolvidas.

Os trâmites relativos à inscrição dos processos, assim como de servidores e estagiários participantes, deu-se conforme procedimento definido pela Portaria nº 259/2023-CGJ/AM, expedida no bojo do Pedido de Providências nº 0001539-38.2023.2.00.0804-PJECOR, por meio do qual foram disponibilizados formulários na plataforma Google Apps, para preenchimento pelos magistrados e diretores de secretarias, posteriormente ratificados pelo envio diário da pauta de audiência e do atestado de participação, ao final da SNC 2023.

Por fim, cumpre ressaltar, que o TJAM e CGJ/AM possuem canal de comunicação aberto com a sociedade, para que as partes dos processos possam manifestar interesse em participar da SNC, por meio do Núcleo de Atendimento Pré-Processual – NAPP.

Os documentos anexos demonstram os resultados obtidos, bem como os dados estatísticos

**PODER JUDICIÁRIO****TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2023		Resultados				
Corregedoria Geral de Justiça do Amazonas	06/nov	07/nov	08/nov	09/nov	10/nov	Total Geral
Pré-Processual						
Audiências de conciliação designadas	420	405	342	260	265	1692
Audiências de conciliação realizadas	331	301	254	186	180	1252
Quantidade de acordos homologados	691	129	110	63	40	1033
Valores homologados	R\$ 5.684.408,18	R\$ 2.779.280,44	R\$ 604.343,74	R\$ 779.986,26	R\$ 335.034,80	R\$ 10.183.053,42
Designadas e realizadas nos termos do artigo 334 do CPC						
Audiências de conciliação designadas	1522	1540	1407	1288	1224	6981
Audiências de conciliação realizadas	1139	1157	1067	931	911	5205
Quantidade de acordos homologados	365	418	379	335	296	1793
Valores homologados	R\$ 1.629.629,49	R\$ 1.723.655,08	R\$ 2.485.556,83	R\$ 1.396.334,92	R\$ 1.256.631,54	R\$ 8.491.807,86
Outras fases do processo						
Audiências de conciliação designadas	311	233	261	308	260	1373
Audiências de conciliação realizadas	265	202	231	261	202	1161
Quantidade de acordos homologados	223	336	470	566	187	1782
Valores homologados	R\$ 709.511,41	R\$ 1.359.071,54	R\$ 1.503.340,82	R\$ 2.030.430,51	R\$ 1.259.035,28	R\$ 6.861.389,56
Audiências de 2º grau						
Audiências de conciliação designadas	9	8	8	6	6	37
Audiências de conciliação realizadas	9	8	8	6	6	37
Quantidade de acordos homologados	0	0	0	0	0	0
Valores homologados	0	0	0	0	0	-
Audiências criminais						
Audiências de conciliação designadas	304	329	372	401	340	1746
Audiências de conciliação realizadas	193	205	232	256	206	1092
Decisões criminais						
Sentenças homologatórias de transação penal	56	83	88	101	89	417
Composição civil	27	41	44	58	44	214
Abrangência das ações desenvolvidas pela conciliação						
Número de pessoas atendidas	4078	4248	4292	4285	3604	20507
Participantes (Magistrados)	109	106	108	111	105	539
Participantes (Juizes leigos)	1	1	2	2	1	7
Participantes (conciliadores)	389	402	399	401	383	1974
Participantes (colaboradores)	462	514	445	475	437	2333
Ações de cidadania (emissão de documentos, casamento coletivo, informações, etc.)	51	38	27	25	30	171



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Semana Nacional de Conciliação 2023

Consolidados

Expedido em: 17/11/23 11:02:03

Período		Qtd. Consolidados		Semana Nacional de Conciliação																												Espaço em 100% Verde											
				Audiências Cíveis								Acordos Efetuados Cíveis						Acordos Efetuados em Fase de Conhecimento						Audiências de 2º Grau Conhec/Exec		Acordos Efetuados em 2º Grau Conhec/Exec				Audiências Criminais		Decisões Criminais		Abrangência das ações desenvolvidas pela conciliação									
				Conc. Desig. Pré-proc.	Conc. Realiz. Pré-proc.	Conc. Desig. Conhec.	Conc. Realiz. Conhec.	Conc. Desig. Exec.	Conc. Realiz. Exec.	Aud. Proc. Exec.	Acord. Homol. Pré-proc.	Soma de Acord. Homol. Pré-proc. (R\$)	Acord. Homol.	Soma de Acord. Homol. (R\$)	Recol. INSS/(R\$)	Recol. I.R. (R\$)	Acord. Homol.	Soma de Acord. Homol. (R\$)	Recol. INSS/(R\$)	Recol. I.R. (R\$)	Conc. Desig.	Conc. Realiz.	Acord. Homol.	Soma de Acord. Homol. (R\$)	Recol. INSS/(R\$)	Recol. I.R. (R\$)	Conc. Desig.	Conc. Realiz.	Sent. Penal	Comp. Civil	Homol. Susp. Proc.	Num. Pes. Atend.	Num. Magistrados	Num. Juizes Leigos	Num. Conciliadores	Num. Colaboradores	Eventos paralelos						
06/11/2023	128	420	331	1.522	1.139	311	265	-	691	5.684.408,18	223	709.511,41	-	-	365	1.629.629,49	-	-	9	9	0	0,00	-	-	304	193	56	27	-	4.078	109	1	389	462	51								
07/11/2023	130	405	301	1.540	1.157	233	202	-	129	2.779.280,44	336	1.359.071,54	-	-	418	1.723.655,08	-	-	8	8	0	0,00	-	-	329	205	83	41	-	4.248	106	1	402	514	38								
08/11/2023	131	342	254	1.407	1.067	261	231	-	110	604.343,74	470	1.503.340,82	-	-	379	2.485.556,83	-	-	8	8	0	0,00	-	-	372	232	88	44	-	4.292	108	2	399	445	27								
09/11/2023	128	260	186	1.288	931	308	261	-	63	779.986,26	566	2.030.430,51	-	-	335	1.396.334,92	-	-	6	6	0	0,00	-	-	401	256	101	58	-	4.285	111	2	401	475	25								
10/11/2023	124	265	180	1.224	911	260	202	-	40	335.034,80	187	1.259.035,28	-	-	296	1.256.631,54	-	-	6	6	0	0,00	-	-	340	206	89	44	-	3.604	105	1	383	437	30								
Total	641	1.692	1.252	6.981	5.205	1.373	1.161	0	1.033	10.183.053,42	1.782	6.861.389,56	0,00	0,00	1.793	8.491.807,86	0,00	0,00	37	37	0	0,00	0,00	0,00	1.746	1.092	417	214	0	20.507	539	7	1.974	2.333	171								

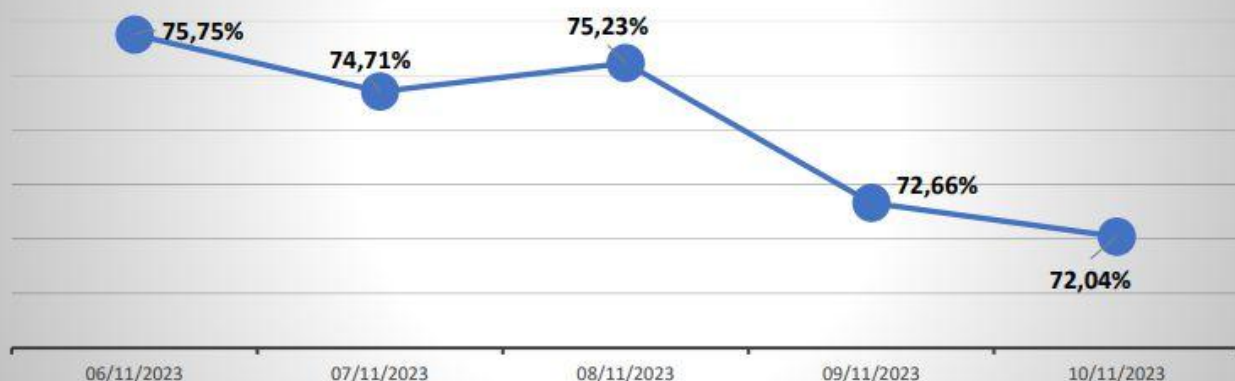
© 2023 - S D S - Divisão de Tecnologia da Informação



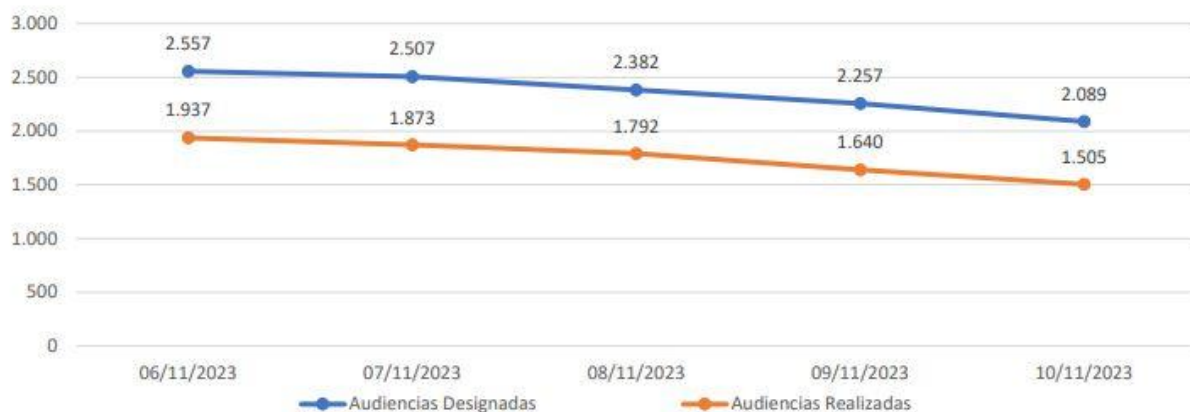
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Audiências Realizadas (%)



Audiências Designadas X Realizadas



Resultados da Semana Nacional de Conciliação 2023 Geral

Data	Audiências Designadas	Audiências Realizadas	Audiências Realizadas (%)	Acordos Homologados	Pessoas Atendidas	Valores em R\$
06/11/2023	2.557	1.937	75,75%	1.362	4.078	8.023.549,08
07/11/2023	2.507	1.873	74,71%	1.007	4.248	5.862.007,06
08/11/2023	2.382	1.792	75,23%	1.091	4.292	4.593.241,39
09/11/2023	2.257	1.640	72,66%	1.123	4.285	4.206.751,69
10/11/2023	2.089	1.505	72,04%	656	3.604	2.850.701,62
Totais	11.792	8.747	74,18%	5.239	20.507	25.536.250,84

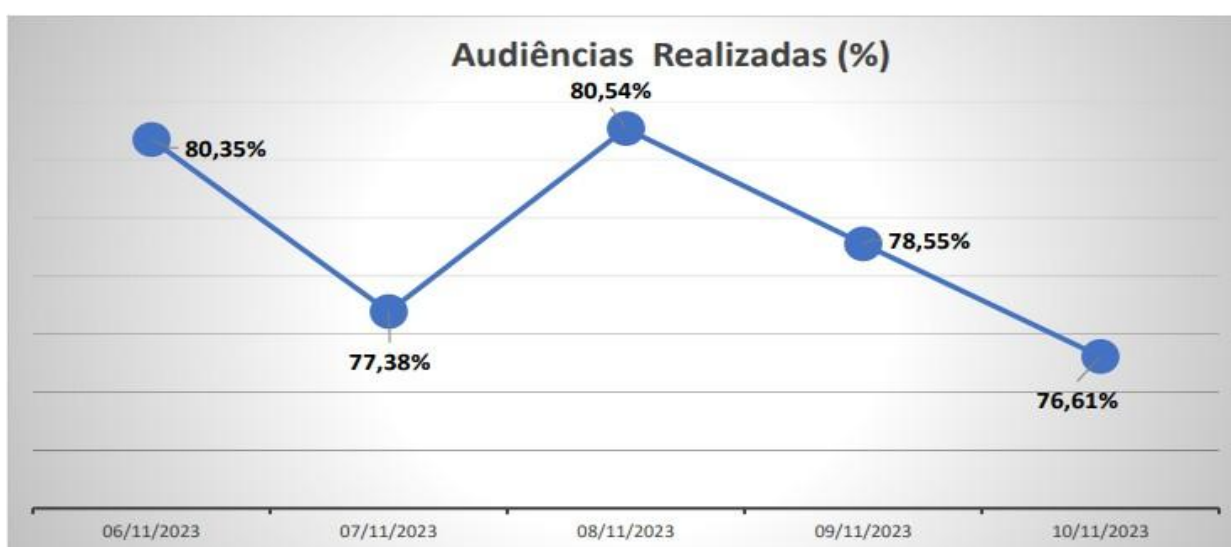


PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Resultados da Semana Nacional de Conciliação 2023 – INTERIOR

Data	Audiências Designadas	Audiências Realizadas	Audiências Realizadas (%)	Acordos Homologados	Pessoas Atendidas	Valores em R\$
06/11/2023	1.262	1.014	80,35%	930	1.918	796.488,34
07/11/2023	1.300	1.006	77,38%	392	2.199	478.563,72
08/11/2023	1.156	931	80,54%	334	2.286	939.807,84
09/11/2023	1.063	835	78,55%	431	2.240	1.896.291,41
10/11/2023	945	724	76,61%	259	1.678	1.035.501,61
Totais	5.726	4.510	78,76%	2.346	10.321	5.146.652,92





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

